

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**CRIANÇAS MIGRANTES: SENTIDOS E MEMÓRIAS DA
OBJETIVIDADE VIVIDA**

KARINA STROHHECKER LISA ALCUBIERRE

FLORIANÓPOLIS
2017

KARINA STROHHECKER LISA ALCUBIERRE

**CRIANÇAS MIGRANTES: SENTIDOS E MEMÓRIAS DA
OBJETIVIDADE VIVIDA**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, na Linha Trabalho e Educação, do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof^a Dr^a Soraya Franzoni Conde

FLORIANÓPOLIS
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Alcubierre, Karina Strohhaecker Lisa
Crianças Migrantes : sentidos e memórias da
objetividade vivida / Karina Strohhaecker Lisa
Alcubierre ; orientador, Soraya Franzoni Conde,
2017.
285 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação,
Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis,
2017.

Inclui referências.

1. Educação. 2. Crianças Migrantes. 3. Migração. 4.
Famílias Trabalhadoras. 5. Educação Infantil. I.
Conde, Soraya Franzoni. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação.
III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“CRIANÇAS MIGRANTES: SENTIDOS E MEMÓRIAS DA OBJETIVIDADE VIVIDA”

Dissertação submetida ao Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação em cumprimento parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 25/09/2017

Dr^ª. SORAYA FRANZONI CONDE (PPGE/CED/UFSC – Orientadora)

Dr^ª. CÉLIA REGINA VENDRAMINI (EED/CED/UFSC – Examinadora)

Dr^ª. SUELY AMARAL MELLO (UNESP/SP - Examinadora)

Dr^ª. CARLA ROSSANE BRESSAN (DSS/CSE/UFSC – Examinadora)

Dr. JADER JANER MOREIRA LOPES (UFF/RJ e UFJF/MG – Suplente)

Soraya Franzoni Conde
Célia Regina Vendramini
Suely Amaral Mello
Carla Rossane Bressan

Karina Strohmaecker Lisa Alcubierre

KARINA STROHMAECKER LISA ALCUBIERRE
FLORIANÓPOLIS/SANTA CATARINA/SETEMBRO/2017

Elison Antonio Paim

Prof. Elison Antonio Paim

Coordenador do PPGE/CED/UFSC

Portaria nº 1934

Dedico essa dissertação a todas as crianças, filhos e filhas de famílias trabalhadoras, que migram pelo Brasil e pelo mundo. Que venha a transformação da realidade para que um dia elas, e todos nós, possamos migrar pelo reino da liberdade e da experiência humana e não pela necessidade em sobreviver.

AGRADECIMENTOS

“O que eu sou eu sou em par e não cheguei sozinho.”

Música ‘Castanho’ de Lenine e Carlos Posada (2015)

Quero agradecer meus pais, Nair e Andrés, pelo enorme incentivo que sempre me deram para estudar. Palavras novas precisariam ser criadas para descrever minha gratidão.

Agradeço meu companheiro, Filipi. Nossa jornada e os caminhos que cruzamos juntos nos fortalecem. Obrigada por estar ao meu lado e por me escutar tanto na escrita deste texto.

Agradeço meus irmãos, Sandra e Marcos, por cada palavra de incentivo e de interesse.

Agradeço à minha orientadora, a “profe” Soraya. Preencho-me de satisfação ao lembrar que uma pessoa tão generosa e inteligente cruzou meu caminho. Ser sua orientanda desde a Especialização foi mais do que um privilégio, foi uma emancipação. Obrigada por cada dica, por cada questionamento crítico e por cada palavra de ensinamento.

Quero agradecer o grupo Transformações no Mundo do Trabalho (TMT/UFSC), nossos encontros de estudos e de militância ampliaram minha visão de mundo para além do que eu imaginava. Também agradeço por ter participado da criação e por ainda poder participar do Grupo Estudos Trabalho, Educação e Infância (GETEI/TMT/UFSC). Estudar a criança, compreendê-la a partir das suas condições materiais de vida e entender a infância a partir da totalidade das relações sociais e materiais fizeram de mim outra professora.

Agradeço ao PPGE/UFSC, na figura dos professores da Linha Trabalho e Educação com quem tive o privilégio de poder estudar e discutir sobre educação de maneira crítica, a partir da realidade concreta e a partir das contradições impostas pela relação histórica entre capital e trabalho. Em especial, agradeço as professoras Célia R. Vendramini, Adriana D’Agostini e Luciana Marcassa, todas tem em mim uma aluna admiradora. Obrigada pelas trocas!

Agradeço minhas amigas e companheiras de trabalho e de luta, Rebeka, Marina e Keila, nossos encontros de lazer foram fundamentais para que eu pudesse ter as energias renovadas.

Agradeço a unidade pesquisada, por ter me recebido, especialmente a querida diretora e o supervisor escolar. Obrigada pela liberdade e pelo espaço concedido.

Um obrigado afetuoso às famílias que participaram da pesquisa, vocês foram fundamentais para que pudesse compreender a vida das crianças migrantes.

Agradeço a Prefeitura Municipal de Florianópolis, que historicamente, fruto da luta dos servidores municipais, concede licenças integrais aos profissionais para realizarem cursos de Pós-Graduação. Sem esta conquista dos trabalhadores tudo seria mais difícil.

Por fim, agradeço às crianças, filhos e filhas de trabalhadores, à elas eu dedico minha luta pedagógica e política, minha militância, minha resistência diante do que está posto e a minha dedicação.

“[...] Estudei sempre por conta do Estado, ou melhor, da Sociedade que paga impostos; tenho a obrigação de retribuir ao menos uma gota do que ela me proporcionou.”

Nélson Jahr Garcia (1947-2002)

RESUMO

Tivemos como objetivo compreender como as crianças vivem o processo da migração a partir do seu contexto de vida e do trabalho de suas famílias. Esse interesse parte da experiência como professora de educação infantil na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis e decorre de questionamentos realizados a partir da chegada e da saída constante de crianças migrantes nas unidades infantis desta rede. Para alcançar nosso objetivo realizamos levantamento e análise bibliográfica sobre migrações na infância, sobre migrações e sobre o trabalho a partir de suas transformações históricas; analisamos o processo histórico das migrações no Brasil, em Santa Catarina, em Florianópolis e na região do Maciço do Morro da Cruz (MMC); analisamos a trajetória migratória, as condições de vida e de trabalho das famílias das crianças migrantes para compreender o contexto social destas e; contamos com a participação direta das crianças e de suas falas para compreender os sentidos que atribuem à migração. Tivemos como método de análise o materialismo histórico dialético e utilizamos as categorias analíticas da totalidade e das particularidades do fenômeno social migratório. Buscamos na perspectiva histórico-cultural as bases para compreender as percepções das crianças. A pesquisa de campo foi realizada em uma creche municipal que atende crianças, moradoras do MMC, Florianópolis. Contamos com a participação direta de 23 famílias migrantes que responderam um questionário objetivo; de três pais migrantes que nos concederam entrevista e; de 14 crianças migrantes com idades entre 4 e 6 anos. Fizemos uso do diário de campo, do gravador e do desenho para captar suas falas. Além disso, entrevistamos uma professora, uma auxiliar de sala, uma diretora e um supervisor escolar. Entre os resultados, destacamos que: a) a migração da classe trabalhadora não é resultado exclusivo de uma escolha individual, mas, sobretudo, de um processo socioeconômico que a condiciona vender sua força de trabalho fora de sua fronteira de origem; b) as crianças migrantes sempre existiram, embora esquecidas nas análises, políticas e pesquisas, elas enfrentaram e enfrentam a trajetória do migrar e sofrem suas consequências a depender de seus contextos de vida e de classe; c) a história migratória brasileira foi marcada pelo desenraizamento, mostrando que as migrações foram usadas no processo de construção e de consolidação das relações capitalistas de produção nacional; d) a unidade de educação infantil demonstra atuar como um local de inserção das famílias migrantes na capital catarinense e, e) as crianças não utilizam o termo “migrar” para descrever a experiência vivida, mas usam os verbos “mudar” e/ou “viajar”. Suas falas

revelam o modo como percebem a totalidade das relações sociais vigentes deixando claro a classe social a qual pertencem. Denunciam a forma como as contradições entre capital e trabalho determinam a objetividade da vida social e, ao mesmo tempo, condicionam as subjetividades desde a mais tenra idade.

Palavras-chave: Crianças Migrantes. Migração. Famílias Trabalhadoras. Educação Infantil.

ABSTRACT

We aimed to understand how children live the process of migration from their context of life and work of their families. This interest is part of the experience as a teacher of preschool education in the Municipal Education Network of Florianópolis and stems from questions raised from the constant arrival and departure of migrant children in children's units of this network. We carried out a survey and bibliographic analysis on migrations in childhood to reach our goal, about migrations and about work from its historical transformations; we analyzed the historical process of migrations in Brazil, in Santa Catarina, Florianópolis and in the Maciço do Morro da Cruz area (MMC); we analyzed the migratory trajectory, the living and working conditions of the families of the migrant children to understand the social context of these and; we relied on the direct participation of children and their speeches to understand the meanings they attribute to migration. We had as a method of analysis historical dialectical materialism and used the analytical categories of the totality and peculiarities of the migratory social phenomenon. We sought in the historical-cultural perspective the bases for understanding children's perceptions. The field research was carried out in a municipal nursery that serves children, residents of the MMC, Florianópolis. We had the direct participation of 23 migrant families that answered an objective questionnaire; of three migrant parents who were interviewed by us; of 14 migrant children aged 4 to 6 years. We made use of the field diary, tape recorder, and drawing to capture their lines. In addition, we interviewed a teacher, a classroom assistant, a principal, and a school supervisor. Among the results, we highlight that: a) the migration of the working class is not the exclusive result of an individual choice, but, above all, of a socioeconomic process that conditions it to sell its labor force outside its frontier of origin; b) migrant children have always existed, although forgotten in analyzes, policies and researches, they have faced and face the migratory trajectory and suffer consequences depending on their life and class contexts; c) the Brazilian migratory history was marked by uprooting, showing that migrations were used in the process of building and consolidating capitalist relations of national production, d) the preschool education unit demonstrates to act as a place of insertion of migrant families in the capital and e) children do not use the term "migrate" to describe their experience, but use the verbs "to change" and / or "to travel." Their speeches reveal how they perceive the totality of existing social relations by making clear the social class to which they belong. They denounce the way in which the contradictions between

capital and labor determine the objectivity of social life and, at the same time, condition subjectivities from the earliest age.

Keywords: Migrant Children. Migration. Working Families. Preschooleducation.

LISTA DE SIGLAS

ART	Anotação de Responsabilidade Técnica
BADESC	Agência de Fomento de Santa Catarina
BESC	Banco do Estado de Santa Catarina
CEC	Centro de Formação Continuada
CED	Centro de Educação
CEDEI	Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil
CEF	Caixa Econômica Federal
CELESC	Central Elétrica de Santa Catarina
CEPSH	Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos
COHAB	Companhia Habitacional de Santa Catarina
Crea-SC	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina
DNCEI	Diretrizes Nacionais Curriculares da Educação Infantil
Gepe	Gerência de Formação Permanente
GETEI	Grupo de Estudos Trabalho, Educação e Infância
IBAM	a Instituto de Administração Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios Brasileiros
Ipea	Instituto de pesquisa econômica aplicada
IPPDH	Políticas Públicas em Direitos Humanos
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MMC	Maçço do Morro da Cruz
OIM	Organização Internacional para as Migrações
PMF	Prefeitura Municipal de Florianópolis
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Brasil Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação

RMEF	Rede Municipal de Ensino de Florianópolis
SC	Santa Catarina
SME	Rede Municipal de Ensino (RME) da Secretaria Municipal de Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TMT/CED-UFSC	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Transformações no Mundo do Trabalho do Centro de Ciências da Educação
UEI	Unidade de Educação Infantil
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UN-Habitat	Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - “Os imigrantes”	97
Figura 2 - Italianos na hospedaria dos imigrantes em São Paulo no início do século XX.....	98
Figura 3 - Desenho elaborado durante a dinâmica/brincadeira com as crianças migrantes. O desenho de cima representa o barco e, abaixo, da esquerda para a direita estão o ônibus, o avião e um mapa que A. quis desenhar após ter visto as imagens de satélite do <i>Google Earth</i> que mostramos a ela.	145
Figura 4 - Sala preparada para a realização da ação/brincadeira/dinâmica com as crianças migrantes.....	192
Figura 5 - Desenho de Carla, quatro anos, migrante da Bahia.	200
Figura 6 - Desenho de Ricardo, seis anos, migrante da Bahia.	207
Figura 7 - Desenho de Ester, cinco anos, migrante do Rio de Janeiro.	208

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População residente em Florianópolis em 2000 por região de nascimento.....	116
Gráfico 2 - População residente em Florianópolis em 2010 por região de nascimento.....	116
Gráfico 3 - Perfil das famílias das crianças participantes da pesquisa .	117
Gráfico 4 - População migrante comparada à população total de Florianópolis no período entre 2000 e 2010.....	118
Gráfico 5 - Perfil dos pais da UEI por estado de nascimento – 2016..	141
Gráfico 6 - Perfil dos pais da UEI por estado de nascimento – 2017..	142
Gráfico 7 - Porque as famílias saíram da cidade onde moravam.	149
Gráfico 8 - Porque as famílias escolheram Florianópolis para migrar.	149
Gráfico 9 - Desemprego nos estados em % - IBGE, 2016.	151
Gráfico 10 - Renda Familiar das famílias migrantes em salário mínimo vigente em novembro de 2016 (R\$ 880,00).	157
Gráfico 11 – Ocupação dos pais da UEI pesquisada – 2017.	159
Gráfico 12 - Porque as famílias migrantes estão gostando de morar em Florianópolis.	161
Gráfico 13 - Taxa de desocupação entre pessoas com 18 anos ou mais (Censo 2010).....	173
Gráfico 14 - A UEI ajuda as famílias migrantes no acesso aos serviços oferecidos pela PMF?.....	177

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de imigrantes que migraram ao Brasil durante o período de 1884 a 1933 por nacionalidade.....	99
Tabela 2 - População total e taxa de urbanização nos diferentes continentes do mundo.....	103
Tabela 3 - População brasileira e dos municípios de Florianópolis, Porto Alegre e Curitiba e taxas médias (%) de crescimento demográfico registradas entre 1950 e 2000.....	115
Tabela 4 - Número de pessoas empregadas em diversas atividades econômicas em Florianópolis.....	119
Tabela 5 - Número de pessoas empregadas por atividade econômica em Florianópolis entre 2010-2014	120
Tabela 6 - Pessoas ocupadas em Florianópolis por setor da economia 2007 – 2013.....	122
Tabela 7 - Perfil geral das famílias na Unidade de Educação Infantil pesquisada entre 2016 e 2017.....	138
Tabela 8 - Pobreza, Desigualdade e Escolarização: Bahia e Santa Catarina (2010).....	170

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	27
1. INFÂNCIA, MIGRAÇÕES E TRABALHO	41
1.1A CRIANÇA MIGRANTE EXISTE: OS ESTUDOS SOBRE AS MIGRAÇÕES NA INFÂNCIA E A NECESSIDADE ATUAL DE AFIRMARMOS SUA EXISTÊNCIA.....	44
1.2 MIGRAÇÕES E CAPITAL: uma análise histórica a partir da categoria trabalho.....	60
1.2.1 Entre disputas e interpretações: os campos teóricos dos quais emergem os estudos migratórios.	61
1.3 A MIGRAÇÃO SOB A ÓTICA DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA	72
2. AS MIGRAÇÕES INTERNAS NO BRASIL: UM PROCESSO DIACRÔNICO.	87
2.1 AS OCUPAÇÕES E A MIGRAÇÃO NO TERRITÓRIO CATARINENSE.....	89
2.2 A MIGRAÇÃO PARA FLORIANÓPOLIS: DESAFIOS PARA A “ILHA DA MAGIA”	113
2.3 LOCALIZANDO O CAMPO DE PESQUISA: O MACIÇO DO MORRO DA CRUZ.	125
3. AS FAMÍLIAS MIGRANTES: OS ENTRELAÇAMENTOS DA OBJETIVIDADE NA SUBJETIVIDADE.	135
3.1 A TRAJETÓRIA DAS FAMÍLIAS: DA DECISÃO EM MIGRAR À INSERÇÃO NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS.....	144
3.2 <i>“PRETENDO CONSTRUIR MINHA RENDA FAMILIAR AQUI”</i> : PERSPECTIVA DE VIDA E TRABALHO EM FLORIANÓPOLIS. 152	
3.3 <i>“A GENTE AJUDA A ACHAREM OS CAMINHOS”</i> : A INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA VIDA DAS FAMÍLIAS MIGRANTES.....	164
4. CRIANÇAS MIGRANTES: SENTIDOS E MEMÓRIAS DA OBJETIVIDADE VIVIDA.	179
4.1 <i>“LEMBRA QUE VOCÊ DISSE ONTEM QUE QUERIA QUE EU CONTASSE A MINHA HISTÓRIA? QUER QUE EU CONTE AGORA?”</i> : A CRIANÇA ENQUANTO PARTICIPANTE DA PESQUISA	181

4.2 “ESSA NÃO É A MINHA CIDADE. É PORQUE EU SÓ ESTOU AQUI DE VIAGEM”: SENTIDOS E MEMÓRIAS DIANTE DA OBJETIVIDADE VIVIDA.....	193
CONSIDERAÇÕES FINAIS	221
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	231
ANEXOS.....	253
ANEXO A – BILHETE ENVIADO A TODAS AS FAMÍLIAS DOS GRUPOS PESQUISADOS.....	254
ANEXO B – BILHETE ENVIADO ÀS FAMÍLIAS COM PAI E/OU MÃE MIGRANTES.	255
ANEXO C – BILHETE ENVIADO AS FAMÍLIAS QUE SE MOSTRARAM DISPONÍVEIS EM CONCEDER A ENTREVISTA.	256
ANEXO D - IMAGENS UTILIZADAS NA DINÂMICA/ENTREVISTA COM AS CRIANÇAS MIGRANTES.	257
ANEXO E – ORIENTAÇÃO FIXADA AO QUESTIONÁRIO.....	264
ANEXO F – QUESTIONÁRIO ENVIADO AS FAMÍLIAS MIGRANTES.	265
ANEXO G – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS PROFESSORAS	271
ANEXO H – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A DIRETORA.....	272
ANEXO I – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O SUPERVISOR..	273
ANEXO J - ROTEIRO PARA A REALIZAÇÃO DA DINÂMICA/ENTREVISTA COM AS CRIANÇAS MIGRANTES...	274
ANEXO K – DESENHOS ELABORADOS PELAS CRIANÇAS MIGRANTES QUE PARTICIPARAM DA DINÂMICA/ENTREVISTA.	276

INTRODUÇÃO

“[...] estamos aqui preocupados com um preceito único para uma transformação qualitativa onibrangente, que surge em uma conjuntura crítica da história humana. Isto é, em uma conjuntura antes inconcebível, em que nada menos do que a própria sobrevivência da espécie humana está diretamente em jogo.”

István Mészáros em “A educação para além do capital” (2008)

Peço uma licença acadêmica para redigir a introdução em primeira pessoa e assim, evidenciar a realidade individual vivida, mas deixando clara a essência do estudo completo ser social, coletivo e fruto de um conjunto de compartilhamento e de troca de saberes e de conhecimento. Parafraçando os compositores Lenine e Carlos Posada (2015), “o que eu sou, eu sou em par e não cheguei sozinho”. A licença é momentânea.

O estudo provém da percepção da realidade e da minha materialidade de vida vinda da observação e da experiência prática como migrante, moradora na capital catarinense desde o ano de 2004 e como professora de Educação Infantil (EI) na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (RMEF) desde o ano de 2011.

Sou migrante, paulistana. Cheguei à cidade de Florianópolis porque não consegui ser aprovada na maior e mais conceituada universidade do Brasil: a Universidade de São Paulo, distante a cinco quilômetros da casa onde morava com minha família. Cresci com os conselhos de meus pais de que o público é a melhor possibilidade e que a universidade gratuita seria o meu único caminho. Minha história foi construída dentro da escola pública, em todos os níveis, e ao me deparar com a competitividade do maior vestibular do país e com a minha história enquanto estudante percebi que não seria tão simples continuar meu percurso na rede pública. Minha família não teve condições de pagar um cursinho pré-vestibular caro e conceituado. Precisei começar a trabalhar como digitadora e copiadora de provas e depois como professora em um colégio particular em São Paulo, pois havia concluído o ensino médio técnico em magistério. Consegui pagar um curso sem fins lucrativos, voltado para atender estudantes da rede pública e da classe trabalhadora. Frequentei esse cursinho durante quatro anos e mesmo assim não alcancei o meu objetivo. Pois bem, sair das fronteiras de minha cidade passou a ser

a minha única opção, pois uma faculdade privada nunca esteve em minhas hipóteses, mesmo se fosse possível pagar por ela.

Por ter amigos e conhecidos em Florianópolis, minha primeira tentativa foi o vestibular de inverno da Universidade do Estado de Santa Catarina. Fiz a prova e fui aprovada. Cheguei à cidade apenas com uma mala e com três meses de salários economizados para alugar uma *kitnet* e começar os estudos. Tive três meses para arrumar um trabalho. No terceiro mês consegui um estágio e segui. No ano seguinte consegui um trabalho de meio período como professora de educação infantil na rede particular de Florianópolis e foi assim até eu terminar o curso de Pedagogia. Não tive uma formação crítica durante a graduação, passavam longe as discussões sobre a sociedade e sobre o sistema que domina a educação e a nós.

Gramsci (1995, p. 12) pontua que os Homens, pela concepção de mundo dos quais fazem parte, pertencem sempre a um determinado grupo que partilha um mesmo modo de pensar e uma mesma forma de agir. Segundo ele, “somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivo”. Pois bem, fui *homem-massa* durante a minha graduação. Conformava-me com a perspectiva teórica apresentada pelo curso, pois para mim era a única que existia.

Após dois anos de formada, em 2010, passei num concurso público e me efetivei como professora na RMEF. Em 2013, realizei um curso de especialização em docência na educação infantil (CEDEI) promovido pelo Ministério da Educação e coordenado por professores do Núcleo de Desenvolvimento Infantil do Centro de Ciências da Educação da UFSC e foi nele que passei a observar minha prática enquanto professora de forma mais crítica e com uma percepção mais universal da sociedade. Posso dizer que dei um salto qualitativo em minha visão de mundo e sai, definitivamente, do mundo das aparências. As crianças passaram a ser vistas por mim de forma contextualizada. Os significados de educação infantil, de criança e de infância saíram do universo romântico e foram para o campo crítico, da necessidade da resistência e da transformação. O meu ato pedagógico passou a ser intencionalmente um ato também político.

Em 2014, a convite de minha orientadora, a professora Soraya F. Conde, passei a frequentar o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Transformações no Mundo do Trabalho do Centro de Ciências da Educação (TMT/CED-UFSC) e foi lá que os questionamentos sobre a realidade em sua totalidade agindo dialeticamente sobre a particularidade, e vice e versa, dos fenômenos sociais se tornaram mais claros.

No período em que passei a participar dos estudos do TMT tomei conhecimento sobre a pesquisa coletiva na qual o grupo estava envolvido e me juntei a ele. Com o título de “*Juventude Pobre e Escolarização: relações com a escola, o trabalho e a cultura em territórios de precariedade*” e sob a coordenação da professora Luciana Marcassa (2017, p. 5), a pesquisa teve por objetivo “identificar e discutir o que mantém e o que afasta a juventude da escola, considerando as múltiplas determinações e dilemas que concorrem neste processo [...]”. Da pesquisa participaram onze escolas públicas do Maciço do Morro da Cruz (MMC), um território segregado na “Ilha da Magia” onde se encontra um complexo de morros habitados historicamente pela classe trabalhadora migrante. Esta dissertação é uma derivação deste estudo.

A migração foi um dos dilemas analisados pela pesquisa. Ao ler, ao ouvir meus pares e ao discutir junto com o grupo, novas inquietações e comparações com a realidade vivida na educação infantil da RMEF ocorreram. Se os jovens participantes da pesquisa anunciada enfrentaram a migração, assim também ocorria com as crianças? Possivelmente seus irmãos?

De todos os anos em que estive em sala cuidando, educando e ensinando crianças na rede pública, o ano de 2014 foi o mais inquietante. Foi nele que, a partir de minhas novas construções e aprendizagens, passei a perceber como as crianças que frequentam a educação infantil também são, em grande parte, pertencentes a famílias migrantes e inclusive, muitas delas, também o são. Até aquele momento, eram apenas percepções isoladas da minha realidade, mas o passar daquele ano foi marcante.

Trabalhava em duas unidades, uma no norte da ilha e outra na última região considerada rural em Florianópolis, Ratonés. Esta última foi o campo da pesquisa que culminou em monografia¹ defendida no CEDEI no final de 2014. Dentre os aspectos levantados a partir da contextualização de vida e de trabalho das famílias que participaram desse estudo constatei que 49% de 71 familiares de 23 crianças eram migrantes (ALCUBIERRE, 2014, p. 57). Além dessa investigação analisada, teve

1A monografia sob o título: “*Trabalho, natureza e educação infantil: A educação ambiental na educação infantil no contexto de vida das famílias residentes no distrito de Ratonés, Florianópolis*” (ALCUBIERRE, 2014). O estudo buscou compreender a relação entre trabalho, natureza e infância a partir de um estudo realizado em uma creche localizada no bairro de Ratonés, Florianópolis, Santa Catarina. Procuramos perceber como a unidade é orientada para a educação ambiental e qual a opinião das famílias, diante de seus contextos de vida e de trabalho, acerca da educação ambiental.

outra experiência, porém sem ter sido acadêmica, que também serviu para iniciar o levantamento de minhas hipóteses que culminaram nesta dissertação. O grupo com o qual trabalhei na unidade do norte da ilha continha 25 crianças no início de 2014 e, ao terminar o ano, apenas 10 destas crianças se mantiveram no grupo. As outras 15 saíram da unidade, em tempos distintos, por terem que voltar com suas famílias para suas cidades de origem ou porque precisaram mudar de bairro ou para municípios no entorno de Florianópolis decorrente da falta de emprego e do alto custo de vida na capital catarinense.

A partir daí, escrevi o projeto de mestrado para ingressar no Programa de Pós-Graduação (PPGE) da UFSC na linha Trabalho e Educação, linha vinculada ao TMT e que me ajudaria a analisar a realidade para além das aparências. Meu projeto foi aprovado e passei no processo seletivo.

Por ser funcionária pública efetiva na RMEF, solicitei afastamento de minhas funções profissionais para gozar de Licença Aperfeiçoamento² e garanti o direito historicamente conquistado pela luta da categoria que, a partir da promulgação da Lei Complementar Municipal nº 0063/2003³, obteve essa conquista.

Em 2015, frequentando as aulas do PPGE e os encontros de estudos com o TMT, participei da criação, junto com outros estudantes e professores, de um grupo de estudos interessado em estudar e pesquisar a especificidade da infância na perspectiva teórica do materialismo histórico dialético. Assim, foi criado o Grupo de Estudos Trabalho,

²Segundo o SintraseM (Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público de Florianópolis), “a Licença Aperfeiçoamento é um instrumento importante para a melhoria do ensino na cidade, permitindo mais qualificação dos profissionais, e está prevista no Plano Nacional de Educação (PNE) como estratégia (18.4) para as os profissionais da educação pública. Todo o período de formação é posteriormente ressarcido ao erário público. [...] a grande maioria das pesquisas é feita tendo como base a própria Rede Municipal de Ensino, permitindo identificar como aprimorá-la, e os trabalhadores que retornam do aperfeiçoamento, trabalham na formação continuada com seus colegas” (SINTRASEM, 2016).

SINTRASEM. Secretaria Municipal de Educação quer divulgar qualidade enquanto nega licenças para formação de professores. *On-line*. Florianópolis, 8 de Abr. de 2016. Disponível em: <http://www.sintraseM.org.br>

³FLORIANÓPOLIS. Lei Complementar nº 0063/2003, de 23 de set. de 2003. **Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Florianópolis.** Florianópolis, SC. Câmara Municipal de Vereadores, 2003. Disponível em: <http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/03_11_2009_17.45.15.db216bb049acae9f00b0736ae61f1ad3.pdf. >

Educação e Infância (GETEI) que tem se dedicado aos estudos acerca da concepção de homem, sociedade e infância, aprofundando a compreensão da relação entre classe e geração, entre particularidade e generalidade, além de entender que a totalidade das relações sociais é composta pelas diversas particularidades sociais existentes no real. Neste sentido, as relações de trabalho e as transformações históricas são compreendidas como a base real e concreta da concepção moderna de infância. Desde então, o grupo tem sido o local onde analisamos as crianças da classe trabalhadora a partir daquilo que objetiva suas vidas e que subjetiva os sentidos em construção em suas consciências.

A licença acadêmica cessa por aqui, passo a redigir em terceira pessoa.

Nossas intenções de pesquisa, inicialmente, pretendiam analisar a inserção apenas de crianças migrantes nordestinas e nortistas na RMEF, tendo como campo de pesquisa unidades de EI localizadas no MMC e no seu entorno. Isso decorreu de várias conversas informais com professoras de educação infantil, colegas de profissão, que nos relataram a grande incidência destas crianças em seus grupos de atendimento em algumas destas unidades e a permanência delas era bastante instável, ou seja, eram matriculadas e saíam da unidade ao longo do ano. Após a qualificação do projeto de pesquisa o recorte foi modificado acolhendo orientações da banca examinadora e também decorrente da pesquisa bibliográfica sobre infância e migrações.

Diante disso, foi alterado o grupo de crianças que participaram da coleta de dados e estiveram envolvidas na pesquisa todas as crianças que possuem a migração em sua pequena, mas não menos importante, trajetória de vida.

Partimos do pressuposto de que não é possível compreender as crianças sem considerarmos o contexto social em que estão inseridas. A realidade, e suas contradições, são compreendidas como ponto de partida e de chegada de uma teoria cujo critério de verdade é a *praxis* (GRAMSCI, 1995). E é a partir destas concepções e entendimentos que parte esta dissertação.

A partir dos estudos sociológicos que trouxeram a infância para o campo de investigação dos processos migratórios, compreendemos que as crianças migrantes são sujeitos afetados nestes deslocamentos ((DEMARTINI, 2006a) além de termos a compreensão de que, neles, o trabalho é a motivação principal. Neste sentido, nossa perspectiva centra a análise nas condições materiais, de vida e de trabalho no qual estas crianças estão inseridas e ousa utilizar como metodologia de coleta de dados a própria fala infantil.

Segundo o relatório “*Derechos humanos de la niñez migrante*”, que compõe a série “*Migración y Derechos Humanos*”, elaborada conjuntamente pelo Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos (IPPDH) do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e pela Organização Internacional para as Migrações (OIM),

Los niños y niñas migrantes se encuentran en una “doble” situación de vulnerabilidad: la combinación entre edad y condición migratoria demanda una protección específica y adecuada de sus derechos por parte de los Estados (de origen, tránsito y destino de migrantes) y de otros actores involucrados (VACOTTI et al, 2016, p. 7).

As experiências como professoras na educação infantil facilitaram nossa compreensão de como seria dar espaço e escuta às crianças, porém, por mais que temos a experiência, o lugar que ocupamos como pesquisadoras é bastante diferente de quando atuamos como profissionais. O método do materialismo histórico dialético, perspectiva da qual partiu essa pesquisa, nos impôs uma percepção acerca das crianças migrantes que extrapolou os muros da educação infantil e de suas famílias. Para além da aparência das diferenças culturais que as crianças migrantes carregam consigo, nossa escolha metodológica permitiu que adentrássemos dialeticamente na análise sobre a objetividade do fenômeno da migração transposta na subjetividade infantil através da fala e da interpretação que as crianças constroem acerca da realidade vivida.

Partir do pressuposto de que não é possível compreender as crianças sem considerarmos o contexto social em que estão inseridas não significa analisar apenas o contexto local da família; consiste em conjecturar a totalidade social na qual a família vive e como ela se produz e reproduz diante de tal amplitude. Sendo assim, o estudo da realidade concreta onde vivem as crianças e suas respectivas famílias, classes e culturas foi o ponto de partida das análises realizadas sobre e com elas.

A partir dessa perspectiva, compreendemos que os fenômenos sociais, inclusive os relacionados à infância, precisaram ser analisados a partir de sua amplitude histórica e das relações dialéticas entre totalidade e particularidade, lembrando que história e totalidade não são tidas como finitas e completas e isso nos permite a análise para além das aparências superficiais.

Além disso, definindo “subjetividade como tudo aquilo que se refere ao sujeito e objetividade como tudo aquilo que se refere ao objeto” (DUARTE, 2012, p. 208), ou seja, à materialidade concreta, nossas

análises estiveram envoltas ao entendimento de que, nesta mesma perspectiva teórica, as relações sociais estão intimamente ligadas e são formadas entre a subjetividade e a objetividade vividas pelos sujeitos sociais. Além disso, fazem a mediação entre a vida particular e o gênero humano, tendo este último como o acúmulo histórico e processual da cultura humana (DUARTE, 2012).

Ao procurarmos analisar a temática das migrações na infância, nos deparamos com o sentido do trabalho em nossa sociedade que reflete a totalidade e a objetividade social definidas pelos modos de produção sociometabólicos dispostos no real. São definições arraigadas de múltiplas determinações históricas e que pressupõem conceitos baseados e construídos a partir dos modos de produção e reprodução material da vida dos seres humanos diante das relações econômicas, políticas culturais e sociais.

No discurso neoliberal, o trabalho se relaciona prioritariamente ao “mundo adulto” (NATIVIDADE, 2007). Essa aparência é falsa, pois, ao considerarmos que no mundo 168 milhões de crianças trabalham, sendo que 85 milhões trabalham nas piores formas possíveis⁴, estamos diante de uma realidade sistêmica que necessita de e que produz o trabalho infantil, sem buscar superá-lo. Nossa pesquisa teórica constatou que as migrações também se relacionam, majoritariamente, a esse “mundo”, ou seja, ao “mundo” dos adultos trabalhadores que, condicionados, se deslocam em busca de supostas melhorias nas condições de vida e de trabalho, porém, as pesquisas pouco enxergam a criança que migra junto da família e/ou sozinha.

Neste percurso, ao trazermos a infância migrante neste estudo, evidenciamos que as migrações, assim como o trabalho, possuem sentidos que também fazem parte do imaginário infantil e ainda, fazem parte da formação social das crianças.

Assim, nosso objetivo geral procurou analisar como as crianças vivem o processo da migração a partir do contexto de vida e de trabalho de suas famílias. E contamos com os seguintes objetivos específicos que nos guiaram nessa trajetória:

- Analisar quais pesquisas e estudos existem sobre migrações e infância, destacando as contribuições para nosso estudo;

4 Dados do Relatório Mundial sobre Trabalho Infantil 2015, elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Disponível em http://www.ilo.org/ipecc/Informationresources/WCMS_358969/lang-en/index.htm. Acesso atualizado em 10/08/2017.

- Compreender a relação dialética entre trabalho, capital e migrações;
- Analisar o processo histórico das migrações internas no Brasil, no estado de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis e na região do Maciço do Morro da Cruz e suas conjunturas sociais, políticas e econômicas;
- Analisar o contexto de vida e de trabalho das famílias das crianças migrantes e;
- Compreender quais sentidos as crianças migrantes possuem acerca da migração.

Vale lembrar que “o recorte dessa pesquisa é um recorte de classe” (CONDE, 2007, p. 18). Embora saibamos que as migrações ocorrem desde tempos remotos e que o discurso contemporâneo destaca que as pessoas migram em diferentes situações e contextos, também sabemos que são decorrentes, direta ou indiretamente, das determinações e dos condicionantes históricos do formato capitalista de se produzir e reproduzir a vida humana.

Nossa ênfase esteve localizada na migração de crianças matriculadas em uma unidade pública de educação infantil, filhos e filhas da classe trabalhadora que, por necessidade, migra em busca de trabalho e levam-nas consigo. Analisar as migrações sob circunstâncias apenas aparentes tais como as diferenças e trocas culturais, seria como colocar um véu sobre nossos olhos, pois, não é “possível isolar a criança de suas condições materiais de existência” (CONDE, 2007, p. 18).

A pesquisa de campo ocorreu em uma unidade de educação infantil (UEI) vinculada a Rede Municipal de Ensino (RME) da Secretaria Municipal de Educação (SME) de Florianópolis/SC. Está localizada na região central da ilha, no bairro Agrônoma. Atende 125 crianças entre zero e seis anos que, em sua maioria, moram em três comunidades pertencentes ao complexo do MMC e que se localizam próximas a essa unidade.

Participaram da pesquisa, de forma direta, dezoito crianças migrantes entre quatro e seis anos. O recorte de idade foi feito por compreendermos que, ao encontro da perspectiva histórico-cultural, nesta fase do desenvolvimento infantil a criança já possui a linguagem verbal desenvolvida capaz de externalizar seu pensamento e o seu estado afetivo e emocional. Essa capacidade da criança expressar sua história através da sua fala ocorre, principalmente, por intermédio da sua atividade principal – o jogo de papéis sociais e o faz-de-conta – onde, por meio de uma

relação viva, estabelece um vínculo real entre ela e o mundo que a rodeia (PETROVSKI, 1985, *apud* TULESKI, EIDT, 2016), desenvolve, exerce e cultiva “funções essenciais em processo de desenvolvimento [...] como a memória, a imaginação, o pensamento, a linguagem oral, a atenção, a função simbólica da consciência” (MELLO, 2007, p. 97).

A escolha desta UEI deriva dos expressivos dados migratórios extraídos da pesquisa coletiva realizada TMT/UFSC e já referida aqui. A pesquisa nos ajudou a confirmar a alta incidência migratória de famílias trabalhadoras à cidade de Florianópolis que se instalam, inicialmente ou permanentemente, nas comunidades do MMC.

A partir daí surgiu a hipótese de que, se nas escolas básicas do MMC havia uma porcentagem considerável de adolescentes e jovens migrantes, nas creches e núcleos de educação infantil localizadas no Maciço ou ao redor dele haveria a possibilidade de estarem as *crianças migrantes*. Assim, com a ajuda da Gerência de Formação Permanente (Gepe) do Centro de Formação Continuada (CEC) da SME, foi realizado um levantamento em seis UEI's localizadas em proximidade com a escola básica municipal que, conforme a pesquisa citada acima, concentra um grande número de jovens e adolescentes migrantes⁵. Deste levantamento foram apontadas duas unidades com maior número de crianças migrantes na faixa etária escolhida, entre elas uma creche, que atende crianças em período integral, e um núcleo de educação infantil, que atende as crianças em períodos parciais.

Optamos por realizar a pesquisa de campo na creche, pois, no início do curso de mestrado, quando estávamos na etapa exploratória inicial do projeto de pesquisa, tivemos conversas informais por telefone e/ou pessoalmente com as diretoras das seis unidades citadas acima. A UEI escolhida manifestou grande interesse em participar do estudo oferecendo a unidade como campo de pesquisa, pois, além de terem muitas famílias e crianças migrantes, gostariam de compreender e discutir sobre a temática.

Vencida esta tomada de decisão, organizamos a ética da nossa pesquisa de campo com e sobre as crianças migrantes. É consenso no campo da educação infantil que existe, há tempos, um empenho grande em consolidar uma visão de criança como um sujeito social ativo, histórico e, mais ainda, que possui conhecimentos e costumes a partir das

5 Retiramos os dados citados do artigo “*O trabalho e a escola para jovens migrantes*” da professora Célia Regina Vendramini (2016) que foi apresentado na XI ANPED-SUL e deriva da pesquisa coletiva do TMT (MARCASSA et al, 2017).

relações históricas, sociais, econômicas e culturais estabelecidas (KRAMER, 2002). As pesquisas que evidenciam essa criança, neste sentido, também são produto deste esforço. Nosso estudo tem clareza sobre tais considerações, porém não podemos deixar de destacar que entendemos a criança como um sujeito em relação ao seu contexto social, e não como um sujeito apenas de natureza infantil (KRAMER, 1982). Além disso, concordamos que

Qualquer trabalho consciente desenvolvido com crianças não pode prescindir de uma definição de qual era (e que é) o conceito de infância no interior das diversas classes sociais. Parte-se do princípio de que as crianças (nativas ou imigradas, ricas ou pobres, brancas ou negras) tinham (e têm) modos de vida e de inserção social completamente diferentes umas das outras, o que correspondia (e corresponde) a diferentes graus de valorização da infância pelo adulto, a partir de suas condições econômicas, sociais e culturais e, do papel efetivo que exerciam (e exercem) na sua comunidade. [...] são necessários estudos e pesquisas que aprofundem o conhecimento da criança brasileira e de sua inserção social na comunidade (KRAMER, 1982, p. 20).

Sabemos que os significados de infância e de criança, assim como as demais simbologias sociais, foram e são, dialeticamente, construídas socialmente em processos dinâmicos e históricos onde as condições materiais dos modos de produção da vida são determinantes na organização destes conceitos. Foi a partir da consolidação da sociedade capitalista que a criança passou a ter nova representação social. Acompanhando a divisão social do trabalho, os simbolismos construídos sobre a criança e a infância também foram divididos. A ideia do sentimento bucólico de infância singular que precisava ser cuidada e educada não serviu para todas as crianças. É importante pontuar que as da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que haviam crianças burguesas sendo cuidadas, estavam nos chãos das fábricas sendo feridas, sofrendo as mais diversas intempéries e precárias condições de vida, além de estarem morrendo (CONDE, 2012; KLEIN, 2012; NOSELLA, 2002).

Por isso, ter como referência

uma definição de infância e adolescência que leve em conta seus determinantes socioeconômicos é de inegável importância para um melhor entendimento

dos problemas sociais que envolvem a condição da criança e do adolescente na sociedade contemporânea, quer se refiram às relações familiares ou extrafamiliares, à educação ou ao trabalho. Em consequência, é de se refletir com profundidade sobre o sentido real dos papéis que a sociedade lhes tem atribuído, avaliando se, encoberto pelo véu de exaltação de novos sentimentos familiares, não se oculta um reiterado processo de reprodução proletária, constituindo um cada vez mais dilatado exército de reserva, pronto para ser requerido ou dispensado, ao sabor das necessidades de reprodução ampliada do capital (KLEIN, 2012, p. 3392).

Partimos destas concepções de criança e de infância para adentrarmos a pesquisa de campo e para organizarmos os procedimentos metodológicos que foram aplicados com a participação das crianças. Para garantir segurança e idoneidade ao estudo junto às famílias, profissionais e crianças, o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEPSH) da UFSC e também recebeu autorização da SME através da Gepe. Todas as participações em entrevistas, questionários e ação junto às crianças foram autorizadas em Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e os nomes das crianças e adultos foram trocados por nomes ou siglas fictícias.

As falas e os sentidos das crianças migrantes em relação às suas experiências de vida se tornaram um marco em nossa pesquisa.

O uso do gravador e do diário de campo foram os instrumentos que possibilitaram esse percurso. Foram ouvidas diretamente treze crianças durante esses momentos, doze migrantes e uma criança nativa e com pais também nascidos em Florianópolis. A fala desta última criança surgiu de sua intensa curiosidade e reflexão acerca da realidade por qual passavam seus amigos que migraram para Florianópolis. Nós questionamos a sua participação, já que ela não havia se mudado, porém ela foi enfática e disse: *“mas é que eu sei porque os meus amigos se mudaram pra cá”*. Por isso, também optamos em coletar a sua voz e usá-la em nossas análises.

Foram entrevistadas três famílias migrantes⁶ que se dispuseram a participar da pesquisa: duas migraram da Bahia e uma é migrante do

6As entrevistas foram concedidas de forma voluntária. Enviamos um bilhete perguntando aos pais quem gostaria de participar deste momento e obtivemos o retorno de quinze famílias que se disponibilizaram. Optamos por entrevistar duas famílias que migraram do estado da Bahia e uma do interior de SC, pois foram

interior do estado de Santa Catarina. Consideramos que essas entrevistas foram importantes para que pudéssemos colher dados subjetivos e objetivos da realidade na qual estão inseridas as crianças que participaram da pesquisa. Para aprofundar tal instrumento, complementamos a entrevista com a técnica da “*história de vida tópica*” que “focaliza uma etapa ou um determinado setor da experiência em questão” (NETO, 1994, p. 59)⁷, no caso desta pesquisa a experiência em foco foi o processo de migração. De fato, esta técnica complementar foi de grande valia para o entendimento de que, a partir das subjetividades e das experiências individuais dos sujeitos, podemos extrair elementos da dimensão objetiva e social coletiva.

Já com as professoras⁸, com o supervisor escolar e com a diretora, as entrevistas visaram perguntas direcionadas e previamente estabelecidas. Com questões bem diretas, tivemos a pretensão de obter, do universo dos sujeitos, respostas mais fáceis de categorizar (SEVERINO, 2007, p. 125), o que foi importante para o desenvolvimento de levantamentos da realidade experimentada, tanto das professoras que recebem as crianças migrantes em sala e do supervisor quanto da diretora que é a primeira a se relacionar com as famílias.

Além das contribuições da Sociologia da Infância⁹, a participação das crianças em nossa pesquisa como sujeitos que possuem informações a serem dadas, foi orientada a partir da Perspectiva Histórico Cultural (MELLO, 2010) que, ao discutir o lugar da criança na pesquisa, exprime que ela, ao se relacionar com a cultura, atribui sentidos e significados pessoais ao que conhece e/ou experimenta e se apropria de novas

destas regiões que se concentraram o maior número de famílias migrantes na UEI pesquisada e por elas terem apresentado já nas respostas do questionário, interessantes contribuições para o nosso estudo. Não foi possível entrevistar um maior número de famílias em decorrência do tempo e dos limites que existem em uma dissertação.

7 Segundo este autor, nesse procedimento metodológico, destacamos a noção de entrevista em profundidade que possibilita um diálogo intensamente correspondido entre entrevistador e informante. [...]. Nela geralmente acontece a liberação de um pensamento crítico reprimido e que muitas vezes nos chega em tom de confiança. É um olhar cuidadoso sobre a própria vivência ou sobre determinado fato. Esse relato fornece um material extremamente rico para análise do vivido. Nele podemos encontrar o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual (*idem*, p.59).

8 Foram entrevistadas uma professora e uma auxiliar de sala.

9 Especificamente Campos (2008) e Demartini (2005).

aprendizagens ao mesmo tempo em que desenvolve a sua consciência em processo de formação (MELLO, 2010).

Sabendo disso, tivemos a compreensão de que as crianças podem sim ser ouvidas e contempladas na pesquisa como informantes e não apenas como sujeitos a serem observados. Foi esta escolha teórica que nos orientou quando estivemos em campo realizando a proposta da ação/brincadeira junto às crianças migrantes e as conversas/entrevistas.

Na ação/brincadeira, participaram nove crianças migrantes¹⁰ e utilizamos o desenho para que as crianças pudessem expressar suas referências acerca de suas cidades natais e da cidade de Florianópolis, elencando também a sua trajetória de viagem com o uso de recortes de meios de transportes. Para isso, usamos fotografias¹¹ das regiões centrais das cidades onde as crianças viviam e de Florianópolis. Além disso, usamos como recurso complementar o *Google Earth*, que também nos ajudou a mostrar as cidades natais das crianças com maior amplitude e também para ser divertido para elas.

Sobre o uso do desenho, compreendemos que ele é um recurso metodológico bastante utilizado em pesquisas com crianças por ter o seu valor heurístico e por ser algo bastante comum no cotidiano delas. A criança, e mais ainda, a criança pequena¹², possui formas diferentes de se expressar que as diferem do adulto para quem a palavra e a frase articuladas predominam. Para se comunicarem, os gestos, as imagens, os silêncios, as expressões e as palavras são utilizadas das mais variadas formas e nem sempre podemos compreender diretamente este universo de significações e isso requer que tenhamos recursos auxiliares que possam complementar os demais (NATIVIDADE; COUTINHO; ZANELLA, 2008). Neste caminho, o desenho foi utilizado como procedimento complementar às entrevistas no processo de coleta de informações.

Na análise dos dados coletados com os sujeitos participantes, utilizamos o método que possui o pensamento dialético como pressuposto e, portanto, o movimento de análise entre singularidade, particularidade e universalidade, entre objetividade e subjetividade (MINAYO, 2008).

10 As crianças migrantes são das cidades de Pirituba-SC, Biritinga-BA, Rio de Janeiro-RJ, Eunápolis-BA, Serrinha-BA, Feira de Santana-BA e Belém-PA.

11 As imagens utilizadas foram extraídas da internet usando o *Google Images* e foram escolhidas as fotografias dos pontos turísticos locais, quando existiam, e das regiões centrais, da praça central, da igreja central e de ruas e avenidas principais. Todas elas estão no Anexo D.

12 Grande parte dos estudos sobre a infância denominam a faixa etária de 0 a 3 anos de **crianças bem pequenas** e a faixa entre 4 a 6 anos de **crianças pequenas**.

Nesse método, a análise tem como direção a fala dos atores sociais e deve ser “situada em seu contexto para melhor ser compreendida. Essa compreensão tem como ponto de partida, *o interior da fala*. E, como ponto de chegada, *o campo da especificidade histórica e totalizante que produz a fala*” (GOMES, 1994, p. 77, *itálico do autor*).

A dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro, afirmamos a necessidade de considerar a presença da criança, que quase não é vista, nas análises dos processos de deslocamentos da classe trabalhadora. Primeiro, apresentamos a produção científica existente sobre migrações na infância e depois realizamos uma análise sobre as principais pesquisas deste campo que contribuíram para nosso estudo. Na segunda parte do capítulo, realizamos uma análise histórica sobre as migrações diante das contradições impostas pelas relações entre capital e trabalho e discutimos com os campos teóricos dos quais emergem os estudos migratórios.

No segundo capítulo, apresentamos a diacronicidade das migrações internas no Brasil, revelando os processos migratórios em Santa Catarina (SC), em Florianópolis e no MMC.

No terceiro capítulo, trazemos a análise dos dados coletados junto às famílias e aos profissionais da UEI pesquisada, procurando trazer à tona o contexto socioeconômico e a realidade de vida das crianças, além de levantar a discussão sobre as contribuições sociais que a instituição de EI traz a estas famílias.

No último capítulo, as crianças são evidenciadas enquanto participantes da pesquisa. Discutimos o que isso pode vir a significar para o campo crítico das pesquisas em educação e fazemos uma análise das falas das crianças migrantes, o que elas carregam consigo e que tensões evidenciam as contradições dialéticas entre particularidades e universalidade do fenômeno social migratório.

1. INFÂNCIA, MIGRAÇÕES E TRABALHO

*“É verdade, eu vivo em tempos negros.
Palavra inocente é tolice. Uma testa sem
rugas
Indica insensibilidade. Aquele que ri
Apenas não recebeu ainda
A terrível notícia.
Que tempos são esses, em que
Falar de árvores é quase um crime
Pois implica silenciar sobre tantas
barbaridades?”*

Poesia “Aos que vão nascer” de Bertolt
Brecht (2001).

*E, através da caatinga, cortando-a de todos
os lados, viaja uma inumerável multidão de
camponeses. São homens jogados fora da
terra pelo latifúndio e pela seca, expulsos
de suas casas, sem trabalho nas fazendas,
[...]. Vêm de todas as partes do Nordeste na
viagem de espantos, cortam a caatinga,
vencendo as cobras traiçoeiras, vencendo a
sede e a fome, [...]. São milhares e milhares
se sucedendo sem parar. É uma viagem que
há muito começou e ninguém sabe quando
vai terminar porque todos os anos os
colonos que perderam a terra, os
trabalhadores explorados, as vítimas da
seca e dos coronéis juntam seus trapos, seus
filhos e suas últimas forças e iniciam a
jornada.*

Trecho do livro *Seara Vermelha*, de Jorge
Amado (2009) publicado pela primeira vez
em 1946.

Como disse Marx, “todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. [...] a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa” (MARX, 2011, p. 25). A saga de milhares de famílias expropriadas de suas terras, de seus direitos e de seu trabalho é um fato trágico que se faz e se refaz no capitalismo diacronicamente através do farsante discurso da liberdade em ir e vir.

Para expandir capital, as expropriações¹³ (FONTES, 2010) atuam como um dos determinantes que mantêm a estrutura, o funcionamento e a continuidade do sistema. Tal fenômeno ajuda a propiciar a diacrônica extração de mais-valor que garante ao capital a sua tendência histórica em permanecer expansionista e concentrador. Para extrair esse mais-valor, é necessária a sujeição dos homens ao trabalho “livre” que o próprio mercado capitalista disponibiliza. Ele depende da força de trabalho assalariada transformando-a em valor de troca para, assim, extrair mais-valor. Além disso, quanto mais trabalhadores se sujeitarem a menores salários e a mais horas de trabalho, maiores serão as possibilidades em aumentar as quantidades de mais-valor.

A partir de Fontes, compreendemos que as expropriações são um processo inerente ao desenvolvimento do capitalismo que separa e retira dos trabalhadores, histórica e continuamente, as condições e os recursos sociais para a produção e reprodução da vida de forma coletiva e produtora de valores-de-uso. Tal processo resulta em uma crescente disponibilização da população mundial ao capital e aos seus condicionamentos. Neste caso, a autora se refere à simultânea produção de uma base social que nutre o capital, ou seja, a produção de uma classe trabalhadora “livre” expropriada, disponível e sujeita às condições do mercado, seja ele como e onde for (FONTES, 2010).

Jorge Amado foi um, entre tantos outros escritores brasileiros, que descreveu e denunciou a sina dos trabalhadores rurais transformados em migrantes que perambulavam em busca de terra e de trabalho, ou seja, de vida. A história desta população é muito parecida com a descrita em “*O Capital*” (MARX, 2014) sobre a expulsão dos camponeses das terras agrícolas inglesas durante os séculos que sucederam o regime feudal. Essas terras foram usurpadas, demarcadas e transformadas em propriedades privadas e individuais de forma violenta e autoritária por uma minoria.

A história se repete nos dias atuais, ainda que de forma não estanque e nem exatamente igual. Seja nas terras indígenas brasileiras que a cada dia estão menos demarcadas, mais invadidas e tomadas por grileiros, jagunços e capangas veladamente apoiados pelo grande capital

13Utilizamos o conceito de “*expropriação*” da historiadora Virgínia Fontes (2010) por compreendermos que ele é o conceito que melhor consegue explicar as circunstâncias que condicionam as migrações no capitalismo. Porém, outros conceitos serão mencionados, como “*espoliação*” de David Harvey (2004) e “*expulsão*” de Saskia Sassen (2016) que se assemelham ao conceito de expropriação.

do agronegócio, seja nos países africanos e do oriente médio, decorrente de conflitos políticos, econômicos e religiosos históricos como no Afeganistão, Síria, Somália, Sudão e Iraque, que vêm expulsando milhares de seres humanos na condição subumana de refugiados em direção à Europa, continente que apoiou intervenções militares nestes mesmos países e que há séculos os exploram.

Também se repete nas terras agrícolas do interior da China, onde milhões de camponeses ainda são expulsos anualmente e caminham em direção as fábricas nas mega cidades industriais como Pequim, Xangai, Wuhan, etc. Ou na América Latina e na América do Sul, historicamente regiões que exportam força de trabalho barata aos EUA e que estão prestes a ver um muro gigantesco ser construído na fronteira do México com esse país tentando impedir milhares de trabalhadores de entrar em terras “trumpianas”¹⁴.

E ainda, no campo, nas cidades de pequeno, médio e grande porte, que pela característica constante do capital em produzir a desigualdade econômica regional desemprega e expulsa, de forma ininterrupta, trabalhadores em direção a outras cidades e regiões onde o capital se concentra. A realidade posta é que as migrações “[...] tomam lugar no mundo, como movimento que parece incontrolável, não importa o quanto países se esforcem para aprovar meios de controle [...]” (VENDRAMINI, 2016), sejam eles muros, leis, policiamento, repressão ou discursos ideológicos.

Este capítulo tem por objetivo afirmar a presença de sujeitos que quase não são vistos nas análises dos processos de deslocamentos da classe trabalhadora: as crianças. Primeiro apresentamos a produção científica existente sobre as migrações na infância e depois realizamos uma análise sobre as principais pesquisas deste campo que contribuem para compreender a nossa realidade. Na segunda parte do capítulo realizamos uma análise histórica sobre as migrações dentro dos condicionamentos e determinações do sistema capitalista de produção e circulação. Neste momento evidenciamos os efeitos que assolam a classe trabalhadora diante das contradições impostas pelas relações entre capital e trabalho. Por fim, analisamos a história das migrações para justificá-la

14 O termo “trumpiano” refere-se ao atual presidente dos EUA, o republicano Donald Trump, que vêm implantando, a partir das eleições de 2016, em uma agenda política, econômica, ambiental e social marcada pela xenofobia, pelo protecionismo econômico, pela máxima extração de recursos naturais em favor das mega empresas de petróleo e afins e pelo extremismo liberal tomando os EUA para si, como propriedade individual.

como elemento central na discussão sobre os processos de deslocamentos da classe trabalhadora e de suas crianças e como o trabalho está intrinsecamente associado a elas.

1.1 A CRIANÇA MIGRANTE EXISTE: OS ESTUDOS SOBRE AS MIGRAÇÕES NA INFÂNCIA E A NECESSIDADE ATUAL DE AFIRMARMOS SUA EXISTÊNCIA.

“Aos veados foi dado mais espaço, enquanto os seres humanos foram acossados num círculo cada vez mais estreito [...] Roubou-se do povo uma liberdade atrás da outra [...]. E a opressão ainda cresce diariamente. Clareamento e expulsão do povo são seguidos pelos proprietários como princípios inexoráveis, como uma necessidade agrícola, do mesmo modo como são varridos as árvores e os arbustos nas florestas da América e da Austrália, e a operação segue sua marcha tranquila, adequada aos negócios.”

Robert Somers (1848 apud MARX, 2014)

Analizamos as migrações sob a perspectiva do trabalho. Neste sentido, ao estudarmos este fenômeno nos deparamos com o processo dinâmico e constante do movimento da população em busca de terra e trabalho a partir do desenvolvimento do sistema capitalista que passou a determinar e condicionar¹⁵ todas as esferas coletivas da sociedade:

15Na escrita deste trabalho discutimos bastante sobre o uso dos verbos “condicionar” e/ou “determinar” para designarmos a atuação do capitalismo nas esferas coletivas da sociedade. Após refletirmos, de acordo com as sugestões da banca de qualificação e com as discussões que tivemos ao longo dos anos em estudos no grupo TMT/UFSC, verificamos que os dois verbos são importantes e revelam intencionalidades e aporte teóricos críticos. Para designarmos a atuação do capital aos movimentos migratórios, optamos por utilizar o verbo **condicionar**, que, segundo o Mini Dicionário Aurélio, significa a) pôr ou impor condições a; b) estabelecer como condição e, c) habituar-se a condições ou circunstâncias novas e o verbo **determinar** significa a) marcar termo a; delimitar, fixar; b) definir, precisar; c) estabelecer como ordem, ordenar; d) causar, motivar; e) especificar; f) fixar, assentar e, g) decidir-se (FERREIRA, 2006, p.254 e 314). Desta forma, entendemos, que as **determinações** impostas pelo capital **condicionam** os

econômica, social, política e cultural. Os fatores populacionais que alteram quantitativamente uma região não se configuram apenas pela reprodução da população, ou seja, entre os índices de natalidade e de mortalidade. Os deslocamentos migratórios são fenômenos sociais que contribuem para alterações demográficas, econômicas, políticas, sociais e culturais das regiões. Desse fluxo, resulta o fato de que, em algumas regiões, ocorre um aumento repentino da população disponível para o trabalho assalariado e explorado e, em outras, há diminuição.

As primeiras e violentas expropriações de terra (exemplificada na citação inicial) que Marx em “*O Capital*” (2014), analisou no capítulo “*A assim chamada acumulação primitiva*” e que discutiremos mais adiante são exemplos de como o capitalismo transformou a propriedade coletiva e seus meios de produção da vida em propriedade privada e individual concentrada nas mãos de poucos. O capital, de acordo com a análise histórico-dialética de Virgínia Fontes (2010, p. 21) em sua pesquisa principal intitulada “*O Brasil e o capital-imperialismo*”, possui duas faces que tendem à sua contínua expansão: a concentração de recursos sociais e a recriação permanente das expropriações sociais que continuam a disponibilizar massas de trabalhadores para o capital.

Evidenciamos que os movimentos da classe trabalhadora são decorrentes de inúmeros fatores provocados por decisões individuais, mas estas pressupõem como já escreveu Marx, condições pré-determinadas e coletivas. Em suas palavras,

os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram (MARX, 2011, p. 25).

Em análises contemporâneas, o professor Francisco de Oliveira (2003) avaliou que as desigualdades entre as regiões, tanto nacionais como mundiais, são produtos da expansão do capitalismo. Além disso, segundo o geógrafo Milton Santos (2008), as migrações são uma expressão espacial dos mecanismos de modernização que se refletem frequentemente na urbanização, na favelização e na segregação dos espaços nas grandes cidades. Este processo ocorre de forma absoluta sob a égide do modo de produção capitalista e é condicionado pela necessária reprodução e acumulação de capital.

sujeitos a migrarem por terra, vida e trabalho através dos territórios no cenário mundializado do capital.

A história se repete. Entre tragédias e farsas, o capital se reproduz e usa toda a sua contradição no ímpeto de tomar para si o que um dia pôde ser de muitos. Nossa discussão emerge no campo teórico dos movimentos migratórios, processo que afeta tanto os adultos como as crianças. Ao tratarmos deste fenômeno sabemos que ele não é uma novidade. Porém, ao focalizarmos as crianças, evidenciamos um sujeito esquecido nos estudos sobre a migração. É preciso atentar que a experiência da migração não é apenas dos adultos, mas as crianças também migram e sofrem os desafios relacionados ao ter que partir e enfrentar algo novo. Segundo os poucos estudos que tratam desta questão, são elas, as crianças, os sujeitos mais afetados quando na condição de migrantes, pela pouca idade e pela pouca visibilidade que possuem (LOPES, 2003a e DEMARTINI, 2004; 2006; 2009 e 2015).

Segundo a socióloga Zeila Demartini,

as pesquisas sobre fluxos imigratórios geralmente preocupam-se com os imigrantes em **idade produtiva** e com as famílias, mas pouca atenção ainda merecem os pequenos imigrantes envolvidos de alguma maneira em tais deslocamentos: trata-se de uma infância “oculta” (DEMARTINI, 2015, p. 369, **negrito nosso**).

Na análise descrita acima, a professora destaca que as pesquisas sobre as migrações tratam de colocar em destaque os sujeitos em “*idade produtiva*”, isso revela e corrobora com o tipo de sociedade em que vivemos: a sociedade do trabalho que tenciona o movimento da classe trabalhadora às regiões onde o capital mais necessita de força disponível para o mercado. É por isso que nesta pesquisa as relações travadas entre o trabalho e o capital são essenciais. Pesquisar a criança migrante significa considerar que “[...] grande parcela desses seres carrega em suas trajetórias de vida as vivências em diferentes espaços, isto é, em diferentes realidades sócio-econômico-culturais” (DEMARTINI, 2015, p. 369) que cada uma delas experimenta em tão pouco tempo de vida.

Como escreveu o sociólogo Jens Qvortrup,

as crianças são indiscutivelmente parte da sociedade e do mundo e é possível e necessário conectar a infância às forças estruturais maiores, mesmo nas análises sobre economia global. Tais lições são importantes, visto que não é comum incluir as crianças, científica ou politicamente, no nível das políticas mundiais ou das nacionais. [...] o que se discute e escreve em primeiro lugar são as

análises políticas e econômicas, [...]; em segundo, as análises sobre os efeitos no próprio país; em terceiro, as organizações e seus analistas profissionais os exploram intensivamente com vistas a prever as repercussões para o comércio, a indústria, a agricultura, o movimento trabalhista, etc. Ninguém se pergunta, contudo, o que tudo isso significa para as crianças – para sua vida cotidiana, para seu bem-estar econômico, social e cultural. É certo que pode haver considerações posteriores, mas somente depois, quando as coisas já se acalmaram e, na maioria das vezes, indiretamente. Assim, é possível perguntar: por que as crianças, por que a infância é ignorada nas análises econômicas e políticas? Deveriam as crianças ou a infância ter um lugar nessas discussões? (QVORTRUP, 2011, p. 201).

Respondendo ao autor citado: sim. As crianças e a infância devem ter um lugar nas discussões e análises econômicas e políticas. Compreendemos que a criança é um sujeito que também se forma e se condiciona dentro das relações sociais de produção capitalistas. Tais relações são as *forças estruturais maiores* da nossa sociedade e entendemos que as migrações fazem parte desse processo generalizado de exploração do capital por meio do processo de produção e circulação de mercadorias, inclusive dos trabalhadores.

O trabalhador, também transformado em mercadoria (MARX, 2014), expropriado de seus modos de produzir a vida, se coloca totalmente disponível para vender a sua única mercadoria, sua força de trabalho, que, em vez de ser meio para a sua realização humana, condiciona a sua individualidade como produto e produtora de valores de troca em relações de alienação.

Ao realizarmos uma busca de estudos sobre os processos migratórios na infância e sua incidência na educação nos deparamos com poucas produções científicas. Foi realizado um balanço sobre essa produção a partir da associação dos descritores “crianças migrantes”, “infância”, “migrações” e “educação infantil” na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Portal de Periódicos CAPES/MEC, no *Google Acadêmico* e na Base de Dados da *Scielo* e encontramos: a dissertação de May Hampshire Campos da Paz Malta “*O migrante na escola: um estudo de caso*” de 1982, sendo esta o estudo encontrado mais antigo; a tese do geógrafo e professor Jader Janer Moreira Lopes “*Então somos mudantes*” de 2003a e artigos derivados

deste estudo (LOPES, 2003b, LOPES e VASCONCELOS, 2006; LOPES, 2008; LOPES, 2013 e LOPES, MELLO e BEZERRA, 2015), a dissertação da psicóloga Cécile Diniz Zozzoli “*A criança migrante no contexto escolar: uma análise centrada na afetividade*” de 2009 e a tese da professora Rosali Rauta Siller “*Infância, Educação Infantil e Migrações*” de 2011.

Todos esses estudos, mesmo que por vias teóricas diferentes, possuem as crianças como sujeitos centrais da análise associada aos processos migratórios e a repercussão nos seus processos educativos. Somam-se a estes estudos as pesquisas da área da Sociologia da Infância da professora e socióloga Zeila Demartini (2004; 2006; 2009 e 2015) e uma monografia defendida no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina pela graduanda Luciana Yamamoto Souza “*A migração na infância: percebendo e compreendendo o novo lugar*” de 2014.

Tratando dos principais estudos, o geógrafo Jader Janer Moreira Lopes trouxe o desafio de pensarmos a infância migrante a partir das categorias lugar, identidade e educação e pretendeu desvelar as concepções de espaço e lugar presentes em crianças que se deslocam. O autor procurou compreender as crianças migrantes, que se deslocam no espaço geográfico por motivos diversos, quase sempre acompanhando seus grupos familiares. Lopes trabalhou com fontes documentais históricas e evidenciou que os movimentos migratórios das crianças tiveram início no Brasil com a colonização portuguesa. Em seu trabalho, apontou singularidades presentes nas representações de espacialidade das crianças migrantes e suas interações com a própria constituição da identidade de ser criança a partir do estabelecimento de territórios de infância (LOPES, 2003a). Tal estudo possui uma série de contributos que utilizamos em nossa pesquisa. O autor seguiu uma trajetória de pesquisas que culminou no desenvolvimento da Geografia da Infância (LOPES, 2008) com vários textos autorais e com parcerias em pesquisas realizadas no Grupo de Pesquisas e Estudos em Geografia da Infância - GRUPEGI (CNPq) vinculado à Universidade Federal Fluminense e à Universidade Federal de Juiz de Fora.

A professora Rosali Rauta Siller (2011), teve como objetivo investigar como as crianças que vivem em contextos de migração produzem, reproduzem e difundem as práticas sociais de seus e de outros grupos étnicos e culturais, por meio das relações que estabelecem com seus pares e com os profissionais da educação infantil. Em sua tese, nos traz um importante capítulo que evidencia a produção bibliográfica de estudos e pesquisas que tratam das crianças migrantes no processo

histórico das migrações no Brasil no início da colonização e no período das grandes levas migratórias européias ocorridas entre o fim do século XIX e começo do século XX.

Entre os trabalhos identificados por Siller (2011), fizemos a leitura das fontes e destacamos os seguintes autores: Ana Silvia Volpi Scott (2001) que levantou dados quantitativos sobre a presença de crianças nos movimentos migratórios no período de 1908 a 1936; Simone Kohlrausch (2006) trouxe a criança como foco de análise nos movimentos migratórios alemães para o Brasil, no século XIX; Fábio Pestana Ramos (2015) que pesquisou sobre as crianças nas embarcações portuguesas do século XVI; José R. de Góes e Manolo Florentino (2015) que investigaram a situação das crianças negras presentes nos navios que traficavam escravos no Brasil; Esmeralda B. B. Moura (2015) que evidenciou as precárias condições em que viviam as crianças e os adolescentes filhos de famílias imigrantes recém-chegadas no Brasil e como as crianças migrantes se transformaram em crianças operárias na recém-industrializada São Paulo.

Os estudos de cunho bibliográfico de Lopes (2003a) e de Siller (2011) trazem à tona a importante evidência de que o fenômeno das migrações não impacta apenas os adultos. As crianças também se deslocam e sofrem impacto. São milhares de crianças que, acompanhando suas famílias, cruzaram o oceano, países, estados e regiões inteiras para fixarem moradia levadas pela necessidade do trabalho de seus familiares. Desta forma, concordamos com Qvortrup ao enfatizar que

[...] todos os eventos, grandes e pequenos, terão repercussões sobre as crianças, como parte da sociedade; e, em consequência, elas terão reivindicações a serem consideradas nas análises e nos debates acerca de qualquer questão social maior (QVORTRUP, 2011, p. 202).

O artigo de Moura (2015) retrata como a criança migrante, nos processos de deslocamentos, é, de fato, o sujeito mais afetado por sua condição na hierarquia geracional. Nos navios migrantes, por exemplo, eram comuns casos de estupro, trabalho infantil e abuso de autoridade em relação às crianças. Seus corpos em formação e crescimento ficavam suscetíveis às intempéries físicas e climáticas. As condições em que elas viajavam são denunciadas por Ramos (2015) e evidenciam esta realidade. Além disso, a condição de classe destes pequenos migrantes obrigou milhares deles a se transformarem em trabalhadores assalariados nas fábricas têxteis na crescente São Paulo em fase inicial de industrialização.

Segundo Moura,

Nesse intenso deslocamento das populações - profundamente anônimo, tantas vezes referido no masculino, tantas vezes pensado em termos dos adultos -, adolescentes e crianças de ambos os sexos carregavam, juntamente com os homens e as mulheres, na aparência e na alma, os vestígios de uma travessia que começara com a imensa pobreza que assolava o país de origem. (...)

A classe operária paulistana formou-se, portanto sob o signo da imigração, (...). Muitos dentre esses operários eram crianças e adolescentes, alguns imigrantes como seus pais (...) outros, filhos de imigrantes (...). Em meados da década de 1870, anúncios de estabelecimentos industriais solicitando crianças e adolescentes para trabalharem, principalmente no setor têxtil, começavam a multiplicar-se na imprensa paulistana (MOURA, 2015, p. 261-262).

Diante disso, percebemos como a esperança do sonho anunciado nas propagandas européias sobre a América não teve tempo de ser efetivada para uma grande maioria de migrantes, fossem eles adultos ou crianças. Tal realidade reduziu o sonho ao cotidiano exaustivo e explorado, violento e insalubre das fábricas e oficinas e também às condições precárias de moradia dessa população nos cortiços operários. Moura (2015, p. 262) escreve que 15% da força de trabalho absorvida pela indústria eram crianças e adolescentes. De acordo com esta autora “o trabalho infante-juvenil foi o espelho fiel do baixo padrão de vida da família operária, pautado em salários insignificantes e em índices de custo de vida extremamente elevados”.

Para que possamos compreender o que está por trás desta aparência trazemos o estudo de Conde (2012) que analisa as relações de trabalho na sociedade capitalista que condicionaram e condicionam esta realidade. Segundo a professora,

Destinada à troca para apropriação do mais valor por outrem, a produção capitalista, que tem na parte não paga do trabalho a origem de sua acumulação, só se reproduz com a existência de uma classe crescente de trabalhadores que, destituída dos meios de produção, submeta-se a ser explorada por meio do trabalho assalariado. Quanto mais o trabalhador trabalha, mais riqueza ao capitalista gera. Quanto mais o trabalhador trabalha, mais

desenvolve o processo de trabalho que é convertido em tecnologias geradoras do desemprego. Quanto maior o número de desempregados, maior a possibilidade dos capitalistas encontrarem trabalhadores famintos capazes de se submeterem aos piores salários e de enviarem seus filhos ao trabalho produtivo (CONDE, 2012, p. 49).

As crianças migrantes eram um dos meios que os industriais encontraram para reduzir os custos de produção e assim aumentarem a produção do mais-valor. Destituídas e expropriadas de seus ínfimos direitos, essas crianças ironicamente, se encontraram condicionadas a uma realidade de vida que nunca permitiu que elas pudessem vir a ter uma infância numa sociedade, cujas recentes concepções burguesas tendiam a “incorporar elementos do lírico e do sagrado, a criança” (MOURA, 2015, p. 260).

Para que possamos ter um dado deste período migratório, segundo Scott (2001), em 1937, foi elaborado um artigo que integrou o Boletim do órgão da Diretoria de Terras, Colonização e Imigração em São Paulo lançado para as comemorações do Cinquentenário da Imigração Oficial deste estado. Esse artigo foi elaborado por Henrique Doria de Vasconcellos e reúne um conjunto de estatísticas e de gráficos relativos ao movimento migratório em São Paulo, desde a segunda década dos anos oitocentos. Dentre tantos números migratórios os que nos impacta são os dados referentes à contagem das crianças que desembarcaram no Porto de Santos entre os anos de 1908 a 1936. Durante este período 282.293 crianças migrantes entre zero e 12 anos entraram no Brasil por esse porto (VASCONCELOS, 1937 *apud* SCOTT, 2001).

Tal dado exemplifica a significância que as crianças representaram no processo migratório do início do século XX. São crianças, acompanhadas ou não, que saíram de seus territórios familiares e basilares enfrentando situações adversas na travessia e na chegada ao desconhecido. A maioria da população que migrou para o Brasil eram trabalhadores pobres, expropriados de suas condições de vida e de trabalho e que viviam sob circunstâncias severas de vida na Europa. Como explicou a professora Célia Vendramini (2016, p. 3), foram “fileiras de pessoas” que atravessaram “o oceano em busca de uma ‘nova terra para viver e trabalhar’”; saíram da Europa em direção às Américas, “visto que as revoluções industriais européias foram incapazes de absorver toda a força de trabalho dispensada”. Tais adversidades representaram enfrentamentos novos para as crianças para além daqueles que já enfrentavam em suas cidades natais. Segundo Demartini,

no caso dos que migraram carregando o grupo familiar (que os japoneses exemplificavam bem), as crianças, além da saída do espaço de origem, passaram a conviver com a sociedade de adoção: no caso em que os pais, geralmente homens, migravam antes, como os portugueses, as crianças ficavam com outros parentes às vezes por muito tempo à espera de seu retorno e de uma possível imigração para o Brasil. No caso de São Paulo, em que muitos grupos de imigrantes chegaram simultaneamente, a questão imigratória que envolvia para o grupo de imigrante (e também para a sociedade de adoção) a referência a duas sociedades de pertencimento, tornou-se ainda mais complexa: eram muitas as sociedades de origem, cada uma com suas problemáticas e diferenciações sociais internas. E era com essa multiplicidade de situações que os pequenos imigrantes conviviam, foi nesse contexto que se socializaram. Tanto na capital como no interior, este novo mundo no qual as crianças se inseriram era constituído por povos de várias origens (DEMARTINI, 2015, p. 372).

Existe aqui uma territorialidade infantil que é alterada. As crianças migrantes mudam de território com suas famílias para se instalarem em territórios adversos a sua familiaridade. Sem o propósito de qualificar e adjetivar tal mudança entre boa ou ruim, o que se expõem é uma realidade infantil que, ocultada, deixa de considerar a alteridade da criança que exerce papel em seu processo de desenvolvimento integral.

Além destes estudos, a dissertação de Cécile Diniz Zozzoli (2009) traz uma pesquisa na área da psicologia que evidencia o papel da escola no processo de exclusão/inclusão no caso do aluno migrante. Para isso ela buscou conhecer a experiência dessas crianças migrantes no contexto escolar, analisando as relações delas com os outros sujeitos, seu aproveitamento escolar, bem como seus sentidos e afetos relacionados à escola, ao professor, aos colegas e ao processo de migração, dando destaque às formas de preconceito e de discriminação. Na análise dos dados, a autora deu enfoque, à afetividade, pois, segundo ela, é o que revela com mais clareza como o sujeito é afetado pelas condições sociais que vive. Segundo Zozzoli, as reflexões feitas permitiram-na compreender que

as crianças consideradas migrantes são incluídas de forma perversa na escola, já que não encontram

espaço para se expressarem e desenvolverem suas identidades, além de vivenciarem relações de preconceito e de discriminação que provocam um sofrimento ético-político e limitam sua possibilidade de autonomia no processo de ensino e aprendizagem. Essas crianças são responsabilizadas pela dificuldade escolar, sendo impedidas de desenvolver suas potencialidades. A análise da situação estudada permite ainda concluir que a escola não tem considerado a diferença regional como um fator que diz respeito à educação inclusiva (Zozzoli, 2009, p.5).

Na especificidade do impacto que os processos migratórios podem causar às crianças temos os estudos da socióloga Zeila Demartini (2004; 2006; 2009 e 2015) que trazem a infância definitivamente para os estudos migratórios, dando ênfase na necessidade de trazer para as pesquisas não apenas as crianças migrantes como sujeitos a serem pesquisados ou quantificados, mas, sobretudo, como participantes e sujeitos ativos nestas análises. Segundo esta autora, as crianças são pouco consideradas nos estudos migratórios:

Os estudos sobre os deslocamentos populacionais internos ou internacionais (para cá ou para fora) ainda se preocupam pouco com as implicações dos mesmos sobre as crianças – geralmente são analisados os deslocamentos dos grupos como um todo, das famílias, dos trabalhadores, as políticas imigratórias. (DEMARTINI, 2006, p.116).

Como apontado acima, Demartini (2006, p. 114) ressalta que “[...] grande parcela das crianças carrega em suas experiências de vida as vivências em diferentes espaços, isto é, em diferentes realidades sócio-econômico-culturais”. Diante disso, ao discutir a infância que migra é necessário destacar as interpretações que as crianças possuem dos deslocamentos durante o seu curto período de vida e como isso é reflexo da realidade vivida e da realidade social.

Lopes (2003a) destaca este mesmo dado. De acordo com sua pesquisa, nos deslocamentos históricos de migrantes europeus ao Brasil, apesar de pouco evidenciada, era comum a presença de crianças nos navios

Os relatos históricos demonstram que elas embarcavam em condições diferenciadas nas viagens, vinham como pagens da nobreza,

passageiros acompanhando adultos, órfãs do Rei e grumetes. Sem nenhuma forma especial de proteção, essas crianças, uma vez embarcadas, estavam expostas às reais condições da viagem que se abatiam nos deslocamentos oceânicos, numa travessia que durava às vezes até um ano, dependendo do destino (LOPES, 2003a, p. 99).

Entre idas e vindas migratórias, as crianças estiveram expostas sob circunstâncias que historicamente remontam a definição de infância que nossa sociedade construiu ao longo de sua história. Em uma sociedade regida pela divisão de classe que seus sujeitos pertencem, as crianças não estão à parte destas desigualdades produzidas e necessárias para a expansão capitalista.

Buscando uma atualização dos saldos migratórios na infância destacamos o crescente fenômeno das migrações impulsionadas pela condição de refugiados, sejam eles adultos ou crianças. No ano de 2014 centenas de milhares de migrantes, refugiados de conflitos e de guerras civis políticas e econômicas existentes nos países da África e do Oriente Médio, tentaram cruzar as fronteiras do continente europeu em busca de assistência, de trabalho e de vida.

Dados da Agência da ONU para Refugiados, a ACNUR¹⁶, revelam que o relatório anual “Tendências Globais” (“*Global Trends*”), que registra o deslocamento forçado ao redor do mundo com base em dados dos governos, de agências parceiras e do próprio ACNUR, aponta um total de 65,3 milhões de pessoas deslocadas por guerras e conflitos até o final de 2015 – um aumento de quase 10% se comparado com o total de 59,5 milhões registrados em 2014. Em 2015 tentaram migrar mais de 350 mil pessoas através do Mar Mediterrâneo em direção a Europa, sendo que 51% eram crianças. Em 2016, até o mês de agosto 269.244 migrantes chegaram ao continente europeu pelo mar. Mais de 3.100 pessoas já morreram, e ainda estão morrendo afogadas durante a travessia e grande parte delas são crianças. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), um terço dos refugiados são crianças e na maioria meninos. De acordo com a declaração do diretor executivo da UNICEF,

16 Dados levantados através do site <http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/>. Acesso atualizado em 24/08/2016.

Anthony Lake, sobre a crise de crianças migrantes e refugiadas na Europa divulgada em setembro de 2015 na página virtual da fundação¹⁷, as

[...] imagens constrangedoras de corpos de crianças que dão à costa em praias da Europa, que jazem sufocadas em contentores de caminhões que atravessam as fronteiras, que são passadas entre muros de arame farpado por pais desesperados. À medida que a crise de migrantes e refugiados na Europa se agrava, estas não serão as últimas imagens chocantes a circular pelo mundo fora nas redes sociais, nas nossas televisões e nas primeiras páginas dos nossos jornais. Mas não basta que o mundo fique chocado com estas imagens. O choque deve ser acompanhado por ação. Porque o drama destas crianças não resulta de uma escolha sua, nem o seu controle estão em suas mãos. Elas precisam de proteção. Elas têm direito a proteção (UNICEF, 2015).

A atual crise migratória que a Europa vem enfrentando¹⁸, para além dos conflitos políticos e do extremismo religioso, possui história. Suas causas não são de hoje. Tal fenômeno, social, político e econômico, assim como os demais, são provenientes de uma conjuntura histórica que tem em sua centralidade a disputa geopolítica do capital por territórios ricos em recursos naturais, terras disponíveis e combustíveis fósseis (petróleo). Segundo Santos (2016),

No que diz respeito à migração e ao refúgio, vivenciamos a maior tragédia humana desde a Segunda Guerra Mundial: os milhões de refugiados que tentam reiniciar suas vidas nos países da Europa, não param de nos chocar.

A repartição de territórios imposta por séculos pelas potências imperiais europeias ao Oriente Médio (**e também à África**), com total desprezo às diferenças regionais, retalhou as regiões em conformidade com seus acordos coloniais. Ao longo de décadas, as burguesias colonizadas foram

¹⁷<http://www.unicef.pt/criancas-migrantes-e-refugiadas/>. Acesso atualizado em 24/08/2016.

¹⁸ Sugerimos a leitura do artigo “*Mobilidade do capital e barreiras às migrações: desafios à política social*” da professora Cleusa Santos (2016) para aprofundar a leitura sobre a atual crise migratória na Europa.

conseguindo suas assim chamadas independências, ou seja, mantiveram-se no poder como procuradores das potências europeias. Foram hábeis em manter uma equação social submissa aos seus interesses, conjugados aos interesses imperialistas.

Ao longo do tempo, as burguesias locais começaram a reivindicar maiores retornos ao seu produto primário (petróleo) que gerava riqueza e poder aos seus aliados europeus e americanos. [...] Essa opção pela participação no grande capital globalizado levou os dirigentes do Oriente Médio a relegarem investimentos em seus próprios países a segundo plano. As fortunas pessoais dessa burguesia alcançaram cifras inimagináveis, investidas na Europa ou EUA. Seus povos, no entanto, quase nada usufruíam de suas riquezas naturais.

Esse processo revelou-se, como em épocas distintas, um solo fértil para fortalecimento de crenças medievais de *salvação* pela fé. Como consequência, a radicalização islâmica surgiu como caminho para jovens sem nenhuma perspectiva de vida. [...] As populações dessas regiões, presas das disputas imperialistas e das oligarquias locais, têm sido o alvo mais suscetível: não lhes restou alternativa de sobrevivência a não ser a fuga. Formaram-se batalhões de refugiados cujas posses eram exclusivamente suas vidas.

A precariedade dos meios de transporte para um solo menos amedrontador, no caso a Europa, foi relegado a segundo plano. Por terra, a pé, em improvisados botes infláveis, qualquer meio representava a última alternativa de sobrevivência (SANTOS, 2016, p. 14-15, **acrêscimos nossos**).

Algo semelhante acontece na fronteira entre os EUA e o México. Tal realidade é histórica. O número de crianças refugiadas e desacompanhadas presas nessa fronteira atingiu, segundo dados levantados pelo site de notícias RBA¹⁹ (Rede Brasil Atual), no fim de

¹⁹Dados retirados da matéria escrita por Kate Swanson, Rebecca Torres, Amy Thompson, Sarah Blue, Óscar Misael Hernández Hernández, com o título original: “*A Year After Obama Declared a “Humanitarian Situation” at the Border, Child Migration Continues*” e traduzida pelo site de notícias “Rede Brasil

2014, a cifra de mais de 68 mil crianças capturadas, o que resultou em um emaranhado de críticas políticas e de notícias no plano internacional. De acordo com essa matéria, a maioria dos menores desacompanhados procede da Guatemala, de El Salvador, do México e de Honduras. Ainda, de acordo com reportagem do jornal Diário Catarinense²⁰, as apreensões de crianças sem acompanhantes nesta mesma fronteira chegaram a 4.240 em março de 2016, contra 3.126 no ano precedente, o que representa um aumento de 35%.

Enquanto os líderes europeus discutem medidas para conter o enorme fluxo de refugiados e de outros migrantes para a Europa, as crianças, os sujeitos mais vulneráveis, são as que mais sofrem com a situação. É neste desenrolar que as crianças migrantes refugiadas na Europa tornam-se alvo fácil da exploração sexual, da prostituição, do tráfico de drogas, do abandono, ou então de negócios “legais”. Segundo reportagem da BBC²¹, “crianças significam ‘oportunidades de negócios’ no sul da Itália, e alguns centros de acolhida chegam a receber até 75 euros diários por cada criança que abrigam – e 35 euros por cada adulto” (ADLER, 2015).

Importante destacar que tais configurações migratórias não se restringem apenas na situação da migração entre países. As crianças que mudam de cidades, de estados ou de regiões dentro de seu país também sofrem e interpretam sua nova realidade tanto quanto àquelas que atravessam oceanos e continentes. As migrações internas no Brasil moldaram e configuraram as estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais do nosso país. Elas são históricas, refletem a dinâmica da circulação do capital entre as regiões e ainda condicionam famílias e crianças em busca de terra ou de trabalho.

Atual”. Disponível no endereço <http://www.redebrasilatual.com.br/mundo/2015/09/nova-politica-de-fronteiras-dos-eua-impede-entrada-de-criancas-refugiadas-2275.html>. Acesso atualizado em 24/08/2016.

²⁰ Dados retirados de matéria veiculada no dia 25/04/2016 pela versão *on-line* do jornal Diário Catarinense. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2016/04/eua-aumenta-numero-de-imigrantes-ilegais-detidos-na-fronteira-com-mexico-5786283.html>. Acesso atualizado em 10/08/2017.

²¹ Matéria escrita pela editora da BBC Londres Kathia Adler e foi publicado pela BBC Brasil em 22/09/2015 para o seu site. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150921_criancas_refugiadas_r m. Acesso atualizado em 24/08/2016.

No segundo capítulo analisamos com maior profundidade os deslocamentos internos no Brasil, mas aqui vale destacar que eles tiveram um período intenso, que foi marcado pelos anos 1960 a 1980, quando grandes levas de migrantes se deslocaram do campo para a cidade, delineando um processo de intensificação das expropriações no campo e do desenvolvimento acelerado da urbanização nos centros metropolitanos como São Paulo e Rio de Janeiro. Como explica Vendramini:

No Brasil, milhares de trabalhadores saem do campo em direção à cidade a partir do início do século XX. Trabalhadores rurais migram para novas fronteiras agrícolas, como a região centro-oeste e norte do país, como estratégia de sobrevivência. Trabalhadores do Nordeste do Brasil se deslocam para o Sudeste e Sul. Agricultores vêem sua terra ser inundada pela construção de hidrelétricas e são levados a se mover para outros lugares. Famílias sem-terra ocupam áreas improdutivas e lutam pela conquista de terra em novos lugares. Trabalhadores das minerações e pescadores sofrem com a devastação e os crimes ambientais, sendo obrigados a se deslocar e criar novas formas de sobrevivência. Jovens e adultos saem do Brasil para trabalhar no verão na Itália, Alemanha, Portugal, Estados Unidos e outros países, como é o caso emblemático de moradores de Governador Valadares-MG e Criciúma-SC (VENDRAMINI, 2016).

A professora citada revela que tais movimentos expressam a expansão do capital na direção da acumulação onde os trabalhadores assalariados transformam sua força de trabalho em força de valorização crescente do capital. Evidenciamos que toda essa leva de trabalhadores, muitas vezes, carrega consigo suas famílias, crianças e parentes. Neste momento afirmamos a infância na perspectiva da classe trabalhadora, ou seja, no conjunto de sua maioria, pois, como mostraram os autores que pesquisam as migrações na infância, à criança está condicionada a também ser afetada, nos processos migratórios, a partir das suas condições reais de vida, ou seja, das diferentes realidades e desigualdades sócio-econômicas.

Diante disso, analisamos que as migrações não possuem interpretações e configurações homogêneas quando experimentadas na infância (ou mesmo em outras fases da vida). Elas serão refletidas em

maior ou em menor grau de possibilidades e de experiências enriquecedoras a partir das múltiplas determinações de vida e de trabalho da família. Migrar em plenas condições de vida e de trabalho é bem diferente de migrar em condições precárias, sem perspectivas seguras de renda, trabalho, moradia e de acessos.

Concordamos com a análise da professora Ligia Klein (2012), ao tecer uma crítica ao sentimento amoroso que foi construído em cima da infância e que se reflete em nossas considerações sobre as determinações concretas de vida que as crianças da classe trabalhadora vivem. Segundo ela,

Uma definição de infância e adolescência que leve em conta seus determinantes socioeconômicos é de inegável importância para um melhor entendimento dos problemas sociais que envolvem a condição da criança e do adolescente na sociedade contemporânea, quer se refiram às relações familiares ou extrafamiliares, à educação ou ao trabalho. Em consequência, é de se refletir com profundidade sobre o sentido real dos papéis que a sociedade lhes tem atribuído, avaliando se, encoberto pelo véu de exaltação de novos sentimentos familiares, não se oculta um reiterado processo de reprodução proletária, constituindo um cada vez mais dilatado exército de reserva, pronto para ser requerido ou dispensado, ao sabor das necessidades de reprodução ampliada do capital (KLEIN, 2012).

Diante de tamanha amplitude do fenômeno das migrações em tempos passados e presentes, nos alerta o fato de que, tanto sozinhas como acompanhadas por suas famílias, as crianças estão presentes nos processos sociais migratórios e são afetadas, em maior ou em menor grau, dependendo de suas condições concretas de vida. As crianças migrantes existem na realidade e é necessário dar visibilidade a esse processo. Nesse sentido, pretendemos compreender a participação ativa da criança sobre a experiência migrante, permitindo que possamos aprofundar nossas reflexões sobre como as determinações do sistema capitalista configuram e formam os sujeitos a naturalizar as migrações.

1.2 MIGRAÇÕES E CAPITAL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA A PARTIR DA CATEGORIA TRABALHO

“O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem.”

Friedrich Engels no texto “Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem” escrito em 1876.

Já anunciamos que a nossa pesquisa emerge sob o campo teórico crítico acerca do trabalho e das transformações ocorridas nele após o capitalismo ser consolidado mundialmente. Esse sistema transformou a riqueza do trabalho em acumulação e concentração privada, a tal ponto que, hoje, trabalhamos alienadamente para suprir as necessidades dele e não para oportunizar a liberdade coletiva. O capital condicionou o trabalhador a depender desse trabalho de modo que ele segue, vagueia, caminha, voa, navega, e/ou viaja na direção dele, seja onde for, seja como for. A esse movimento o homem deu o nome de migração.

As migrações não são um fenômeno atual. Desde os primórdios, os seres humanos foram levados a se deslocar pela busca de alimentos, de abrigos ou por qualquer outra necessidade. Desenvolvemos a capacidade da observação e do pensamento e conseguimos nos perpetuar enquanto espécie com a ajuda, também, dos grandes deslocamentos humanos.

Migrar, portanto, não é uma atividade estranha aos seres humanos, mas, no capitalismo, a história nos mostra que ela foi intensificada, impositiva, necessária historicamente e determinante na acumulação de capitais que culminaram na Revolução Industrial, por consequência, na consolidação do sistema capitalista de produção e na instalação de processos de exploração de forças de trabalho que nos colocou hoje na *barbárie* (MÉSZAROS, 2007).

1.2.1 Entre disputas e interpretações: os campos teóricos dos quais emergem os estudos migratórios.

No campo dos estudos das migrações, as disputas por conceituar, tipificar e classificar são grandes e podem causar interpretações diversas nas análises realizadas que podem esconder a real funcionalidade da migração para o sistema capitalista. Diante de uma realidade tão complexa, faz-se valer da amplitude da historicidade e da totalidade que cerca este fenômeno, porém sem deixar desaparecer as subjetividades humanas que se constroem no seio dele.

Diversos são os estudos provenientes das ciências humanas e sociais que procuram elaborar uma síntese analítica das tipologias e dos conceitos marcados pela complexidade político-econômico-social que envolve os processos migratórios. Percebe-se que, neste campo científico, existe uma confluência de abordagens que possuem preocupações e objetivos específicos e que compõem um quadro sobre a migração, o migrante, seus movimentos, os processos materiais, as consequências e implicações em diferentes medidas e as trocas culturais.

Destacamos os estudos de Nogueira (1991), Póvoa-Neto (1997), Becker (1997), Vainer (1998), Brito (2000; 2009), Silva e Melo (2009), Silva e Menezes (2006) e Menezes (2012a, 2012b, 2014). Todos esses estudos nos auxiliam no esclarecimento das discussões e das disputas neste campo e conseguimos realizar uma breve síntese dessas tipologias e conceitos para que possamos ter um panorama acerca desta discussão. Compreendemos que, além de suas análises, estes estudos nos proporcionam um suporte teórico-didático que facilita nosso entendimento.

Tais autores descrevem suas análises tendo como referência as perspectivas teóricas dos estudos migratórios, o que nos permite agrupá-los. Inicialmente eles destacam a vertente *clássica*, que possui o estudo de E. Ravenstein publicado em 1885, “*As leis da migração*” como referência e a vertente *neoclássica*²² da migração que possuem vieses advindos das teorias do liberalismo econômico (Weber, Smith, Ricardo).

Essas perspectivas dão ênfase às migrações colocando-as como responsáveis pelo equilíbrio econômico entre a oferta e a procura de mão

22 Destacamos os seguintes autores neoclássicos: HARRIS e TODARO (1980) no texto: “*Migração, desemprego e desenvolvimento: uma análise de dois setores*” e LEE (1980) no texto “*Uma teoria sobre migração*”. Ambos os estudos estão em MOURA, H.A. de (Org.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980.

de obra no mercado capitalista. Para estes estudos, as migrações corrigem as desigualdades entre os mercados o que resulta em um equilíbrio entre eles. O sujeito migrante é um portador de trabalho que migra a partir de uma decisão individual centrada na possibilidade de o seu deslocamento ser um investimento para melhorar a sua renda e o seu “capital humano”. Os processos históricos da sociedade não possuem relevância para essas vertentes por considerarem que as migrações “aparecem, a cada momento, como decorrência inevitável de impulsos, [...], do indivíduo que busca se deslocar rumo a melhores condições de vida, entendidas em função da remuneração do trabalho” (PÓVOA-NETO, 1997, p.17).

Segundo Nogueira,

Embasados pelas “teorias econômicas”, estes estudos demonstram que as diferenças espaciais na relação capital/trabalho provocariam desigualdades na produtividade do trabalho e, portanto, o concomitante diferencial dos salários entre as regiões. Isso estimularia os trabalhadores das regiões de menor salário a emigrarem para as de maior nível salarial. A partir daí haveria uma queda nos níveis salariais da região de destino (crescimento da oferta de trabalho) e um aumento na região de origem (diminuição da oferta da força de trabalho). (NOGUEIRA, 1991, p. 42).

Com o aprofundamento da sociologia relacionada aos processos econômicos, as migrações passam a ter um viés *histórico-estruturalista* onde são consideradas as estruturas econômicas determinadas pelo sistema capitalista. Percebem-se apontamentos onde as condições econômicas dos espaços são dadas como fatores duais. As migrações vêm associadas aos processos sociais ocorridos nos territórios. O êxodo rural é relacionado mecanicamente ao processo de proletarização da massa de produtores rurais e conseqüente incorporação ao mercado de força de trabalho. Segundo esta corrente a estrutura do capitalismo tende a criar dualismos no espaço, ou seja, as diferenças entre campo e cidade e as desigualdades entre regiões aparecem como fatores determinantes e explicativos dos fluxos de população em uma relação entre fatores de expulsão e de atração, onde o local de origem expulsa e o local de destino atraem o migrante (VAINER, 1998).

O estudo de Paul Singer (1980) “*Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo*” demarcam as análises histórico-estruturais das migrações. A migração é encarada como um fenômeno social (PÓVOA-NETO, 1997), e o sujeito migrante, na corrente

estruturalista, é tido como passivo, que se vê obrigado a migrar em decorrência das estruturas econômicas que determinam o seu deslocamento.

Já por outro viés, temos os estudos que analisam as migrações pelo conceito da *mobilidade do trabalho*. Esta corrente possui os estudos marxistas como referência de análise, incorpora as análises anteriores, porém supera o dualismo econômico e as dimensões naturais e individuais. O estudo “*Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*” de Jean Paul de Gaudemar (1977) é umas das referências neste campo. Este autor apresenta uma abordagem discutida a partir da mobilidade do trabalho. Analisa-a do ponto de vista crítico-marxista e critica a concepção neoclássica da mobilidade que prevê um equilíbrio entre capital e trabalho. Assim, o autor supera o conceito intuitivo ligado à dimensão meramente espacial ou setorial. A mobilidade passa a ser estudada, no âmago dos processos de reprodução do capital, como a característica da força de trabalho que permite seu uso no modo de produção capitalista.

Segundo Silva (2005), esta perspectiva analisa que

As condições determinadas pela acumulação de capital exercem papel fundamental na mobilidade do trabalho, na medida em que ela permite o uso capitalista da força de trabalho nos lugares e nas condições de intensidade requeridas para a maior produção de excedentes. Essa tese se assemelha àquela proposta por Rosa Luxemburgo, cuja análise dos padrões de acumulação do capital está ancorada na produção e na exploração constante de uma massa de trabalhadores que se movimenta por diferentes espaços geográficos (SILVA, 2005, p. 58).

Percebemos que os estudos dessa perspectiva remetem o trabalho como categoria analítica e histórica, além de colocarem o trabalhador como o centro da análise. Contudo, adiante em nosso estudo, coube a nós extrair de todos eles aquilo que os une. As discussões apresentadas pelos autores acima, apesar de terem algumas divergências nas perspectivas teóricas e de análise, são convergentes em um aspecto: todas apontam o trabalho em suas considerações. Portanto, isso nos ajuda a afirmar que, no formato social construído na sociedade moderna do e para o capital, o trabalho é fator central no movimento migratório dos trabalhadores no mundo.

Temos uma clara e determinada posição: as migrações precisam ser compreendidas como um processo social que reflete uma totalidade onde

estão envolvidos os campos sociais da economia, da política e da história. Possui a subjetividade do migrante envolvida num determinado processo social que precisa ser considerada, porém como bem concordamos com Marx, o sujeito faz a sua história, porém, sob determinadas condições. Neste sentido, os sujeitos não estão isolados nas tomadas de decisões.

Em nosso caso, na escolha em migrar ou não, os sujeitos, na sociedade da qual fazem parte, estão imbricados em uma teia de relações sociais que torna as vontades humanas uma vontade também coletiva. Dentro do capitalismo estamos diante de uma situação social que permeia todas as nossas “possibilidades”, as nossas impossibilidades e todas as “nossas escolhas”: a propriedade privada dos bens produzidos socialmente; uma divisão do trabalho delimitada pela classe que domina a hegemonia (GRAMSCI, 1987) e a ideologia da sociedade e; os assalariados, a classe trabalhadora, possuidora apenas da sua força de trabalho. Como afirmou Marx,

as circunstâncias mais ou menos favoráveis em que os assalariados se mantêm e se multiplicam em nada alteram o caráter fundamental da produção capitalista. Assim como a reprodução simples reproduz continuamente a própria relação capitalista – capitalistas de um lado, assalariados de outro –, a reprodução em escala ampliada, ou seja, a acumulação, reproduz a relação capitalista em escala ampliada – de um lado, mais capitalistas, ou capitalistas maiores; de outro, mais assalariados. A reprodução da força de trabalho, que tem incessantemente de se incorporar ao capital como meio de valorização, que não pode desligar-se dele e cuja submissão ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais aos quais se vende, constitui, na realidade, um momento da reprodução do próprio capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado. (MARX, 2013, p. 837).

É por isso que, diante do que nos é determinado social e economicamente, nossas impulsões, mesmo que subjetivas, estão subjugadas em uma realidade que é complexa e bastante impositiva, coercitiva e altamente objetiva. Assim, concordamos com Silva (2005) ao dizer que a complexidade das migrações

exige do pesquisador a adoção de uma postura teórico-metodológica capaz de compreender a

migração como um processo social e os migrantes como agentes desse processo. Em vez de modelos de deslocamentos de população, sugere-se a **análise da migração enquanto acontecimento histórico que atinge os que partem e os que ficam, constituídos por elementos objetivos, estruturais, ideológicos, culturais e subjetivos, visto sob a ótica das organizações sociais de classe, gênero e raça/etnia.** [...]. O principal eixo das preocupações gira em torno da análise a partir da ótica dos sujeitos envolvidos nos processos migratórios. No entanto, reafirma-se que se parte do princípio marxiano, segundo o qual os sujeitos fazem a história, porém em condições determinadas. Logo, as estruturas objetivas – classe, gênero, raça/etnia – são as organizações sociais, no interior das quais as ações dos sujeitos migrantes se desenrolam. (SILVA, 2005, p. 54, *italico da autora*, **negrito nosso**).

Reiteramos e completamos a análise da autora supracitada inserindo as gerações também como uma organização social, um estrutura objetiva, mais especificamente, neste estudo, relacionada com a presença também das crianças no *processo social* das migrações, pois compreendemos que a infância e as crianças não estão isoladas das relações sociais de produção e de reprodução capitalista e nem de seus reflexos, das suas múltiplas determinações e de suas imposições ideológicas, políticas, sociais e econômicas.

Nossas considerações sobre as migrações partem do que analisa Francisco de Oliveira (1976; 1993; 2003 e 2008) sobre o desenvolvimento desigual das regiões, do que David Harvey (2004 e 2005) considera sobre necessidade da concentração capitalista nas mãos de poucos ao mesmo tempo em que necessita da expansão espacial do capital transposta na circulação de suas mercadorias conforme o mercado determina, e no que Virgínia Fontes (2010) aponta sobre a existência permanente das expropriações (que permeiam as migrações) levando a população a viver em condições cada vez mais críticas e de máxima disponibilidade ao mercado, como condição necessária para existir e para reproduzir o capital.

Segundo a última autora,

A relação social fundamental, a relação-capital por excelência, repousa sobre uma expropriação originária dos trabalhadores, porém não se limita a

ela. Exige a conservação e reprodução em escala sempre crescente de uma população dependente do mercado, disponível para a venda da força de trabalho de forma integral ou necessitando integrar-se ao mercado, total ou parcialmente, para subsistir. Não se trata apenas de uma extensão linear do mercado, mas de um processo variado que redundava na transformação da capacidade de trabalho em mercadoria, impulsionada pela necessidade econômica (a subsistência) e que reatualiza e converte permanentemente essa necessidade em disponibilidade voluntariamente assumida para o mercado (FONTES, 2010, p. 46).

No caso de Oliveira, sua reflexão está diante da complexidade brasileira, Harvey aponta sua análise em uma escala mundial - porém que se complementam, pois na mesma medida em que o Brasil é desigual regionalmente, ele mesmo faz parte do modelo mundializado da desigualdade entre os países e seus graus de desenvolvimento capitalista – e Fontes faz uma junção de ambos.

O próprio Oliveira (2003) em sua análise sobre o Brasil, intitulado de “*Ornitórrinco*”, percebe o país como um combinado de partes antagônicas que não possuem uma forma estruturada: um sistema super avançado de economia, mas, que se alimenta do subumano dotado de raízes históricas altamente desiguais, porém inerentes e necessárias para o capital se expandir e se reproduzir.

De suas análises compreendemos que o capital promove uma relação de funcionalidade entre as regiões, onde as de menor desenvolvimento são usurpadas para a sustentação e a expansão das regiões de maior desenvolvimento. Vemos esta configuração tanto nacionalmente, quanto mundialmente. Neste sentido, a hegemonia do processo de acumulação capitalista explica as diferenças regionais e, consequentemente, o deslocamento da força de trabalho entre as regiões.

A chamada “acumulação primitiva” (MARX, 2015) vai ao encontro dos primórdios dos fluxos migratórios no capitalismo que deu origem ao proletariado urbano. A expropriação violenta de uma parte da população rural se deslocando às áreas próximas das fábricas nas cidades, não só criou, forçadamente, uma massa de força de trabalho assalariada e “livre”, mas também criou um mercado interno para consumir as novas mercadorias produzidas pelos novos modos de produção material e de vida. Segundo Oliveira, “(...) sob o capitalismo, a mais próxima reserva de forças de trabalho é o próprio ‘exército industrial de reserva’, cujos

movimentos de expansão e/ou de contração são determinados pelo ciclo de acumulação do capital e não pelos movimentos demográficos” (OLIVEIRA, 1976, p.10). Parte desta afirmativa o entendimento de que a essência das migrações vai muito além dos números quantitativos da demografia e dos deslocamentos individuais ou estruturais, elas conotam a reprodução ampliada das desigualdades das regiões e de uma população do capital para o capital.

O geógrafo David Harvey (2005), citando Marx, ajuda no entendimento de que o capitalismo possui tendências (as migrações estão entre elas) que são inerentes ao seu desenvolvimento e que causam tensões graves no processo de acumulação. Tais tensões são entendidas quando reconhecemos, segundo Harvey, que o avanço da acumulação depende de três pressupostos:

- A existência de um excedente de mão-de-obra [...], que pode alimentar a expansão da produção. Portanto, devem existir mecanismos para o aumento da oferta de força de trabalho, mediante, por exemplo, o estímulo ao crescimento populacional, **a geração de correntes migratórias**, a atração de “elementos latentes” – força de trabalho empregada em situações não capitalistas; mulheres, crianças etc. – para o trabalho, ou a criação de desemprego pelo uso de inovações que poupam trabalho.
- A existência no mercado de quantidades necessárias (ou oportunidades de obtenção) de meios de produção – máquinas, matérias-primas, infra-estrutura física [...] – que possibilitam a expansão da produção conforme o capital seja reinvestido.
- A existência de mercado para absorver as quantidades crescentes de mercadorias produzidas [...]. (HARVEY, 2005, p. 42-43. **negritos nossos**).

No desenvolvimento de tais pressupostos para a produção de vida chegamos ao processo de sua mundialização atual e que é definido pela utilização de altas tecnologias modernas e pelo uso de força de trabalho altamente especializada de um lado, mas que necessita, do outro, contraditoriamente, de força de trabalho pouco qualificada e subalterna. Coexistem, inerentemente neste processo, formas precarizadas de trabalho, emprego parcial, temporário, em domicílio, terceirizado, informal, infantil e, até mesmo, o trabalho escravo, com tipos de trabalho

altamente especializados, bem remunerados e sofisticados. O ponto importante aqui se refere ao impulso das migrações tanto as internacionais como as internas.

Desta forma, dadas as transformações ocorridas na sociedade a partir da chamada acumulação primitiva do capital nos séculos XV e XVI e que possibilitou as bases econômicas e sociais para o desenvolvimento da Revolução Industrial, as migrações se mostram como uma grande fonte condutora das forças de trabalho guiadas pelo sentido do que elas representam para o capitalismo: uma mercadoria “especial” (MARX, 2014). Evidenciam as contradições exacerbadas da concentração de riquezas dadas pela crescente acumulação de mais-valor conseguida através da exploração de força de trabalho. Dependentes de um sentido de vida que, muitas vezes é falso, e é condicionado para a reprodução do capital, milhões de trabalhadores se deslocaram por melhorias de vida que, em muitos casos, foram ilusórias, dramáticas e difíceis.

A flexibilização do mundo do trabalho também repercutiu no chamado “exército industrial de reserva” tornando-o também flexível e precarizado. Desde os primórdios do capitalismo, esse exército leva ao declínio o custo da força de trabalho pelo excesso, no mercado, de trabalhadores assalariados, mas, por consequência a uma produção maior de mais-valor, e para o capitalismo isso é central.

Neste caminho, é alcançada a alta concentração da riqueza polarizada nas mãos de poucas pessoas mostrando que as desigualdades extremas são produto do sistema capitalista. Sassen (2014) traz esta questão e evidencia o quão alarmante isso se apresenta atualmente. Segundo ela

Ha habido un aumento del 60 por ciento en la riqueza del 1 por ciento más rico a nivel global; en la cima se ese 1 por ciento, los más ricos 100 billonarios agregaron 240 000 millones de dólares a su riqueza en 2012, lo suficiente para terminar con la pobreza del mundo cuatro veces. [...]

Individuos ricos o empresas globales por si solos no podrían haber logrado una concentración tan extrema de la riqueza del mundo. Necesitaron algo que podemos concebir como una ayuda sistémica: una compleja interacción de esos actores con sistemas redirigidos para permitir la concentración extrema. (SASSEN, 2015, p. 24).

Para chegar a este patamar uma população de trabalhadores excedente foi condição necessária para a acumulação e para o desenvolvimento da riqueza e concentração capitalista, pois, com o desenvolvimento da produtividade do trabalho, cresceu a força do capital e o bolo da riqueza também foi impulsionada aos novos ramos de produção (MARX, 2015). Nestes casos, grandes fluxos de trabalhadores têm de estar disponíveis para serem explorados, sem prejudicar a escala de produção nos ramos já existentes. A modernidade e os novos métodos de produção dependem, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em desempregados prontos para estarem disponíveis ao mercado. Assim, quanto maior a produtividade, maior a pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego e mais precária a condição da própria venda da força de trabalho.

Segundo Fontes (2010), estar disponível ao mercado pressupõe uma expropriação dos meios de produzir e de existir da vida humana lançando a força de trabalho “livremente” no mercado.

A subsunção real significa que o capital tende a subordinar, definir, circunscrever a atividade mais propriamente humana – o trabalho – sob qualquer modalidade concreta que este se apresente, alterando incessantemente a maneira específica de seu exercício, modificando suas características, em prol da acumulação ampliada de capital.

A produção social de trabalhadores “livres” (expropriados) é sempre condição para e resultado da ampliação das condições sociais de cunho capitalista. Essa liberdade é real, pois os seres sociais estão defrontados de maneira direta à sua própria necessidade, e ilusória, pois vela as condições determinadas que subordinam os seres sociais e, portanto, as condições sob as quais o trabalho precisa se exercer. Uma intensa e permanente produção de trabalhadores “livres” permitiu a constituição de um trabalho “abstraido”, genérico, definido por sua capacidade de valorizar capital. A intensificação da produtividade tecnológica em determinados ramos de produção ocorreu historicamente, e segue ocorrendo, em paralelo ao reforço e recriação de formas aparentemente paradoxais, arcaicas, em outros planos e espaços sociais, que se conectam estreita e desigualmente com as primeiras (FONTES, 2010, p. 43).

O fenômeno descrito por Fontes (2010) não é episódico, não se restringe à chamada “acumulação primitiva” e nem a um determinado momento histórico, como fazem algumas teorias migratórias que focam as migrações em tempos históricos sem compreender a análise do processo histórico de reprodução sistêmica do capitalismo como organização social hegemônica e dominante que extrai e que explora ao máximo as vidas humanas como mercadorias e que é a base de tais processos. Longe disso, segundo Fontes:

a condição social para a extração do mais-valor não pode se limitar a um momento prévio ou anterior ao pleno domínio do capital, embora seja correto dizer que a plena expansão do mercado pressupõe populações extensamente expropriadas. *As expropriações constituem um processo permanente, condição da constituição e expansão da base social capitalista e que, longe de se estabilizar, aprofunda-se e generaliza-se com a expansão capitalista* (FONTES, 2010, p. 45, *italico nosso*).

Esta força de trabalho “livre” e desempregada, segundo Mészáros (2007), hoje, vai além do “exército industrial de reserva” ser ativado e trazido para o ritmo da expansão produtiva do capital. Ela foi alterada notadamente para pior. Segundo o autor, o desemprego assumiu um caráter *crônico* e estrutural “(...) sob a forma de autojustificação, como se ele nada tivesse que ver com a natureza perversa do seu adorado sistema” (MÉSZAROS, 2007, p. 89). Ao mesmo tempo em que as expropriações de vida e de território são condição necessária à reprodução capitalista, ela torna-se um problema quando chega a níveis estratosféricos, como é o caso hoje dos refugiados em direção à Europa e aos demais países e como é o caso, ainda, das populações migrantes do Brasil, que vivem longe dos grandes centros urbanos, em áreas com baixo desenvolvimento, porém, combinado e funcional às de maior desenvolvimento.

Fontes (2010) realiza uma importante análise a respeito da desigualdade no processo de modificação das relações de trabalho e que estão relacionadas com o crescimento das expropriações e da disponibilização dos trabalhadores ajudando-nos a compreender o que ocorre atualmente:

Em que pesem as intervenções de neoconservadores ou de pós-modernos, que consideraram terminada a época do “trabalho”, a velocidade e extensão das expropriações dizem o

contrário. Essa nova escala de disponibilização de trabalhadores, entretanto, modificou o conjunto do processo de trabalho no mundo, e o fez de maneira profundamente desigual, porém sob a égide concertada e combinada da grande propriedade concentrada (FONTES, 2010, p. 47).

Neste sentido, as migrações, configuradas aqui como tipo resultado de expropriações, conforme analisa Brito:

não são fenômenos estritamente demográficos. Em perspectiva mais abrangente, as migrações constituem processo social. Elas não são o mero resultado do somatório de decisões individuais. Não é um indivíduo isolado que migra, mas são milhões de pessoas, conjuntos sociais com seus valores e normas, que se transferem do espaço rural para o urbano, de uma cidade para outra, de um estado para outro, de uma região para outra, ou mesmo, de um país para outro. (BRITO, 2009, p. 5).

Nesta reflexão, entender as realidades históricas da sociedade e suas necessidades de reprodução é determinante para desvendar a essência e a necessidade histórica (FIGUEIRA, 1989) dos processos migratórios. Concordamos com Brito (2009), na análise que também faz sobre a importância de se entender o contexto histórico da sociedade:

É fundamental que se especifique o contexto histórico no qual as trajetórias se inserem e são por ele estruturadas, em grande parte, para cumprir as suas funções fundamentais na dinâmica da economia e da sociedade. Nestes termos, um padrão migratório seria o modo como se dá a articulação entre as trajetórias migratórias e a dinâmica social e econômica. (BRITO, 2009, p. 9).

Assim como os migrantes (trabalhadores) camponeses, as crianças, as mulheres e outros grupos de sujeitos sociais subprivilegiados, são parte intrínseca de um processo no qual o capital prevalece sob quaisquer custos, sejam eles materiais ou de vida.

Os números altos do desemprego em níveis mundiais nos mostram que a força de trabalho excedente está inchada e transbordando, como escreve Mézaros,

(...) já não é mais limitado ao “exército de reserva” à espera de ser ativado e trazido para o quadro de expansão produtiva do capital (...). agora a realidade desumanizante do desemprego assumiu um caráter *crônico*, reconhecido (...) como “desemprego estrutural”, sob forma de autojustificação, como se ele nada tivesse que ver com a natureza perversa do seu adorado sistema. (MÉSZÁROS, 2007. p. 89).

É nesta direção que esta pesquisa analisa a realidade das migrações, na medida em que ela apresenta ser atual e real. Como sugere o título do livro do autor citado acima “*o desafio e o fardo do tempo histórico*” (MÉSZÁROS, 2007) se mostram a cada dia mais pesados e degradante em todos os sentidos da vida humana e revelam a gênese estrutural da face do modo de produção capitalista: a potência expropriadora que fundamenta a subalternidade constante, permanente, intensa e profunda da força de trabalho seja ela um adulto trabalhador ou uma criança que projeta, para o capital, a força de trabalho do amanhã.

1.3 A MIGRAÇÃO SOB A ÓTICA DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA

Foi na Modernidade, após a decadência da sociedade feudal, que começou a se desenvolver um tipo diferente de relações entre natureza, trabalho e seres humanos. A burguesia, hegemonicamente emergente a partir do século XVII, começa a modificar todo o sistema econômico, político e social tendo nele, segundo Marx (2014), uma característica que lhe é muito particular: a mercadoria, cuja aparência esconde a centralidade deste sistema ditada pela exploração da mais-valor. Em suas palavras: “a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em ‘imensa acumulação de mercadorias’, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar desta riqueza” (MARX, 2014, p. 57).

Marx estudou com profundidade o modo capitalista de produção e conseguiu em sua análise interpretar os pontos fundamentais de seu funcionamento. O autor desenvolveu uma visão crítica da sociedade capitalista vendo-a como um sistema antagônico no qual há uma luta de classes incessante e que somente nela as classes estiveram tão intrinsecamente ligadas ao mundo do trabalho.

Durante meados do século XVIII e em todo o século XIX este sistema foi consolidado. Para os intelectuais liberais, esse período é visto pela aparência de como o modo de produção capitalista produziu sua tecnologia, sua ideologia e seus modos de produção, tendo a maquinaria

e a fábrica como centrais. Porém, Marx busca a sua essência, analisando o sistema desde a sua gênese, e é na acumulação primitiva do capital que ele desvenda sua face inicial mais obscura e também onde encontramos o início dos grandes fluxos migratórios de força de trabalho necessários e provocados pelas transformações impostas pelo sistema capitalista.

A análise da acumulação primitiva feita por Marx (2015) tem como intuito principal revelar os fatores que proporcionaram o aparecimento de um novo modo de produção após o modo feudal, o capitalista. Porém, ele expõe com clareza que o modo capitalista de produção ocorreu com diferenças entre as várias partes do planeta. No livro “*O Capital*”, (2015) ele descreve como ocorreu esta passagem na Inglaterra e diz que ela não pode ser generalizada da mesma forma a todos os demais países, porém, como o sistema capitalista se amplia e se cristaliza mundialmente, a partir da experiência inglesa, os demais países podem até ter tido diferentes histórias, mas com a mesma base estrutural: a ‘imensa acumulação de mercadorias’ para a obtenção da mais-valor através da exploração de uma classe sobre a outra. É a eterna contradição posta nesta sociedade: a contradição entre capital e trabalho (MÉSZÁROS, 2007). Isso corrobora com a análise de que os modos de produção surgem por condicionantes e necessidades históricas, a partir das relações de produção material da vida.

A fórmula básica desenvolvida por Marx sobre a acumulação capitalista revela que o dinheiro é transformado em capital. Nela o dinheiro (D) é transformado em mercadoria (M) pela ação do trabalho no processo de produção e resulta em mais-valor (D’), ou seja, o dinheiro adiantado (D) se valoriza e é nesse movimento que D é transformado em capital. É em M, na produção das mercadorias onde ocorrem as relações de trabalho. Nelas existe o trabalho assalariado – e que também é uma mercadoria, porém, como dizia Marx, uma mercadoria “especial” - que é explorado pelo capitalista pela forma de trabalho não-pago²³ ao trabalhador e usurpado pelo capitalista. Desta forma, o mais-valor é produzido na relação de trabalho que ocorre no seio do processo de produção de mercadorias. Neste sentido, quanto mais barata for a força de trabalho, mais acúmulo de capital o capitalista obtém na produção de mercadorias, pois diminui o custo da produção.

Para se chegar nessa fórmula, Marx (2014) explica que era necessário ter as condições sociais propícias para tal: de um lado a existência de uma classe possuidora de dinheiro e de meios de produção de subsistência (no caso, a burguesia) e de outro a existência de uma classe

23Sobre o trabalho não-pago ao trabalhador sugerimos a leitura do texto – “A taxa da mais-valia” que integra o capítulo VII de “*O Capital*” (MARX, 2014).

assalariada “livre” e trabalhadora, ou seja, uma polarização extrema entre possuidores e não possuidores (desigualdade) que tem como produto a separação do trabalhador da propriedade e dos meios de produção.

A assim chamada acumulação primitiva ocorrida a partir do final do século XV e início do VI foi, portanto, segundo Marx (2015), o processo histórico onde foram construídas tais condições. A separação entre produtor (trabalhador) e meios de produção. Ela aparece como primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (capitalista) (MARX, 2015).

Esta separação é um processo histórico: o trabalhador afastado da propriedade e das condições de seu trabalho, antes realizado no seio familiar pelo processo artesanal de produção para a subsistência (meios de produção, instrumentos e ferramentas, ideias e conhecimento), é impelido a vender a única mercadoria que lhe resta para sobreviver e que também o transforma como tal: a sua força de trabalho. Esta separação se configura até a atualidade, porém, como já alertava Marx (2015, p. 836), “quando a produção capitalista se torna independente, não se limita a manter esta dissociação, mas a reproduz em escala cada vez maior”.

Na Inglaterra do final do século XIV e início do século XV, a servidão já havia se tornado quase extinta. A população se dividia em camponeses livres e economicamente autônomos, que no tempo livre trabalhavam para os grandes proprietários, e uma classe pouco numerosa de trabalhadores assalariados. Ambos desfrutavam das terras comunais. Marx retrata que o início da expropriação de terras, que criou as bases do modo de produção capitalista, ocorreu no final do século XV e começo do século XVI, onde um enorme contingente de trabalhadores livres foi lançado no mercado, pela dissolução dos séquitos feudais e pela tomada violenta e desumana das terras comunais (MARX, 2015).

Para que possamos ter uma ideia dessa tamanha expulsão e violência, Marx (2015, p. 850) relata que 3.511.770 acres (1.992.404 de campos de futebol) de terras comunais foram roubados dos camponeses entre 1801 e 1831 e descreve episódios que ajudam a representar como essas expropriações de camponeses foram marcadas pelo sangue e pelo fogo. Marx (2015, p. 852) descreve que “uma anciã morreu no meio das chamas de sua cabana, que se recusara a abandonar”.

Tais níveis de expulsão e de dizimação camponesa foram determinantes para que os capitalistas pudessem transformar o solo em mercadoria, para ser comercializado e, desta forma agregar valor a ele. Nas palavras de Marx:

Os capitalistas burgueses favoreceram a operação, entre outros motivos, para transformar o solo em artigo puramente comercial, ampliar a superfície da grande exploração agrícola, aumentar a oferta de proletários absolutamente livres, provenientes do campo etc. Além disso, a nova aristocracia fundiária era aliada natural da nova bancocracia, das altas finanças recém-saídas do ovo e dos grandes manufatureiros, que então se apoiavam sobre tarifas protecionistas (MARX, 2015, p. 971).

Tudo foi acompanhado de uma intensa maximização do uso do solo. Prioritariamente, as terras foram usadas para a criação de ovelhas. Delas era extraída a lã para abastecer as fábricas têxteis que surgiam quanti e qualitativamente nas áreas fabris. Marx descreve que em uma região onde viviam 15 mil irlandeses ou 3 mil famílias, ao serem expulsos ou mortos pelos soldados britânicos, deram espaço para 131 mil ovelhas (MARX, 2015). Desta forma, compreendemos como os processos de expropriação são produtos do sistema que tem unicamente o objetivo de se expandir e transformar todo e qualquer espaço em territórios de reprodução e de acumulação de capitais.

Expulsos de suas terras, os que conseguiam chegar às áreas fabris se deparavam com o novo setor produtivo que, da produção artesanal, passou para a manufatura (onde se deu o início da divisão social do trabalho do sistema capitalista) que se desenvolveu e chegou à produção fabril e industrial onde o trabalho já não mais era parte consciente e nem material do trabalhador. Aqui ele não era mais o dono da sua atividade humana, do seu trabalho, das suas ferramentas, pois o modo e os meios de produção pertenciam ao industrial ou ao dono da fábrica.

A partir daí, a mercadoria que o trabalhador produz não é mais sua, ele, muitas vezes, nem sabe o que produz ou então nunca tem acesso a tal mercadoria por não poder ser comprada com o salário que recebe. É aqui onde o próprio trabalhador torna-se uma mercadoria fundamental e “*especial*” no processo de obtenção da mais-valor. Marx chama isso de alienação e esta relação se constitui até os nossos dias. Porém, segundo os estudos críticos contemporâneos, ocorre de forma mais intensa e mais alienante do que já foi um dia (Harvey, Mészáros, Antunes, Sassen, Manacorda, Carcanholo, etc.). Atualmente, ocorre a apropriação máxima do envolvimento da subjetividade e da sociabilidade do trabalhador (ANTUNES, 2006, p. 23). Nas palavras de Marx sobre a alienação, o trabalho

é *exterior* ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua essência, [...] portanto ele não se afirma, mas se nega em seu trabalho, [...] não desenvolve energia mental e física livre, mas mortifica a sua *physis* e arruína a sua mente. Daí que o trabalhador só se sinta junto a si fora do trabalho e fora de si no trabalho. Sente-se em casa quando não trabalha e quando trabalha não se sente em casa. O seu trabalho não é portanto voluntário, mas compulsório, trabalho forçado. Por conseguinte, não é a satisfação de uma necessidade, mas somente um *meio* para satisfazer necessidades fora dele. A sua alienidade emerge com pureza no fato de que, tão logo não exista coerção física ou outra qualquer, se foge do trabalho como de uma peste. O trabalho exterior, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação. Finalmente, a exterioridade do trabalho aparece para o trabalhador no fato de que // o trabalho // não é seu próprio, mas sim de um outro, que não lhe pertence, que nele ele não pertence a si mesmo, mas a um outro. Assim como na religião a auto-atividade da imaginação humana, do cérebro humano e do coração humano atua sobre o indivíduo independente deste, ou seja, como uma atividade alheia, divina ou diabólica, assim também a atividade do trabalhador não é a sua auto-atividade. Pertence a um outro, é a perda de si mesmo (MARX, 1989, p.153).

Sob este aspecto ideológico, implantado o sistema fabril, o desenvolvimento da maquinaria tornou-se fundamental para ampliar a obtenção do mais-valor, obtida através da parte não-paga ao trabalhador em sua jornada de trabalho (Marx, 2014. p. 427). A força física do trabalhador, que antes detinha consciência de todo o processo de produção de uma dada mercadoria, foi substituída pela força natural (água, vapor, fogo, etc.). Como já não era mais necessária uma força de trabalho tão especializada e forte mulheres, crianças/adolescentes e migrantes expropriados (adultos e crianças), passaram a ser explorados como força de trabalho mais barata. Se antes a renda de um homem era suficiente para sustentar uma família, a partir do desenvolvimento da maquinaria, isso já não era mais possível, agora todos os membros da família precisavam trabalhar.

Tornando supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com o desenvolvimento físico incompleto, mas com membros mais flexíveis. Por isso, a primeira preocupação do capitalista, ao empregar a maquinaria, foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças. Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e de idade, sob o domínio direto do capital. (MARX, 2014, p. 451).

Essa é uma realidade histórica dos novos meios e modos de produção de vida para se produzir excedentes de capital. Tal configuração econômica moldou toda uma sociedade. Viver na nascente sociedade capitalista requeria adaptações e revoluções nos modos de vida de toda a população. Alimentação, moradia, educação, saúde, consumo, religião e lazer, ou seja, todas as áreas que permeiam as relações sociais tiveram que ser, aos poucos, expropriadas e/ou transmutadas aos interesses do novo modo de produção de mercadorias colocando a população à disposição do mercado. Segundo Fontes,

O capital baseia-se na permanente ampliação e exasperação de uma *certa base social* – a disponibilização massiva, tendencialmente atingindo toda a população, dos seres singulares convertidos em necessidade, em disposição única para a venda de força de trabalho sob quaisquer condições, base social para que um mercado “econômico” supostamente livre possa se generalizar. A expropriação massiva é, portanto, condição social inicial, meio e resultado da exploração capitalista(FONTES, 2010, p.22).

É neste sentido que a moral religiosa, dignificando e exaltando o trabalho assalariado foi uma parte fundamental destas novas relações. Marilena Chauí, na introdução que escreveu para a edição de 2000 do livro “*O Direito à Preguiça*” de Paul Lafargue, escreve que, para este autor, a religião transformou o trabalho, antes tido como pecado, em dignificante. O trabalho passou a ser “(...) o credo da burguesia para dominar as mãos, os corações e as mentes do proletariado, em nome da nova figura assumida por Deus, o Progresso.” (CHAUÍ, 2000, p. 24).

Isso foi fundamental para que a ciência pudesse andar separada da religião, pois as ciências da natureza precisaram se desenvolver para o capital e isso a burguesia tolerou. Porém, não tolerou nenhuma tentativa de conhecimento científico da realidade social. Portanto, segundo Chauí, a religião “é o instrumento eficaz de dominação de classe porque parece oferecer uma explicação satisfatória sobre a sociedade e garante, pela ação do clero e dos intelectuais pequeno-burgueses, que o proletariado (...), seja rendido por essas ideias e crenças” (CHAUI, 2000, p. 24).

Lançada no mercado, a grande leva de trabalhadores, agora “livre” e assalariada, configurou-se e configura-se para o capital como super oferta de força de trabalho que, em busca de salário para suprir as necessidades de subsistência, se sujeita a qualquer trabalho, além de se caracterizar como mercado consumidor das mercadorias produzidas. Se já não bastasse tal complexidade, a introdução da maquinaria moderna e mais produtiva nas fábricas e indústrias, que segundo Marx (2014, p. 427), “tem por fim, baratear as mercadorias” também encurtou “a parte do dia de trabalho da qual precisa o trabalhador para si mesmo, para ampliar a outra parte que ele dá gratuitamente ao capitalista”. A maquinaria então, se transfigurou em ferramenta do capitalista para extrair mais-valor do trabalho e este, antes natural, individual e interno ao homem, tornou-se externo, coletivo (com a divisão do trabalho) e estranho a ele.

Segundo Marx (2014, p. 440), “a revolução no modo de produção da indústria e da agricultura tornou sobretudo necessária uma revolução nas condições gerais do processo social de produção, isto é, nos meios de comunicação e de transporte”. Isso por que, os meios de se comunicar e de se locomover da sociedade artesanal, doméstica e agrícola se tornou um obstáculo para a revolução. O sistema fabril e industrial passou a exigir transformações radicais nos processos sociais em decorrência do “deslocamento de massas de capital e de trabalhadores de um ramo de produção para outro e com as novas conexões que criou no mercado mundial”.

Neste caminho, para a construção de linhas férreas, navios a vapor e para o desenvolvimento das telecomunicações, novas máquinas precisaram ser desenvolvidas pela ciência e construídas pelas fábricas. Harvey possui uma análise precisa que nos ajuda a compreender estes mecanismos do capital. Segundo ele

O capital – Marx nunca cansa de enfatizar – não é uma coisa ou um conjunto de instituições; o capital é um processo de circulação entre produção e realização. Esse processo deve se expandir, acumular, reformar constantemente o processo de

trabalho e os relacionamentos sociais na produção, assim como mudar constantemente as dimensões e as formas de circulação. (HARVEY, 2005, p. 71).

É nesta expansão e reforma que o capital passou a produzir continuamente maquinarias capazes de produzir outras máquinas e mais tecnologias. Esta mudança radical no instrumental de trabalho também revolucionou o material humano que foi incorporado sobre ela e assim, o trabalhador foi radicalmente modificado. A força de trabalho muscular se tornou supérflua porque a maquinaria moderna permitia o uso de trabalhadores sem essa força, ao mesmo tempo em que precisou de membros humanos menores e mais flexíveis. Desta necessidade foi consolidada a introdução das mulheres e das crianças sob o domínio do capital e o aumento do número de assalariados disponíveis no mercado.

Nesta fase, junto à exploração do trabalho infantil e o trabalho de mulheres, também foi destaque o proveito da força de trabalho de migrantes irlandeses que vinham de seu país, no final do século XVIII, assolado por conflitos e expropriação de terras, escassez de alimentos provocada por pragas nas plantações de batata e a extrema miséria que vivia a maior parte da sua população: os camponeses católicos. Segundo Thompson (2002),

(...) em 1841, estimou-se que mais de 400.000 habitantes da Grã-Bretanha haviam nascido na Irlanda: outras dezenas de milhares tinham os pais irlandeses. Na sua grande maioria, eles eram católicos e encontravam-se entre os trabalhadores menos remunerados, vivendo principalmente em Londres e nas cidades industriais. Em Liverpool e em Manchester, entre um quinto e um terço da população trabalhadora era irlandesa (THOMPSON, 2002, p. 324-325).

Segundo o autor citado “as ondas de imigração sucediam-se ininterruptamente”, a migração de católicos e de camponeses assumia destaque na sociedade inglesa. Isso porque a força de trabalho migrante era considerada diligente e não gananciosa a ponto de não reivindicar altos salários como os trabalhadores nativos (THOMPSON, 2002, p. 327). Partindo para nossa conjuntura atual, percebemos como a força de trabalho migrante, assim como nos séculos passados, sendo ela mais barata, pacífica e subalterna, é recrutada a cada onda de necessária expansão de capitais.

O avanço do neoliberalismo na sociedade contemporânea em que vivemos é mais um reflexo das manobras acertadas do capital, após sua crise de remodelação nos anos 1970, que foi capaz de reestruturar o capitalismo e seus modos produtivos para a era da acumulação flexível e do capital monetário (FONTES, 2010). Segundo Antunes, esta crise

afetou tanto a *materialidade* da classe trabalhadora, a sua *forma de ser*, quanto a sua subjetividade, o universo dos seus valores, do seu ideário, que pautam suas ações e práticas concretas. Isso porque, desde o início dos anos 70, vivenciamos um quadro de *crise estrutural do capital*, que atingiu o conjunto das economias capitalistas centrais, com fortes repercussões em diversos países, dado o caráter mundializado do capital (ANTUNES, 2011, p. 183).

A repercussão desta crise vigorou para os dias atuais e avança em direção assustadora rumo à precariedade da classe trabalhadora mundial. As altas taxas de desemprego são alarmantes e a vulnerabilidade crônica dos postos de trabalho nas economias “emergentes” e também nas avançadas está afetando o trabalho em uma escala global. Dados do terceiro trimestre de 2016 mostram que a taxa de desemprego ampliada²⁴ do Brasil é de 21,2%, quase o dobro do desemprego oficial que nesse período alcançou 11,8% (SALOMÃO, 2017). Por esse critério, perto de 23 milhões de brasileiros estão desempregados ou subutilizados. Como explica Fontes,

Onde houver direitos, há espaço para expropriações promovidas pelo capital. Todo o conjunto da vida social se torna subordinado agora não apenas à empresa (...), mas à lucratividade. A imensa escala da concentração não resulta apenas na condensação da propriedade sob a forma da empresa, ou mesmo do conglomerado multinacional: transborda para todas as atividades da vida social e, onde não existem, precisa criá-las, como, por exemplo, através da expropriação de formas coletivas de

24 O termo diz respeito à soma entre os desempregados efetivos, quem faz bico por falta de opção e trabalha menos do que poderia e quem desistiu de procurar trabalho. Mais informações no endereço eletrônico <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,desemprego-ampliado-no-brasil-de-21-2-quase-o-dobro-da-taxa-oficial,70001637778>>

existência para convertê-las em produção de valor (saúde, educação); da expropriação da própria condição biológica humana para convertê-la em mercadoria, já dominantes nos transgênicos e nas patentes de vida, mas apenas iniciando-se sobre a própria genética humana. (...) expande-se o médio, o pequeno e até mesmo o autoempresariamento; as jornadas de trabalho tornam-se ilimitadas, muitos trabalhadores recebem aparentemente por produção (na fórmula clássica de Marx, o trabalho por peças), mas desprovidos de direitos e apresentados como se não mais fossem trabalhadores; a oferta expandida de crédito impõe aos seus tomadores não apenas a tarefa de atuar como capitalistas funcionantes, mas também a de atuar como geradores de mais-valor em qualquer escala, da menor à mais extensa. Os proprietários de capital monetário controlam a propriedade de enorme variedade de empresas. O único interesse, aliás, explícito, é a capacidade de extrair lucros crescentes dessa propriedade, absorvendo espaços e difundindo relações sociais capitalistas no planeta, descompromissados com as condições da existência humana (FONTES, 2010, p. 203).

Se ampliarmos os números, dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) revelam que em 2015 existia no mundo 197,1 milhões de trabalhadores sem emprego e que a tendência deste número é de aumentar e chegar em 2017 com 200,5 milhões de desempregados. Segundo os dados, em comparação com a pré-crise de 2007/2008, temos um aumento de 27 milhões de pessoas que perderam seus empregos e que hoje se encontram na crista da onda da precarização, da informalidade, da subalternidade e da sujeição a qualquer tipo de ocupação com vistas a garantir a subsistência²⁵.

Segundo o diretor geral da OIT, Guy Ryder, sua preocupação está em tomar medidas urgentes para alavancar as oportunidades de emprego antes que se corra o risco de intensificar as tensões sociais (NAÇÕES UNIDAS, 2016a). Notemos que a preocupação não se volta ao processo de formação humana e de direito ao trabalho, mas a possível continuidade de levantes de resistência e de conflitos que a classe trabalhadora pode vir

25Os dados foram extraídos do site das Nações Unidas, na matéria “OIT: Desemprego global projetado para aumentar em 2016 e 2017” publicado em 19/01/2016.

a gerar. Como bem define Fontes (2010), estamos no alto grau do capital-imperialismo que não mede as consequências de suas contínuas e prolongadas ondas de expropriações historicamente necessárias para a expansão da exploração máxima do mais-valor e do seu produto: a acumulação do capital de forma brutalmente desigual e que leva nossa sociedade a níveis de desumanização gritantes.

A autora explica que

as expropriações são a contraface necessária da concentração exacerbada de capitais e que, menos do que a produção de externalidades, são a forma mais selvagem da expansão (e não do recuo) do capitalismo. Não se trata de um processo de retorno a modalidades anteriores, primitivas, mas de um *desenvolvimento do capital* que é, ao mesmo tempo, o aprofundamento da tragédia social. Essa é a marca original do capital – seu desenvolvimento propulsa a socialização da existência em escala sempre ampliada, mas somente pode ocorrer impondo processos dolorosos de retrocesso social. (FONTES, 2010, p. 93)

E ainda

A unificação realizada pela expansão capital-imperialista atua em diferentes níveis, a começar pelo da existência imediata e concreta, para uma população expropriada de maneira múltipla e brutal e colocada mais ou menos violentamente em situação de disponibilidade para o mercado, pelo desemprego ou sua ameaça, e por uma cascata de formas de venda da força de trabalho, desigualmente precarizada. Expropriada também de direitos, se depara com o mercado como *única instância comum* a todos, dramaticamente homogeneizadora das necessidades sociais (*idem*, 2010, p. 290).

Fontes (2010) denuncia as expropriações que vêm ocorrendo, tanto de caráter primário²⁶, quanto as de caráter secundário²⁷ em toda a sociedade brasileira e também mundial. Segundo ela,

A expropriação primária, original, de grandes massas campesinas ou agrárias, convertidas de boa vontade (atraídas pelas cidades) ou não (expulsas, por razões diversas, de suas terras, ou incapacitadas de manter sua reprodução plena através de procedimentos tradicionais, em geral agrários) permanece e se aprofunda, ao lado de expropriações secundárias, impulsionadas pelo capital-imperialismo contemporâneo [...] (FONTES, 2010, p. 44).

Aprofundando a análise sobre as expropriações secundárias, Fontes explica que

Estas expropriações, que estou denominando *disponibilizações ou expropriações secundárias*, não são, no sentido próprio, uma perda de propriedade de meios de produção (ou recursos sociais de produção), pois a grande maioria dos trabalhadores urbanos dela já não mais dispunha. Porém, a plena compreensão do processo contemporâneo mostra terem se convertido em nova – e fundamental – forma de exasperação da disponibilidade dos trabalhadores para o mercado, impondo novas condições e abrindo novos setores para a extração de mais-valor (FONTES, 2010, p. 54).

26Destacamos as tomadas de terras indígenas e de terras quilombolas, as expulsões de moradores de favelas nas cidades do Rio de Janeiro - ocorridas durante as obras para a Copa do Mundo de futebol em 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016 que provocou novas configurações urbanas modificando bairros inteiros - e de São Paulo - onde existem dezenas de ocupações do Movimento dos Moradores Sem Teto em terrenos e prédios ociosos sendo expulsos sem mandados judiciais e de forma bastante violenta e favelas que são incendiadas misteriosamente para expulsar famílias e comunidades inteiras para outros pontos da cidade.

27Configuradas por meio das expropriações de direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora e pelas privatizações de bens públicos e sociais, como a água, a saúde, a educação, etc.

Tais expropriações se configuram atualmente, segundo a autora referida, no desemprego crônico, no desmantelamento dos direitos sociais e trabalhistas, no desprovimento de vínculo de trabalho que garantem direitos, na precarização de acesso ao conhecimento, na destruição da biodiversidade e da cultura de povos tradicionais. Também incidem através das privatizações massivas de empresas estatais e de instituições públicas que representam a soberania nacional de bens públicos e coletivos e no controle dos Estados capital-imperialistas dominantes sobre as matérias-primas (FONTES, 2010) encontradas em países da América Latina, África e Ásia.

Neste sentido, construímos a compreensão de que a migração possui funcionalidades específicas na sociedade do capital. Além de continuar inflando o exército industrial de reserva, fica claro que, fundamentalmente, ela atua como uma potencializadora na extração da mais-valia ao provocar o rebaixamento de salários no mercado de trabalho das grandes e médias cidades e provocar aumento da precarização e da sujeição do trabalhador expropriado e migrante, a qualquer atividade salarial, além de torná-lo um eterno refém do trabalho.

Foi desta realidade histórica que homens, mulheres e crianças – migrantes ou não – da classe trabalhadora tornaram-se mercadorias disponíveis para o capital. O trabalho se modificou, destruiu-se “força humana que trabalha, brutalizam-se [...] homens e mulheres, **crianças e adolescentes** que vivem do trabalho **para o trabalho**; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental sociedade do descartável” (ANTUNES, 2011, p. 185 – **acréscimos nossos**) e que torna o trabalhador um sujeito subordinado e transformado, se necessário, em eterno migrante atrás de trabalho e vida.

E é nesta configuração social e material que as crianças migrantes da classe trabalhadora, também expropriadas, se forma me apreendem o ato de migrar de forma subjetiva e o tem como algo pertencente a sua vida e a sua formação, isso porque, “[...] a criança atribui um sentido pessoal ao que conhece e [...], a partir daí, se dirige à cultura para novas apropriações e aprendizados que são promotores do desenvolvimento de sua consciência em processo de formação” (MELLO, 2010, p.183).

Segundo Lopes, “a condição de migrante amplia as forças topocídicas²⁸ na medida em que promove a saída dos lugares e o afastamento do grupo. Nessa situação, as crianças são as que mais sofrem,

28 Segundo o Dicionário InFormal, topocídio significa a aniquilação deliberada de lugares, motivada por uma causa econômica e socialmente justificável, ou não. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/topoc%C3%ADdio/>

dada a sua situação de fragilidade” (LOPES, 2003a, p.130). O referido autor destaca que “[...] os feixes que definem o sentido de infância variam de acordo com os interesses destinados pela sociedade às suas diferentes camadas sociais, estabelecendo diferentes caminhos para a vida adulta” (LOPES, 2003a, p.189).

Por isso, ao nos depararmos com as crianças, filhas da classe trabalhadora, neste estudo temos a compreensão de que as percepções delas acerca de suas realidades evidenciam as contradições da relação capital e trabalho impostas a sua classe. As forças topocídicas, nas quais essa criança migrante está sujeita, arrancam suas raízes e fazem-nas carregar suas histórias em mochilas. São crianças que emergem histórias de suas cidades natais, de suas famílias, de seus laços sociais. São crianças que se formam pela trajetória em movimento.

Neste caminho, a historicidade exposta neste capítulo revela que as migrações são um processo funcional ao capital, estão entre os seus múltiplos determinantes e estão para os sujeitos expropriados como condição de sobrevivência e de disposição ao mercado. Assim ocorreu, embora não de forma totalmente igual, na acumulação primitiva, durante a Revolução Industrial e nos processos consequentes de industrialização e/ou urbanização pelo mundo.

No próximo capítulo, realizamos uma análise da conjuntura das migrações internas no Brasil, nos planos econômico, social e político, direcionando-a ao estado de Santa Catarina (SC) e, concomitantemente, à região da Grande Florianópolis. Nosso objetivo é verificar o que revela essa historicidade às condições atuais das migrações em SC e na cidade de Florianópolis e como isso vem causando tensionamentos sociais e políticos e desafios para a cidade.

2.AS MIGRAÇÕES INTERNAS NO BRASIL: UM PROCESSO DIACRÔNICO.

“Olha, eu só quero ir embora. Quero passar aquela catraca ali e voltar pra Bahia. Não aguento mais São Paulo e não aguento mais de saudades da minha terra. Quando eu chegar lá, quero mostrar pra São Paulo que eu to feliz, que eu não sou lixo. Quando eu passar daquela catraca, o resto do meu destino eu resolvo. Vocês me ajudam com uma passagem? Meu nome é A dos S R. Vim pra trabalhar, não pra ser vagabundo, mas a pessoa que me mandou vir, me deixou falando sozinho. [...]. Quando eu cheguei aqui, além de não ter trabalho, eu fui assaltado. Quando eu passar essa catraca, vou até a casa da minha prima em Jundiá. Lá, ela vai me pagar a ida pra Ilhéus e vai cuidar de mim”

Depoimento extraído de uma publicação do perfil no Instagram “SPInvisível – a cidade que ninguém vê”²⁹.

“Não aguento mais de saudades da minha terra”. As migrações vêm se constituindo como um dos principais fenômenos sociais do capitalismo na modernidade. Segundo dados da Organização das Nações Unidas – ONU (2016a), o número de migrantes no mundo aumentou 41% nos últimos 15 anos. São 244 milhões de migrantes internacionais, ou seja, pessoas que migraram e moram fora do seu país de origem. Dentro deste número, 20 milhões são refugiados³⁰. No Brasil o Censo (IBGE, 2010) indicou que, em 2010, 35,4% da população brasileira não residia no município onde havia nascido. Segundo a professora Célia Vendramini (2016), a região sul, no quinquênio 2005-2010, foi a que mais aumentou sua mobilidade espacial. De acordo com a análise dessa professora, o estado de Santa Catarina recebeu um volume 59% maior de migrantes em relação aos anos anteriores.

29 Fonte: INSTAGRAM. **SPInvisível**. Publicação de 01/06/2017. Disponível em <https://www.instagram.com/p/BU0dekOhaxQ/>. Acesso em 09/06/2017.

30Dados publicados no site das Nações Unidas em 13/01/2016. Acesso em 05/08/2016.

Com uma população de 6.248.436 habitantes, 5.130.746 são naturais de Santa Catarina, enquanto que 1.117.690 nasceram em outro estado, ou mesmo no exterior. Em 2011, 638.494 pessoas chegaram em SC vindas de outras regiões do país e do exterior, tendo como principal motivo a busca pelo trabalho (VENDRAMINI, 2016). Em Florianópolis, segundo uma amostra realizada em março de 2016 com 54.980 cadastros de famílias, feita pelo Cadastro Único (CadÚnico)³¹, 52% delas são migrantes.

Segundo o diretor-geral da OIM, William Lacy Swing, no mundo, além dos migrantes internacionais, existem 750 milhões de migrantes internos (DIÁRIO DO NORDESTE, 2015). Estes números oficiais revelam que os deslocamentos de pessoas em busca de condições de vida amparadas pelo trabalho são, historicamente, contínuos. A história brasileira também revela essa posição.

Nossa pesquisa propõe evidenciar que a desigualdade de condições de vida – social e econômica - produto das relações capitalistas, na qual as crianças participantes estão inseridas junto de suas famílias, definem o deslocamento delas em busca de trabalho e renda maiores³². Buscamos superar o conceito clássico de mobilidade do trabalho ligado à sua dimensão meramente individual, espacial ou setorial que analisa a força de trabalho como um fator de produção determinado naturalmente pelas leis do mercado. Tal conceito advém das teorias econômicas liberais clássicas de Smith, Ricardo e Say (GOMES, 2009).

Parafrazeando Beverly Silver (2005. p. 20), re-enquadramos os estudos das migrações e da infância migrante em “uma moldura analítica historicamente mais longa e geograficamente mais ampla”. Isto é, em nosso caso, para além de observar a nuance das diversidades de cultura, das escolhas individuais e dos modos de ser migrante, ampliamos o entendimento e aprofundamos a análise numa interface entre as subjetividades dos indivíduos migrantes e as objetividades dadas pela materialidade histórica determinada pelo sistema capitalista de produção

31 Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) é um instrumento de coleta de dados e informações vinculado a Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes na cidade, a fim de incluí-las nos programas sociais do Governo Federal.

32 Excluimos de nossa análise as pessoas que migram em momentos de turismo ou que escolhem ser viajantes para conhecerem o mundo ou para se aventurarem.

que impulsionou e que impulsiona milhares de trabalhadores a trocarem de vida em busca de uma objetividade em comum: o trabalho³³.

2.1 AS OCUPAÇÕES E A MIGRAÇÃO NO TERRITÓRIO CATARINENSE.

*A Terra urbanizou-se ainda mais depressa do que previra de início o Clube de Roma em seu relatório sabidamente malthusiano de 1972, Limitsofgrowth[Limites do crescimento]. Em 1950, havia 86 cidades no mundo com mais de um milhão de habitantes; hoje, são 400 e, em 2015, serão pelo menos 550. Na verdade, as cidades absorveram quase dois terços da explosão populacional global desde 1950 e **crecem hoje no ritmo de um milhão de bebês e migrantes por semana**. A população urbana atual (3,2 bilhões de pessoas) é maior que a população total do planeta em 1960. Enquanto isso, no mundo todo o campo chegou a sua população máxima (3,2 bilhões de pessoas) e começará a encolher a partir de 2020.*

Como resultado, as cidades serão responsáveis por todo o crescimento populacional futuro da Terra – espera-se que seu ponto máximo, cerca de 10 bilhões de habitantes, seja atingido em 2050.

*Mike Davis, “Planeta de Favelas” (2004),
negritos nossos.*

Como analisou Hobsbawm (1982) em sua época, os movimentos populacionais e a industrialização andaram juntos. Em análise sobre a favelização do planeta, Mike Davis (2004) reforça a concreticidade do caminho pareado entre os deslocamentos humanos em direção às cidades em processo de urbanização e põe em evidência a discrepância que existe entre o número de habitantes no campo e nas cidades. Além de alertar a incidência de novos migrantes surgindo a cada semana no mundo.

33 Aqui nos referimos ao trabalho na sua forma capitalista, ou seja, a venda da força de trabalho da classe trabalhadora configurada pela exploração e pela relação desigual entre possuidores e não possuidores dos meios de produção.

Não foi diferente no Brasil e em Santa Catarina. Mesmo com suas particularidades históricas, as maiores ondas de movimentos migratórios ocorreram associadas aos processos de urbanização e de industrialização do país e do estado catarinense. Dialeticamente, as migrações internas brasileiras estão ligadas ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil que produziu, de forma dispare, as desigualdades econômicas e sociais entre as regiões brasileiras. Compondo suas histórias, verifica-se que os processos de desenvolvimento foram travados e circunscritos tendo a migração como um elemento de amparo na ocupação territorial e de absorção, reserva e na disposição da força de trabalho.

Inicialmente, nas naus portuguesas quinhentistas, as crianças, mesmo em números reduzidos, também embarcavam e atravessavam o atlântico rumo ao Brasil. As menores eram acompanhadas de suas famílias e muitas das que tinham entre 9 e 16 anos de idade, vinham sozinhas nas condições de pajens ou grumetes³⁴ (RAMOS, 2015). Segundo este autor,

Se por um lado foram poucas as crianças embarcadas em naus quinhentistas rumo ao Brasil, por outro lado, a mão de obra infantil, em substituição à adulta, tornou-se indispensável à epopéia marítima. [...].

Não obstante, poucas crianças, [...], conseguiam resistir à insalubridade das embarcações portuguesas, à inanição e às doenças; e um número ainda menor sobrevivia em caso de naufrágio. [...] enfrentavam a fome, a sede, a fadiga, os abusos sexuais, as humilhações e o sentimento de impotência diante de um mundo que não sendo o seu tinha que ser assimilado independente de sua vontade (RAMOS, 2015, p. 49).

Como podemos ver, a história das crianças migrantes no Brasil se inicia nesse contexto e adentra a conjuntura política, social e econômica do país. A história da infância migrante vem carregada de tragédias, de exploração e de esquecimento. Não sem ter um porquê, a infância que

34 Segundo Ramos, os pajens eram as crianças e jovens que trabalhavam nos navios e serviam a nobreza. Exerciam trabalhos mais leves, como servir a mesa, arrumar os quartos e tratavam do conforto dos oficiais e nobres. Os grumetes eram as crianças pobres, órfãs e que muitas vezes eram entregues às naus pelos pais assolados pela fome e miséria de Portugal. Estes tinham o trabalho mais pesado, eram quase escravizados e serviam aos marujos. Porém, mesmo com poucas diferenças de tratamentos, ambos os grupos de crianças não estavam livres de serem assediados e aliciados sexualmente (RAMOS, 2015).

migra continua a sua trajetória, em tempos históricos diversos, mas todos carregados da objetividade da vida familiar condicionada pelos processos de expansão capitalista alinhado às transformações no mundo do trabalho.

Nesta trajetória inicial, a expansão da colonização no Brasil entre os séculos XVI ao XVIII consolidou o território brasileiro como colônia imperial de Portugal com a exploração da madeira, do açúcar e depois do ouro, borracha e do café. Após a crise do açúcar brasileiro que perdeu mercado para o açúcar produzido ainda mais barato na América Central, a descoberta do ouro em Minas Gerais deslocou as atividades agrárias exportadoras do nordeste para a região centro-sul, além da produção de café que se tornou a principal matéria-prima exportadora. Tais fatos evidenciam como os deslocamentos da população brasileira sempre estiveram condicionados à direção das atividades econômicas principais. Além disso, o ciclo da borracha e a colheita florestal na região norte também conduziram trabalhadores às temporadas de colheita e de extração desta matéria-prima destinada à exportação.

Segundo Prado Jr,

O interesse da metrópole pelo Brasil e o desenvolvimento conseqüente de sua política de restrições econômicas e opressão administrativa tomarão considerável impulso, sobretudo a partir de princípios do séc. XVIII quando se fazem na colônia as primeiras grandes descobertas de jazidas auríferas. A mineração do ouro no Brasil ocupará durante três quartos de século o centro das atenções de Portugal, e a maior parte do cenário econômico da colônia. **Todas as demais atividades entrarão em decadência, e as zonas em que ocorrem se empobrecem e se despovoam.** Tudo cede passo ao novo astro que se levanta no horizonte; o próprio açúcar, que por século e meio representara o nervo econômico da colonização e sua própria razão de ser, é desprezado (PRADO JR, 2008, p. 37, **destaques nossos**).

A região de Santa Catarina, antes ocupada pelas populações indígenas Xokleng, Guarani e Kaingang, foi invadida pelas primeiras ocupações de descendentes europeus durante o século XVI. Sobre esta realidade, vale a pena citarmos um trecho do livro do professor Sílvio Coelho dos Santos “*Os índios Xocleng: memória visual*” (1997) que descreve a história da ocupação indígena na região sul do Brasil e analisa a invasão da imigração em seus territórios. Segundo Santos,

Durante séculos, os índios Xokleng dominaram as florestas que cobriam as encostas das montanhas, os vales litorâneos e as bordas do planalto no Sul do Brasil. Eram nômades. Viviam da caça e da coleta. A mata atlântica e os bosques de pinheiros (araucária) forneciam tudo o que necessitavam para sobreviver. Caçavam diferentes tipos de animais e aves, coletavam mel, frutos e raízes silvestres. E tinham o pinhão como um dos principais recursos alimentares.

O território que ocupavam não tinha contornos bem definidos. As rotas de perambulação eram freqüentadas de acordo com o seu potencial em suprir, através da caça e da coleta, as necessidades alimentares do grupo. Mantinham uma disputa secular com os Guarani e os Kaingang para o controle desse território. Os Guarani dominavam extensa parte do planalto, as margens dos rios que integram as bacias do Paraná/Paraguai e o litoral. Os Kaingang eram senhores das terras interiores do planalto. Todos pretendiam o domínio dos fabulosos recursos protéicos representados pelos bosques de pinheiros e a fauna associada ao pinhão. Dessa forma, os Xokleng tinham nas florestas que se localizavam entre o litoral e o planalto o seu território de domínio e de refúgio. [...]. Os Xokleng formavam um povo. Tinham língua, cultura e território que os diferenciavam dos outros povos indígenas, tais como, os Guarani e os Kaingang. [...]. Se identificavam a si próprios como “nós” e, todos os demais estranhos, como os “outros”. O nome Xokleng é apenas uma palavra de seu vocabulário pela qual eles foram identificados na literatura antropológica. [...]. Com a chegada do europeu ao Sul do Brasil, iniciou-se um processo de mudanças que até hoje não terminou. Os Guarani que tão amistosamente receberam os primeiros navegadores, logo foram impactados pela presença de doenças até então desconhecidas, tais como, a gripe, a varíola, a pneumonia, o sarampo e a tuberculose. Em seguida, foram arrebanhados para servirem como mão-de-obra escrava nos empreendimentos que os portugueses começaram a instalar em São Vicente e São Paulo. A continuação dessas agressões motivou a fuga para o interior de

diversos grupos indígenas. O Litoral logo acabou despovoado de índios e foi ocupado pelo homem branco. Mais adiante, no século XVII, mamelucos paulistas promoveram incursões de caça ao índio na região dos rios Paraná/Paraguai, denominada Sete Povos das Missões. No século seguinte, os campos do planalto foram ocupados por fazendas de criação de gado. Caminhos de tropa foram abertos, ligando o Rio Grande do Sul a São Paulo. O planalto e o litoral foram definitivamente conquistados. Tudo isto acentuou a disputa de territórios entre os grupos indígenas que escaparam nesses primeiros momentos da dominação exercida pelos europeus, ou, pelos paulistas, seus descendentes. Alguns grupos Kaingang, manipulados pelos brancos, participaram do processo de submissão dos Guarani e, assim, puderam estender seus domínios para o Sul. Neste avanço, também pressionaram os Xokleng que acabaram expulsos das bordas do planalto, nas quais tinham acesso fácil aos bosques de pinheiros.

No século seguinte, os campos do planalto foram ocupados por fazendas de criação de gado. Caminhos de tropa foram abertos, ligando o Rio Grande do Sul a São Paulo. O planalto e o litoral foram definitivamente conquistados. Tudo isto acentuou a disputa de territórios entre os grupos indígenas que escaparam nesses primeiros momentos da dominação exercida pelos europeus, ou, pelos paulistas, seus descendentes. Alguns grupos Kaingang, manipulados pelos brancos, participaram do processo de submissão dos Guarani e, assim, puderam estender seus domínios para o Sul. Neste avanço, também pressionaram os Xokleng que acabaram expulsos das bordas do planalto, nas quais tinham acesso fácil aos bosques de pinheiros (SANTOS, 1997, p. 15-17).

Percebe-se como a chegada das migrações europeias, trazendo consigo outra forma sócio-metabólica de vida, alterou drasticamente todo um território consolidado com realidades locais heterogêneas, com objetivos de homogeneização e imposição desta outra “*fôrma*” social.

Foi no fim do século XVII, que a Corte portuguesa enviou os primeiros portugueses açorianos que chegaram ao Brasil para povoar o litoral catarinense consolidando essa ocupação branca e dando início ao

povoamento do território como um todo. Oriundos das ilhas dos Açores e da Madeira, os açorianos consolidaram uma caracterização regional histórico-político-cultural que se faz sentir até hoje, sobretudo em todo o litoral catarinense.

A economia capitalista, ao adentrar em novos territórios durante o período colonial, passou a consolidar suas leis e condições sociais, políticas e econômicas para além da Europa garantindo o consumo de seus produtos, tanto de mercadorias, quanto de força de trabalho dispensada. Enquanto isso, no Brasil, após o fim da escravidão em 1888, o governo lançou uma política de povoamento do território e os proprietários de grandes terras necessitavam de força de trabalho especializada e já acostumada com o ritmo de trabalho contínuo e desgastante. Tudo isso acaba por orquestrar as ações expansionistas do capital.

Em Santa Catarina, iniciam as imigrações de alemães, italianos e de poloneses a partir do ano de 1877. Após a década de 1880, o estado passou a ganhar destaque na produção de carvão e com a construção da ferrovia que escoava a produção carbonífera (GOULART FILHO, 2010). Com isso, novas colônias são formadas nos contornos da ferrovia. Em 1882, foi fundada a Colônia Militar de Chapecó após ter ocorrido uma série de conflitos políticos na região por disputa do território com a Argentina. A intenção política migratória em Santa Catarina carrega consigo uma história de conflitos que demandaram do governo imperial uma política de povoamento com as imigrações ao mesmo tempo em que os proprietários das terras meridionais não mais tinham a força de trabalho escrava para o trabalho braçal e precisavam de “homens livres” para o assalariamento. Como analisa Prado Jr,

Notemos, antes de mais nada, que a imigração europeia do séc. XIX representa para o Brasil um tipo original de corrente povoadora. O povoamento brasileiro se realizara até então a mercê do afluxo espontâneo de colonos brancos (portugueses na sua grande maioria e quase totalidade), da importação de escravos africanos, e finalmente pela incorporação de indígenas. A corrente demográfica que ora nos interessa será constituída de trabalhadores braçais de origem europeia, cujo afluxo e fixação no país serão provocados e estimulados por uma política oficial e deliberada de povoamento, ou pela iniciativa privada de particulares interessados na obtenção de mão-de-obra (PRADO JR, 2008, p. 136).

Adiante, Prado Jr (2008) explica que, desde a vinda da Família Real ao Brasil em 1808, havia essa necessidade de organizar o território para servir de base para a metrópole imperialista. Foi necessário considerar o Brasil mais que uma simples colônia e a política de povoamento foi uma das estratégias da corte portuguesa visando garantir a dominação territorial. Segundo Prado Jr (2008, p. 137), “as condições que os dirigentes portugueses encontraram no Brasil quando nele instalaram o trono e o governo nacionais, eram mais que inconvenientes; faziam-se alarmantes. Não lhes foi difícil compreender a necessidade de reformas”. O Brasil, de colônia apenas exportadora de gêneros tropicais, passa a traçar outros rumos que o conduziram na direção de novas políticas.

Não foi difícil compreender que o sistema até então seguido, isto é, aquele que a par de uma débil corrente de colonos brancos, trazia para o Brasil a massa volumosa de escravos africanos, se convinha a uma simples colônia destinada a fornecer gêneros tropicais ao comércio da metrópole, já não se enquadrava evidentemente nas exigências de uma nação. A heterogeneidade que resultava de um tal sistema, tanto racial como cultural e social, era situação por demais imprópria para um país que se tornara sede de uma monarquia européia (PRADO JR, 2008, p. 137).

Assistimos, a partir de então, mais ao final do século XIX e início do século XX, as contínuas travessias transatlânticas de milhares de imigrantes europeus (italianos, franceses, alemães, poloneses) e de imigrantes asiáticos (sobretudo de japoneses) em direção às terras brasileiras. Na esperança propagada em livretos e folhetins distribuídos à classe trabalhadora excedente da Europa, o Brasil passou a ser visto como a terra do futuro para milhões de pessoas.

Além disso, havia a necessidade de trazer força de trabalho especializada para trabalhar onde o escravo fora descartado. Não foram os milhares de escravos “livres” que compuseram, a partir do final deste século e no início do século XX, a força de trabalho necessária para ocupar o território meridional, para preencher as vagas braçais nas fazendas cafeeiras de São Paulo e do Rio de Janeiro, para extrair a borracha na região amazônica, para trabalhar no ciclo do ouro e nas fazendas leiteiras de Minas Gerais, e para preencher as vagas de trabalho nas primeiras fábricas e nas indústrias recém instaladas na capital paulista e na carioca. Foram os imigrantes europeus e suas crianças que compuseram essa força

de trabalho e os nordestinos que migraram para o norte do país atrás da extração da borracha.

Em artigo, o cientista econômico Alcides Goutart Filho (2010) retrata que durante o período de 1880 a 1945 a forma capitalista organizada pelo capitalismo mercantil, em Santa Catarina (SC), provocou o desenvolvimento da economia em pequenas propriedades rurais com diversificação na produção de mercadorias. Segundo este autor, foi durante estas décadas em que SC teve grandes mudanças demográficas a partir dos movimentos de imigrantes europeus. Ele destaca que tais movimentos foram contínuos e em ritmo acelerado até os anos de 1920.

A instalação dos imigrantes em SC, desde os primeiros, dependia de fatores geográficos, sociais, políticos e econômicos. Foi necessária inicialmente a formação das companhias colonizadoras (bases militares para garantir a dominação do território meridional), a concessão de financiamentos aos proprietários de terras para trazer essas famílias para a região sul e ter terras disponíveis que garantissem a política de povoamento e de produção agrícola (FILHO, 2010). As estradas carroçáveis e as ferrovias também foram fundamentais para que se desenvolvesse o mercado local e para integrar a região ao mercado nacional (*idem*, 2010). Segundo este autor, mais adiante, foi a estrada de ferro São Paulo - Rio Grande que provocou a introdução de relações capitalistas de produção no oeste catarinense e na região do Contestado, com a política de expansão das fronteiras agrícolas do governo republicano.

Não foi tão simples lidar com os imigrantes. Os grandes fazendeiros tiveram dificuldade com eles para a rápida aceitação ao trabalho super explorado, já que estes vinham de realidades de exploração e de lutas já travadas entre patrões e trabalhadores na Europa. Isso foi minimizado pelo sistema de endividamento, já que era o fazendeiro o dono dos mercados e dos meios para se obter os gêneros básicos de subsistência e pelo pagamento de salários reduzidos. Desta forma, o empregador conseguiu com relativa facilidade manter seus trabalhadores sempre endividados e, portanto, impossibilitados de os deixarem. Além disso, a imigração ao Brasil se tornou ainda mais atraente quando passou a oferecer aos trabalhadores europeus, desde logo, a possibilidade de se tornarem proprietários de terras (PRADO JR, 2008).

Esse último fator corroborou, em SC, para que os imigrantes europeus, sabidos das tecnologias criadas na Revolução Industrial, diversificassem a economia catarinense com novas atividades comerciais e artesanais ocorrendo assim, um parcelamento da produção (FILHO, 2010). Essa diversificação da produção apoiada nas pequenas

propriedades resultou, segundo o autor, um acúmulo de capital pulverizado ao mesmo tempo em que foi definindo as diferenciações sociais. Ou seja, alguns colonos com mais capital e tecnologias passaram a subordinar o trabalho transformando a pequena propriedade em médias e depois em grandes madeireiras, frigoríficos e indústrias. Lembrando que a terra gera valor ao capital, a venda das pequenas propriedades foi expropriando o trabalhador com menor ou nenhum capital de suas terras e transformando-os em força de trabalho assalariada pronta para ser vendida e explorada, agregando mais valor ao capital.

Nesta lógica dialética, não cabe resumir, então, as migrações como uma política de ocupação apenas demográfica, mas também, como um dos meios de acumulação capitalista já que à terra é agregado valor e ela se valoriza incorporando e reproduzindo capital. A terra, em SC, foi usada como fonte de acumulação capitalista e facilitou a ligação entre o capital mercantil e o industrial que já, no plano nacional, vinha tentando se consolidar (FILHO, 2010).

Figura 1 – “Os imigrantes”³⁵



Fonte: Reprodução fotográfica Romulo Fialdini. Disponível em <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa10038/antonio-rocco>

³⁵Fonte: ROCCO, Antonio. Os imigrantes, 1910. Acervo Pinacoteca do Estado de São Paulo.

Figura 2 - Italianos na hospedaria dos imigrantes em São Paulo no início do século XX³⁶.



Fonte: <http://mestresdahistoria.blogspot.com.br/2011/04/saiba-mais-sobre-imigracao-para-o.html>

Nacionalmente, novas configurações permearam as migrações a partir da entrada do século XX. A professora Romanelli (2006, p. 48) explica que o período marcado pelos anos anteriores à Revolução de 1930 foi “marcado por uma acumulação primitiva de capital decorrente das mudanças qualitativas sofridas pela economia no momento em que o mercado interno, graças à imigração e ao trabalho assalariado, começou a desenvolver-se”. A partir daí, o Brasil começava a guiar sua economia em direção ao capital industrial.

A tabela 1 mostra um panorama da quantidade de imigrantes que migraram ao Brasil durante o período de 1884 a 1933. Foram 3.963.599 milhões de imigrantes chegando ao Brasil em 49 anos. Segundo o historiador Tarcísio R. Botelho (2005, p. 79), o Recenseamento Geral do Império de 1872 apurou um total de 9,97 milhões de brasileiros. Isso significa que em quase cinquenta anos a população brasileira aumentou em mais de 1/3 por conta dos processos migratórios de trabalhadores europeus.

³⁶Fonte: <http://mestresdahistoria.blogspot.com.br/2011/04/saiba-mais-sobre-imigracao-para-o.html>

Tabela 1 - Número de imigrantes que migraram ao Brasil durante o período de 1884 a 1933 por nacionalidade.

Nacionalidade	1884- 1893	1894- 1903	1904- 1913	1914- 1923	1924- 1933
Alemães	22.778	6.698	33.859	29.339	61.723
Espanhóis	113.116	102.142	224.672	94.779	52.405
Italianos	510.533	537.784	196.521	86.320	70.177
Japoneses	---	---	11.868	20.398	110.191
Portugueses	170.621	155.542	384.672	201.252	233.650
Sírios e Turcos	96	7.124	45.803	20.400	20.400
Outros	66.524	42.820	109.222	51.493	164.586
Total	883.668	852.110	1.006.617	503.981	717.223

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento, 2000, p. 226.

Estas décadas foram marcadas pelo deslocamento de milhares de migrantes, brasileiros expropriados e “livres”, e de estrangeiros, ambos fundamentais para suprir a força de trabalho necessária para o assalariamento nas fazendas, nas fábricas e nas indústrias, além de servirem como mercado consumidor interno das mercadorias produzidas nas cidades, principalmente, das indústrias têxtil e alimentícia.

Com a presença crescente da classe industrial no Brasil, que detinha capital acumulado, o país passou a seguir um caminho de reestruturação social e política. A partir da crise de saturação do mercado mundial na Europa, as exportações das principais matérias-primas brasileiras diminuíram drasticamente e o governo oligárquico não conseguiu manter a política protecionista, principalmente, para proteger os preços do café no mercado internacional, durante muito tempo. Estas estratégias não eram tão bem aceitas pela classe em ascensão no Brasil: a burguesia industrial, pois se viam particularmente prejudicadas já que a socialização dos prejuízos era refletida também nesta classe.

Em Santa Catarina isso foi marcante, pois ocorreu um aumento das exportações de suas mercadorias para atender o crescente mercado interno da região sudeste. A demanda de mercadorias diversas para esse mercado consumidor em expansão atendeu a construção de médias indústrias. O aumento das fazendas de café e das diversas indústrias que surgiam em São Paulo (SP) e no Rio de Janeiro (RJ), o processo de urbanização acelerado nas capitais destes estados, as construções de novas ferrovias integrando o interior catarinense aos portos e por SC estar próxima de duas regiões adensadas como Curitiba, no Paraná e Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, fizeram crescer a acumulação de capitais sem ter

problemas com a oferta de força de trabalho, já que Santa Catarina usufruía de grandes levas de imigrantes europeus em suas regiões (FILHO, 2010).

Os industriais começaram a impor os seus interesses na política e na economia nacionais. Segundo Romanelli (2006, p. 47), uma série de movimentos e de revoluções armadas “se empenharam em promover vários rompimentos políticos e econômicos com a velha ordem social oligárquica”. O que estava em jogo neste início de século era implantar definitivamente o capitalismo no Brasil e o seu formato industrial.

A crise da Bolsa em 1929, nos Estados Unidos (EUA), elevou a crise em planos mundiais e os países mais ricos tentaram levar seus piores efeitos para os países dependentes economicamente. O Brasil era um deles. Mas tínhamos em alta uma classe em emergência dotada de muito capital acumulado e um mercado interno em plena expansão devido às imigrações e ao deslocamento dos trabalhadores do campo para os meios urbanos. Tais fatores colaboraram para o desenvolvimento industrial brasileiro e para o país aguentar a crise (ROMANELLI, 2006).

Nesta conjuntura, percebemos que os movimentos dos trabalhadores no Brasil e no mundo estão diretamente associados às realidades internas e externas ao país e compreendemos que o fenômeno migratório mostra a totalidade das relações capitalistas de produção evidenciando a relação dialéticas entre as particularidades e a totalidade. Neste sentido fica claro que,

a produção social de trabalhadores “livres” (expropriados) é sempre condição para e resultado da ampliação das condições sociais de cunho capitalista. Essa liberdade é real, pois os seres sociais estão defrontados de maneira direta à sua própria necessidade, e ilusória, pois vela as condições determinadas que subordinam os seres sociais e, portanto, as condições sob as quais o trabalho precisa se exercer. Uma intensa e permanente produção de trabalhadores “livres” permitiu a constituição de um trabalho “abstraido”, genérico, definido por sua capacidade de valorizar capital. A intensificação da produtividade tecnológica em determinados ramos de produção ocorreu historicamente, e segue ocorrendo, em paralelo ao reforço e recriação de formas aparentemente paradoxais, arcaicas, em outros planos e espaços sociais, que se conectam estreita e desigualmente com as primeiras.

Expandir relações sociais capitalistas corresponde, portanto, em primeiro lugar, à expansão das condições que exasperam a disponibilidade de trabalhadores para o capital, independentemente da forma jurídica que venha a recobrir a atividade laboral de tais seres sociais (FONTES, 2010, p. 43).

Desta forma, dotada de força de trabalho, Santa Catarina (SC) passou a ter uma crescente parceria com a economia nacional. O processo de urbanização associado ao aumento da classe operária no sudeste e a desaceleração das exportações nacionais de café à Europa e aos EUA produziu um mercado consumidor necessitado dos gêneros alimentícios e vestuário e uma indústria siderúrgica ávida pelo carvão produzido em SC. Segundo Filho, a economia catarinense e suas particularidades transcorria em paralelo às demandas da indústria paulista e isso transcorreu até a década de 1940 quando a indústria catarinense metal-mecânica, de papel, celulose e de cerâmica começam a ser ampliadas.

Ao mesmo tempo em que a indústria paulista nascia e se consolidava, a catarinense caminhava, paralelamente. Com a crise mundial de 1929, o rompimento do padrão monetário internacional (padrão-ouro) e o aparecimento de novos atores sociais, rompe-se o velho padrão de acumulação da economia brasileira, que era conduzido pelo setor mercantil agroexportador. A diversificação industrial da década de 1920 exigia a continuidade do processo de crescimento, porém em outras bases materiais e institucionais. No entanto, em Santa Catarina as bases produtivas continuavam as mesmas, e, somente a partir de 1945 começou a mudar a estrutura econômica do estado barrigaverde, com a ampliação da pequena indústria metal-mecânica em Joinville, com o surgimento da indústria de papel, pasta e celulose no planalto e das cerâmicas no sul. A indústria catarinense estava se consolidando e partia para outra base produtiva de comando do processo de acumulação. O pequeno proprietário, o colono, o caboclo e o pescador foram as matrizes sociais dessas transformações. O capital-dinheiro, concentrado nas mãos dos pequenos capitalistas, transformou-se rapidamente em capital-industrial. A partir desse desdobramento, nasceu o grande capital industrial em Santa Catarina (FILHO, 2010, p. 39-40).

No período que sucedeu a revolução de 1930, após a era Vargas até o governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (JK), diversas indefinições políticas e econômicas se acentuaram no país. Uma luta ideológica pairava no cenário brasileiro. O rumo do desenvolvimento econômico do Brasil ora tendia a continuar a onda nacionalista, ora atendia aos interesses internacionais (ROMANELLI, 2006). É neste período em que, no Brasil, as imigrações européias perdem força. Com a Europa destruída pelas duas guerras mundiais, mais do que nunca, sua população foi chamada a reconstruir seus países ocupando os postos de trabalho das indústrias locais.

A conjuntura brasileira, segundo Romanelli (2006), é reflexo de uma série de rompimentos político-econômicos (latifundiário e conservador x industrial e liberal) que marcaram o ingresso definitivo do Brasil na era da civilização urbano-industrial a partir dos anos de 1950. Neste período, cresceu o mercado interno e a necessidade de consumo desse novo mercado. Intensificou-se “a substituição de produtos acabados importados por produtos de fabricação nacional, ao mesmo tempo em que a agricultura começou a produzir também e cada vez mais para o mercado interno” (ROMANELLI, 2006, p. 54).

A partir da década de 1950, o Brasil inicia uma nova fase econômico-industrial, caracterizada pela entrada de capital internacional no mercado e pela intensificação industrial. Os fluxos migratórios passam a trazer mão de obra excedente dos estados brasileiros que se formaram historicamente como reservatórios de força de trabalho (principalmente a região nordeste e o norte de Minas Gerais). Tais regiões tinham um excedente populacional que não era absorvido em suas economias agrárias e latifundiárias. Além disso, a seca que sempre assolou essas regiões contribuíram para acentuar as expropriações de terra e de acesso às condições de reprodução da vida. Essas populações foram obrigadas a migrar aos grandes centros urbanos em busca de vida e de trabalho.

Nesta mesma época, segundo Filho (2010), SC diversificava e ampliava a sua base industrial produtiva. Os setores industriais têxtil, metal-mecânico, moveleiro, do carvão e do papel aumentaram a sua produção, surgiram novas fábricas e ampliaram a capacidade produtiva com novas máquinas e tecnologias. A agricultura começou o processo de mecanização (FILHO, 2010), que mais tarde acompanhou a Revolução Verde³⁷ nos anos de 1960-1970, indo do agrocomércio para a agroindústria e o agronegócio.

37Criada durante uma conferência em Washington, por Willian Gown, a expressão “**Revolução Verde**” refere-se a um programa de inovações

As taxas da população urbana passam a crescer, tendência que se arrasta até a atualidade. Na tabela 2, reproduzimos a informação que a professora Virgínia Fontes trouxe e que nos ajuda a enxergar tal amplitude:

Tabela 2 - População total e taxa de urbanização nos diferentes continentes do mundo

Continente	População total milhões de habitantes e taxa de urbanização 1950	População total em milhões de habitantes e taxa de urbanização 2007
América do Norte	172 - 64%	339 - 81%
América Latina e Caribe	167 - 42%	572 - 78%
Europa	547 - 51%	731 - 74%
Oceania	13 - 61%	34 - 73%
África	221 - 15%	965 - 41%
Ásia	1.398 - 15%	4.030 - 41%
Mundo – Total	2.535 - 29%	6.671 - 50%

Fonte: FONTES (2010, p. 48, **negrito nosso**)

Dentro do período evidenciado pela tabela acima (1950-2007), existe um longo processo da história estrutural e social do Brasil que revela novas e pareadas circunstâncias sociais, políticas e econômicas, mas que evidenciam novamente o caráter expropriador do sistema. Nos anos em que Juscelino Kubitschek governou o país (1956-1961) até 1964 o seu plano de governo apresentou um discurso desenvolvimentista e utilizou o *slogan* “50 anos em 5”, onde, supostamente, o Brasil cresceria economicamente cinquenta anos em apenas cinco.

tecnológicas no setor da agricultura. O objetivo foi aumentar a produtividade por meio da modificação em sementes, fertilização do solo, utilização de agrotóxicos e mecanização no campo. A Revolução Verde no Brasil aconteceu durante a ditadura militar – entre as décadas de 1960 e 1970 – e permitiu que o país desenvolvesse tecnologia própria em universidades, centros de pesquisa, agências governamentais e instituições privadas. Com as inovações houve um surto de desenvolvimento agrícola na década de 1990, transformando o país em um dos recordistas de produtividade e de exportação. No entanto, foi a partir desta revolução que mais expropriações rurais aconteceram no interior do país, induzindo a impossibilidade de milhares de famílias permanecerem no campo e condicionando-os a migrarem para as cidades em busca de condições de sobrevivência. Para aprofundar este assunto ver: OLIVEIRA, A. U de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: STEDILE, J. P. e ESTEVAM, D. **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Ed Expressão Popular, 2013, p.103-172.

Seu governo acentuou a instalação da indústria pesada no país que culminou em mais um processo de aceleração industrial e urbana. Ao mesmo tempo, sua política econômica facilitou e marcou em definitivo a entrada do capital internacional no país com a implantação de filiais de multinacionais concentradas nas regiões mais urbanizadas e com maior rede de infra-estrutura (transporte, força de trabalho excedente e barata, energia, etc). Lembramos aqui do que Harvey (2005) chamou ser a produção capitalista do espaço.

Como capital internacional instalado no Brasil através dessas políticas, o avanço do liberalismo econômico abriu margem para aumentar os níveis do capital-imperialismo no Brasil (FONTES, 2010), o endividamento do Estado e a sua dependência aos países centrais capitalistas, ou seja, acentuaram-se as expropriações, as desigualdades e as discrepâncias sociais.

O desenvolvimento da indústria pesada no Brasil favoreceu que a indústria catarinense se voltasse definitivamente para o mercado nacional, porém, SC ainda apresentava a contradição entre alto desenvolvimento e precárias condições de infraestrutura (principalmente rodovias e distribuição de energia) que dificultavam o escoamento da produção. Em 1955 é criada a CELESC (Central Elétrica de Santa Catarina) através de um decreto estadual assinado pelo então Governador Irineu Bornhausen. Anteriormente, as necessidades energéticas eram supridas por pequenas iniciativas privadas instaladas nas cidades de Blumenau, Joinville e São José. Suscitava-se a necessidade de uma empresa estatal, já que na época boa parte de Santa Catarina não possuía energia e as usinas se mostravam incapazes de fornecer energia para todo o estado. Primeiramente, a CELESC funcionou como órgão de planejamento do sistema elétrico estadual e gradativamente foi incorporando as empresas energéticas regionais (CELESC, 2017). A criação da CELESC, assim como a criação da Eletrosul/Eletrabras em 1968, com sedes na capital do estado, trouxe consigo centenas de famílias migrantes de outros estados que tinham força de trabalho especializada, como engenheiros, técnicos e administradores, configurando em Florianópolis novas demandas por acesso à moradia, serviços, lazer, saúde e educação.

A facilidade com que o capital internacional entrou no Brasil durante o governo de JK facilitou a ampliação da reprodução do capital industrial em SC, tanto que, pós 1962, o padrão de crescimento do capital foi alterado e se alinhou ao padrão nacional formado pelo tripé do capital dividido entre estado, capital externo e capital nacional (FILHO, 2010). Os financiamentos estatais e a isenção fiscal aos projetos privados integraram a produção catarinense ao âmbito nacional, porém foram as

maiores empresas que se beneficiaram de tais medidas e, mais uma vez a concentração de capitais em poucas empresas configurava a tendência capitalista.

A criação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 1960, também foi ao encontro das necessidades sócio-produtivistas que entravam em expansão no estado de Santa Catarina. Segundo Filho (2010), com a UFSC, Florianópolis recebeu uma grande quantidade de migrantes que contribuiu para configurar uma nova cidade/capital do estado ao receber estudantes, técnicos e professores de todo o Brasil. Além disso, uma série de outras empresas estatais, como o Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), a Agência de Fomento de Santa Catarina (BADESC) e outras instituições públicas foram sendo criadas no estado o que gerou uma demanda por serviços, lazer e moradia. E também uma demanda por força de trabalho barata que pudesse ocupar os postos de trabalho simples que a demanda exigia (FILHO, 2010).

Desta forma, a classe trabalhadora urbana em Santa Catarina expandiu muito com as levas migratórias do homem do campo a partir dos anos de 1950 e atingiu o seu auge na década de 1970 com a migração de trabalhadores para ocupar as vagas no funcionalismo público em expansão.

A introdução de máquinas e técnicas modernas de cultivo e de produção nas grandes propriedades do campo em Santa Catarina trouxe consigo modificações profundas nas relações de produção que impulsionaram a redução da demanda por força de trabalho agrícola. Os desempregados, então, sem perspectivas, migraram para os centros em urbanização em busca de trabalho. Muitos pequenos proprietários rurais, por não possuírem recursos necessários e nem incentivos estatais para acompanhar as mudanças das técnicas de produção, também tenderam a deixar o campo e vir para os centros urbanos. A migração destes agricultores se deu para as regiões urbano-industriais em expansão de SC e ocorreu em maiores volumes para as regiões de Joinville, Blumenau, Florianópolis e Vale do Itajaí. Concordamos com os cientistas econômicos Miotto, Lins e Mattei (2010, p. 313) ao analisarem que “esse aspecto condiz com as características gerais de formação da rede urbana brasileira, que alia historicamente, concentração espacial da população e periferização no entorno dos grandes centros urbanos”.

No Brasil, o crescimento acelerado da classe urbana e desigual foi impulsionado pela internacionalização e monopolização da economia, pela continuidade expropriadora do sistema e aprofundada por políticas de abertura e de expansão de fronteiras rurais abertas e colocadas à disposição do grande capital. Tal expansão de fronteiras modernizou o

campo e abriu espaço para a monocultura agrícola visando a exportação, porém, diferentemente do café que era controlado por uma economia latifundiária e rural, a produção no campo (principalmente de soja, milho e da cana-de-açúcar) passou a ser controlada por uma economia de capital altamente concentrado e de tecnologias. Segundo Fontes, a pressão econômica impulsionou “levas de migrantes internos, expropriados em suas regiões de origem, para colonizar e fornecer os braços necessários à expansão agrária” (FONTES, 2010, p. 317). Os trabalhadores rurais e os pequenos proprietários de terra que resistiam ao êxodo, mesmo ainda sendo numerosos, passaram a defrontar-se com o grande capital monopolista, além de ainda conviver com o latifúndio.

Sob a ditadura, instituída pelo golpe civil-militar em 1964, a concentração de capitais nacionais vindos das indústrias, dos bancos e dos monopólios nacionais associados ao capital internacional no Brasil foi contínuo e, a partir da década de 1970, o tripé Estado, multinacionais e grandes empresas nacionais estava consolidado e pronto para seguir avançando. Foi durante este processo que a população urbana superou a rural (FILHO, 2010).

O momento de crise brasileira dos anos de 1980, caracterizada pelo padrão de financiamento do Estado baseado no crescente endividamento externo durante as décadas anteriores, pelo aumento dos juros dessas dívidas, pela crescente dívida pública deixada de lado para pagar os empréstimos com bancos estadunidenses e pela consequente inflação, fez o país sofrer recessão e o mercado interno foi retraído. Desta forma, o deslocamento intenso do campo às cidades mais urbanizadas e industrializadas foi dividindo espaço com novos padrões de migração, onde as pessoas se deslocavam também entre regiões menos urbanizadas e entre cidades de médio porte (FILHO, 2010). Segundo o economista referido, as mudanças na integração do território brasileiro articularam-se com as grandes transformações no cenário econômico internacional. A economia brasileira continuou e potencializou a sua abertura aos mercados mundializados e exigiu uma reestruturação do sistema financeiro. Em suas palavras,

com a desarticulação política do estado na condução do processo de acumulação, investindo na infraestrutura básica e na regulação econômica e financeira, o grande capital multinacional, principalmente o financeiro, passou de fato a comandar o processo de acumulação. As privatizações e as desnacionalizações, associadas ao novo ciclo de endividamento especulativo

externo na década de 1990, enfraqueceram e, ao mesmo tempo, fortaleceram o Estado: enfraqueceram no sentido de formular novas políticas de desenvolvimento em bases nacionais; fortaleceram para conduzir os ganhos especulativos do mercado financeiro (FILHO, 2010, p. 51).

Desta forma, os anos de 1990 passam a redefinir a entrada do capital internacional e financeiro no Brasil. As privatizações e a desnacionalização ganharam amplitudes que repercutem até hoje ao provocarem a diminuição das políticas de desenvolvimento estatais ao mesmo tempo em que afloraram de vez as especulações do mercado financeiro e a acumulação e a concentração de capitais através do capital portador de juros³⁸ que é extraído a partir da venda de capital financeiro para o capital industrial (FONTES, 2010). Além disso, grandes empresas perderam suas capacidades de investimento amparadas em financiamentos estatais e sofreram com a competição dos preços internacionais.

Foram nestas duas décadas que os movimentos populacionais experimentam mudanças significativas. As metrópoles brasileiras apresentaram um menor crescimento e o cenário passou a ser pautado na redução das taxas de natalidade e pelo baixo impacto dos saldos migratórios. Áreas de periferias metropolitanas e cidades de porte médio passaram a receber migrantes provocando um aumento populacional. Neste período destacaram-se o incremento das migrações intrarregionais (migração na mesma região), a diminuição da migração rural-urbana, o aumento da migração de retorno (onde os migrantes retornaram aos seus locais de nascimento) e a imigração internacional.

Como destacou Harvey (2005), sob o avanço do neoliberalismo, o capitalismo reestruturou a sua produção, flexibilizando a gestão e a produção de bens e produtos, o que refletiu nas territorialidades das tradicionais plantas industriais, distribuídas pelas multinacionais ao redor do planeta, e na força de trabalho, recrutada nos países subalternos aos grandes estados de capitalismo avançado, em razão do barateamento dos custos da produção e maximização dos lucros.

38Segundo Fontes, o capital portador de juros, ou dinheiro nas mãos de detentores de grandes massas monetárias, bancos ou outros são convertidos em capital através dos empréstimos (ou outras formas de aplicação). Sugerimos a leitura do capítulo I do livro “O Brasil e o capital-imperialismo” (FONTES, 2010) para aprofundar a análise.

É relevante pontuar que, de acordo com a tese de doutoramento da cientista social e professora Gláucia de O. Assis (2004), foi nos anos de 1990, que a emigração de brasileiros para o exterior inseriu o Brasil em novos fluxos da população mundial dada as condições de desemprego em que o país vivia. Segundo ela, uma das características desses fluxos foi o crescimento da participação feminina. Isso porque, as pesquisas da época demonstraram a importância das mulheres nos fluxos migratórios contemporâneos como articuladoras de redes sociais e familiares na emigração. As cidades de Criciúma-SC e de Boston nos EUA, onde a pesquisa foi realizada, mostraram um enorme fluxo de emigração e de redes familiares migratórias entre a cidade brasileira e a cidade norte americana.

Ainda durante a década de 1990 o capital internacional no Brasil marca uma fase no país, onde o desenvolvimento do território ganha os contornos de um processo cada vez mais desigual e fragmentado, cujos múltiplos contextos regionais incrementam a complexidade das conexões internas e externas do país. Assim, o Brasil convivia, e ainda convive, com as velhas contradições do capitalismo (concentração de terras, miséria, pobreza urbana, trabalho infantil, atraso tecnológico) e com a emergência de novas territorialidades dinâmicas de alta concentração de capitais em todo o país: expansão da agroindústria e do agronegócio, a incidência de pólos regionais de produção de alta tecnologia, cidades globais, polos turísticos, entre outros. É o Brasil “*ornitorrinco*” de Francisco de Oliveira (2003), que possui formato confuso e diversificado, onde a desigualdade e a pobreza extremas continuam ao lado da riqueza e da alta tecnologia permanecendo ao longo da história brasileira.

De acordo com Filho (2010), os anos 2000 se caracterizaram pela retração da economia catarinense, onde o plano de descentralização dos governos de Luís Henrique da Silveira, em vez de ampliar a articulação entre as cidades e as regiões, desarticulou o comando do estado e favoreceu a competição entre elas. Isso gerou, segundo o autor, uma perda da visão de totalidade e promoveu um “individualismo federativo” onde cada cidade ou região passou a se desenvolver de forma isolada. Desta forma, os desequilíbrios regionais favoreceram a decadência de umas e promoveram a ascensão de outras regiões e cidades promovendo novas e distintas ondas de migração (entre cidades menores, entre cidades menores e maiores, movimentos pendulares e o desenvolvimento das cidades-dormitório³⁹) (FILHO, 2010).

39 As cidades dormitório são as cidades onde a classe trabalhadora encontra aluguéis e custos de vida mais baratos para morar ao mesmo tempo em que

Segundo Brito (2009), no plano nacional, o início do século XXI foi marcado pela redução das migrações inter-regionais e pelo rápido crescimento dos núcleos urbanos em regiões interioranas provocando um redirecionamento das migrações internas para as cidades médias. Os dados do IBGE mostram uma pequena redução nos números totais de migrantes. O Censo 2000 apontou a existência de 5,1 milhões de migrantes no País. Estimativas com base na Pnad 2004 indicaram 4,63 milhões de migrantes naquele ano. Em 2009, o número caiu para 3,24 milhões (IBGE, 2000).

Um estudo divulgado pelo IBGE em 2011 sobre o deslocamento da população brasileira traz um artigo intitulado de “*O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: Pnad’s e Censos demográficos*” (OLIVEIRA, ERVATTI e O’NEILL, 2011) que indicou a diminuição da migração interna e a tendência de permanência ou de retorno de migrantes a seus estados de origem. A tendência de deslocamentos mostrou ser maior entre municípios de um mesmo estado e ocorreu uma queda nas migrações entre as regiões.

Segundo os autores do artigo, as políticas públicas que beneficiaram a região Nordeste passaram a permitir que a sua população não mais precisasse migrar em demasia e, ainda, atraísse a migração de retorno. Ainda, eles destacam que o país passou por um período onde o desenvolvimento, mesmo que ainda sustentado pelas desigualdades e contradições inerentes ao sistema capitalista, ocorresse de forma não tão concentrada como vinha ocorrendo. Com essa mudança no modelo de desenvolvimento, os migrantes tenderam a diminuir as distâncias de seus deslocamentos (OLIVEIRA, ERVATTI e O’NEILL, 2011).

Segundo os autores mencionados, as cidades brasileiras de porte médio, ganharam mais habitantes na década de 2000 do que as capitais de nove regiões metropolitanas, que anteriormente puxavam o avanço populacional (OLIVEIRA, ERVATTI e O’NEILL, 2011). A comparação dos números migratórios com os de variação da renda domiciliar per capita feita pelos autores, também permitiu verificar uma correlação entre o aumento nos rendimentos e no número de habitantes. Com exceções, prefeituras com mais ganhos médios ganharam mais moradores.

Atualmente os dados migratórios brasileiros não possuem um censo para ser comparado ao Censo de 2010. O que temos são as pesquisas dos Pnad’s que realizam amostras em grupos de habitantes. O estado de Santa Catarina, por exemplo, nestas pesquisas, mostra que seu número de

continua trabalhando na cidade vizinha, onde concentra a oferta dos empregos. Exemplo disso são as cidades de São José, Biguaçu e Palhoça.

migrantes vem aumentando ao mesmo tempo em que os estados tradicionais de migração diminuíram o ritmo de crescimento.

Até aqui podemos evidenciar que o Brasil e SC possuem em suas histórias as marcas deixadas pelas migrações em diferentes tempos históricos. Seja com o objetivo de expandir e povoar territórios, seja com a intenção de trazer o desenvolvimento capitalista em definitivo, as migrações mostram as facetas contraditórias onde o capital e o trabalho se encontram.

Nesta lógica, a migração de famílias trabalhadoras traz consigo uma funcionalidade inerente ao capital, pois, ao se utilizar da força de trabalho disponível no mercado consegue reproduzir sua acumulação através da máxima exploração dos trabalhadores que são expropriados e ávidos em conseguir um trabalho.

A ausência de alternativas ao trabalho assalariado e explorado criou a base para um longo e diacrônico processo migratório não só no Brasil, mas no mundo. A infraestrutura de transportes e o sistema de comunicação intensificaram e auxiliaram esse processo a um patamar de maior velocidade destes trabalhadores para os núcleos urbanos, porém o afluxo de pessoas, dependendo do nível socioeconômico e educacional está mais ou menos apto a se fixar ou partir para uma nova etapa migratória.

A história migratória em nosso país mostra que fomos marcados pela expropriação e pelo desenraizamento. São vidas definidas por um vaivém perene, por um eterno rótulo em ser migrante. O imaginário de melhoria de vida, muitas vezes, não se realiza, ou, mesmo sendo realizado, carrega consigo a sensação do afastamento, da terra que não é sua. Na lógica atual do mercado financeiro onde a precarização das relações imperam através da flexibilização e da terceirização irrestrita é fundamental imprimir na sociedade o ideal trabalhador pronto para estar submetido a esta lógica.

As crianças ouvidas e participantes desta pesquisa nos revelaram que elas, assim como o sujeito migrante adulto, guardam em si a curiosidade e o vislumbre do novo, mas carregam consigo a raiz arrancada durante a viagem migratória, seja em distância curta, seja em longa, os sentimentos aflorados e as interpretações sobre a realidade destes pequenos migrantes nos conduzem a constatar como Marx tinha razão ao tecer a análise de que somos formadores de nossas histórias, mas que não possuímos a *fôrma* delas. Os sujeitos se encaixam naquilo que determinam suas condições objetivas de vida e de trabalho, mesmo que possamos minimamente ondular, planificar ou projetar nossa formação.

Nesse sentido, compreendemos que as migrações são uma tendência fenomênica e funcional que expressam a expansão da

acumulação capitalista que precisa sempre lançar no mercado trabalhadores “livres” condicionados a estarem disponíveis no e para o capital. As crianças migrantes acompanham estes trabalhadores. A subjetividade infantil e suas interpretações desta realidade refletem essa totalidade de relações sociais e econômicas que se constroem de forma dialeticamente estruturadas. Sobre a infância da classe trabalhadora se encaixa o projeto da força de trabalho do futuro.

As migrações até estas décadas representaram no Brasil uma possível garantia de melhoria das condições de vida de boa parte dos trabalhadores migrantes que se deslocavam pelo país após sucessivos processos expropriatórios, sejam de terras, de trabalho, de direitos ou pelo endividamento. Segundo Brito (2009), a urbanização e a industrialização articularam não só a mobilidade espacial da população, mas também, dadas as condições de vida, representaram, em muitos casos a mobilidade social

Os caminhos percorridos pelos migrantes, através das grandes trajetórias migratórias, traziam a esperança, nem sempre efetivada, de uma melhoria das suas condições de vida. Os grandes aglomerados metropolitanos eram os lugares, por excelência, onde era possível viabilizar a articulação entre mobilidade espacial e mobilidade social. Mesmo que houvesse um “tempo de adaptação” ou que se tivesse que passar um período nos setores tradicionais da própria economia urbana.

Essa era a grande característica do padrão migratório que prevaleceu até os anos oitenta: o desenvolvimento da economia e da sociedade abria caminhos para a articulação da mobilidade espacial, ou da migração, com a mobilidade social. Mudar de residência com a família para um outro município ou estado era uma opção social consagrada pela sociedade e pela cultura, estimulada pela economia e com a possibilidade de se obter êxito na melhoria de vida.

Contudo, a história mostrou que eram muitos os migrantes, mas nem todos conseguiam transformar a sua esperança em realidade, apesar do dinamismo da economia e da abertura propiciada pelas mudanças em direção à modernização social. A sincronia, no tempo, entre os acelerados processos de urbanização, concentração urbana e

metropolização, estimulada pelas migrações, contribuiu para uma extensa revolução urbana, que atravessou o país e marcou profundamente a sociedade moderna que emerge. Contudo, as desigualdades sociais, que historicamente têm sido uma característica da sociedade brasileira, tornaram-se mais agudas e se projetaram sobre o Brasil urbano e moderno. Ainda que muitos imigrantes tenham aproveitado as amplas oportunidades econômicas e sociais e conectado a mobilidade espacial com a social, os obstáculos postos pela rígida estrutura social foram extremamente seletivos e o processo de integração social foi muito diferenciado (BRITO, 2009, p. 14-15).

Tal análise é importante de ser destacada, pois evidencia como as migrações massivas e contínuas na sociedade capitalista, ao mesmo tempo em que afloram e concentram a reprodução do capital, em muitos casos é uma das poucas possibilidades que a classe trabalhadora possui na tentativa de dar continuidade à produção e à reprodução da sua própria vida e de sua família. Melhorar as condições de vida dentro deste sistema significa ir ao encontro de possibilidades de venda da força de trabalho que atendem a demanda da subsistência individual e familiar. Para alcançar isso, o ato do migrar se apresenta, muitas vezes, como a única delas.

Travestida em um ideário de novas possibilidades de melhorar as condições de vida dos sujeitos, o capitalismo soube usar a migração para a sua própria manutenção ao longo da história e faz isso ainda hoje. Nossos estudos acerca dos processos migratórios no capitalismo, até o momento, nos possibilitam compreender que a migração possui uma funcionalidade imprescindível para a acumulação capitalista. Ancorada em um padrão de acumulação desigual e concentrado em que existe a exploração massiva da maioria da população, a migração atua como a mola propulsora que condiciona a massa de trabalhadores a se movimentarem interruptivamente por diferentes espaços geográficos atrás do trabalho. E as crianças migrantes, acompanhando suas famílias, vão se moldando nessa forma desenraizada e flexível.

2.2 A MIGRAÇÃO PARA FLORIANÓPOLIS: DESAFIOS PARA A “ILHA DA MAGIA”

A cidade de Florianópolis, assim como as demais capitais brasileiras possui em sua formação demográfica a marca dos movimentos migratórios da classe trabalhadora. Atualmente, ela possui uma população estimada em 477.798 habitantes (IBGE, 2016) com uma densidade demográfica de 623 habitantes por km². Em 2010, ano do último Censo, a população era de 421.240 habitantes, isso representa um aumento de 56.378, ou seja, de quase 12%. Destes pouco mais de 421 mil habitantes, 15% não residiam em Florianópolis no ano de 2005. Ou seja, migraram para a cidade entre os anos de 2005 e 2010 (IBGE, 2010).

O deslocamento de trabalhadores em direção à Florianópolis corrobora a tendência nacional, especialmente no que se refere ao fluxo campo-cidade. Porém, como analisa o historiador Rafael D. Dias (2013) em sua tese intitulada “*A efêmera chance de encantar o mundo: Florianópolis nas últimas décadas do século XX*”, a cidade de Florianópolis possui especificidades que divergem da tendência industrialização-migração. Segundo ele, a cidade não se configura como um pólo industrial, ao mesmo tempo em que absorveu grande número de migrantes. Em suas palavras,

[...] Florianópolis, nas últimas décadas do século XX, cresceu em termos populacionais, tanto pelo crescimento vegetativo da população residente, quanto como resultado de migrações. [...]Jo crescimento urbano repercutiu inclusive no município de São José, vizinho a Florianópolis, tornando-o um prolongamento da cidade. Além disso, ele veio acompanhado da segregação do espaço urbano o que pode ser observado na construção de condomínios de luxo (DIAS, 2013, p. 20).

Na Tabela 3 podemos visualizar o aumento da população em Florianópolis no período compreendido entre 1950 e 2000 comparando-a com as outras capitais da região Sul e com a nacional. Além disso, nota-se o crescimento demográfico acelerado das capitais gaúcha e paranaense entre as décadas de 1950 e 1960, enquanto Florianópolis manteve um aumento menor. Porém, sua taxa de crescimento demográfico se manteve estável até os anos 2000 e bem acima da média nacional. Enquanto isso, as cidades de Curitiba e de Porto Alegre, a partir da década de 1970 até os anos 2000 tiveram uma drástica queda demográfica. Porto Alegre foi a

capital que teve a maior queda com 8% de crescimento demográfico no ano 2000, no mesmo momento em que Florianópolis teve uma média de 34% de crescimento.

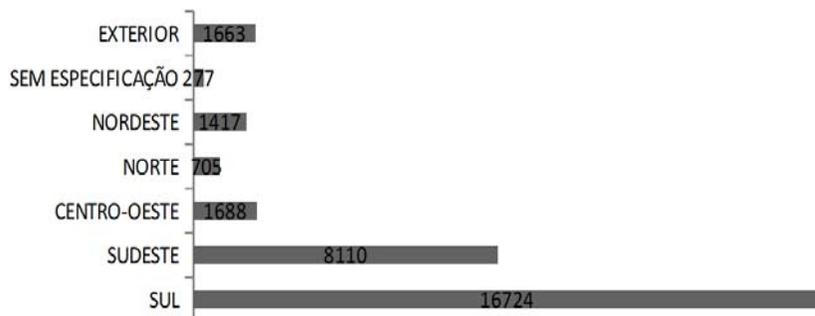
Tabela 3 - População brasileira e dos municípios de Florianópolis, Porto Alegre e Curitiba e taxas médias (%) de crescimento demográfico registradas entre 1950 e 2000

Localidade/Década	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Florianópolis	67.630	97.827 (45%)	138.337 (41%)	187.880 (36%)	255.390 (36%)	342.315 (34%)
Porto Alegre	394.151	635.125 (61%)	885.545 (39%)	1.125.478 (27%)	1.263.403 (13%)	1.360.590 (8%)
Curitiba	180.575	356.830 (98%)	609.026 (71%)	1.024.980 (69%)	1.315.035 (29%)	1.587.315 (21%)
Brasil	51.944.397	70.992.343 (37%)	94.508.583 (33%)	121.150.573 (29%)	146.825.475 (21%)	169.799.170 (16%)

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo demográfico 1955; 1960; 1970; 1982; 1991; 2000. *In*: DIAS, 2013, p. 21.

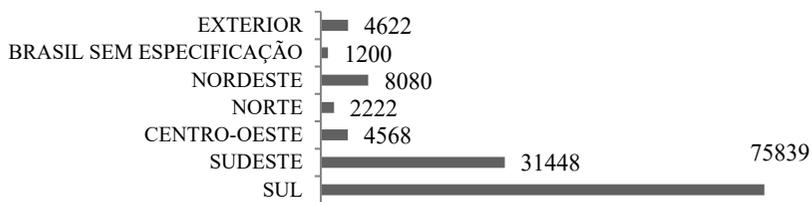
Nos gráficos 1 e 2 temos a amplitude deste processo registrada em números específicos por região de nascimento dos moradores de Florianópolis. Nota-se que os migrantes vindos de outras cidades do estado catarinense não foram contabilizados nos dados do Censo 2000, o que revela um escamoteamento da incidência destes sujeitos enquanto migrantes. De acordo com os dados do IBGE, a presença da migração de pessoas nascidas nos estados do RS e PR corrobora com o histórico processo dos deslocamentos populacionais entre esses estados vizinhos a Santa Catarina, porém, a presença de migrantes de estados mais distantes aumentou significativamente nos últimos 10 anos.

Gráfico 1 - População residente em Florianópolis em 2000 por região de nascimento



Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000.

Gráfico 2 - População residente em Florianópolis em 2010 por região de nascimento



Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2010.

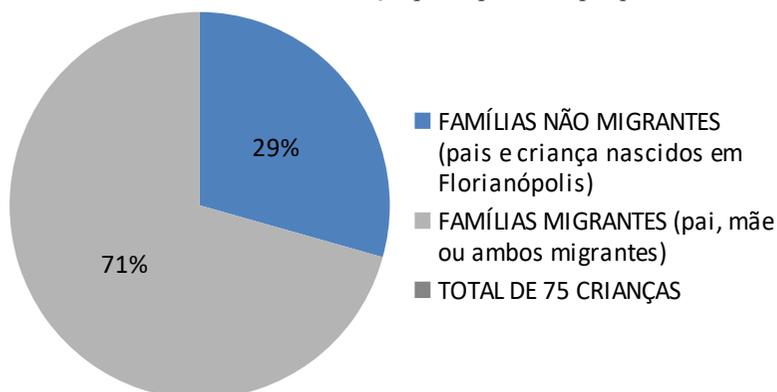
Nota: Na contagem do Censo 2000, a população residente em Florianópolis nascida em Santa Catarina não foi contabilizada. Desta forma, para equiparar os dados, optamos por excluir a do Censo 2010.

De acordo com os dados apresentados nos gráficos 1 e 2 verificamos que a migração da população da região sudeste para Florianópolis aumentou em mais de 453% entre os anos de 2000 a 2010,

enquanto isso o nordeste, que possuía pouca expressividade na população até então, teve um aumento de 570%. Tal análise é apenas uma dentre tantas comparações que podem ser feitas a partir das tabelas. O que mais nos interessa constatar é que a cidade de Florianópolis vem passando por um crescente índice de deslocamento de populações que buscam nesta cidade, trabalho, maior possibilidade de renda e melhor qualidade de vida.

Nossa pesquisa ajuda a confirmar estes dados trazendo a particularidade de uma unidade de educação infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis e revela que a tendência de crescimento populacional na cidade conduzida pela migração continua. O gráfico 3, extraído dos dados coletados em nossa pesquisa de campo mostra esse movimento.

Gráfico 3 - Perfil das famílias das crianças participantes da pesquisa

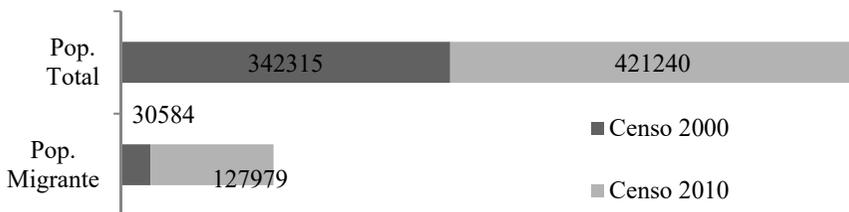


Fonte: Karina Alcubierre. Pesquisa de campo, 2016.

Como já mencionamos no início deste capítulo, a região sul, no quinquênio 2005-2010, foi a região brasileira que teve o maior aumento da sua mobilidade espacial. De acordo com a análise, isso decorreu porque o estado de Santa Catarina (SC) recebeu um volume 59% maior de migrantes em relação aos anos anteriores (VENDRAMINI, 2016).

Segundo Dias (2013), acompanhando o fenômeno do desenvolvimento das novas cidades médias no Brasil, Florianópolis se destaca dentre as análises migratórias por se constituir nesse processo durante a década final do século XX. A cidade teve um forte crescimento vegetativo e, especialmente, um intenso aumento populacional proveniente da migração. No gráfico 4, a população migrante é destacada comparada à população total da cidade.

Gráfico 4 - População migrante comparada à população total de Florianópolis no período entre 2000 e 2010



Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 2000 e 2010.

Seja por meio da migração urbano-urbano, ou pela migração campo-cidade, Florianópolis tem se configurado em uma cidade de migrantes. A questão que se coloca a partir desse fato, segundo Dias (2013), é como a grande massa de novos moradores foi incorporada, ou não, pelo mercado de trabalho local. Dias (2013) explica que isso está relacionado ao fato de que Florianópolis não se destaca em um ramo da economia que, tradicionalmente, absorve uma grande quantidade de trabalhadores, dos quais historicamente é constituída por muitos migrantes, como foi o caso da indústria.

Frente a isso, os setores da economia de Florianópolis, capazes de absorver os migrantes que chegavam, precisam ser compreendidos a partir das transformações econômicas ocorridas na capital catarinense durante o século XX. Segundo o historiador citado, o setor comercial da alfândega, ligado à exportação de gêneros alimentícios e à importação de produtos manufaturados manteve posição central durante boa parte do século XIX até meados do século XX. A produção da farinha de mandioca era o destaque das exportações (DIAS, 2013).

Já em meados do século XX, o desenvolvimento da malha viária pelo estado de SC, permitiu que a capital não mais fosse o centro dos escoamentos da produção. Em contrapartida, por Florianópolis abrigar a sede do governo estadual, a cidade sempre teve uma intensa movimentação de recursos públicos que passou a ser maior a partir da década de 1930. De acordo com Dias,

Até 1929 haviam sido criados 19 órgãos públicos em Santa Catarina e, entre esse ano e 1969, surgiram 74. O número de servidores públicos pertencentes aos quadros administrativos do governo do Estado lotados em Florianópolis, que era de 184 funcionários no ano de 1929, aumentou para 2.517, no ano de 1969. Boa parte dos recursos

públicos movimentados se relacionava ao poder público federal, o que pode ser vislumbrado no aumento do quadro de funcionários lotados em Florianópolis: esse número aumentou de 99, no ano de 1929, para 5.881, no ano de 1969 (DIAS, 2013, p. 37).

Além disso, como já explicitado anteriormente, a criação de empresas estatais com sede na capital do estado, a criação da UFSC e de outros estabelecimentos vinculados à administração pública a partir dos anos de 1960, criaram uma demanda complexa da estrutura econômica do município que provocou o surgimento de uma configuração social que se constituiu pareada a uma forte demanda por serviços e mercadorias de todo tipo. Diante das transformações urbanas e econômicas ocorridas em Florianópolis, é possível perceber que a dinâmica que levava a essa complexa rede econômica aumentou a partir da década de 1970.

A partir das análises do historiador Rafael D. Dias (2013), que trouxe uma comparação das atividades econômicas que absorviam a mão-de-obra na cidade entre 1970 a 2000, destacamos que nesse período:

- a contratação de mão-de-obra na construção civil aumentou em 300%;
- o comércio de mercadorias tinha, no ano 2000, quase quatro vezes mais empregados do que em 1970;
- no setor da prestação de serviços, houve um aumento de 25.010 postos de trabalho;
- houve um aumento de 380% em relação a 1970 no setor de atividades sociais como saúde e educação e;
- no ano 2000 houve um aumento de 210% de funcionários públicos em relação ao ano de 1970.

Tabela 4 - Número de pessoas empregadas em diversas atividades econômicas em Florianópolis

Ramo de atividade/Censo	1970	1980	1991	2000
Demográfico				
Construção civil	3.170	4.505	5.988	9.985
Comércio	5.409	7.689	14.629	20.144
Serviços	6.733	11.959	22.079	31.743
Atividades sociais: comunitárias, saúde e educação	6.819	12.409	21.575	26.011
Serviço e Administração públicos	6.220	9.799	13.124	13.124

Fonte: Censos Demográficos 1970; 1982; 1991 e 2000. *In*: DIAS, 2013, p. 38

Destacamos que, em trinta anos, Florianópolis aumentou a sua população de forma acelerada e teve na migração a sua principal causa. A tabela 4 apresentada acima evidencia que entre as décadas de 1980 e de 1990 ocorreram os maiores percentuais de números de empregados nos setores da construção civil, de prestação de serviços, de serviços de educação e de saúde e do comércio.

Conforme a Tabela 5, os dados mais atuais atestam a tendência apresentada na Tabela 4 e indicam um aumento expressivo contínuo nas vagas formais de emprego no setor de comércio, serviços e administração pública entre os anos de 2010 e 2014.

Tabela 5 - Número de pessoas empregadas por atividade econômica em Florianópolis entre 2010-2014

Ramo de atividade	2010	2011	2012	2013	2014
Construção civil	7928	9508	8627	7506	8942
Administração pública, Defesa e Seguridade Social	84655	86014	86929	87362	90212
Agropecuária	372	347	393	349	380
Extração mineral	75	83	72	83	89
Indústria de transformação	7224	6313	6087	6225	6187
Comércio	37072	38436	37649	38963	39046
Serviços	109928	116262	125562	131955	138313
Serviços de utilidade pública	6968	5216	5390	5268	5333

Fonte: SANTA CATARINA. Portal Estatístico de Santa Catarina: Indicadores econômicos.

A partir da década de 1990, segundo Sugai (2009), uma forte e estratégica campanha publicitária e empresarial foi realizada pelos grandes grupos hoteleiros, pelo capital imobiliário regional, pelas grandes imobiliárias interessadas na especulação urbana, empreiteiras e redes comerciais para ampliar o turismo na cidade e atrair investimentos de capital internacional.

A lógica estava em garantir um polo turístico de alto padrão para atrair um público específico com alto poder aquisitivo disposto a comprar imóveis de investimento, consumir o lazer de alto luxo em hotéis e *beachclubs* das praias e ainda, atrair uma população burguesa à procura de uma cidade com qualidade de vida para estabelecer residência. Sugai escreve que,

Com o intuito de garantir Florianópolis como referência dentro dos padrões globais de qualidade

de vida, propagou-se a imagem de que Florianópolis se constituía numa ilha dotada de atrativos naturais excepcionais, com características físicas e culturais peculiares, que operava um desenvolvimento urbano e turístico aparentemente isento de danos socioambientais, sem graves conflitos sociais, violências ou desigualdades, com crescente fluxo migratório de camadas de alta renda, com imenso potencial econômico num mercado em franca demanda, entre outros aspectos. Assim, “Floripa”, ou a “Ilha da Magia”, como começou a ser chamada, foi divulgada para conquistar o papel de pólo internacional de turismo, o que tem contribuído para tornar Florianópolis o local escolhido por setores da classe dominante para turismo e lazer ou para estabelecer residência (SUGAI, 2009, p. 164).

Complementando, Dias (2013) destaca que o crescimento do setor de turismo provocou uma grande demanda de infraestrutura e de serviços ocasionando a necessidade por mão de obra que atraiu migrantes dispostos a trabalharem neste setor. Esse setor da economia cresceu substancialmente desde os anos de 1970 e continua crescendo. Segundo o balanço geral da temporada 2015/2016 em Florianópolis, feito pela Comcap (Companhia de Melhoramentos da Capital), responsável pela coleta e destinação dos resíduos, a cidade teve a sua população aumentada em 52%, devido a presença de turistas, entre os dias 15/12/2015 e 15/01/2016, isso equivale a um aumento de 243 mil habitantes por dia (SANTAELLA, 2016).

Ao mesmo tempo em que houve esse intenso desenvolvimento turístico de alto valor econômico agregado em Florianópolis a partir dos anos de 1990, centralizando sua arrecadação no turismo de alto padrão e na migração de uma população de alta renda disposta a investir em imóveis, Sugai (2009) retrata que foi também o período onde ocorreu uma expressiva expansão da ocupação informal nos morros da região central da cidade (Maciço do Morro da Cruz), onde aumentou a migração de famílias trabalhadoras provenientes de outros estados e, principalmente, onde ocorreu um grande aumento das desigualdades sociais no contexto conurbado a cidade⁴⁰. Segundo a pesquisadora

40 A cidade de Florianópolis é conurbada aos municípios de São José, Palhoça e Biguaçu.

Nesse período tornou-se mais evidente o surgimento de assentamentos irregulares e precários mais distantes das áreas centrais, tanto ao longo da Ilha como no continente, além do processo de adensamento das favelas já existentes, da remoção pelo poder público de alguns desses assentamentos e da consolidação do fenômeno da segregação sócio-espacial no contexto conurbado. Constatou-se, mais recentemente, também o aumento significativo do número de assentamentos precários nas periferias da Ilha e do continente, em função do menor custo do solo urbano (SUGAI, 2009, p. 169).

Constata-se que as famílias trabalhadoras migrantes, ao mesmo tempo em que disputam espaço e acesso social na cidade, ocupam os postos de trabalho simples responsáveis em prestar atendimento a população de maior renda que demanda a prestação de serviços. Na tabela 7, verifica-se como a oferta de empregos no setor de serviços cresceu nos anos 2000. Em seis anos, foram criadas 43.520 vagas de empregos. Vale destacar que o turismo está relacionado com o setor de serviços ao disponibilizar aos turistas a oferta de restaurantes, bares, cafês, lazer, entre outros.

Tabela 6 - Pessoas ocupadas em Florianópolis por setor da economia 2007 – 2013

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Agricultura	385	368	369	412	365	412
Comércio	30387	32748	33772	35247	37432	36725
Indústria	13916	14336	17663	19259	20045	20290
Serviços	193176	199963	202121	209760	219377	231908

Fonte: IBGE. Cadastro Central de Empresas, 2014.

Outro setor que ganha destaque na oferta de emprego é o da construção civil. Segundo Dias (2013) esse setor foi responsável por boa parte da oferta de postos de trabalho em Florianópolis ao realizar obras de grande envergadura no município com fins habitacionais, de infraestrutura urbana ou voltada para o atendimento ao turismo. Em pesquisa recente realizada pelo Sinduscon (Sindicato da Indústria da Construção Civil da Grande Florianópolis) existiam, em janeiro de 2015, 26.659 trabalhadores formais na Indústria da Construção Civil da Grande Florianópolis, sendo que deste total, 7.795 eram de Florianópolis (SINDUSCON, 2015). Na amostra desta pesquisa, realizada com 308 trabalhadores, foi constatado que 51,4% deles são migrantes nascidos em outro estado. Destes, 37,3% são migrantes nascidos em estados fora da

região sul. Ganha destaque o estado da Bahia responsável por 19,6% destes migrantes. No terceiro capítulo, vamos voltar a analisar estes dados comparando-os com os dados da nossa pesquisa que corroboram entre si e revelam uma tendência atual da migração de trabalhadores baianos na construção civil de Florianópolis (SINDUSCON, 2015).

Outra pesquisa que contribui para explicar o crescimento da população migrante em Florianópolis é a da professora Maria Inês Sugai que, em 2005, coordenou uma pesquisa⁴¹ em Florianópolis onde evidenciou a segregação do espaço urbano da cidade e de seus municípios conurbados, ou seja, levantou dados sobre a pobreza, a exclusão e a informalidade do mercado de trabalho em seis comunidades⁴², além de apresentar as condições de acesso à terra, o funcionamento do mercado imobiliário informal, a mobilidade urbana e a dinâmica habitacional da população que vive informalmente nesta região. Os dados dessa pesquisa foram publicados em 2009 em artigo já mencionado em nossa pesquisa⁴³ e dentre as várias análises dela destacamos os dados da migração nesta

41 Com apoio financeiro do Programa de Tecnologia de Habitação (Habitare), da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), uma rede de pesquisa, chamada Infosolo, traçou uma radiografia do mercado de compra, venda e aluguel de imóveis nas favelas brasileiras. O projeto “*Mercados Informais de solo urbano nas cidades brasileiras e acesso dos pobres ao solo*” foi realizado em áreas de pobreza nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife, Florianópolis, Salvador, Brasília e Belém. O trabalho permitiu o levantamento de dados primários que revelam aspectos como condições das moradias, origem das famílias, renda familiar, inserção no mercado de trabalho, preços médios de compra e de venda, valor dos aluguéis, sistemática de comercialização e locação, fatores de atração e de repulsão na escolha da moradia, entre diversos outros aspectos. Os relatórios finais de cada uma das capitais estão disponibilizados no Portal Habitare, disponível em http://www.habitare.org.br/projetos_relatorios.aspx.

42 Entre as favelas e territórios pesquisados estão várias comunidades que compreendem o Maciço do Morro da Cruz, entre elas: Morro da Queimada e Serrinha. O levantamento efetuado confirmou a existência de 61 assentamentos informais em Florianópolis e constatou outras 110 áreas de ocupação irregular nos municípios da área conurbada. Totalizaram 171 favelas e assentamentos consolidados informais cujos habitantes representavam mais de 14% da população da área conurbada de Florianópolis (SUGAI, 2009, p. 169)

43 SUGAI, Maria Inês. Há favelas e pobreza na “Ilha da Magia”? In: ABRAMO, Pedro (Org.). **Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras**. Porto Alegre: ANTAC, 2009. (Coleção Habitare, v. 10. p. 162-199)

região que foram associados aos dados das transações imobiliárias nas comunidades pesquisadas. Segundo Sugai,

A grande maioria dos moradores que efetuaram transação imobiliária de compra, de venda e de aluguel nos assentamentos informais não era originária da área conurbada de Florianópolis. Apenas 24,2% eram oriundos dos municípios conurbados, e 75,8% dos moradores eram migrantes de municípios do interior do estado de Santa Catarina e também de outros estados. Entre a população de migrantes, 53,9% haviam nascido em Santa Catarina, 14,8% no Rio Grande do Sul, 19,7% no Paraná, e 11,6% eram migrantes de outros estados ou países. Dessa população de migrantes, mais de 70% transferiram-se para a Região Metropolitana de Florianópolis a partir da década de 90. Considerando-se que 46,10% dos entrevistados nas áreas de informalidade haviam migrado de outros estados, é interessante confirmar que o expressivo processo migratório da década de 90 para a área conurbada de Florianópolis deu-se tanto nas camadas de mais alta renda, conforme evidenciado pelas diversas mídias, como também nas camadas mais pobres da população, gerando novos assentamentos informais ou densificando os já existentes (SUGAI, 2009, p. 175-176).

O Crea-SC (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina) divulga o número de ART's (Anotação de Responsabilidade Técnica) expedidos aos engenheiros responsáveis para a autorização legal das obras de construção civil em Florianópolis desde o ano de 1995. Segundo os dados, foram 36.031 anotações perfazendo um total de 36.308.781,6 m² de área construída desde o ano de 1995 até 2017. Isso nos dá uma amplitude do crescimento urbano da cidade que avançou e trouxe para o capital imobiliário e financeiro os altos valores advindos da especulação imobiliária⁴⁴.

44Não conseguimos levantar dados específicos da atual situação da construção civil irregular, porém ela avança drasticamente, conforme denunciam os jornais locais, aumentando os postos de trabalho precarizados e irregulares nas regiões norte e sul da ilha. Portanto, os números oficiais não revelam a totalidade, somente dão uma amostra que tende a ser muito maior.

A partir dos dados levantados e analisados constatamos que a cidade de Florianópolis vem concentrando sua maior oferta de emprego nos setores da prestação de serviços, do turismo e da construção civil, além disso, o setor público também possui certa expressividade, porém com um perfil onde o trabalhador possui nível maior de escolaridade do que os demais setores, onde o trabalho simples exige apenas a escolaridade básica. Os vários setores que tiveram aumento expressivo no número de empregos em Florianópolis, mesmo que esse município não possua um lugar de destaque na produção industrial, são os que exigem muitos trabalhadores. Segundo Dias (2013), parte desses trabalhadores é composto por migrantes os quais contribuíam para a complexificação da estrutura econômica do município.

Desta forma, além dos históricos processos de migração do passado, podemos verificar que os migrantes em Florianópolis são oriundos dos movimentos ocorridos a partir de 1970 tanto da classe burguesa (em busca de investimento imobiliário e de qualidade de vida), da classe média trabalhadora (que ocupou os postos de trabalho no setor público) e, concomitantemente, da classe trabalhadora (condicionada pelas expropriações no campo e nas cidades do interior e pela ausência de emprego).

Cercando-nos das análises de Fontes (2010), o sistema capitalista, sendo uma relação social, é dependente dessa base estrutural que possui dois movimentos: a existência de uma riqueza social concentrada e uma massa de trabalhadores “livres”, expropriados das condições de produzir a sua própria existência e disponíveis ao assalariamento. É isso o que vem ocorrendo na cidade de Florianópolis. Enquanto algumas poucas famílias plutocratas se fartam de luxo, lazer, praias “pseudoprivatizadas” dadas as condições de acesso a elas, de condomínios de altíssimo padrão e de todo tipo de serviço de alto valor agregado, um contingente de pessoas, em grande parte migrantes, se apertam nos morros e nas periferias dos bairros da cidade com precárias condições de infraestrutura, de saúde, de educação e de lazer.

2.3 LOCALIZANDO O CAMPO DE PESQUISA: O MACIÇO DO MORRO DA CRUZ.

O Maciço do Morro da Cruz (MMC), ao longo da história da urbanização de Florianópolis, se caracteriza como um território de invisibilidade e de omissão pública. Sua população, apesar de viver em uma área central, é considerada periférica. Tratada como uma “cidade irregular”, de assentamentos precários, está permeada de problemas

urbanos – sociais e ambientais. São 21 comunidades que sofrem historicamente com a ausência de investimentos públicos e de reconhecimento dos direitos dos seus moradores (TOMÁS; SCHEIBE, 2015, p.165).

O Maciço do Morro da Cruz é ocupado por uma população pobre e de muitos migrantes (inicialmente, do interior do estado de SC e de estados vizinhos, mas que hoje abriga migrantes de estados mais distantes, como Bahia, Pará, São Paulo e Minas Gerais) que optaram por essa região por conter terrenos e alugueis baratos e por estar em uma região próxima dos postos de trabalho da região central. Segundo Tomás e Scheibe (2015), as famílias preenchem as vagas de trabalho simples do setor de serviços, comércio e construção civil da região. “É um conjunto de comunidades que fala desde uma Florianópolis invisível, que desafia as políticas públicas da administração local e que, com certeza, demanda melhor reconhecimento” (TOMÁS; SCHEIBE, 2015, p. 167).

Diante disso, verificamos que a cidade de Florianópolis apresenta um forte processo de contínuas ondas migratórias acompanhando a tendência da concentração da produção capitalista do espaço que impulsiona as migrações para si.

A região que compreende a Grande Florianópolis, nos últimos vinte anos, a partir destes processos concentradores, se constitui atualmente como uma região de metropolização. É a segunda maior receptora de população migrante do estado, perdendo apenas para a região do Vale do Itajaí. Porém, é a que apresenta a menor extensão territorial. Isso provocou e vem provocando um forte adensamento demográfico na capital do estado diante de seus limites naturais geográficos. De acordo com a pesquisa de Sugai (2009), esse avanço vem concentrando uma grande parte de famílias migrantes nas favelas dos morros centrais e dos bairros periféricos da cidade, principalmente na região norte da ilha.

Como já analisamos, desde os anos de 1980, as migrações internas no Brasil foram passando por transformações acompanhando as mudanças do padrão de acumulação do capital. As grandes metrópoles (São Paulo, Rio de Janeiro) deixaram de ser os grandes polos receptores da força de trabalho expropriada que vinha dos campos. As cidades com número de habitantes entre 100 mil e 500 mil, dado o processo de urbanização avançando no país, foram “promovidas” a cidades absorventes de grande parte da força de trabalho do interior tornada excedente (DAVIS, 2006). Segundo o autor citado, na América Latina, “onde as cidades principais monopolizaram por um bom tempo o crescimento”, estão em expansão, com o crescimento mais veloz, as cidades médias (DAVIS, 2004, p. 193).

Florianópolis se tornou um exemplo clássico desse processo de urbanização não mais atrelado e concentrado em decorrência da industrialização. A grande massa de migrantes trabalhadores que circula hoje, além de enfrentar o desconhecido travestido pela esperança, se depara com as condições da precarização das relações de trabalho e do crescimento do mercado informal que assolam as cidades recém metropolizadas. Atualmente, as regiões metropolitanas não mais conseguem absorver a mão de obra excedente que Marx analisou como uma reserva para a indústria. O Brasil vem passando há anos por um processo de alta desindustrialização e de aumento do desemprego⁴⁵ em que a população expropriada não tem mais garantido o sonho da migração que encontra um emprego. Desta forma, as políticas de desregulamentação agrícola e “descampesinação” (DAVIS, 2004) impostas pelo grande capital aceleraram o êxodo da mão de obra excedente para as favelas urbanas, mesmo a cidade tendo deixado de ser

[...] “máquinas de empregos”. O crescimento da população urbana, [...] é a face extrema do que alguns pesquisadores rotularam de “superurbanização”. É apenas uma das várias ladeiras inesperadas para as quais a ordem mundial neoliberal empurrou a urbanização do milênio (Davis, 2004, p. 195).

Nesta lógica, as favelas, hoje escancaram as contradições do capital que recheiam esses territórios de desigualdades – precariedade de acesso às condições básicas de saúde, educação, redes de tratamento de esgoto, distribuição de energia, coleta e tratamento de resíduos, lazer e moradia digna – são os bolsões da pobreza e da informalidade que receberam e que ainda recebem grande parte das famílias trabalhadoras migrantes e empobrecidas. Segundo Dantas (2012), a prefeitura de Florianópolis

45 Em 31/03/2017, dia em que este texto estava sendo produzido o IBGE divulgou os números do desemprego no Brasil. Existiam 13,5 milhões de desempregados formais no país. Segundo a análise feita pelo instituto, a taxa de desocupação foi estimada em 13,2% no trimestre móvel encerrado em fevereiro de 2017, com alta de 1,3 pontos percentuais frente ao trimestre móvel anterior (setembro a novembro de 2016 -11,9%) e de 2,9 pontos percentuais em relação ao mesmo trimestre móvel de 2016, quando a taxa foi estimada em 10,2%. De acordo com a divulgação, foi a maior taxa de desocupação da série histórica, iniciada em 2012 pelo instituto (IBGE, 2017). Disponível em <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=3401>

apontou a existência de dezenas de assentamentos irregulares através de um estudo em 2000 que concluiu que um em cada dez moradores da região de Florianópolis mora em favelas. O dado foi divulgado

[...] através de um estudo realizado por técnicos da Secretaria Municipal de Habitação, Caixa Econômica Federal (CEF) e Companhia Habitacional de Santa Catarina (COHAB). O estudo mostra uma tendência de crescimento do número de pessoas residindo em favelas: em 1987 eram 21.393 e em 2000 chegou a 50.397 pessoas, ou 10% da população da região. [...]. O critério utilizado no estudo, [...], se baseia nos padrões determinados pelo Instituto de Administração Municipal (IBAM), que considera 'favela local onde há deficiência de infra-estrutura que comprometa a qualidade de vida dos moradores, precariedade da habitação e renda familiar inferior a três salários mínimos', entre outros aspectos. Nesse caso, a região da Capital conta com 55 favelas (ASSUNÇÃO, 2009a, *apud* DANTAS, 2012, p. 55).

Constata-se uma definição de favela por parte do governo municipal neste estudo. Outra definição de favela é utilizada pelo urbanista estadunidense Mike Davis (2006), onde retrata, a partir da definição do relatório realizado e publicado em 2003 pelo Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas (UN-Habitat), "*The Challenge of Slums*" [O desafio das favelas], que as favelas são

[...] caracterizadas por excesso de população, habitações pobres ou informais, acesso inadequado à água potável e condições sanitárias e insegurança da posse da moradia. Essa definição operacional, adotada oficialmente pela ONU em Nairóbi, em outubro de 2002, está 'restrita às características físicas e legais de assentamento' e evita as 'dimensões sociais', mais difíceis de medir, embora igualem-se na maioria das circunstâncias, à marginalidade econômica e social (DAVIS, 2006, p. 33).

O MMC possui em seu histórico e em sua realidade essas características, porém, mesmo com tais definições não caberia ao nosso estudo retratar ou definir os sujeitos que ali moram como "favelados",

pois consideramos que tais definições não abraçam as relações sociais e humanas que permeiam esses territórios. Concordamos com Dantas, ao escrever que

[...] os/as moradores/as das comunidades dos morros de Florianópolis, de maneira geral, não se identificam com a terminologia adotada pelo IBAM (favelados/as), mas com a referencialidade histórica construída a partir de laços de parentesco, ofícios semelhantes e tradições culturais comuns a um determinado ‘grupo de pertencimento’ (DANTAS, 2012).

Destacamos isso, pois nossa pesquisa retrata, na coleta dos dados junto à participação das crianças, que elas definem o seu local de moradia simplesmente como “morro”. Ao perguntarmos o local onde moram, todas as crianças foram enfáticas ao relatarem que moram no “morro”, seja ele o Morro do Macaco, o Morro do Horácio ou o “Morro da Agrônômica”⁴⁶.

Queremos salientar aqui que o MMC, historicamente, contempla as contradições máximas que alinham o capital ao trabalho e reflete uma realidade que é mundial. Segundo Davis (2006, p. 37), “podem haver no mundo cerca de 200 mil favelas, cuja população varia de algumas centenas a mais de 1 milhão de pessoas em cada uma delas”. As populações moradoras destes territórios – em Florianópolis – e marginalizadas ao grande capital, ao mesmo tempo, são um aglomerado de trabalhadores necessários e disponíveis ao trabalho flexível, simples e precário e se colocam como mão de obra barata utilizada nos mercados, lanchonetes, bares, comércio, construção civil, empregos domésticos e afins do entorno rico e luxuoso que é o bairro central, onde estão localizadas essas comunidades do maciço. A Avenida Beira-Mar, em Florianópolis, possui ao longo de sua via prédios de altíssimo padrão onde o valor dos apartamentos de 200 a 400 m² opera na casa dos milhões de reais, ao mesmo tempo em que, atrás destes condomínios, os morros do Maciço, estão entupidos de casas e moradias adensadas, espremidas e baratas.

46 Colocamos o “Morro da Agrônômica” entre aspas, pois esta nomenclatura não existe oficialmente no território do MMC. Foi a maneira encontrada pelas crianças para responder a pergunta sobre onde moravam. Elas fazem essa relação, pois o bairro onde está localizada a unidade em que nossa pesquisa foi realizada é o bairro nomeado de Agrônômica.

[...] As casas foram construídas pelos próprios moradores ao longo de muitos anos. As residências são pequenas e a divisão dos cômodos é bastante reduzida e fora de qualquer padrão de moradia [...]. Há muitas residências que possuem ‘banheiro externo’ (mais de 60%), isto é, uma casinha de madeira separada dos demais cômodos da residência e situada nos fundos do terreno (DANTAS, 2012, p. 61).

As famílias de trabalhadores migrantes do MMC ajudam a completar esse aglomerado. Segundo o autor citado acima,

No que tange aos processos migratórios, praticamente 20% dos/as moradores/as do maciço do Morro da Cruz seriam provenientes de Florianópolis e cidades vizinhas; 70% do oeste catarinense/planalto serrano e 10% de outros estados do Brasil, sobressaindo-se os estados do Paraná e Rio Grande do Sul. O percentual de crescimento urbano nas comunidades dos morros do maciço equivaleria ao dobro das áreas mais urbanizadas de Florianópolis (DANTAS, 2012, p. 60).

Historicamente, analisamos que, entre as continuidades de que o capitalismo não se desfaz, a favelização humana é uma delas. Essa tendência na acumulação capitalista vem aumentando seus índices mundiais consecutivamente. Acompanhando as máximas potencialidades de concentração de riqueza dos proprietários do grande capital financeiro, a pobreza, o desemprego e o deslocamento da classe trabalhadora pelos territórios aumentam assustadoramente. Mézáros (2008, p. 19), quando realizou o lançamento da edição em português do seu livro “*O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico*” (2017) na Universidade Federal de Santa Catarina, disse que, “a lógica do capital é caracterizada pela destrutividade autovantajosa, uma vez que tudo que se encontra no caminho do cruel impulso expansivo do sistema deve ser naturalmente varrido ou esmagado, se preciso”.

As famílias que moram nas comunidades do MMC e que possuem suas crianças matriculadas na unidade de educação infantil pesquisada ajudam a denunciar esta realidade de disparidade social e econômica revelada pela taxa de desemprego dos responsáveis pelas crianças. Existe um total de 125 crianças atendidas na unidade. Dentre as mães, 21% estão desempregadas; 10% delas não trabalham fora, são “do lar” e 2% são

estudantes. Isso equivale a 34% de mães que não possuem salário que contribui para a renda familiar. Dentre os pais, não conseguimos os dados de 35% deles, ou seja, na ficha de matrícula não constava nada sobre o trabalho do pai ou responsável. Os dados que obtivemos revelam que 7% dos pais estão desempregados.

Nota-se que o desemprego incide em número maior às mães, pois foi mais fácil verificar os dados delas, já que, historicamente, são elas, na maioria das vezes, que procuram as instituições atrás de vaga para as crianças e são elas que organizam os documentos a serem levados junto à secretaria da unidade.

Em 2016, o desemprego no Brasil vem afetando quase todas as famílias. Há, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad, 2017), do IBGE, um contingente de 24,3 milhões de pessoas desempregadas ou subutilizadas. Mas as mulheres trabalhadoras são as mais afetadas. De acordo com a Pnad, as diferenças foram significativas na taxa de desocupação entre homens (10,7%) e mulheres (13,8%) no 4º trimestre de 2016.

É esta a conjuntura em que vivem as crianças atendidas na UEI pesquisada. Entre tantas complexidades sociais e econômicas, as crianças se deparam diariamente com uma realidade emaranhada de historicidade e de circunstâncias que provocam em cada uma delas uma percepção do que vivem. Isso por que, as crianças se formam socialmente e absorvem a sua realidade através do real vivido por suas famílias.

O relatório da Fundação Abrinq, intitulado de “*Cenário da Infância e Adolescência no Brasil*”, publicado em março de 2017, utilizando-se de dados do IBGE de 2015, revela que 17,3 milhões de crianças de 0 a 14 anos, ou seja, 40,2% da população brasileira nessa faixa etária vivem em domicílios de baixa renda. Além disso, o documento traz números sobre o que é considerado como “extrema pobreza”, isto é, crianças cujas famílias têm renda per capita inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo. Estes dados revelam que 5,8 milhões de habitantes (13,5% da população) de 0 a 14 anos de idade se encontram vivendo sob essa realidade.

Tais circunstâncias revelam que, se as crianças crescem sob esta realidade, ao mesmo tempo denunciam a materialidade da vida de milhões de adultos que vivem junto com elas. Aqui a criança está mostrando a aparência do que está delimitado na essência destas realidades: a desigualdade social/econômica extrema que o capital produz e reproduz na sua base social. Nossa pesquisa também escancara essa desigualdade econômica ao revelar que, das 23 famílias migrantes que participaram diretamente da coleta de dados respondendo ao nosso questionário, 74% possuem renda familiar de até três salários mínimos.

A criança vê o mundo, lê a sua realidade, faz relações entre o que ela experimenta e o que ela percebe da realidade do mundo. Elabora questões sobre a realidade que precisam ser ouvidas e explicadas no contexto para que ela não considere tudo como natural. Possuímos historicidade e somos reflexos daquilo que nos condicionam. A construção de percepções, símbolos e realidades no imaginário infantil não é individual. Ao contrário, como já analisou Gramsci

a consciência da criança não é “individual” (e muito menos individualizado), é o reflexo da fração de sociedade da qual participa, das relações sociais tais como elas se concentram na família, na vizinhança, na aldeia, etc. A consciência individual da esmagadora maioria das crianças reflete relações civis e culturais diversas e antagônicas [...] (GRAMSCI, 1995, p. 131).

É neste sentido que a nossa pesquisa caminha. A percepção das crianças sobre suas realidades é algo que possui uma especificidade tão singular que muitas vezes incorre ao adulto como algo imperceptível. Porém, as experiências vividas pelas crianças migrantes que participaram da nossa pesquisa mostram o que Gramsci analisou no cárcere nos anos de 1930, ao se preocupar veementemente com a educação de seus filhos, mesmo estando longe e impossibilitado de vê-los. As falas que as crianças nos revelaram sobre seus processos de migração decorrem justamente dessa consciência que não é “individual”, mas sim “é um reflexo da fração de sociedade da qual participa, das relações sociais tais como elas se concentram na família” (GRAMSCI, 1995, p. 131).

Quando as crianças entrevistadas nos relataram que os pais precisavam “*arrumar trabalho melhor*” e “*tinham que ganhar mais dinheiro pra comprar as coisas*” e que por esse motivo haviam mudado de cidade, elas estão denunciando uma desigualdade que é intrínseca ao capital: o trabalho que proporciona condições de vida digna em sua cidade natal não é para todos e depende das múltiplas determinações que o capitalismo imprime nesta ou naquela região. Milhares de pais e mães precisam mudar de cidade, de casa, de vida, de relações sociais, para tentarem conseguir algo que permita a manutenção e reprodução da vida e que permita “*comprar coisas*”. Mais uma vez o início da análise marxiana se revela nas falas infantis de que “a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em uma imensa acumulação de mercadorias, e a mercadoria, [...], é a forma elementar dessa riqueza” (MARX, 2014, p.57).

No quarto capítulo, revelaremos tais circunstâncias com maior profundidade e análise no que tange às percepções das crianças migrantes acerca da migração dadas a partir de suas realidades objetivas de vida. Isso será feito através de análises dos dados coletados em nossa pesquisa de campo.

É dessa objetividade que, dialeticamente, as crianças tecem e formam a sua subjetividade. As vidas das famílias migrantes possuem histórias parecidas que confirmam a crítica dos estudos e das análises sobre as desigualdades, sobre as transformações no mundo do trabalho e sobre as disparidades provocadas e determinadas pelo modo de produção capitalista. Neste movimento dialético, a classe trabalhadora faz e se refaz, constrói e reconstrói significados de si e do mundo e as crianças filhas e filhos desta classe, coletivamente, também vão formando suas consciências de si, dos outros e do mundo que as cercam.

A educação infantil pública, como um espaço coletivo e educativo, que acolhe as crianças da classe trabalhadora possui um mar de possibilidades que podem pender o peso para a construção de uma concepção de mundo diferente daquela que nos vem sendo determinada. Talvez um mundo onde o deslocamento das “*ondas largas civilizadoras*”⁴⁷ seja impulsionado pelo reino da liberdade e não pelo da necessidade.

47 O termo “*ondas largas civilizadoras*” foi utilizado por Aued e Fiod (2004) para explicar os grandes movimentos de migrantes e de imigrantes tanto na Europa como no Brasil dos séculos XIX e XX.

3. AS FAMÍLIAS MIGRANTES: OS ENTRELAÇAMENTOS DA OBJETIVIDADE NA SUBJETIVIDADE.

“Olha, lá é nota mil. Você nasceu lá, todos gostam de você, todos te conhecem, sempre tem um churrasquinho no final de semana, uma festa, um aniversário, você sempre é convidado, sabe? Lá é nota mil. Aqui, vamos dizer, tenho amizades. [...] Mas aqui, se lá é mil, aqui está em cem ainda. Nós ainda não conseguimos se envolver com muita gente [...] mas tudo é possível, construir laços e tal. Mas igual lá? NUNCA! (risos). Lá é complicado, você nasceu lá e não tem jeito. [...]. Tenho um amigo que diz assim: a melhor coisa que o Gago fez na vida dele foi ter ido embora. Porque lá a crise pegou, lá caiu assim ó, 78% da noite para o dia. Caiu, caiu, caiu de verdade mesmo. Se você fica lá a tendência é você cair, cair, cair, cair mesmo, e chega uma hora que não tem mais como você se levantar, entendeu? Então antes de chegar a esse ponto, eu tomei uma decisão e saí de lá.”

Entrevista com pai migrante de Serrinha –
BA (P2), 38 anos. Pesquisa de Campo,
2016.

O deslocamento de migrantes até pode ser encarado, inicialmente e aparentemente, como o resultado de um desejo e/ou projeto de vida (DEMARTINI, 2010) individual construído a partir da subjetividade do sujeito que migra. No discurso neoliberal, esta visão é produzida e reproduzida, amparada pelo viés da liberdade do sujeito em poder circular “livremente” e do individualismo que culpabiliza individualmente o sujeito pelas mazelas da própria vida. Porém, para além das aparências discursivas da livre circulação e escolha dos indivíduos, o trabalho e a busca por um salário maior se apresentam como fatores condicionantes/condicionados e comuns nesses deslocamentos. Desta forma, o desejo subjetivo carrega em si, a materialidade objetiva de vida e o anseio de ter um trabalho que garanta, minimamente, a reprodução social da vida familiar.

Motivados pelas complexas experiências enfrentadas, pode haver diferenciações nas singularidades dos processos migratórios e nas diversificadas trajetórias desenvolvidas, porém percebe-se que são produto de determinações históricas, sociais e econômicas objetivadas pela hegemônica forma sociometabólica de organizar a vida humana. Essa *fôrma* permeia a subjetividade dos sujeitos que os conduzem primeiro pela necessidade, e isso vai além de sua verdadeira liberdade, mesmo que não seja consciente. Além disso, existe algo que também é comum: os migrantes, inclusive as crianças, carregam consigo a vida marcada pelo contexto dos quais viveram, por pouco ou por muito tempo. São sujeitos carregados de historicidade e do advérbio *lá* que antecede muitas de suas falas⁴⁸.

Neste capítulo, apresentamos uma breve análise dos dados coletados no questionário semi-estruturado respondido por 23 famílias migrantes e nas entrevistas realizadas com uma mãe e com dois pais migrantes. Verificamos que suas singularidades refletem a totalidade das relações sociais subjugadas ao capital revelando as múltiplas determinações impostas à classe trabalhadora que a condiciona a migrar para vender a sua única posse: a força de trabalho. Além disso, a partir das respostas destas famílias e da análise das entrevistas realizadas com uma professora, uma auxiliar de sala, um supervisor escolar e uma diretora, identificamos que a UEI vem representando, para as famílias migrantes, um espaço de acolhimento, acesso aos serviços de saúde pública e de inserção inicial na cidade de Florianópolis.

Para facilitar a compreensão sobre quem são os pais entrevistados e preservá-los, conforme os TCLE's assinados vamos apresentá-los ao longo do texto pelas seguintes siglas apresentadas no quadro abaixo:

Entrevistado/a	Sigla
Mãe, migrante da cidade de Eunápolis-BA, separada, auxiliar de cozinha em um restaurante e mãe de Laura, cinco anos. Mora na casa de sua irmã.	M1
Pai, migrante da cidade de Piratuba-SC, casado, é engenheiro eletricista em uma empresa de geração de energia elétrica, pai de Fabio, quatro anos. Sua companheira trabalha como vendedora autônoma. Moram em um apartamento alugado.	P1

48 “Lá onde eu morava...”; “Lá na minha cidade...”; “Lá era assim...”; “Lá não tinha isso...”, são inícios de frase bastante comuns nas falas dos adultos e das crianças migrantes que participaram desta pesquisa.

Pai, migrante da cidade de Serrinha-BA, 38 anos, casado, trabalha como vidraceiro autônomo, pai de Teresa, seis anos. Sua companheira trabalha em uma rede de supermercados. Moram em uma kitnet alugada.	P2
---	----

Vale lembrar que as entrevistas foram concedidas de forma voluntária. Enviamos um bilhete anexado ao questionário (2ª etapa) perguntando aos pais quem gostaria de participar desta 3ª etapa da pesquisa, após terem participado da segunda (ver em ANEXO E). Obtivemos o retorno de quinze famílias que se disponibilizaram, quatro famílias negaram e quatro não responderam. Optamos por entrevistar duas famílias que migraram do estado da Bahia e uma do interior de SC, pois foram destas regiões que se concentraram o maior número de famílias migrantes na UEI pesquisada e por elas terem apresentado já nas respostas do questionário, interessantes contribuições para o nosso estudo. Não foi possível entrevistar um maior número de famílias em decorrência do tempo e dos limites que existem para uma dissertação. Porém, o resultado das três entrevistas evidencia que existem espaço e necessidade histórica para serem contempladas e analisadas em futuras pesquisas.

Adiante, antes de traçarmos o contexto específico das famílias migrantes que participaram diretamente da pesquisa, vamos apresentar um panorama geral da unidade pesquisada a fim de apresentarmos a incidência destas famílias não apenas nos grupos pesquisados (Grupos 5, Grupo misto 5/6 e Grupo 6), mas também nos demais (Grupos 2, 3 e 4)⁴⁹.

Este levantamento foi realizado com a ajuda da secretaria da unidade que nos repassou as informações das fichas de matrículas das crianças. Não nos foram repassados os dados de identificação pessoais dos familiares, como nome, idade e endereço, apenas tivemos acesso ao local de nascimento dos pais e/ou responsáveis e suas respectivas ocupações profissionais. Por isso, não foi possível separar os casos de irmãos e, neste caso, consideramos uma família para cada criança.

Realizamos este levantamento em outubro de 2016 e constatamos que, neste ano, a unidade atendeu 123 famílias. Destas, 72% possuíam pai

49 Os Grupos de atendimento na educação infantil da RMEF são formados a partir de um corte feito na idade das crianças. No Grupo 1 são atendidas as crianças de 0 a 1 ano, no Grupo 2 estão as crianças de 1 a 2 anos, no Grupo 3 ficam as crianças de 2 a 3 anos, no Grupo 4 as de 3 a 4 anos, no Grupo 5 as de 4 a 5 anos e no Grupo 6 são atendidas as crianças de 5 a 6 anos. Em algumas unidades, por conta de sobra de vagas em determinado grupo e excesso em outro, são formados grupos mistos onde são atendidas crianças com idades de grupos vizinhos. Exemplo: Grupo 5/6, crianças com idades entre 4 e 6 anos.

e mãe migrantes e apenas 22% eram famílias nascidas na capital catarinense com pai e mãe nativos. Os outros 6% são as famílias das quais a unidade não possuía este dado nas fichas.

Em 2017, tivemos dificuldade em obter informações completas sobre a maioria dos pais das crianças, pois em muitas fichas ainda faltavam documentos onde pudéssemos descobrir o local de nascimento. Isso possivelmente ocorreu, porque coletamos tais dados no início do ano e nem sempre as famílias conseguem trazer todas as cópias dos documentos no ato da matrícula. Segundo a diretora da unidade, muitas famílias possuem grandes dificuldades em trazer toda a documentação necessária para efetivar a matrícula e ficam responsáveis por trazê-las durante o ano.

A unidade atendeu 125 famílias em 2017 e nota-se um pequeno aumento no número de famílias migrantes. Do total de famílias atendidas, 76% possuem pai e/ou mãe migrantes e apenas 11% são famílias totalmente nativas, com pai e mãe nascidos em Florianópolis. Os outros 13% são as famílias das quais a unidade não possuía este dado nas fichas. Notamos um aumento na incidência de pai ou mãe migrantes ao mesmo tempo em que houve uma diminuição de 11% no número de famílias nativas atendidas. Na tabela 7, podemos visualizar estes dados.

Tabela 7 - Perfil geral das famílias na Unidade de Educação Infantil pesquisada entre 2016 e 2017

	2016	2017
Crianças atendidas	123	125
Famílias com pai ou mãe migrantes	30%	40%
Famílias com pai e mãe migrantes	42%	36%
Famílias com pai e mãe nascidos em Florianópolis	22%	11%
Sem dados	6%	13%

Fonte: Karina Alcubierre. Pesquisa de Campo, out/2016.

Ao analisarmos por grau de parentesco, verificamos a incidência maior da migração entre as mães/mulheres. Das 123 mães, em 2016, 63% eram migrantes e, entre os pais, esta porcentagem foi de 52%. Porém, aqui existe o fato de ter sido mais difícil coletar os dados dos pais, pois nas fichas de matrícula a documentação mais completa está entre as das mães. Neste caso, não temos os dados de 8% das mães e de 20% dos pais.

Em 2017, verificamos uma queda de 6% no número de mãe/mulheres migrantes e de 2% entre os pais/homens em relação ao ano de 2016. Dentre as mães, 57% são migrantes e entre os pais são 50%. Não foi nosso objetivo verificar estudos migratórios que analisam a migração

feminina, porém, este dado, além dos demais, nos chamou a atenção para estes sujeitos.

Assim como os estudos sobre as migrações na infância, os da migração feminina também são escassos historicamente. Encontramos alguns estudos (FARIA, FERREIRA e PAULA, 2016; PERES e BAENINGER, 2012) que analisam a migração feminina através dos estudos de gênero e anunciam que a mulher, na maioria das vezes, nas estatísticas migratórias, apareceu como acompanhante do seu cônjuge trabalhador, ou seja, vinha associada à figura masculina.

Nas palavras de Faria, Ferreira e Paula:

As migrações de mulheres sempre foram objeto à margem dos estudos sociológicos. O papel assumido por muitos pesquisadores foi de que a mulher era apenas uma companheira nesse processo migratório, sem autonomia. Por muito tempo, as migrações masculinas ditaram as tendências teóricas e incluíam as mulheres apenas como cônjuge (FARIA, FERREIRA e PAULA, 2016, p. 2).

A partir dos estudos do trabalho na sociedade urbano-industrial, compreende-se que o advento do capitalismo, ao retirar a mulher do trabalho no âmbito doméstico e familiar no qual a mulher tinha um importante papel econômico (SAFFIOTI, 2013), buscou atender as demandas crescentes por força de trabalho mais barata que a do homem. Se a força braçal e especializada do homem vinha sendo substituída pela força e pelas especialidades das máquinas, manter uma força de trabalho mais cara seria prejuízo e assim, o uso de mulheres, crianças e migrantes, foi e ainda é utilizado com este propósito, mesmo que as lutas femininas, da infância e dos migrantes tenham evoluído e conquistado direitos a estes sujeitos.

Adiante em nossas análises, os grupos de crianças que participaram da pesquisa (Grupos 5, 5/6 e 6) continham 75 crianças e, por conseguinte, 75 famílias⁵⁰. Destas, 53 famílias, ou seja, 71% possuem pai ou mãe migrante ou ambos migrantes. E, dentre as 53 famílias migrantes, estão as 18 crianças também migrantes que compõem as famílias com pai e mãe migrantes. Ou seja, 34% destas famílias migrantes possuem crianças pequenas que migraram junto para Florianópolis.

50 Não foi possível identificar os irmãos que poderiam existir entre estes grupos, e assim, optamos por considerar uma família por criança.

Foram enviados questionários somente para estas 53 famílias e obtivemos a devolução de 23, ou seja, uma porcentagem de 43%. Tivemos a ajuda das auxiliares de sala e tomamos o cuidado em pedir para que elas atentassem principalmente para a devolução dos questionários das famílias em que a criança também era migrante (18 crianças/famílias) e, destes 23 questionários devolvidos, 18 deles, ou seja, 100% corresponderam às famílias nas quais a criança também era migrante. Desta forma, das 75 crianças que compunham os grupos com a idade entre 4 e 6 anos em 2016 na unidade pesquisada, 24% eram migrantes (18 crianças)⁵¹.

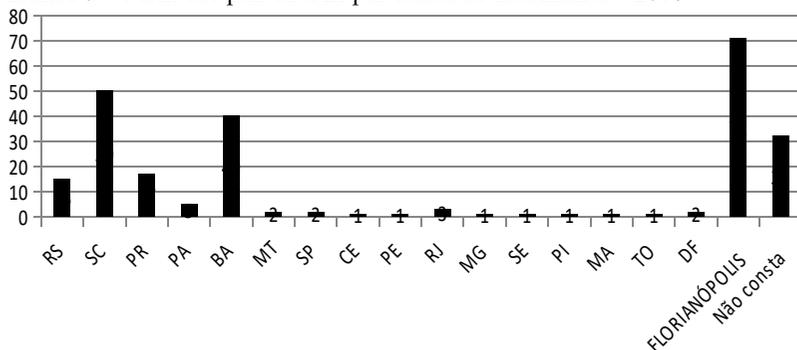
Em sua maioria, os questionários foram respondidos pelas mães das crianças (83%), seguidos dos pais, com 7%. A idade destes pais e mães variou entre 21 e 38 anos de idade. Ao mesmo tempo em que 31% destas famílias moram há menos de um ano em Florianópolis, outros 30% moram há mais de cinco anos. Porém, se somarmos os índices de famílias que moram há menos de 5 anos na cidade, temos uma porcentagem de 66%. Isso revela que a migração destas famílias é bastante recente e corrobora os índices da Pnad (2013) que evidenciam um aumento de moradores migrantes em Florianópolis nos últimos 10 anos ao comparar os Censos de 2000 e de 2010.

Um dado bastante expressivo e que corrobora os dados de algumas pesquisas que traçam o perfil de seus sujeitos foi verificar as cidades de origem dos membros destas famílias e constatar que existe um grande número de famílias migrantes vindas da região Nordeste do Brasil, mais especificamente, do estado da Bahia. Como podemos verificar nos gráficos 5 e 6, a UEI possui quase a mesma proporção de pais migrantes do estado catarinense (excluindo os nascidos na capital) e do estado baiano. Ao compararmos os anos de 2016 e 2017, verificamos uma diminuição de pais nativos e um aumento de pais migrantes. Além disso, em 2017, é a primeira vez que a UEI atende filhos de migrantes haitianos, fato que tende a ser mais presente nos próximos anos por conta da

⁵¹Para que obtivéssemos um retorno maior dos questionários foi realizada a tentativa de, em vários dias, ficarmos depois do horário a espera dos pais para responderem junto conosco o questionário, porém, como descreveu a diretora da unidade na entrevista que realizamos com ela, a maioria dos pais e/ou mães mandam parentes, amigos ou vizinhos buscarem seus filhos e/ou filhas, pois estes possuem horários de trabalho que os impedem de buscarem-nos na creche. Diante disso, não conseguimos aumentar o número de devoluções, porém conseguimos obter 100% do retorno dos questionários das famílias migrantes com suas crianças também migrantes.

presença da imigração haitiana na cidade de Florianópolis a partir do ano de 2014, quando o estado de SC começou a receber muito destes migrantes ⁵².

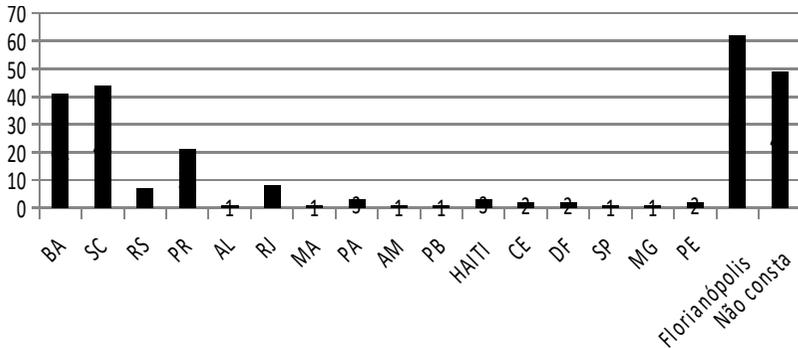
Gráfico 5 – Perfil dos pais da UEI por estado de nascimento – 2016.



Fonte: Karina Alcubierre, Pesquisa de campo, 2016.

52 Segundo Magalhães e Baeninger (2016), respondendo à crise de 2008 com políticas promotoras de expansão econômica e com o crescimento no nível de empresas, o Brasil, que já ocupava militar e economicamente o Haiti através da coordenação da Minustah (Missão da ONU para o restabelecimento da paz no país) passou a ocupar o imaginário social haitiano como um país de oportunidades e de relativa facilidade no acesso e acolhimento. De acordo com os dados levantados pelos autores, entre 2010 e 2014, pelo menos 50 mil haitianos migraram para o Brasil e estimam que, atualmente, vivam no Brasil por volta de 80.000 haitianos e haitianas. Este fenômeno social “possui causas e condições que dizem respeito não apenas à dinâmica econômica, social e política haitiana como também o contexto internacional e os rumos recentes da economia e da política migratória brasileira” (MAGALHÃES e BAENINGER, 2016, p. 3). Para saber mais sobre a imigração haitiana em SC, sugerimos a leitura do trabalho mencionado “*Trabalhadores Imigrantes: haitianos e haitianas em Santa Catarina*” (MAGALHÃES e BAENINGER, 2016).

Gráfico 6 – Perfil dos pais da UEI por estado de nascimento – 2017.



Fonte: Karina Alcubierre, Pesquisa de campo, 2016.

Associamos a leitura destes dados em consonância com os dados do Censo 2000 e os de 2010 que apontam um aumento bastante expressivo de migrantes nordestinos no estado catarinense. Segundo o primeiro Censo, em Santa Catarina, residiam 21.326 migrantes nascidos na região nordeste do país. Já de acordo com o Censo 2010, residiam 59.274 migrantes desta região. Isso mostra um aumento de quase 180%. Mesmo que ainda seja uma migração para o estado de Santa Catarina quantitativamente inferior as migrações tradicionais (de estados como Rio Grande do Sul e Paraná), este aumento é um dado expressivo e que alterou o padrão histórico migratório para o estado.

O supervisor escolar apontou na entrevista concedida que o estado da Bahia chama a sua atenção pela quantidade de famílias migrantes e revelou, em sua opinião, o que as move até Florianópolis. Em suas palavras,

Podemos observar um grande percentual de crianças e famílias oriundas da Bahia e principalmente da cidade de Serrinha-BA e de cidades vizinhas à ela. Cheguei a perguntar para algumas famílias sobre o que fizeram concentrar a vinda de várias delas em nossa cidade. Disseram que foi a oferta de mão de obra para a construção civil e isto também aconteceu por convite de parentes que vieram antes e depois propiciaram a vinda de outros (Entrevista com o supervisor escolar. Pesquisa de Campo, 2017).

Em relação ao estado da Bahia, a Pnad 2013 apontou um número de 28.000 migrantes baianos em SC o que revela um aumento de quase

550% em relação ao Censo 2010. Não encontramos estudos quantitativos que analisem especificamente esta tendência migratória na conjuntura atual, porém, o que encontramos foram diversas matérias jornalísticas que apontam para esta incidência social e dentre elas, várias que tratam sobre o preconceito de sulistas contra baianos e sobre o aumento da criminalidade associada a migração⁵³.

A xenofobia é um fenômeno que vem se intensificando socialmente. As levas de imigrantes refugiados da África e do Oriente Médio em direção a Europa, as contínuas rotas de trabalhadores migrantes latinos para os EUA, os paraguaios, bolivianos e colombianos no Brasil, além de tantas outras rotas que não recebem o devido aporte político, social e econômico nos países que os recebem, têm permitido o avanço do pensamento xenofóbico nas populações nativas. Justificado pela disputa por vagas de empregos, por ter que compartilhar o acesso ao bem-estar social (no caso dos países europeus), pelo medo do terrorismo associado aos migrantes islâmicos e até mesmo por ser propagado o discurso contraditório que incentiva o “direito” a “livre circulação” dos sujeitos ao mesmo tempo em que países e governos ultraconservadores constroem muros e cerceamentos jurídicos e legais que impedem, seletivamente, os migrantes de adentrarem aos países de capitalismo avançado, a xenofobia é um fenômeno que vêm exigindo das pesquisas científicas críticas um amplo debate de problematizações e de vias de superação.

Não teríamos mais espaço para problematizar esse fenômeno neste estudo, porém vale-nos apresentar um trecho da entrevista do pai P2 quando foi questionado se ele já havia sofrido algum tipo de preconceito em Florianópolis por ser migrante baiano. Em suas palavras:

Pesquisadora: Você já sentiu algum tipo de discriminação e/ou preconceito por ser migrante?

P2: Sim. Existe. Sempre existe.

Pesquisadora: Já passou por isso?

P2: Não. Assim, não, mas a discriminação tem e sempre vai ter. Não tem jeito. Só que assim, eu não dou muita bola pra isso não.

Pesquisadora: Então você percebeu isso?

⁵³Exemplos de matérias vinculadas: nas páginas do portal G1/SC no dia 07/11/2013. Disponível em <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2013/11/policia-civil-investiga-carta-que-ameaca-baianos-no-vale-do-itajai.html> e na página do portal “NDOnline” do dia 02/01/2014. Disponível em <http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/131803-migracao-amplia-a-ocupacao-do-macico-do-morro-da-cruz-em-florianopolis.html>.

P2: Olha, (pausa na fala) isso é uma coisa que já está meio que (pausa na fala), já é algo, como posso te falar? Dizem assim: 'baiano, baiano tem a mania de fazer muita coisa errada'. Quando eu falo que sou baiano dizem: 'ah, baiano!' Já tem um estigma. Só que eu digo o seguinte: esse baiano que tu fala pode ter feito coisa errada, mas esse aqui não! (aponta para ele mesmo). Esse só faz coisa certa. Pra fazer eu só faço bem feito. Se não for pra fazer bem feito eu não faço e você não precisa me pagar. Pesquisadora: Você sente isso então, nos momentos de trabalho?

P2: Sim, de trabalho. Nas relações de trabalho. Eu trabalho na rua. Todo santo dia eu estou na casa de uma pessoa diferente. [...]. Tem o preconceito e a discriminação, eles existem, mas pra cima de mim eu não dou corda pra ninguém. Eu sou muito bravo e muito rígido (Entrevista com pai P2. Pesquisa de Campo, 2016).

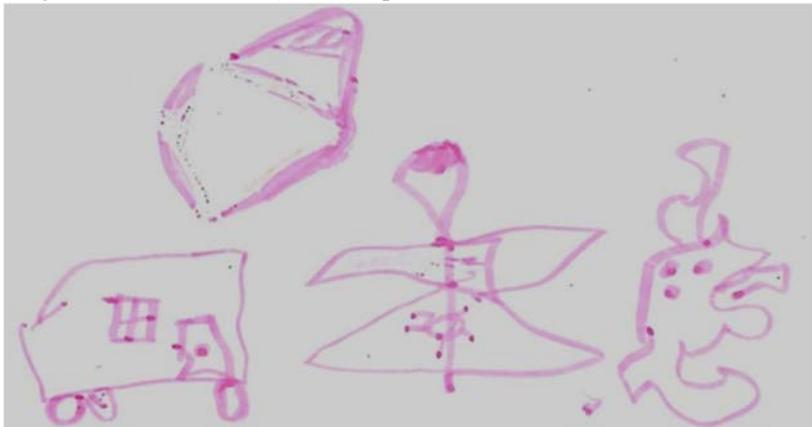
3.1 A TRAJETÓRIA DAS FAMÍLIAS: DA DECISÃO EM MIGRAR À INSERÇÃO NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS.

Muitas das famílias não estão migrando pela primeira vez. Segundo os dados coletados, 30% já moraram entre três e seis cidades diferentes. Além disso, em 52% dos casos, a família migrou junto e, dentre os 48% em que um membro familiar migrou antes, em 55% dos casos foi o pai quem migrou em primeiro lugar, seguido das mães em 27% dos casos.

Sobre a decisão em migrar para Florianópolis, em 35% dos casos foi o pai quem decidiu, seguido das mães com 22%. A família decidiu junto em 18% dos casos e em 17% foram outros membros da família que tomaram a decisão. Tais dados revelam que tanto a decisão em migrar quanto quem migra primeiro ainda está bastante vinculada à figura do homem, o que reflete a centralidade da cultura paternalista na tomada de decisões, produto histórico das relações sociais capitalistas e da divisão social do trabalho.

O transporte aéreo e o rodoviário foram os meios mais utilizados pelas famílias vindas dos estados mais distantes, como os da região nordeste e norte. Muitas utilizaram os dois meios, dada a circunstância de que, em suas cidades natais, não existe aeroporto. E temos uma família, vinda do Amapá, que precisou usar barco, ônibus e avião, como está representado pelo desenho Ana (cinco anos) na Figura 3.

Figura 3 – Desenho elaborado durante a dinâmica/brincadeira com as crianças migrantes. O desenho de cima representa o barco e, abaixo, da esquerda para a direita estão o ônibus, o avião e um mapa que A. quis desenhar após ter visto as imagens de satélite do *Google Earth* que mostramos a ela.



Fonte: Karina Alcubierre. Pesquisa de Campo, Nov. 2016.

Vimos nos capítulos anteriores como os sistemas de transportes e de comunicação foram fundamentais para a expansão capitalista do espaço (HARVEY, 2005) e, em consonância a isso, para a circulação das mercadorias que o mercado produz. Vale destacar que o desenvolvimento deste sistema caminhou ao lado do crescente fluxo e circulação de capitais e de mercadorias – inclusive de pessoas e de força de trabalho (que também é uma mercadoria).

Segundo Harvey, porém, a indústria de transportes, mesmo sendo ela fonte de mais-valia, o capital não centraliza esforços para a sua expansão; por saber que ele é um custo a mais em seu processo de produção de mercadorias, “o Estado é, muitas vezes, bastante ativo nessa esfera de produção” (HARVEY, 2005, p. 47) e é ele, quem drena recursos para o desenvolvimento das malhas viárias, portuárias, rodoviárias e aéreas⁵⁴.

⁵⁴Uma pesquisa divulgada em 2015 pela Confederação Nacional de Transportes, mostrou que o número de viagens de avião teve um significativo aumento nos últimos anos. Segundo o estudo, no ano de 2000, no Brasil, a média anual de viagens era de 0,19 por pessoa e, em 2014, o índice atingiu 0,5. Em relação ao número de passageiros, houve um aumento de 210,8% em 14 anos. As empresas aéreas transportaram 2,92 milhões de passageiros em 2000 e, em 2014, o número chegou a 102,32 milhões. Em relação ao número de passagens vendidas o montante passou de 33 milhões de reais em 2002 para 100 milhões em 2013 (CNT,

Ao chegarem a Florianópolis, 57% das famílias migrantes já possuíam casa para morar e 43% vieram para a cidade sem saber onde poderiam se instalar. A porcentagem de famílias que já contavam com moradia revela como as redes familiares de migrantes (MENEZES, 2012; ASSIS, 2004) atuam como um componente social que facilita a migração. Segundo entrevista concedida à pesquisa, o pai migrante (P2) nos contou que seu cunhado, que já morava em Florianópolis, pesquisou e deixou organizado para eles, o aluguel de uma “kitnet”. Em suas palavras,

[...] meu cunhado falou que com as qualificações que a gente tinha lá (Serrinha-BA) não era difícil arrumar trabalho aqui, entendeu? Então, a gente veio, [...]. Ele deu uma força pra gente [...] meio que já havíamos ligado, deixamos as coisas todas certas. Uma kitnet já ficou alugada e então, quando nós chegamos já tinha um rapaz para nos pegar no aeroporto e nos levar pra'quele endereço, então já foi bem prático (Entrevista com pai P2. Pesquisa de campo, 2016).

Em outros casos, o acesso à rede de comunicação de informações *on-line* sobre a cidade possibilita ao sujeito migrante planejar a sua trajetória e a sua inserção inicial na cidade antes de migrar e, ainda em outros, existe a possibilidade de vir à cidade antes da migração para procurar moradia. Foi o caso do pai migrante entrevistado (P1) que migrou do interior do estado de SC. Segundo sua fala,

Essa decisão de mudar foi muito rápida. Apareceu uma seleção para vir pra cá. Uma oportunidade de crescimento dentro da empresa e me inscrevi. O processo ocorreu muito rápido e quando a decisão veio me ligaram em uma quinta-feira perguntando se eu queria vir pra cá. Respondi que sim, e eles já disseram que estavam me esperando na segunda-

2015). Elencamos tais números por evidenciarem que nos últimos 15 anos houve um interesse do Estado em promover políticas de desenvolvimento no setor aéreo a fim de facilitar a circulação e o transporte de mercadorias, de pessoas e de trabalhadores, ao mesmo tempo em que aumentou a democratização do acesso a este meio, uma vez que, durante a história da aviação no Brasil, seu uso prevaleceu a burguesia e a alta classe média. Concomitantemente a isso, os lucros das empresas aéreas alavancaram e ocorreu a abertura de novas empresas no setor. A CNT (Confederação Nacional do Transporte) é a entidade que representa o setor de transporte e logística no Brasil. Ela reúne federações, sindicatos nacionais e associações nacionais.

feira. Então a decisão foi muito rápida. Na segunda eu vim. Me deram dois dias para conseguir um lugar para morar porque eu logo já estaria trabalhando. Em dois dias tive que encontrar um apartamento, trazer a mudança. Consegui achar um imóvel dentro de uma região que eu queria. Nessa parte não tive dificuldades, mas por sorte. Mas deu tudo certo. Conseguimos um lugar pra morar perto do trabalho em um valor que conseguiríamos pagar e fazer caber no orçamento (Entrevista com pai migrante P1. Pesquisa de Campo, 2016).

Porém, muitos ainda viajam sem ter qualquer indicativo de moradia, e os dados que levantamos explicam essa afirmativa. Além disso, ao questionarmos sobre o tipo de moradia das famílias migrantes, verificamos que 70% delas moram em casa alugada e 30% delas já possuem casa própria. Ao cruzarmos tais dados com o tempo de moradia na cidade constatamos que as famílias com maior tempo de vida na cidade de Florianópolis, acima de cinco anos, são as que possuem casa própria e todas as que vivem na cidade há menos deste tempo pagam aluguel. Interessante verificar que, o pai P2 nos relatou que em sua cidade na Bahia, ele possui casa própria, carro, moto e “*tem as suas coisas*” e que, mesmo assim precisou migrar para poder trabalhar já que onde morava, segundo ele, “*a crise pegou feio*” (P2, informação verbal, 2016).

De acordo com Menezes (2012, p. 119), ao problematizar a possibilidade de migrantes (no caso de sua pesquisa, os migrantes camponeses em canaviais da região sudeste) construírem uma base social com o dinheiro acumulado pela migração através da compra de uma propriedade, ou na região para a qual migraram ou na de origem, retrata que “[...] a aquisição da casa própria é um passo essencial na emancipação dos moradores. A compra de terra ou casa tem um significado material e simbólico na trajetória social [...]”, que para nós, a partir dos dados e das falas que coletamos, representa a consolidação do sucesso de sua migração.

Foi o que o pai (P2), citado no parágrafo anterior, nos relatou ao explicar que, para sua família, o aluguel é uma das maiores dificuldades que enfrentam na capital catarinense e que o desejo dele e de sua companheira é adquirir uma casa. Porém, diante da sua percepção de que a capital é muito cara, a pretensão dele é consolidar este desejo na região da Grande Florianópolis. Segundo ele,

Eu pretendo ficar em Florianópolis, mas morar aqui só mais um ano no máximo, porque Florianópolis em si é muito caro, tudo é caro, combustível é caro e a sua moradia também. Você não consegue comprar uma casa em Florianópolis, então, já no interior você consegue. Em Biguaçu, Governador Celso Ramos. Lá você consegue. Aqui não! Sabe? Assim, em 2017, no máximo 2018 eu quero sair daqui de Florianópolis e ir pro interior (Entrevista com pai P2. Pesquisa de Campo, 2016).

Tal conjuntura corrobora a pesquisa da Rede Infosolo iniciada em 2005, que já mencionamos no segundo capítulo e que trata, entre outros aspectos, de analisar as relações de compra e venda de imóveis e os aluguéis nas periferias urbanas das principais capitais do país. Segundo o artigo de Sugai (2009), que integra esta rede, os aluguéis na cidade de Florianópolis sofreram grandes aumentos durante os anos 2000 em decorrência da especulação imobiliária e da crescente tendência migratória em busca de trabalho e de melhor qualidade de vida.

Adiante, perguntamos às famílias o motivo de elas terem saído das cidades onde moravam anteriormente e 67% das respostas estavam associadas a dificuldade de encontrar emprego e ao salário muito baixo. Em resposta a esta dificuldade migraram. Na questão seguinte, onde questionamos porque haviam escolhido a cidade de Florianópolis para migrar, 52% das respostas estão atreladas ao motivo de que nesta cidade haveria mais oportunidade de emprego e de trabalho e que o salário é maior. A seguir temos os gráficos 7 e 8 que descrevem as opções e as respostas em números:

Gráfico 7 – Porque as famílias saíram da cidade onde moravam.



Fonte: Karina Alcubierre. Pesquisa de Campo, 2016.

Gráfico 8 - Porque as famílias escolheram Florianópolis para migrar.



Fonte: Karina Alcubierre. Pesquisa de Campo, 2016.

A partir da leitura dos dados, analisamos que os sujeitos migrantes que entrevistamos e que participaram da pesquisa através do questionário, mesmo que possuam subjetividades específicas e particulares, as histórias de vida, as motivações da migração e as projeções dela são congruentes: a emigração pela falta de trabalho e a migração pela possibilidade de obtê-lo. Nesta dialética nos remetemos ao que analisou Oliveira (2008) sobre as disparidades regionais, tomando o *lôcus* da expansão capitalista no Brasil pelo desenvolvimento desigual e combinado das “regiões” que, segundo ele, são produto do movimento dialético capitalista que “destrói

para concentrar” captando os excedentes de outras regiões⁵⁵ para centralizar o capital em outras. Em suas palavras,

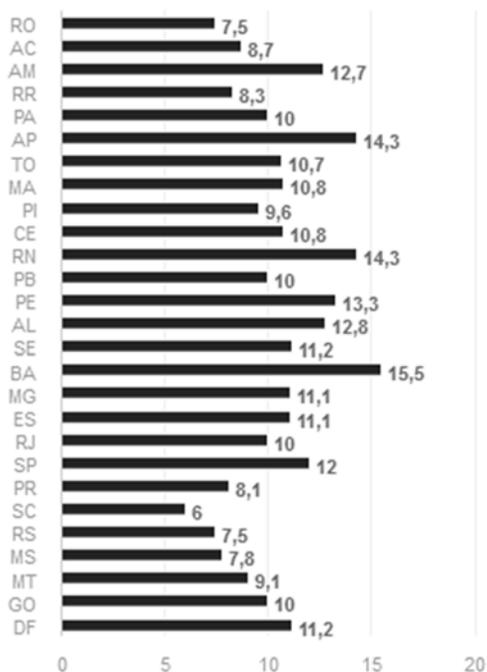
O resultado é que, em sua etapa inicial, a quebra das barreiras inter-regionais, a expansão do sistema de transportes facilitando a circulação *nacional* das mercadorias, [...], são em si mesmas tantas outras formas do movimento de concentração; e a exportação de capitais das “regiões” em estagnação⁵⁶ é a forma do movimento de centralização. Aparentemente, pois, sucede de início uma destruição das economias “regionais”, mas esta destruição não é senão uma das formas da expansão do sistema *em escala nacional* (OLIVEIRA, 2008, p. 201).

As taxas de desemprego por estado, divulgadas pelo IBGE em 2016, são um exemplo que refletem tais disparidades. De acordo com o instituto, o estado da Bahia em 2016, possuía a maior taxa de desemprego no país, com 15,5% de desempregados. Além disso, como mostramos no gráfico 9, os demais estados nordestinos e os da região norte acompanham essas porcentagens, enquanto a taxa de Santa Catarina foi a menor do país com 6%.

55 Neste livro, Francisco de Oliveira remete o significado de região ao “espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital e, por consequência, uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição. [...] É possível reconhecer a existência de espaços econômico-político-sociais [...]” (OLIVEIRA, 2008, p. 148). Ele dá o exemplo de que, em uma determinada “região” o capital comercial é quem comanda a reprodução, em outra pode ser o capital industrial, porém um não elimina o outro e ambos não ocorrem de forma isolada, mas “sem nenhuma dúvida existem estágios em que há uma sobre determinação principal da forma de reprodução, que subordina as demais” (*idem*).

56 Oliveira explica que a estagnação é própria de uma fase do ciclo expansionista do capital (OLIVEIRA, 2008, p. 202)

Gráfico 9 - Desemprego nos estados em % - IBGE, 2016.



Fonte: Imagem em *Print ScreenSysRq*. Portal G1, 09/05/2016.

Desta forma, a partir das respostas das motivações e das projeções aparentemente particulares e centradas no sujeito, destacamos que as disparidades econômico-político-sociais, determinados pelos modos expansionistas da produção e da reprodução do capital adentram as singularidades e objetivam suas decisões, motivações e projeções subjetivas.

Compreendemos que as análises feitas até aqui, nos revelam que a cidade de Florianópolis vem se configurando como uma “região” (OLIVEIRA, 2008) onde o capital, em expansão e em processo crescente de concentração, vem condicionando subjetividades atrás de expectativas que, em muitos casos, podem não se concretizar. Analisamos que tais processos migratórios vêm se configurando continuamente como uma migração, da qual poderíamos chamar, de tipo funcional, onde é aquela que possui uma funcionalidade ao capital em expansão. Ela entranha o imaginário subjetivo do migrante, fazendo o crer que o seu deslocamento é a sua melhor forma de continuar a reprodução social familiar. É uma migração fetichizada onde as verdadeiras motivações concretas e

objetivadas pelo sistema do capital, são substituídas por versões da migração idealizadas através da realidade falaciosa da liberdade de ir e vir em busca das oportunidades disponibilizadas pelo mercado. O contexto de trabalho e de vida os quais estão submetidas estas famílias nos ajudam a construir esta análise.

A seguir, discutiremos mais sobre isso, embora essa pesquisa não tenha a pretensão de dar conta disso. Porém, a materialidade empírica deste estudo nos possibilitou não só ampliarmos nossa análise, mas também aumentarmos nossas dúvidas.

3.2 “PRETENDO CONSTRUIR MINHA RENDA FAMILIAR AQUI⁵⁷”: PERSPECTIVA DE VIDA E TRABALHO EM FLORIANÓPOLIS.

“Na cidade pequena todos se conhecem e as relações sociais são muito maiores. Você se sente muito mais incluído na cidade. [...] É diferente da cidade grande. Aqui se formam grupos de algumas pessoas que você conhece e mais aquelas com quem você trabalha e fora isso você fica mais trancado no apartamento, no trabalho, até mesmo por causa da segurança também. Na cidade pequena é diferente, você pode sair em qualquer horário, caminhar na rua, passear. Aqui você já tem que cuidar com o horário que sai, aonde vai. Isso mudou bastante.”

(Entrevista com P1. Pesquisa de Campo, 2016).

“Sabe assim, eu sou uma pessoa que eu chego e me adapto muito rápido (fala rindo). Eu cheguei há oito meses em Florianópolis e já trabalho por conta (risos). [...] Tem quarenta dias que eu estou trabalhando por conta própria. Pra você chegar de uma cidade há três mil quilômetros de lá até aqui, você se adaptar muito rápido [...], eu já ando por tudo, [...], vou pra um lugar, vou pra outro. Então,

57 Frase retirada de questionário respondido por uma mãe (30 anos, migrante da Bahia) ao ser questionada sobre qual seria sua expectativa de futuro ao morar e trabalhar na cidade de Florianópolis.

sabe, já consegui me desenrolar; mesmo, de verdade. Florianópolis pra mim já está pequena (ri). Florianópolis hoje é do tamanho de Feira de Santana (BA). Aqui tem 500 mil habitantes e Feira de Santana tem 800 mil. Pra você ver como é uma cidadezinha pequena. Pra mim, ela é pequena. Eu ando por ela todinha, não me perco mais, ando por todas as ruas [...].”
(Entrevista com P2. Pesquisa de Campo, 2016).

As duas falas descritas acima retratam a amplitude das subjetividades entrelinhadas com suas objetividades de vida. A primeira fala corresponde a uma família que, mesmo tendo suas necessidades supridas na cidade onde viviam, optam por migrar, motivados por uma promoção no trabalho do pai. Tal emprego é fixo, sob contratação legal, estável, especializada. A segunda fala é correspondente a uma família que, sob crise e falta de emprego e de renda na cidade onde viviam decidem migrar à procura incerta de um trabalho em Florianópolis.

O pai (P2) se mostrou alegre, estava contente com sua decisão em migrar; para ele, desistir nunca esteve em seus planos, mesmo com as dificuldades enfrentadas na cidade de Florianópolis. Trabalhou em empregos diversos, como açougueiro e motorista, foi camelô/comerciante e, atualmente, em Florianópolis, trabalha “*por conta*” no “*ramo dos vidros*” como ele mesmo disse. Possui ensino médio completo e se definiu como um trabalhador flexível e resistente a um possível fracasso que os levariam a emigrar. Segundo sua fala, ele é uma pessoa positiva, que pensa positivamente, que “[...] *nunca pensa negativo. [...] pra mim é ou não é. É, e foi. [...]. Eu vou lá e vou fazer valer, entendeu? Eu sou assim, eu trabalho assim, acho que é por causa do meu trabalho. A gente fica com esse pulso firme por causa do trabalho*” (P2, Informação verbal, 2016).

Já o primeiro pai (P1), se mostrou disposto em emigrar assim como 65% das famílias que responderam ao nosso questionário. No caso de P1, a família emigraria, principalmente, se fosse para a sua cidade natal, no noroeste do Rio Grande do Sul (RS), onde iniciou o seu trabalho, em 2001, na mesma empresa que o transferiu para outras duas cidades (ambas no oeste do estado de SC) antes de ser transferido para a capital catarinense. Para ele, “*só de abrisse outra vaga*”, pois trabalha em uma empresa onde não tem a pretensão de sair, mas, “*se abrisse outra vaga em uma região próxima a Entre Rios do Sul*”, sua cidade natal, eles emigrariam para

“ficar perto da minha família” (P1, Informação verbal. Pesquisa de Campo, 2016).

São vidas de duas famílias trabalhadoras com realidades díspares, mas ambas precisaram se deslocar para continuar vendendo a força de trabalho. Além disso, como explicam Marcassa, et al (2017),

A migração pode trazer importantes consequências para a vida das pessoas, pois ao chegar ao novo local, os migrantes passam por um processo de adaptação, que consiste não somente em adaptar-se ao clima, ambiente e cultura local, mas fundamentalmente conseguir um emprego e um local para morar (MARCASSA et al, 2017, p. 23).

Neste sentido, na configuração dada pelas múltiplas determinações do sistema capitalista, as famílias migrantes pouco possuem a possibilidade em escolher pela liberdade, a fim de expandir e superar, como analisa Duarte (2012), citando Marx, as “[...] formas localmente limitadas de vida humana [...]” e, ainda, ter o processo migratório como fonte humanizante e de desenvolvimento de si enquanto sujeitos sociais. Em contradição, migram pela necessidade de obter o valor de troca da venda de sua única mercadoria: a força do seu trabalho e, para isso, precisam passar por processos de enfrentamento diante das dificuldades apresentadas na nova cidade, como: acesso a moradia digna e viável para o orçamento familiar, acesso ao trabalho, a escola para seus filhos/as, etc. Nas palavras de Duarte,

O papel desempenhado historicamente pelo capitalismo como fase intermediária é, para Marx, o de desenvolver as forças produtivas e criar as condições materiais para a universalização do ser humano, para **a superação das formas localmente limitadas de vida humana**. Mas, [...], o capitalismo faz isso por meio da universalização das relações de mercado, transformando o valor de troca em mediação universal e produzindo, dessa forma, um total esvaziamento das relações humanas, da vida humana e, por consequência, um total esvaziamento dos indivíduos.

Essa essência contraditória do capitalismo faz **com que processos e produtos que poderiam ser humanizantes, poderiam ser fonte de liberdade e de desenvolvimento dos indivíduos,**

transformem-se no oposto, em alienação (DUARTE, 2012, p. 211, **destaques nossos**).

É por isso que, para 67% das famílias questionadas, elas emigrariam e retornariam para suas cidades de origem, caso encontrassem nelas as possibilidades em se reproduzirem socialmente. Também, assim como o pai P1, emigrariam por conta das saudades dos familiares e dos amigos e por identificarem as cidades natais como sendo “*as suas cidades*”.

A diretora também falou sobre o processo de emigração de algumas famílias que ela acompanhou de perto e revelou que o enfrentamento com os baixos salários, o custo alto dos aluguéis e a dificuldade em enviar valores aos parentes que não migraram são as causas de muitas situações que levam as famílias a retornarem para as cidades de origem. Em suas palavras,

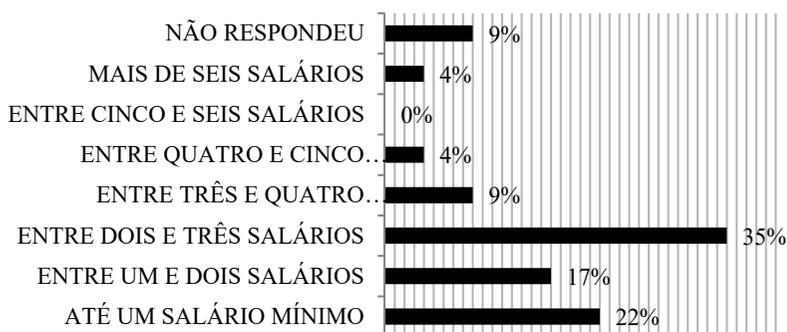
Nesse ano (2016) aconteceu somente com três famílias, mas em 2014 tivemos uma incidência muito grande (de famílias que emigraram). A criança entrou no dia 15/02 e quando saiu para o recesso de férias de julho não voltou mais. Relataram que não dava mais, não conseguiram um bom emprego, a quantidade de dinheiro que estavam mandando era muito pouco e não dava para sustentar quem ficou na cidade de origem. Disseram que não dava mais, etc. Casos assim eram constantes, mas neste ano não tivemos muito disso. Eu acho que as pessoas daqui estão buscando outras oportunidades de trabalho e o trabalho mais pesado ficou pra essas famílias migrantes. As famílias trabalham em supermercados, em lojas, geralmente em áreas comerciais que vão até as 10h da noite. As pessoas daqui não querem mais isso, querem se capacitar, ter algo melhor e o que sobrou pra essas famílias migrantes foi isso. Trabalhar como empregada doméstica, em supermercados, etc. Aqui na feira tem muitos pais (Sacolão Direto do Campo). Eles trabalham de segunda a segunda praticamente, tem um dia só pra descanso. Trabalham na feira até as 4 da tarde no sábado com uma carga de trabalho muito grande. E como nesses trabalhos não pagam tão bem, são obrigados a retornar. Porque eles vêm pra cá, mas deixam um pouco da família e são obrigados a mandar um valor pra eles. Juntam

dinheiro, vêm pra cá de avião e com mais um dinheiro pra passar uma semana e pra conseguir um aluguel, alimentação. Aí, vão atrás de trabalho, mas é aquele trabalho que só dá pra eles viverem aqui. O combinado do valor para mandar eram R\$ 300 por semana. E não dá! Ganham R\$ 1200 e precisam pagar R\$ 600 de aluguel, mais luz e água. Assim, eles pensam que mais vale estarem lá e acabam voltando. O filho, às vezes, ficou com a mãe, a avó é doente e precisam voltar pra ajudar a cuidar dela. (inaudível) acabam voltando pra cuidar dos pais. A questão econômica e a questão familiar são os motivos de regresso. E aqui, nós percebemos isso. Eles moram juntos, pertos um do outro. Tios, primos, sobrinhos, todos na mesma casa. Racham o aluguel de uma casa só. Cuidam-se um do outro, eles não têm mais ninguém. Acho essa relação bonita. Saem juntos, estão sempre juntos. É uma maneira de se protegerem (Entrevista com diretora. Pesquisa de Campo, 2016).

Ao mesmo tempo, os 35% de famílias que não gostariam de emigrar remetem a decisão às expectativas de sonhos na capital catarinense e por experimentarem que viver em Florianópolis ainda é melhor do que viver nas cidades de origem.

Sobre a renda familiar em Florianópolis, 44% das famílias consideram que ela é melhor que em suas cidades de origem, 4% acham que ela é pior, outros 4% relataram que é a mesma coisa e 48% não quiseram responder. Porém, ao terem outras opções de resposta para esta pergunta, 73% consideram que a renda em Florianópolis é boa contra 27% que a consideram muito boa e ninguém respondeu que a renda é ruim. Apesar de considerarem ter uma boa renda, estas famílias possuem baixos salários como mostra o gráfico 10. Nele, podemos constatar que 74% das famílias recebem até três salários mínimos, o que equivale a uma renda familiar de até R\$ 2.640,00. Ao agruparmos esta questão com o número de membros familiares que compõem cada família, verificamos que 61% delas são compostas por quatro a cinco pessoas, o que equivale a uma renda média per capita de R\$ 528,00.

Gráfico 10 – Renda Familiar das famílias migrantes em salário mínimo vigente em novembro de 2016 (R\$ 880,00).



Fonte: Karina Alcubierre. Pesquisa de Campo, 2016.

Estes dados nos chamaram atenção por denunciarem como o objetivo das migrações, atreladas a esperança de se obter renda maior, muitas vezes, não se efetiva. Isso fica claro, a partir do número elevado de famílias que possuem uma renda familiar muito baixa. Percebemos que 74% de famílias que vivem em Florianópolis possuem renda total entre um e três salários mínimos. Diante disso, de fato, questionamos se a classe trabalhadora alcança o tão esperado aumento de renda com a migração? Que aumento é esse? E ainda, necessitando pagar aluguel, transporte e alimentação mais caros que em suas cidades de origem, este aumento de renda se concretiza? Nossos dados mostraram que não, apesar de as famílias participantes da pesquisa terem respondido que em Florianópolis a renda é melhor. A renda mais alta em relação à anterior torna-se uma aparente ilusão, uma vez que o custo de vista na turística “Ilha da Magia” encontra-se entre os mais caros do país. Tal dado evidencia as contradições entre a cidade sonhada e a cidade real e o quanto a migração é funcional ao modo de exploração do capital. Assim como o salário, também é baixa a escolaridade dos familiares adultos (acima de 18 anos) das crianças migrantes⁵⁸. Apenas dois adultos, equivalendo a 4%, possuem ensino superior completo, ao mesmo tempo, 4% são analfabetos; 29% possuem ensino fundamental incompleto; 8% completaram o ensino fundamental, 6% não completaram o ensino médio, 20% completaram a

58 Ao todo, são 49 adultos que moram junto com as crianças migrantes. Dentre estes, 47 são migrantes e 2 são nativos, porém migraram para várias cidades por conta do trabalho do pai e tiveram os filhos fora de Florianópolis, retornando à cidade no início de 2016.

escola básica e 6% entraram em faculdades, porém não as completaram. Os 23% restantes não responderam à questão.

Os dados obtidos sobre a renda e sobre a escolaridade refletem o tipo de trabalho que as famílias ocupam. São atividades em que a precariedade das relações trabalhistas é constante. Grande parte das famílias vive do trabalho terceirizado. Ocupam postos de trabalho simples, em serviços gerais e de limpeza, ligados ao comércio, a supermercados, à construção civil e ao trabalho de limpeza em domicílio. São atividades que permitem pouca experiência e nível básico de escolaridade e correspondem a tendência da precarização das relações de trabalho impostas pelo alinhamento das formas capital-imperialistas cada vez mais exploratórias e expropriadoras de direitos e de seguridades sociais. Como disse a professora Virgínia Fontes (2016)⁵⁹, vivemos na era da ‘uberização’⁶⁰ das relações de trabalho onde os trabalhadores estão sujeitos às mais precárias condições da flexibilização, da ausência de direitos e da terceirização.

A renda familiar e a escolaridade destes familiares evidenciam o domínio delas entre os trabalhadores migrantes. Tal particularidade tensiona as interconexões entre migração da classe trabalhadora, renda familiar baixa, trabalhos simples, precários e com baixos salários e baixa escolaridade dos adultos. Esses dados apontam uma tendência de perfil e da condição do migrante da classe trabalhadora que vêm à Florianópolis atrás de trabalho e renda maior.

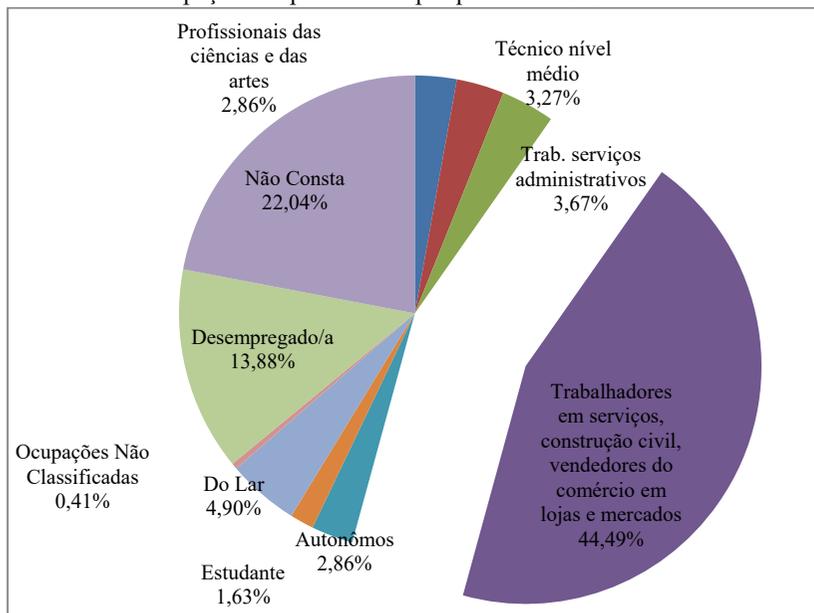
Nos dados gerais coletados em 2017 em relação ao trabalho de todas as famílias da unidade escolar, verificamos que a tendência desses tipos de trabalho permanece como mostra o gráfico 11, onde 44% dos pais trabalham na área de serviços, construção civil, vendedores do comércio

59 Texto baseado em fala da Prof^a Virgínia Fontes que ministrou palestra sob o título “Educação, Trabalho e Luta de classes” na Conferência de Abertura do III InterCrítica - Intercâmbio Nacional dos Núcleos de Pesquisa em Trabalho e Educação ocorrido entre os dias 28 e 30 de setembro de 2016, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná em Curitiba.

60 A professora Fontes usa o termo “uberização” por ela analisar que essa atividade é caracterizada pela máxima ausência de garantias de direitos trabalhistas, onde a empresa Uber explora os trabalhadores ao garantir, de início, uma mais-valia de 25% sobre o valor de cada viagem realizada, além de não ter vínculo e relações que amparam o empregado no que tange à seguridade social, previdência, FGTS, 13º salário, ajuda com custos e deterioração dos automóveis utilizados, entre outros.

em loja e em mercados⁶¹. O índice de desemprego entre os pais, em 14%, também é expressivo e se alinha aos números nacionais divulgados pela Pnad-Contínua Mensal/IBGE em maio de 2017 sobre a **taxa de desocupação que foi estimada em 13,6% no trimestre móvel encerrado em abril de 2017**. Porém, entre as mães da UEI, o índice apresentado foi maior. Neste caso, 21% delas encontravam-se desempregadas.

Gráfico 11 – Ocupação dos pais da UEI pesquisada – 2017.



Fonte: Karina Alcubierre. Pesquisa de Campo, 2017.

Mesmo assim, as famílias possuem expectativas em melhorar de vida em Florianópolis. É o que revelam os dados coletados que tratam desta projeção. Tratando delas, 61% das famílias consideram que suas expectativas em viver na capital catarinense são muito boas. Para 35%, as expectativas são boas e ninguém possui projeções negativas em relação à cidade.

Entrevistamos uma mãe (M1) que migrou junto de sua filha para Florianópolis e, em seu caso, a vinda foi em decorrência de uma separação, porém ela já havia migrado para a cidade no final dos anos 2000 por ter conseguido um trabalho de babá por intermédio de amigas

61 A nomenclatura das ocupações dos pais seguiu a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO, 2010) do Ministério do Trabalho e Emprego.

que já moravam em Florianópolis. Ficou aqui durante alguns anos e se mudou para Brasília junto com seus patrões. Foi onde ela conheceu o atual companheiro e voltou para a sua cidade natal. Ao se separar dele, nesta segunda vinda para a cidade, as dificuldades enfrentadas, segundo sua fala, foram maiores, pois conseguir um emprego não foi simples como antes. Tendo isso em vista, ela deu um prazo a si para conseguir o trabalho, do contrário ela voltaria. Segundo ela, “*dei um prazo a mim mesma. Se eu não arrumasse um emprego em um mês eu voltaria. Mas, como surgiu o emprego, eu acabei ficando*” (M1, Informação verbal, 2016). Vale continuarmos o trecho desta conversa:

Pesquisadora: E como você se sentiu diante dessa situação?

M1: na verdade fiquei mal, queria até voltar.

Pesquisadora: E qual a diferença do trabalho daqui para o trabalho de lá?

M1: a remuneração, o salário, e até mesmo os patrões. Aqui são mais acessíveis dos que os de lá.

Pesquisadora: A sua renda aqui é maior?

M1: nesse caso em que estou agora, como eu trabalho só meio período, o que eu ganho aqui em meio período eu ganharia lá em oito horas trabalhadas, que seria um salário mínimo. Então, se for comparar, o salário aqui é melhor, só que aqui a gente tem que pagar aluguel, em compensação o custo de vida é muito alto. Aluguel, alimentação, é tudo bem caro.

Pesquisadora: E como você lida com isso? Tem dificuldades em se manter?

M1: Como eu trabalho meio período e ganho menos que os meus familiares, eu moro com a minha irmã e ela arca com toda a despesa de aluguel, água e luz e eu ajudo um pouco na despesa de alimentação da minha filha, ajudo no básico. O resto é para a saúde dela, alimentação, roupa, sapatos, porque nessa fase da L. se gasta muito e como eu não tenho a ajuda do meu esposo, meu salário é todo para a minha filha. Fica entre eu e ela.

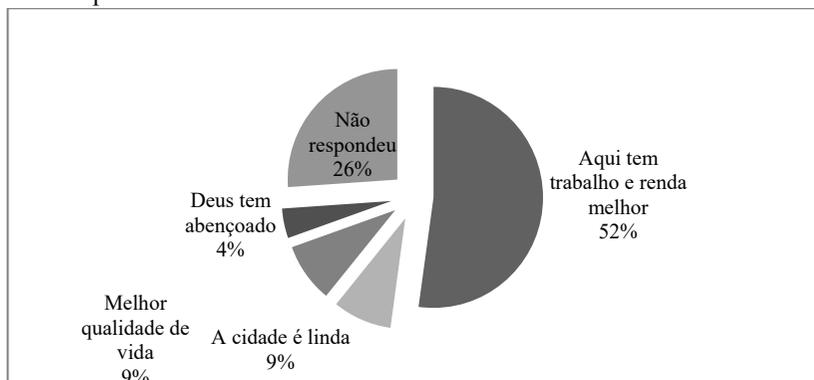
Pesquisadora: Você migraria para Florianópolis, mesmo se tivesse as condições necessárias para viver na Bahia, como moradia, trabalho, escola, saúde e lazer?

MI: Não. Se lá tivesse as mesmas condições de trabalho que aqui, eu estaria lá com certeza. Ficaria lá no meu cantinho. (Entrevista com mãe migrante. Pesquisa de Campo, 2016).

É possível analisar que os problemas, as necessidades e as expectativas das famílias migrantes são permeadas pela esperança e pela busca do trabalho melhor que o anterior, mesmo que este melhor seja muito próximo do que viviam antes da migração. Constatamos que, mesmo tendo dificuldades com emprego, moradia e renda insuficiente para gozarem de uma vida tranquila, as famílias, fetichizadas pelo ideário do sucesso e da vitória por terem conseguido migrar, parecem se esquivar diante das mazelas enfrentadas.

Ao perguntarmos se as famílias estão gostando de morar em Florianópolis, todas responderam que sim e, como mostra o gráfico 12, o trabalho e a renda estão entre as causas principais desta satisfação.

Gráfico 12 – Porque as famílias migrantes estão gostando de morar em Florianópolis.



Fonte: Karina Alcubierre. Pesquisa de Campo, 2016.

A partir das falas das entrevistas e dos questionários respondidos, pudemos perceber que o trabalho é fator central em suas experiências migratórias e isso corrobora com as análises migratórias sob a perspectiva do trabalho. São pais e mães, trabalhadores expropriados de suas condições de reprodução de vida e de trabalho em suas cidades natias que, sob a aparência da busca por qualidade e melhores condições de vida ou pela busca de melhores oportunidades profissionais, migram.

Ao relatarem que em Florianópolis “*tem trabalho*” e que “*lá não tem emprego*”, as famílias denunciam as desigualdades entre as diversas

regiões e cidades do país revelando o produto do formato contraditório das determinações impostas pelo capital.

Mesmo sob esta *fôrma*, no processo migratório, as famílias parecem produzir outras formas de enxergar a vida, onde está presente a cultura e os valores de origem, porém, estes são ressignificados pelas novas experiências, pelo novo contexto social e cultural em que se encontram. Como explicou um pai entrevistado: “*o custo de vida é alto, mas você acaba conseguindo se manobrar e bola pra frente*” (P2, Informação verbal, 2016). Significa dizer que, em um novo local e em um novo meio social, elas refletem e enxergam suas vidas de uma forma diferente, parecem tentar enxergá-la melhor do que antes.

Carregadas pelo imaginário idealizado da migração que representa uma possível nova chance, descobrem faces de si próprias que só no âmbito desse processo elas conseguem descobrir. Mesmo que “*lá na Bahia eu tenho casa própria, tenho carro, tenho moto, tenho as minhas coisas*” como disse o pai migrante entrevistado, a migração parece ter sido a decisão mais correta, motivados pela possibilidade do “trabalho novo”. Nessas “novas” formas de viver, as famílias trabalhadoras migrantes que participaram da pesquisa parecem desenvolver estratégias de sobrevivência e de resistência às dificuldades. Como explicou um dos pais (P2) entrevistado ao avaliar a saudades da Bahia, a educação da sua filha em Serrinha e em Florianópolis e o acesso ao trabalho:

Pesquisadora: Sua família ficou lá?

P2: sim, minha família, pai, mãe, tio, tia. Dá saudades? Dá. Principalmente Teresa sente (sua filha decinco anos).

Pesquisadora: Ela sente bastante falta?

P2: sente. Ela sente bastante falta, porque tem os amigos, a escola dela. Porque na verdade, na Bahia não tem creche. Lá na minha cidade não tem creche. Tem escola! Você paga uma escola particular, de primeiro mundo, por R\$100 reais, R\$120. Lá virou como se fosse creche. Todo bairro tem a sua escola. Você paga, mas pelo menos é um ensino.

Pesquisadora: De escolas particulares?

*P2: sim, particulares. Ela estava desde 1 ano e 7 meses na particular. Ela já estudou 4 anos, esse é o quinto ano (2016). Ela veio pra cá e agora já não estuda, aqui ela só brinca e ela só vai começar a estudar o ano que vem. **Mas, tá bom. Não tem jeito.** Na verdade se eu for pagar uma escola particular*

aqui é muito caro! No momento não temos condições de pagar, mas no ano que vem ela vai pra escola. Na Bahia é muito bom pra se viver, mas em nível de trabalho, lá a crise chegou com força e de tal forma que você não imagina. Lá é complicado (Entrevista com pai migrante. Pesquisa de Campo, 2016).

As famílias migrantes, ao mesmo tempo em que convivem com a precarização da venda da sua força de trabalho, e pela incerteza se vão conseguir vendê-la após a migração, carregam consigo o ideário do protagonismo de suas realidades de vida. É o “*mas, tá bom. Não tem jeito*” expresso pelo pai baiano. São sujeitos que buscam fazer suas histórias, mesmo que estejam sendo construídas a partir da realidade já determinada.

A escola, para estas famílias migrantes que pouco tiveram a chance em dar continuidade aos estudos, parece incorporar o simbolismo da preparação para o trabalho perante a instituição “escola”. Esse simbolismo se reflete no zelo à formação inicial de suas crianças. A educação infantil parece ter grande relevância para elas e mais ainda quando ela carrega consigo um currículo escolarizante e alfabetizador. Como disse o pai referido neste último depoimento corroborando a fala de outras mães e pais, sua filha “*veio pra cá e agora já não estuda, aqui ela só brinca e ela só vai começar a estudar o ano que vem*”. Esta fala representa este imaginário, uma hipervalorização da escolarização precoce que, muitas vezes, pode desfavorecer e minimizar a importância do espaço e do tempo do brincar na instituição infantil. A escola privada, então, mais alinhada às demandas do mercado de trabalho, por nela as crianças fazerem o uso de apostilas de sistemas de ensino, por que “*contam os números*” e “*aprendem a ler e a escrever*” (M1. Informação verbal. Pesquisa de Campo, 2016), se torna o local aonde este simbolismo venha a se concretizar. Porém, como o acesso a ela, em Florianópolis é impossível a estas famílias, a educação infantil pública torna-se a única opção, mesmo que as crianças “*só brinquem*”.

Neste caminho, quais relações são travadas entre famílias migrantes e a instituição de educação infantil pública em Florianópolis? O que dizem os pais e os profissionais? Para além de acolherem e receberem seus filhos e filhas, elas possuem outro papel? Nossos dados revelaram que a UEI, mais do que isso, é um espaço de inserção, não só da criança que migra, mas também é uma possibilidade de seus pais “*acharem caminhos*”.

3.3 “A GENTE AJUDA A ACHAREM OS CAMINHOS”: A INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA VIDA DAS FAMÍLIAS MIGRANTES.

Descrita nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (BRASIL, 2010), a educação infantil (EI) é reconhecida legalmente como a primeira etapa da Educação Básica e tornou-se obrigatória às crianças a partir dos quatro anos de idade. Isso significa que a EI, assim como as demais etapas do ensino, é uma construção social histórica. O reconhecimento da sua importância para o desenvolvimento integral das crianças, porém, é algo recente.

Diversos são os estudos que analisam e discutem o surgimento, a história, as concepções, a importância e as funções sociais desta instituição sob perspectivas teóricas também diversas (KUHLMANN JR, 2000 e 2002; ROCHA, 2003; MELLO, 2007; ARCE, 2012; CONDE, 2012; KLEIN, 2012 e STEMMER, 2012). O que destacamos destas discussões é a compreensão de que o desenvolvimento das forças produtivas urbano-industriais culminou na necessidade de se criar espaços que abrigassem os filhos da classe trabalhadora, mais especificamente, das mulheres trabalhadoras. Os espaços de acolhimento infantil, então, surgiram para que os filhos desta classe pudessem ser preservados fisicamente das condições degradantes do trabalho industrial e do abandono doméstico frente à entrada das mães no mercado de trabalho (CONDE, 2012).

Desde então, a proteção à infância passou por processos e configurações históricas que impulsionaram a sociedade, de forma desigual e segregada, a depender da classe a que a criança pertencia, a criar instituições designadas ao cuidado infantil que perpassam pelo acolhimento, pelo assistencialismo e pela educação. As disputas, as tensões e as composições deste campo derivam de uma diversidade de setores sociais: política estatal, economia, psicologia, assistência social, direito, sociologia, medicina e educação (KUHLMANN JR, 2002).

Na conjuntura atual, entre as continuidades que custam em ser superadas – tendo como exemplo a desigualdade extrema entre a educação de ricos e a de pobres – e as rupturas conquistadas na direção de a EI ter ganhado amplitude e referência como lugar privilegiado para a educação das crianças pequenas (MELLO, 2007), tais instituições, na cidade de Florianópolis, vêm apresentando, a partir do que se pode constatar com os dados coletados na unidade pesquisada, outra característica social que amplia o leque de funções sociais atribuídas a essa etapa da educação.

A crescente inserção de crianças migrantes na unidade pesquisada e naquelas onde realizamos o levantamento inicial do número de crianças migrantes, além de pesquisas relacionadas à juventude também migrante (MARCASSA et al, 2017), vem demonstrando que as UEI's, além de atenderem às famílias destas crianças como atendem às demais, vêm atuando como uma espécie de “*porta de entrada*” à cidade no que tange o acesso aos serviços sociais públicos, principalmente os vinculados à saúde. Esta postura foi citada pelos quatro profissionais entrevistados. Em suas avaliações,

Ela (a unidade) já é um facilitador para quem mora e pra quem conhece a cidade, imagina para aquelas famílias que estão chegando! É um meio muito grande de inserção dessa família em saber sobre locomoção, tratamento de saúde e serviços oferecidos pela prefeitura (Entrevista com professora. Pesquisa de Campo, 2016).

Eu percebi que nossa relação com elas vai além de apenas fazer a inscrição ou a matrícula. A gente ajuda a acharem os caminhos: do posto e das instituições legais pra fazer a documentação. Muitos não possuem noção nenhuma, nenhuma, nenhuma. A prefeitura encaminha, através das Portarias que, se as famílias não possuem CPF, identidade ou outro documento necessário, são para nós, os diretores, encaminhá-los aos órgãos responsáveis por isso, dando um prazo às famílias para trazerem a documentação. Então ficou pra nós essa função (Entrevista com a diretora. Pesquisa de Campo, 2016).

Ah, sim. Principalmente na questão da saúde. Nós indicamos onde eles podem ir. Principalmente quando vemos que a criança necessita de algum atendimento (Entrevista com auxiliar de sala. Pesquisa de Campo, 2016).

Acabamos, muitas vezes, fazendo o papel de esclarecedores de seus direitos e encaminhando para vários setores da prefeitura de forma oficial ou não (Entrevista com o supervisor escolar. Pesquisa de Campo, 2016).

A fala da diretora, por ela ser a primeira profissional que recebe e que atende as famílias migrantes, amplia a análise e evidencia a

necessidade de haver mais atenção para o fenômeno migratório que tem se intensificado nos últimos anos na cidade de Florianópolis. Ao ser questionada como é o primeiro contato com estas famílias, a diretora revela que, de início “*é bem complicado*”, isso porque, segundo ela, muitas famílias pouco sabem sobre o funcionamento dos órgãos institucionais que regularizam e/ou concedem documentações na cidade e que são exigidas para a efetivação da matrícula. Para ela, “*além de estarmos fazendo a matrícula precisamos auxiliar em como podem estar se locomovendo pela cidade para poder estar encontrando essa documentação*” (Entrevista com a diretora. Pesquisa de Campo, 2016).

Na UEI pesquisada, 35% dos 201 pais de crianças, de quem conseguimos obter os dados, são provenientes da região nordeste, sendo que 25% (41 pais) deles nasceram no estado da Bahia. Ou seja, um quinto destes pais é baiano. Como já analisamos no texto anterior, estes números revelam não apenas uma forte presença de famílias e crianças migrantes, mas também a grande incidência de famílias vindas do maior estado nordestino. Isso fez com que nosso estudo tivesse mais dúvidas sobre o interesse destas famílias em escolher Florianópolis para migrar e sobre qual é a conjuntura social da Bahia que levaria seus habitantes a migrarem. Desta forma, optamos por entrevistar duas famílias baianas e uma vinda do oeste catarinense, já que é do interior do estado de SC que provem quase a mesma quantidade de pais migrantes (44 pais).

Além da questão levantada pela diretora sobre “*ser complicado*” o primeiro contato com as famílias migrantes, algumas delas, segundo sua fala, especialmente as nordestinas, possuem dúvidas em compreender que “*o atendimento de lá é diferente daqui*”. Questões como o horário de entrada e de saída, a não necessidade de comprar material didático e, principalmente, sobre a concepção e a diretriz educacional estabelecida pela SME em consonância com as DNCEI, de que na EI o processo de alfabetização não ocorre sistematicamente. Segundo ela, “*muitas unidades de lá (nordeste) já alfabetizam na educação infantil e aqui na PMF não é difícil de eles entenderem essa proposta, precisamos explicar bastante*” (Entrevista com diretora. Pesquisa de campo, 2016).

De fato, esta última compreensão parece ser uma diferença considerável para estas famílias. O pai (P2), migrante baiano, que entrevistamos faz uma afirmação que corrobora esta percepção da diretora. Para ele, sua filha, em Florianópolis, apenas brinca na creche que frequenta, pois ele não considera que a instituição seja um ambiente de ensino e de aprendizagem configurado como uma escola formal. Oriundo de Serrinha, localizada a 173 km de Salvador - cidade que possui um

índice de 0,532 no IDHM⁶² em Educação⁶³ - este pai precisava pagar para que sua filha frequentasse a “escola”, pois, segundo ele, em sua cidade não haviam creches. Em suas palavras, [...] *na verdade, na Bahia não tem creche. Lá na minha cidade não tem creche. Tem escola! [...] Ela veio pra cá e agora não estuda, aqui vai só brincar e ela só vai começar a estudar o ano que vem. Mas, tá bom. Não tem jeito* (Entrevista com pai migrante. Pesquisa de campo, 2016).

Em consonância com esta afirmação, a mãe (M1), migrante baiana, possui visão similar e também precisava pagar para que sua filha pudesse frequentar a “escola” na cidade de Eunápolis, há 670 km de Salvador, com índice de 0,572 de IDHM-Educação. Para ela

[...] lá, nessa fase de cinco anos, ela já estaria em uma escola de jardim de infância, aprendendo a ler e a escrever e pelo o que eu me informei aqui ela fica na creche até o ano que vem. [...] Acho que aqui a fase de transição da creche pra escola é demorado em relação a idade da criança. Até seis anos a criança aqui ainda está na creche! E pelo o que eu sei, na creche não tem aquela situação de aprender a ler as letras, os números, aprender a fazer continhas, lá é diferente. Lá com quatro anos a criança é obrigada a estar na escola mesmo. Eu não sei como funciona aqui direito. Acho que tem uma diferença sim, em relação ao aprendizado na

62 Criado em 2012, o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios Brasileiros (IDHM), é uma união entre o PNUD Brasil (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil), o Ipea (Instituto de pesquisa econômica aplicada) e a Fundação João Pinheiro que adaptaram a metodologia do IDH Global para calcular o IDH Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros. Esse cálculo foi realizado a partir das informações dos três últimos Censos Demográficos do IBGE – 1991, 2000 e 2010 – e conforme a malha municipal existente em 2010. Ele pode ser analisado pela plataforma Atlas Brasil no endereço eletrônico <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/>. Concebido como uma ferramenta de disponibilização de informações, o Atlas Brasil facilita o manuseio de dados e estimula análises. A ferramenta oferece um panorama do desenvolvimento humano e da desigualdade interna dos municípios, estados e regiões metropolitanas. Acesso em 05/06/2017.

63 O IDHM é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município, região metropolitana ou UDH. Na educação, existe a combinação de duas variáveis – média de anos de estudo da população com 25 anos ou mais e anos esperados de escolaridade.

literatura, né? Eu não sei direito, porque às vezes num estado é uma coisa e no outro é diferente (Entrevista com mãe migrante. Pesquisa de campo, 2016).

Em contrapartida, o pai (P1) vindo da cidade de Piratuba, no oeste catarinense, com um índice de 0,714 de IDHM - Educação, ficou insatisfeito ao chegar em Florianópolis e ter de pagar tão caro para que seus filhos pudessem ir à “escola” já que eles ainda não haviam conseguido vaga na rede pública de ensino. Em sua cidade, as crianças frequentavam a educação infantil municipal e, segundo P1, era de qualidade bem acima da oferecida na escola particular da capital catarinense. Para ele,

Estávamos acostumados com Piratuba. Lá é algo fora do padrão em níveis econômicos. Uma cidade considerada pequena, mas, por mexer com o turismo, tem um retorno de temporada muito grande. Então, a prefeitura tem uma condição melhor de dar educação para as crianças. Lá o ônibus da prefeitura passava na frente de onde morávamos, pegava as crianças, levava pra escola. Na escola tinha acompanhamento com nutricionista e tinha enfermeira em período integral. Caso houvesse necessidade de administrar remédio isso era feito. Tinha acompanhamento psicológico com as crianças e tinha um parque como o daqui, muito bom também. Uma rotina bem definida, como a daqui da rede pública. O que mais que posso salientar? (pausa e fica pensando). Tinha a cartilha do ‘Positivo’, então eles seguiam aquela cartilha. As professoras cobravam bastante, até achávamos que elas cobravam demais das crianças. Elas são crianças! E de certa forma o F. sentia-se muito pressionado, muito cobrado. [...] Quando viemos pra cá, na particular, percebemos que a escola não tinha rotina nenhuma. Primeiro que levávamos as crianças somente a tarde. Você chegava lá e tinham crianças dormindo, algumas fazendo atividade, tinha criança entrando e crianças saindo. [...] Euto gostando muito daqui, pois tivemos um impacto muito grande quando saímos da rede pública de lá e viemos pra rede particular daqui, porque estávamos pagando um valor e não estávamos

tendo os benefícios que a gente tinha na rede pública de lá. Quando nós conseguimos colocar na rede pública aqui, nós conseguimos perceber que além de algumas coisas que essa creche oferece a mais que a rede particular, por exemplo, o parque, o tempo para as crianças brincarem, a relação entre trabalho efetivo e a parte de lazer [...] eu gostei muito da socialização das crianças e da parte de tentar ensinar o certo e o errado dentro dos limites, a parte de desenvolvimento de atividades e a parte de brincadeiras. Percebo um equilíbrio aqui (Entrevista com pai migrante. Pesquisa de campo, 2016).

É evidente nas falas destas três famílias que a educação para as crianças pequenas é fundamental e ambas zelam por isso. Porém, existe uma variável na composição do trabalho pedagógico que varia entre valorizar mais a brincadeira e o espaço dado a ela na UEI (atividade principal da criança entre três e seis anos segundo os estudos da perspectiva histórico-cultural) ou se importar mais com a sistematização do ensino por meio da antecipação da alfabetização. Esta variável perpassa pela materialidade de vida destas famílias. Vindas de cidades onde a escolaridade da população é bastante baixa, como mostra a Tabela 8, vivem sob o contexto da precarização do acesso à escolarização e da permanência na escola e parecem exigir a necessidade da alfabetização na educação infantil como um alcance necessário o quanto antes.

Nas falas verificamos a preocupação que as famílias possuem com o acesso ao ensino precoce para o futuro da criança. As famílias parecem delegar a responsabilidade em preparar a criança para a concorrência e a inserção no mercado de trabalho para a escola. E ainda, evidencia como a criança, está sujeita e não foge, desde a mais tenra idade, à lógica do trabalho capitalista.

Isso possivelmente decorre da realidade de que os moradores destas cidades não conseguem dar continuidade em seus estudos, como mostram os dados da Tabela 8 que tratam das expectativas de anos de estudo e da porcentagem da população com 18 anos ou mais que possui ensino médio completo. Portanto, iniciar os estudos o mais cedo possível pode ser garantia de uma aprendizagem mínima para estas famílias, de um preparo para o mundo do trabalho e de oportunidade de acesso ao conhecimento que as famílias não tiveram.

Tabela 8 - Pobreza, Desigualdade e Escolarização: Bahia e Santa Catarina (2010)

Lugar	Índice de Gini ⁶⁴	IDHM-Educação/ IDHM	% de 18 a 20 anos com médio completo	% de crianças de 0 a 5 anos na escola	Expectativa de anos de estudo	% de pobres e de extremamente pobres	% de crianças pobres e de extremamente pobres
Brasil	0,6	0,54/0,727	41,01	43,15	9,54	21,82	37,48
Bahia	0,62	0,461/0,660	29,49	42,03	8,63	42,51	64,64
Santa Catarina	0,49	0,589/0,774	51,80	50,20	10,24	4,66	9,3
Eunápolis	0,57	0,49/0,677	32,39	36	8,73	23,14	36,82
Serrinha	0,55	0,45/0,634	28,31	39	8,24	46,54	68,55
Piratuba	0,43	0,48/0,758	72	57	11,24	3,47	6,37
Florianópolis	0,54	0,847/0,8	66,21	39	10,79	1,62	3,81

Fonte: PNUD, Ipea e FJP. Atlas Brasil, 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/>

64 Índice de Gini é um instrumento usado pelo IDHM para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, que uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

Na tabela 8, vemos que os dados dos estados da Bahia e de Santa Catarina ajudam a evidenciar a perpetuação da produção histórica da desigualdade entre as regiões. São as formas arcaicas de processos sociais coexistindo com os avanços, mesmo que ainda sejam insuficientes, do desenvolvimento social, produto de uma base capitalística de produção e de acumulação que por formação e estrutura, é desigual e combinada (OLIVEIRA, 2003). Como bem explicou Oliveira (2003, p. 150), essa conjuntura denuncia o país “*ornitorrinco*”, onde o “*ornitorrinco* capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão”. Uma das impressões tidas pela diretora remete a esta análise:

Percebo que eles vêm de uma situação de alta vulnerabilidade econômica. Os primeiros dias na unidade são primordiais até para a manutenção da alimentação da criança. Muitos têm a creche como o único local para alimentarem seus filhos (Entrevista com a diretora. Pesquisa de campo, 2016).

Além disso, ao verificarmos na Tabela 8 que a Bahia possuía uma grande diferença entre as porcentagens que expressam a pobreza nas cidades dos dois estados – enquanto em Piratuba o número de pessoas consideradas pobres e extremamente pobres representa 3,47% da população, em Serrinha, esse número salta para 46,54% -, estamos em contato com a particularidade da materialidade da vida social que aciona a problematização da totalidade destas relações. Parafraseando Fontes, estamos verificando a “*forma da distribuição dos seres singulares no conjunto das atividades da produção de sua existência social*” (FONTES, 2009, p. 209).

Ao ampliarmos os dados da tabela referida acima, vemos que a Bahia possuía, em 2010, 42,51% de pessoas vivendo em situações de pobreza⁶⁵, enquanto SC apresentava um número quase 10 vezes menor (4,66%). Os dados atuais, apesar de terem tido uma diminuição significativa em decorrência de políticas públicas sociais adotadas a partir do primeiro Governo Lula, em 2003, continuam mostrando disparidade e desigualdade. Segundo Soares et al (2016), a pobreza e a extrema pobreza

65A pobreza é medida em dois níveis no Brasil: a) a proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010 é considerada de extrema pobreza e b) a proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em reais de agosto de 2010 é considerada pobre. FONTE: Atlas Brasil, 2013.

no Brasil diminuiu de modo expressivo entre os anos 2004 e 2013 sendo que

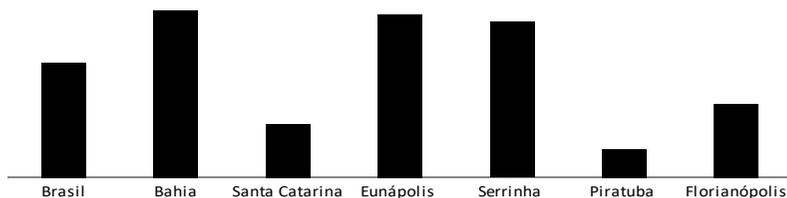
a prevalência da pobreza caiu de 20 por cento para pouco mais de 9 por cento da população. No caso da extrema pobreza, a prevalência caiu de 7 por cento para 4 por cento. Verifica-se, no atual momento, uma descontinuidade nessa redução, dado que dois fatores fundamentais da queda da pobreza apresentam limitações ou problemas bem significativos: o mercado de trabalho e o gasto social, notadamente o assistencial e o da previdência.

A redução da pobreza não acompanhou as alterações em seus principais aspectos ou perfis. Em termos regionais, pouco mudou, com as regiões Norte e Nordeste apresentando as maiores taxas de prevalência da pobreza, bem como as áreas rurais em todas as regiões. Ou seja, a pobreza e a extrema pobreza se reduziu, mas continua sendo mais presente no meio rural e nas regiões Norte e Nordeste (SOARES et al, 2016, p. 1).

No que se refere ao trabalho o gráfico 13 evidencia como a desigualdade nas taxas de desocupação, em 2010, também era bastante acentuada em dados comparativos entre as cidades de Serrinha e Eunápolis, na Bahia e Piratuba e Florianópolis, em SC. O desenvolvimento capitalista e suas transformações no mundo do trabalho vem provocando reordenamentos sociais no Brasil com uma agenda política e econômica caracterizada pelo avanço da dominação do capital financeiro no país, pela impositiva política de austeridade, sobre as políticas públicas de caráter social, pelas privatizações sem precedentes das maiores instituições públicas brasileiras, pelo avanço de ideologias de extrema direita e pela expropriação sumária de direitos sociais e trabalhistas.

Toda essa conjuntura vem causando impactos na vida da classe trabalhadora que é afetada primordialmente com o crescimento da precarização das filas de desempregados no país. Com a desaceleração da economia, a desigualdade de acesso ao trabalho entre os estados continuou e aumentou. Em maio de 2017, foi divulgado pelo IBGE/Pnad a taxa de desocupação e os dados revelam que no estado baiano a taxa de pessoas desocupadas aumentou para 18,6% e, no estado catarinense, foi para 7,9%.

Gráfico 13 - Taxa de desocupação entre pessoas com 18 anos ou mais (Censo 2010)



Fonte: Atlas Brasil, 2013.

Produtos do sistema capitalista, a pobreza, o desemprego e a dificuldade de acesso e de continuidade aos estudos nos auxiliam a compreender como “[...] a subjetividade humana se desenvolve por meio da permanente construção da objetividade social” (DUARTE, 2012, p. 208), ou seja, as relações sociais, determinadas pelo capital e experimentadas por estas famílias são responsáveis pela formação das ideias e vontades particulares.

O relato de uma professora que nos contou a fala de uma mãe migrante da Bahia que mostra como a materialidade de vida dessas famílias é permeada pela dificuldade, fazendo com que elas valorizem muito a vaga acessada na UEI em Florianópolis. Segundo ela,

As famílias demonstraram a preocupação de que aqui é bem melhor para as crianças estarem, são bem acolhidas, têm alimentação, é um ambiente limpo e têm professoras disponíveis. A mãe da M. nos relatou que na cidade dela, na Bahia, a situação é precária, não tem professor e nem alimentação e tudo acontece com muita dificuldade. Quando demos a possibilidade de a família comprar o uniforme ela ficou super preocupada e chamou a roupa de “farda” dizendo: - ‘Eu quero comprar todas as fardas que a minha filha for usar na escola esse ano’. Explicamos que não era obrigatório e, se a família assim o desejar, era possível ter, mas que não precisaria comprar tudo. Ela respondeu: - ‘ Não, a farda é muito importante, porque lá na Bahia, quando a criança usa farda quer dizer que a criança está legalizada dentro da escola’. Então, pra ela, é importante vir uniformizada, como uma algo oficial, dentro da lei, algo formal. Ela disse: - ‘Eu vou fazer esse esforço, vou pedir um adiantamento no meu trabalho e vou

comprar um modelo de cada'. Assim, ela comprou um modelo de cada e sua filha vem sempre uniformizada (Entrevista com professora N. Pesquisa de campo, 2016).

Segundo Oliveira (2003), no Brasil, as formas peculiares e arcaicas de produção que caminham ao lado de setores de alto desenvolvimento tecnológico são partes integrantes do desenvolvimento moderno capitalista. Assim, sem incorrer no dualismo tão criticado por este autor, o que vemos é a contínua existência de “Brasis” que coexistem mutuamente e que desequilibram regiões inteiras, estados e/ou cidades. Compreendemos que tal fenômeno atua dentre os condicionantes que levam milhares de trabalhadores a deixarem suas raízes em busca de onde está o trabalho assalariado que garanta uma maior renda na reprodução de suas famílias.

Porém, embora esta realidade sobre a desigualdade entre as regiões seja inerente ao sistema capitalista, os dados sobre a renda baixa, sobre o desemprego e sobre o tipo de trabalho das famílias migrantes em Florianópolis, revelam que este movimento desigual é apenas uma das faces deste problema, pois, ao mesmo tempo em que viviam sob condições precárias que os condicionaram a migrar para a capital catarinense, estas famílias vivem nela sob condições parecidas, evidenciando que a problemática das desigualdades e das expropriações existem também em cidades com índices de desenvolvimento maiores e melhores. Ou seja, mesmo diante de uma realidade, aparentemente melhor, as contradições e a exploração da classe trabalhadora, estão presentes em qualquer região, mesmo que de maneiras desiguais.

Sobre o acesso à instituição da EI, 69% destas famílias ficaram sabendo dela através de vizinhos, parentes e/ou amigos que moram na mesma comunidade. Caso não conseguissem vaga, 44% das crianças ficariam com as mães em casa e 30% ficariam com babás, tendo que gastar entre R\$200 e R\$500 reais com este serviço, o que, em alguns casos, seria um empecilho e, muitas mães, deixariam de trabalhar para não ter este custo. Isso fica evidente ao questionarmos a necessidade de a criança frequentar a EI. Para 34% das famílias, a criança precisa frequentar a UEI para que os pais possam trabalhar. Isso corrobora a realidade material destas famílias: a necessidade primeiramente de trabalhar.

A realidade experimentada pela pesquisadora enquanto docente na EI pública de Florianópolis nos permite pontuar que esta discussão é bastante presente em discussões, formações e avaliações pedagógicas realizadas na RMEF. Isso decorre da insistência de muitos profissionais

defenderem a EI primeiramente como um direito da criança e não como uma necessidade dos adultos. Porém, essa discussão é bastante ampla e deve ser pesquisada. A necessidade da família ter a vaga na EI para trabalhar é um agravante que, muitas vezes, pode esconder e/ou apagar a centralidade dos direitos das crianças. É como se eles estivessem em segundo plano. Dialeticamente, os direitos da criança e os da família trabalhadora caminham juntos. Porém, será que caminham juntos em decorrência da contraditória faceta da realidade material imposta pela forma metabólica capitalista de organizar a vida? A necessidade central do trabalho, em sua forma capitalista, esconde a possível transformação e superação dessa forma de compreender as necessidades da criança e da família trabalhadora? São questionamentos resultantes da nossa empiria, mas que não teriam espaço de serem analisados por ora. Fica aqui a ressalva para a necessidade histórica de estudos críticos que estudem esse tema.

Aqui lembramos o que Duarte (2012) explicou quando fez sua crítica ao fetichismo da individualidade elaborada pelo pensamento pós-moderno ao mesmo tempo em que explanou a perspectiva marxista da individualidade livre e universal. Concordamos com sua análise ao considerar que “uma abordagem marxista em qualquer campo do conhecimento deve necessariamente articular-se à perspectiva da superação do capitalismo” (DUARTE, 2012, p. 200) e, por isso, superar a visão de mundo e de necessidade que o capital costurou nas subjetividades humanas até o momento.

A realidade empírica desta pesquisa possibilitou a elaboração de muitas dúvidas. Queremos apontar e lançar questionamentos de que o discurso da função social da EI ser uma “necessidade” da família trabalhadora, muitas vezes antes de se falar em ser um direito da criança, precisa ser discutido e ponderado. Será que essa “necessidade” não tem a ver com as determinações da atividade do trabalho alienado e assalariado imposta na vida destas famílias pelo capital? Como explicou Duarte,

As relações sociais fazem a mediação entre a vida do indivíduo e o gênero humano. Numa sociedade de classes, como ocorre no capitalismo, as relações entre a vida individual e a cultura acumulada pelo gênero humano tornam-se particularmente complexas e contraditórias em consequência da propriedade privada dos meios de produção, da exploração da força de trabalho pelo capital e da consequente divisão social do trabalho. Tanto ao longo da vida de cada indivíduo como ao longo da

história da humanidade, a humanização e a alienação ocorrem muitas vezes de forma simultânea e no interior da mesma processualidade sociocultural (DUARTE, 2012, p. 207).

Sem dúvida, quando estivermos em uma “sociedade superior ao capitalismo” incorporaremos tudo o que durante o capitalismo foi produzido que contribui “[...] para o desenvolvimento do gênero humano, para o enriquecimento material e intelectual da vida de todos os seres humanos” (DUARTE, 2012, p. 200). Porém, superaremos a visão histórica e social contraditória provocada pela propriedade privada dos meios de produção, pela exploração da força de trabalho pelo capital e pela consequente divisão social do trabalho (DUARTE, 2012). Junto disso, espera-se que a necessidade da educação capitalista em formatar os sujeitos para o mundo do trabalho e da educação infantil ser uma necessidade que se impõe para liberar os adultos, principalmente as mulheres, para o trabalho assalariado também seja superada. Espera-se que a EI, enquanto instituição pública, gratuita e socialmente referenciada seja um espaço de liberdade universal e humana para a criança enquanto um sujeito social em processo de humanização e que possam realizar atividades plenas de sentido e de conteúdo humano (DUARTE, 2012) e não como um espaço assistencialista que põe o cuidado e o abrigo, enquanto os pais trabalham, acima do processo educativo e humano a que essa instituição se propõe ou deveria se propor.

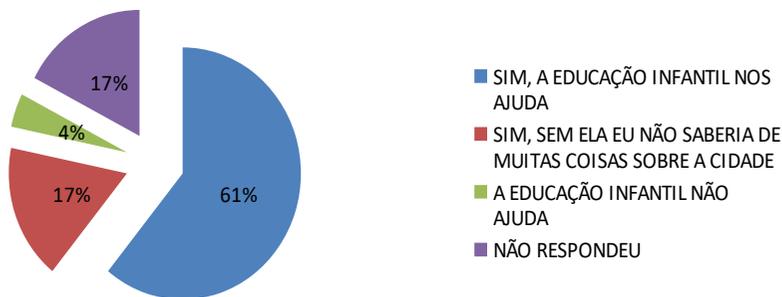
Adiante, afirmando essa perspectiva, para as famílias trabalhadoras migrantes, a EI têm se apresentado como uma possibilidade de garantir o acesso ao trabalho na cidade, principalmente para as mulheres. Neste sentido, a fala da diretora nos auxilia na construção desta problemática. Para ela,

Vejo que para eles (os migrantes) a inserção é dificultada em todos os sentidos: horários, documentação [...] e a gente aqui é a porta para estarmos instruindo-os e tentando ajudar a estruturar a vida deles também. Assim conseguimos conciliar o atendimento e a qualidade de vida dessas famílias na cidade. Acho que a creche tá com essa função meio que social (Entrevista com a diretora. Pesquisa de campo, 2016).

O gráfico 14 apresenta um panorama que corrobora nossa análise. Ao questionarmos às famílias migrantes se a UEI ajuda a terem acesso aos serviços prestados pela PMF por meio de informações, conversas e

comunicados via agenda a maioria delas concordou e 18% delas revelaram que não saberiam de muitas coisas sobre a cidade se não fosse através da instituição.

Gráfico 14 – A UEI ajuda as famílias migrantes no acesso aos serviços oferecidos pela PMF?



Fonte: Karina Alcubierre. Pesquisa de Campo, 2016.

Mesmo que as famílias e que a equipe pedagógica tenham nos relatado que a UEI ajuda na integração e no acesso aos serviços disponibilizados pela prefeitura, nossa pesquisa não conseguiu dar conta de realizar uma análise que afirme ou que contrarie as representações da UEI na vida destas famílias. Porém, elas nos dão indícios e apontamentos que indicam a necessidade do desenvolvimento de pesquisas que aprofundem esta temática. Nota-se, que se faz necessário uma pesquisa empírica que envolva um número maior de experiências em UEI's para que se possa realizar uma consideração final sobre esta problemática e que traga mais elementos de análise, de investigação e de conclusão.

Outra questão feita pela pesquisa pergunta se as famílias acham que a UEI foi/é importante para que a criança se acostumasse com a nova cidade. Neste caso, 74% das famílias migrantes responderam que sim. Fazer novos amigos teve a maior importância para 55% das famílias, seguido de 27% que acham que elas aprendem novidades e 18% relataram que a UEI ajuda a criança a se adaptar à nova cidade.

A partir de outra questão foi constatado que as crianças migrantes contam novidades sobre os costumes e os modos de vida da cidade de Florianópolis. Foi o que respondeu 56% das famílias. Músicas, brincadeiras, comidas locais e a criança falar como “*manézinho*”, como é chamado o sotaque ilhéu, foram as novas experiências vividas pelas crianças.

Os dados coletados nos possibilitaram a compreensão do contexto e das relações sociais que vivem as crianças migrantes que participaram dessa pesquisa. Eles revelam e corroboram as características atuais do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e das transformações no mundo do trabalho que condicionam a classe trabalhadora à migração. Desta forma, o trabalho – autônomo ou assalariado, explorado, flexível, terceirizado e precarizado no que se refere às condições e direitos trabalhistas - se configura como central na realidade da quase totalidade dessas famílias que chegam a Florianópolis. As dificuldades enfrentadas são permeadas pelo alto custo dos aluguéis, do transporte e da alimentação. Mesmo assim, muitas famílias avaliam suas vidas atuais como melhores do que antes e acreditam que o futuro em Florianópolis é promissor.

As crianças migrantes que participaram da pesquisa revelaram diretamente a situação vivida por suas famílias. Veremos suas falas no último capítulo e analisaremos os sentidos que atribuem ao processo de migração experimentado por elas.

4. CRIANÇAS MIGRANTES: SENTIDOS E MEMÓRIAS DA OBJETIVIDADE VIVIDA.

“Eu dormi na viagem, eu dormi, acordei, dormi e acordei (tenta contar os dias com a ajuda dos dedos). A estrada fica escura quando é de noite, porque a estrada também tem uma parte preta igual o céu quando fica noite, fica preto e de dia fica azul. Quando tá escuro tem uma parte preta embaixo e tem umas luzes. Quando a gente chegou no aeroporto eu escutei a voz do meu tio e a gente foi lá e já entrou no carro pra casa da minha tia aqui em Florianópolis. Ai eu fiquei viajando aqui. [...] eu só estou de viagem. A gente viajou porque a minha mãe queria ganhar bastante dinheiro aqui. Minha mãe disse que a gente ia ficar de viagem aqui e depois a gente ia pra casa. [...]”

Laura, 5 anos. Pesquisa de Campo, 2016.

No parque, Laura permanecia tímida, quieta, observava seu grupo o tempo todo, ria ao ver uma criança caindo, batia palmas para outra. Aproximamo-nos dela aos poucos, achávamos que falaria pouco ou nada de sua história. Estávamos erradas! Laura abriu sua caixinha de histórias e, em pouco tempo, haviam crianças ao nosso redor para ouvi-la. Quanta experiência, quanta compreensão do seu mundo e do nosso em tão pouco tempo de vida. Migrou de uma cidade localizada no sul baiano e junto dela veio a necessidade de compreender sua história. As crianças migrantes nos mostraram isso. Logo cedo suas experiências migratórias as permitem construir sentidos sobre a sua materialidade de vida que as permitem tentar entender a realidade.

As crianças migrantes que fizeram parte desta pesquisa nos contaram memórias. Contaram-nos sobre o que existia ‘lá’ em suas vidas e que não mais existe ‘aqui’ depois da migração: um parente que deixaram para trás (os avós foram sempre lembrados com carinho e sensação de perda), um tipo de comida que não existe mais em seu cardápio sulista, a rua que deixou de ser sinônimo de liberdade e de brincadeira para se transformar em perigo de bandidos e de carros velozes, o quintal da casa que se transformou em um pequeno corredor e os amigos que ficaram. Até mesmo a sensação do pertencimento ficou para trás. Como nos diziam: “lá na minha cidade é/era assim”, ou ainda, “aqui não é a minha cidade”.

Esteve sob o nosso foco analisar, a partir das particularidades da criança migrante, quais sentidos ela constrói sobre a sua realidade migratória. Porém, concordando com Martins,

[...] o mundo empírico representa apenas a manifestação fenomênica da realidade em suas definibilidades exteriores. Os fenômenos imediatamente perceptíveis, ou seja, as representações primárias decorrentes de suas projeções na consciência dos homens, desenvolvem-se à superfície da essência do próprio fenômeno. Fundamentado neste princípio marxiano, Kosik (1976) afirma que a essência do fenômeno não está posta explicitamente em sua *pseudoconcreticidade* (concreticidade aparente), não se revelando de modo imediato, mas sim, pelo desvelamento de suas mediações e de suas contradições internas fundamentais.

A construção do conhecimento demanda então, a apreensão do *conteúdo* do fenômeno, prenhe de mediações históricas concretas que só podem ser reconhecidas à luz das abstrações do pensamento, isto é, do pensamento teórico. Não se trata de descartar a *forma* pela qual o dado se manifesta, pelo contrário, trata-se de sabê-la como dimensão parcial, superficial e periférica do mesmo. Portanto, o conhecimento calcado na superação da aparência em direção à essência requer a descoberta das tensões imanentes na intervinculação e interdependência entre *forma* e *conteúdo* (MARTINS, 2006, p. 10).

Desta forma, nosso objetivo em compreender os sentidos infantis sobre o fenômeno migratório, nos apontou, sobretudo, o que eles revelam para além da sua aparência *pseudoconcreta*. Nossos objetivos procuraram superar a visão descritiva do fenômeno das migrações na infância em sua imediatividade.

Tal imediatismo pode ser visto nas trocas e nas diferenças culturais entre crianças migrantes e nativas. Notamos que a questão das diferenças entre os modos de vida (alimentação, modos e costumes locais e manifestações culturais) apareceram de imediato nas dúvidas e nas falas dos profissionais que nos questionaram inicialmente sobre o objetivo do estudo. Entendiam que a pesquisa objetivaria descrever e analisar as diferenças culturais que se entrecruzam nas interações e nas relações entre

as crianças nativas e as “*de fora*”. Por isso, foi importante adentrar ao espaço junto às crianças buscando mostrar que nossa pretensão esteve em analisar, primordialmente, o fenômeno em sua dialética universal e local para assim revelar suas complexidades, suas conexões internas e as leis de seu movimento através da fala e do contexto sócio-cultural das crianças migrantes.

Assim como já analisava Mello em 1993,

a apreensão da realidade enquanto totalidade dinâmica envolve uma concepção de realidade não meramente baseada no imediatismo, mas exige um processo de compreensão de relações que não são imediatamente perceptíveis -e que não sendo imediatamente perceptíveis, exigem do sujeito um posicionamento ético e epistemológico profundo, global e sistemático (MELLO, 1993, p. 117).

Neste capítulo, apontaremos o desafio que tivemos na trajetória da pesquisa tendo o método materialismo histórico dialético (MHD) nas ações junto às crianças migrantes evidenciando-as como sujeitos participantes e informantes na pesquisa. Apresentamos os dados coletados com a participação e a fala destas crianças e analisamos os sentidos atribuídos por elas à migração e o que eles revelam e/ou denunciam para além da aparência *pseudoconcreta*.

4.1 “LEMBRA QUE VOCÊ DISSE ONTEM QUE QUERIA QUE EU CONTASSE A MINHA HISTÓRIA? QUER QUE EU CONTE AGORA?⁶⁶”: A CRIANÇA ENQUANTO PARTICIPANTE DA PESQUISA

No parque as crianças do grupo 5/6 brincam, enquanto isso converso com Teresa (migrante da Bahia, seis anos). Uma criança se aproxima chorando e diz para mim:

– Oh prof, ele me empurrou (e aponta para a criança que supostamente fez isso).

– E por que isso aconteceu? (eu pergunto) Teresa me interrompe e diz enfática à criança que estava chorando:

66 Fala de Teresa, seis anos. (Karina Alcubierre. Diário de Campo, 2016)

– Pára de reclamar pra ela. Ela não é professora, ela é a nossa pesquisadora! Ela tá só estudando sobre a gente que se mudou pra cá e a gente vai ajudar ela. Tu tens que falar com a sua “prof” daqui.

ALCUBIERRE, K. Diário de Campo, 2016.

A criança tem sido, de longa data, objeto de estudo em pesquisas acadêmicas nas mais diversas áreas das ciências sociais – Pedagogia, Psicologia, Direito, Serviço Social, Sociologia, História - no entanto, muitas dessas pesquisas dizem a respeito das crianças e não com a sua participação direta. E, ainda que esse procedimento não constitua exatamente algo novo na pesquisa, a novidade está no debate acerca das condições em que as crianças tomam parte na investigação científica, revelando uma tendência recente que procura dar espaço e escuta a um dos grupos de sujeitos tradicionalmente mais marginalizados pelos modelos clássicos de pesquisa científica (CAMPOS, 2008).

A experiência como professora na educação infantil pode facilitar uma pesquisa quando ela prevê a interação com crianças e pode auxiliar na compreensão do que vem a ser escutá-las. Porém, mesmo com essa experiência, o lugar que o pesquisador ocupa é bastante diferente de quando ele atua como profissional. Escutar as crianças é um privilégio.

As análises de Kramer (2002), Demartini (2005), Campos (2008) e de Mello (2010) sobre a pesquisa com crianças, sobre a metodologia de escutá-las e de trazer a criança enquanto sujeito participante e informante foram os estudos que basearam o trabalho nesta etapa. Além disso, a dissertação de Natividade (2007), que trata sobre o trabalho contemporâneo e os sentidos atribuídos pelas crianças, um artigo derivado dela (NATIVIDADE e COUTINHO, 2012) e outros dois que tratam sobre o desenho, a partir da perspectiva histórico-cultural (SILVA, 1998; NATIVIDADE, COUTINHO e ZANELLA, 2008) também nos trouxeram elementos metodológicos importantes na ação com elas.

Ao entrarmos em campo, foi preciso deixar claros os objetivos da pesquisa para os profissionais que participariam diretamente do estudo. A professora Maria Malta Campos (2008), ao descrever fatores importantes sobre a participação das crianças na pesquisa científica, revela que, entre eles, o pesquisador deve levar em conta:

a escuta aos adultos próximos a elas: ao dar a palavra às crianças, é preciso levar em conta também a escuta aos adultos próximos a elas, que

podem se sentir excluídos e perceber essa situação como injusta; também é preciso cuidado com os adultos que desejam se interpor entre o pesquisador e as crianças (CAMPOS, 2008, p. 38)

E ainda:

antes de iniciar a pesquisa é preciso deixar muito claro seu objetivo e o papel dos pesquisadores, obtendo o consentimento dos demais adultos e instituições envolvidas sobre o tema da pesquisa para permitir que as possíveis dificuldades sejam identificadas e superadas antes da realização da investigação (CAMPOS, 2008, p. 39).

Pensando sobre isso, antes de entrarmos nos grupos das crianças tivemos conversas com as professoras de referência destes, pudemos esclarecer nossas intenções e esclarecer dúvidas que pudessem existir. Foi entregue para elas uma síntese do nosso projeto de pesquisa e o supervisor escolar, solidário e interessado, se encarregou de enviar uma cópia via e-mail a todos os funcionários da unidade. As professoras, assim como os demais funcionários da instituição, foram solícitas e nos deixaram confortáveis para explorar o campo da forma como pretendíamos. Isso foi fundamental.

Após essa etapa, elaboramos um primeiro bilhete e o enviamos via agenda informando aos responsáveis por todas as crianças que integravam os grupos 5, 5/6 e 6 sobre a pesquisa, independente de participarem ou não dela (ANEXO A). Desta forma, garantimos o não estranhamento em ter mais um adulto acompanhando as crianças no cotidiano destes grupos e no de todas as famílias envolvidas. Nos grupos mencionados, estavam as 18 crianças migrantes que participaram da pesquisa.

Junto ao primeiro bilhete, anexamos o TCLE somente para as 53 famílias migrantes que compunham estes grupos⁶⁷. Vencida esta etapa, enviamos pela agenda um segundo bilhete (ANEXO B) às mesmas famílias convidando-as para responder ao questionário da pesquisa que foi analisado no capítulo anterior.

⁶⁷Esta seleção de famílias migrantes foi possível com a ajuda da secretaria da unidade que nos repassou os locais de nascimento das crianças e dos responsáveis por elas. Obter a devolução destes TCLE's foi um desafio, pois as famílias precisaram ser lembradas de assinarem o termo quase todos os dias. Para solucionar este impasse as professoras auxiliares de sala que atuavam nestes grupos foram fundamentais e nos ajudaram a lembrar e recolher os TCLE's.

Concordamos com a concepção de Suely A. Mello (2010, p. 183), que discute o lugar da criança na pesquisa, tendo como pressupostos a teoria histórico-cultural e exprime que a criança, “ao se relacionar com a cultura, atribui sentidos e significados pessoais ao que conhece” e/ou experimenta. Portanto, a participação ativa da criança na pesquisa enquanto sujeito social que se apropria de novas aprendizagens ao mesmo tempo em que desenvolve a sua consciência em processo de formação nos permite compreender que a criança não é um mero objeto a ser estudada, observada, analisada e descrita. Ao contrário, a criança, é um sujeito capaz de exprimir pensamentos e ideias, analisar contextos vividos e não vividos e em sua voz está comprimida uma particularidade social que revela aspectos da universalidade dos fenômenos. Nas palavras de Mello,

[...] ao se relacionar com a cultura, a criança atribui um sentido pessoal ao que conhece. Esse sentido conforma a concepção com a qual a criança, a partir daí, se dirige à cultura para novas apropriações e aprendizados que são promotores do desenvolvimento de sua consciência em processo de formação. Em outras palavras, esse sentido produzido pela criança condiciona seus processos de aprendizagem. Desse ponto de vista, parece fundamental que a pesquisa sobre a criança pequena contemple sua participação também como informante e não apenas como objeto desse processo(MELLO, 2010, p. 183).

Neste caminho, Demartini (2005) pondera que na pesquisa com crianças é necessário deixar claro a reflexão que exprime os conceitos de criança e de infância. Ou seja, é necessário compreender quem é a criança que fará parte da pesquisa e qual infância ela experimenta, qual contexto ela vive. Segundo a autora, ao darmos voz e escuta às crianças, principalmente de crianças pequenas, através de entrevistas e de relatos orais é preciso partir do princípio de que uma criança,

[...], após breves espaços de tempo, já construiu algum tipo de identidade, tem uma história construída. Os relatos infantis envolvem essa memória, essa identidade (aí está embutida a questão da linguagem); penso que tudo isso pode ser “contado”, mas de diferentes maneiras. [...] É impossível pensar na construção da identidade, no processo de socialização da criança “no ar”, no abstrato. Tudo isso deve ser pensado em razão do

outro com quem essa criança convive. Este ponto é fundamental quando se trabalha com a questão dos relatos de crianças (DEMARTINI, 2005, p. 7-8).

A partir dessas premissas, seguimos a entrada em campo e foi importante considerarmos a vontade da criança dando autonomia a elas, caso não quisessem falar, participar ou se expor. Mesmo tendo autorização por escrito dos responsáveis pelas crianças, ao iniciarmos as conversas, as interações, a ação/brincadeira/dinâmica e as entrevistas com as crianças foi perguntado a cada uma delas, se gostariam de participar da pesquisa. Das dezoito crianças migrantes, treze aceitaram e se disponibilizaram a falar e tivemos a participação de Sandra, uma criança não migrante.

O espaço dado a esta criança nativa de Florianópolis surgiu de sua intensa curiosidade e reflexão acerca da realidade por qual passaram as crianças que migraram para Florianópolis, seus amigos/as. Sandra (seis anos) sabia de nossas intenções na unidade e, em muitos momentos, quando estávamos conversando com as crianças migrantes, ela permanecia ao nosso lado, escutando e pensando. Até que em um dia, durante o seu almoço, ela nos chamou e nos pediu para ser entrevistada, queria falar e ser ouvida. Nós questionamos a sua participação, já que ela não havia migrado, porém ela foi enfática e disse: “*mas é que eu sei por que os meus amigos se mudaram pra cá*”. Por isso, também optamos em coletar a sua voz e usá-la em nossas análises.

Se os nossos procedimentos metodológicos fossem seguidos rigorosamente, as crianças nascidas em Florianópolis não seriam ouvidas e não participariam do estudo. Mesmo não sendo migrante, Sandra nos mostrou que também construiu sentidos e interpretações sobre a realidade do outro, do/a seu/a amigo/a e isso para a nossa perspectiva, ao encontro da *praxis*⁶⁸ humana, nos foi e é fundamental.

68 No livro “Concepção dialética da história”, Gramsci (1995) elabora o conceito de *praxis* tendo como pressupostos os estudos de Marx, Engels, Lênin e Antônio Labriola. A partir dos estudos que realizamos na disciplina Gramsci – a educação e a política, ministrada pela professora Dra. Luciana Marcassa no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 2016, elaboramos um artigo, como requisito parcial para a obtenção dos créditos da disciplina intitulado de “O conceito de Homem na filosofia da *praxis* em Gramsci: algumas considerações”. Nele analisamos o conceito de *praxis*, sendo a coesão dialética entre teoria e atividade, entre atividade intelectual e atividade manual/prática, o inventário histórico das filosofias antecedentes. Não é um fator meramente mecânico, imutável ou contemplativo e sim a construção do devir histórico, portanto, ação transformadora. Esse construto histórico deve ser também entendido na lógica do ser humano (ou sua natureza) como a

No tempo em que os bilhetes, os TCLE's e os questionários estavam sendo entregues às famílias e devolvidos por elas, a atuação em campo foi a de nos aproximarmos das crianças. Assim como Luria (2012, p. 39), em suas pesquisas realizadas no início do século XX, começamos, “[...] ampliando o contato com as pessoas (*as crianças*) que seriam nossos sujeitos. Procuramos estabelecer relações cordiais de forma a conseguir que as sessões experimentais (*as dinâmicas*) parecessem naturais e não ameaçadoras (*estranhas*)” (*acréscimos nossos*).

Também como orientou Campos (2008, p. 38), foi preciso levar em conta “o tempo”, pois, “envolver as crianças na pesquisa requer tempo” e “ajudar as crianças a encontrar formas de se expressar é trabalhoso e consome tempo”.

A professora Zeila Demartini (2005), ao analisar estudos que se utilizam de relatos orais de crianças na coleta de dados pontua que, de modo geral, os estudos na área da sociologia ressaltam a importância do vínculo construído entre o pesquisador e as crianças como etapa fundamental para que as suas falas consigam ser ouvidas posteriormente. Segundo ela,

[...] se o entrevistador não conseguir estabelecer com as crianças certo grau de relacionamento [...], se não conseguir estabelecer certo grau de respeito, de intimidade, para que se crie certa abertura, não vai obter fala nenhuma, não vai obter resposta àquilo que está propondo (DEMARTINI, 2005, p. 12).

A estratégia para conquistarmos a confiança das crianças obtendo esse grau de respeito e de intimidade foi único: brincar com elas, desde sentar ao chão e construir castelos até propor brincadeiras de pega-pega, de corrida e de rodas cantadas.

Porém, Campos (2008) faz a ressalva de que, a pretensão de tratar a criança como protagonista, não deve sobrepor-se a figura do pesquisador/a como

[...] pessoa que detém um conhecimento sobre o desenvolvimento infantil, sobre as características da sociedade brasileira, sobre as experiências de

expressão da coletividade e suas ações transformadoras de si e dos outros, cujas relações são de natureza social e histórica. Isso porque somos seres coletivos que dependemos do intercâmbio social para nos fazermos Homens, para nos humanizarmos.

educação infantil mais ricas e interessantes e sobre as potencialidades infantis (CAMPOS, 2008, p. 41).

Desta forma, nos apresentamos às crianças como pesquisadoras com um objetivo definido a alcançar, mas também como um adulto disposto a brincar, conversar e a estar junto com elas. Isso possibilitou a construção de uma relação de segurança, aproximação e de afetividade junto às crianças no pouco tempo que tínhamos. Elas compreenderam o que estávamos fazendo ali e qual foi o nosso lugar no espaço que era e que é delas.

Durante cinco semanas nossa atuação em campo foi construir este diálogo entre pesquisadora e crianças. Se as crianças da faixa etária escolhida se encontravam no momento onde a atividade principal⁶⁹ é centrada no jogo de papéis sociais e na brincadeira do faz-de-conta, nossas interações elas, migrantes ou não, ocorreu por esta via. Exemplo disso ocorreu já nas primeiras interações. Michele (cinco anos), que migrou da Bahia para Florianópolis com sua família, nos expôs uma parte de sua história migratória dentro de um faz-de-conta:

Cena - crianças em um tapete com brinquedos variados brincavam de restaurante (faz-de-conta). Ao me aproximar disse “bom dia” e as crianças logo me perguntaram quem eu era. Apresentei-me e logo um menino (4 anos) me convidou para ser a cliente do restaurante:

Menino: Vem brincar com a gente.

Pesquisadora: - E eu posso?

Menino:- Claro, né?

Pesquisadora: - Eu quero brincar com vocês sim.

Menino:- Então você é a nossa cliente, você vai ter que pedir a comida que você quer comer. O que você quer comer?

Pesquisadora:- E o que tem no cardápio desse restaurante que eu possa pedir? [...]

69 Nossa compreensão de atividade pressupõe os estudos de Vigotski, Leontiev e Elkonin. Segundo Leontiev, por atividade designa-se “aqueles processos que, realizando as relações do homem com o mundo, satisfazem uma necessidade especial correspondente a ele. [...] os processos psicologicamente caracterizados por aquilo a que o processo, como um todo, se dirige (seu objeto), coincidindo sempre com o objetivo que estimula o sujeito a executar esta atividade, isto é, o motivo” (LEONTIEV, 2012, p. 68).

Neste momento chega Maria (cinco anos, migrante baiana).

Maria: - Oi! Você sabia que eu nasci lá na Bahia? Eu vim pra cá morar aqui.

Pesquisadora: - Oi M., eu sou a Karina. Que legal saber que você nasceu em outro lugar.

Maria: - Eu vim de avião! Você vai ficar aqui com a gente?

Neste momento chega uma menina (quatro anos) e fala alto, interrompendo minha conversa com a M.

Menina - Eu posso ser sua filha?

Pesquisadora: - Claro!

Maria: - Também quero ser.

Pesquisadora: - Tudo bem, então tenho duas filhas.

Maria? Depois você poderia me contar mais sobre a sua história na Bahia?

Maria dá risada e pergunta por que eu queria saber sobre isso.

Pesquisadora: - Eu sou estudante e estou pesquisando sobre as crianças que nasceram em outras cidades e se mudaram para cá.

Maria: - Ah! Eu conto sim, tem muita coisa pra contar.

A professora do grupo chama as crianças para o café da manhã e nosso diálogo termina (Diário de Campo, 08/11/2016).

Também foram nestes momentos, onde as crianças brincavam livremente sem a mediação das professoras, que passamos a iniciar a coleta de suas vozes. Lembrando do que Demartini (2005) frisou sobre a relevância, principalmente porque se tratam de crianças, de que “tudo na pesquisa é parte da pesquisa e deve ser considerado em análise” (DEMARTINI, 2005, p. 13), passamos a questionar se seria necessário aguardar o momento da ação/brincadeira/dinâmica com as crianças para escutá-las.

Percebemos na realidade empírica, que a pesquisa, ao levar em consideração a criança pequena como informante e participante ativa, precisa lidar com situações que fogem dos planejamentos fechados e lineares. Alguns procedimentos metodológicos que havíamos programado para serem usados durante toda a pesquisa precisaram ser alterados de acordo com circunstâncias que surgiram em campo.

Um deles foi o registro do cotidiano das crianças no diário de campo. O registro teve importância máxima na primeira semana em que estivemos nas salas dos grupos estabelecendo as primeiras interações com

as crianças. Ele foi essencial para que pudéssemos capturar elementos iniciais importantes, como: o nome, a idade e algumas pequenas sínteses da história migratória de algumas crianças migrantes que nos foram basilares para aprimorar as demais etapas da pesquisa. Foram ouvidas e registradas nove histórias de crianças por meio deste instrumento. Algumas dessas crianças também foram ouvidas e gravadas novamente em conversas no parque e na ação/brincadeira/dinâmica na qual obtivemos as entrevistas/relatos orais. Sobre o diário de campo, descrito por Triviños (1987) como “*anotações de campo*”, compreendemos que,

A descrição é uma etapa árdua, [...]. Os comportamentos, as ações, as atitudes, as palavras etc. envolvem significados, representam valores, pressupostos etc., próprios do sujeito e do ambiente sócio-cultural e econômico ao qual este pertence. Sob cada comportamento, atitude, ideia, existe um substrato que não podemos ignorar se quisermos descrever o mais exatamente possível um fenômeno. Nunca, verdadeiramente, seremos capazes de uma descrição perfeita, única, de fato. [...]. Nossa tentativa está dirigida a atingir o máximo de fidelidade da descrição (TRIVIÑOS, 1987, p. 155).

O segundo dia em interação com as crianças demonstra como ele foi importante, ao mesmo tempo em que precisou ser colocado em segundo plano no decorrer da pesquisa:

CENA: Professoras sentadas organizando as agendas. As crianças brincam em um tapete com brinquedos variados. Algumas brincam com lego, outras com bonecas e outras com carrinhos. Sentei-me e me apresentei. Logo chegou a criança Teresa (migrante baiana, seis anos) e iniciou uma conversa comigo. Perguntei seu nome e ela me contou sobre seu cachorro. Disse-me que deixou o cachorro onde ela morava antes.

Pesquisadora: onde você morava antes?

Teresa: Lá em Serrinha, na Bahia.

Pesquisadora: Poxa que legal. Essa cidade é bem longe daqui. Você gostava de lá?

Teresa: Gostava do meu vô e da minha vô. Eles ficaram lá.

Pesquisadora: E porque você veio pra cá?

Teresa: Meu pai teve essa ideia.

Pesquisadora: E lá você ia para a escola?

Teresa: Sim. Lá eu ia e eu tenho muita saudade. Eu tinha muitos amigos. Mas aqui eu também tenho.

Pesquisadora: E como você veio pra cá?

Teresa: Eu peguei um avião. Foi muito legal. Tinha uma TV no banco com desenho e jogo.

Pesquisadora: Eu gostaria de saber mais da sua história.

Teresa: Eu conto tudo pra ti. Pode deixar!

Neste tempo Ricardo (migrante baiano, cinco anos) entra na conversa, após ter escutado a nossa fala e diz:

Ricardo: Eu também sou da Serrinha, mas eu não conhecia a Teresa lá. Eu nunca vi ela lá.

Teresa: Agora a gente tem aula de capoeira.

Pesquisadora: E você conhecia a capoeira lá na Bahia?

Teresa: Sim, eu jogava muito. Lá tem muita capoeira.

No percurso Vanessa (migrante do Rio de Janeiro, cinco anos) revela que também tem uma história.

Vanessa: Eu também não sou daqui. Eu vim lá do Rio de Janeiro.

O professor de capoeira chega, inicia a aula e a conversa acaba (ALCUBIERRE, K. Diário de Campo, 09/11/2016).

Como tínhamos três grupos a serem observados e para que o vínculo entre pesquisador e crianças fosse criado com estabilidade e segurança, foi necessário secundarizar o uso do diário de campo para que pudéssemos ter tempo em campo viável para, literalmente, brincar e interagir com elas e assim, estabelecer os vínculos tão necessários para a etapa principal: dar voz e escutar as crianças.

Outro procedimento que precisou ser reformulado foi a ação/brincadeira/dinâmica onde realizamos a coleta dos relatos/entrevistas e dos desenhos com as crianças. Planejamos e organizamos essa etapa para que ela pudesse acontecer em grupos de cinco crianças. Nossa primeira experiência ocorreu conforme o roteiro elaborado (ANEXO E), porém, as crianças e suas vontades em falar e em serem ouvidas foram intensas e as conversas se entrecruzavam entre elas a ponto de dificultar a captação da fala individual de cada uma, por isso, nas demais vezes em que esta etapa ocorreu reduzimos o número de crianças por vez.

Conseguir extrair os elementos que buscávamos ouvindo as crianças, como descreveu Campos (2008), leva tempo e, sentimos que não teríamos o suficiente para registrar, descritivamente, as ocorrências e o cotidiano e ainda, estabelecer forte vínculo de confiança junto às crianças migrantes caso ficássemos muito centrados nesta etapa. Por isso, o uso do gravador foi o instrumento que passou a ganhar destaque, após a segunda semana em campo, já que ele possibilitou registros imediatos e mais fiéis das falas das crianças.

As entrevistas das três famílias migrantes que se dispuseram a participar da pesquisa foram importantes para que pudéssemos colher dados subjetivos e objetivos da trajetória e das percepções da família sobre as sensações que seus/as filhos/as tiveram durante a trajetória migratória, desde a tomada de decisão até a chegada a Florianópolis e a inserção da criança na UEI.

Já com as professoras, as entrevistas foram importantes, pois elas também tinham histórias a contar sobre a trajetória migratória de algumas crianças das quais foi difícil coletar diretamente a fala, por existir o contexto onde as crianças, conforme Demartini (2005, p. 8) retrata, possuem “pouca fala”, ou seja, são as crianças que “não falaram” abertamente conosco, nos diziam palavras soltas, de difícil compreensão, mas que contaram suas histórias de vida em outros momentos para suas professoras de referência e estas nos recontaram.

Na ação/brincadeira/dinâmica participaram nove crianças migrantes⁷⁰ e utilizamos o desenho para que as crianças pudessem expressar suas referências acerca de suas cidades natais e da cidade de Florianópolis, elencando também a sua trajetória de viagem com o uso de recortes de meios de transportes. Para isso usamos fotografias⁷¹ das regiões centrais das cidades onde as crianças viviam e de Florianópolis e o recurso do aplicativo *Google Earth* que nos ajudou a mostrar imagens com amplitude realista, como mostra a Figura 4.

70As crianças migrantes são das cidades de Pirituba-SC, Biritinga-BA, Rio de Janeiro-RJ, Eunápolis-BA, Serrinha-BA, Feira de Santana-BA e Belém-PA.

71 As imagens utilizadas foram extraídas da internet usando o *Google Images* e foram escolhidas as fotografias dos pontos turísticos locais, quando existiam, e das regiões centrais, da praça central, da igreja central e de ruas e avenidas principais. Todas elas estão no Anexo D.

Figura 4 – Sala preparada para a realização da ação/brincadeira/dinâmica com as crianças migrantes.



Fonte: Karina Alcubierre. Acervo pessoal. Pesquisa de Campo, 2016.

Sobre o uso do desenho, compreendemos que ele é um recurso metodológico bastante utilizado em pesquisas com crianças por ser algo bastante comum no cotidiano infantil nas UEI's tornando-se assim, um instrumento de coleta de dados importante. A criança, e mais ainda, a criança pequena⁷², possui formas diferentes de se expressar que as diferem do adulto na qual a palavra e a frase articuladas predominam. Para se comunicarem, os gestos, as imagens, os silêncios, as expressões e as palavras são utilizadas das mais variadas formas e nem sempre podemos compreender diretamente este universo de significações e isso requer que tenhamos recursos auxiliares que possam complementar os demais (NATIVIDADE, COUTINHO e ZANELLA, 2008). Neste caminho, o desenho foi utilizado como procedimento complementar às entrevistas no processo de coleta de informações.

A complexidade e alteridade infantil é um desafio para a pesquisa com crianças que se propõe ir além da descrição das aparências fenomênicas. A perspectiva do MHD nos impôs uma percepção acerca das crianças e de suas falas que extrapolou os muros da educação infantil e de

⁷²Grande parte dos estudos sobre a infância denominam a faixa etária de 0 a 3 anos de **crianças bem pequenas** e a faixa entre 4 a 6 anos de **crianças pequenas**.

suas famílias. Para além das diferenças culturais que as crianças migrantes aparentam e carregam consigo, nossa escolha metodológica permitiu que adentrássemos dialeticamente na análise sobre a objetividade do fenômeno da migração transposta na subjetividade infantil através da fala e da interpretação que as crianças constroem acerca dessa realidade vivida.

Para não concluir e para reafirmar a importância de as crianças falarem e serem ouvidas, nos resguardamos de uma análise de Kramer (2002):

Ao contrário dos animais, o homem tem uma infância, não foi sempre falante, e precisa, para falar, constituir-se em sujeito da linguagem. A linguagem é, pois, condição da humanidade do homem, já que só o ser humano pode ser *in-fans* (aquele que não fala) e, nessa descontinuidade é que se funda a historicidade do ser humano. Se há uma história, se o homem é um ser histórico, é só porque existe uma infância do homem, é porque ele deve se apropriar da linguagem. Se assim não fosse, o homem seria natureza e não história, e se confundiria com a besta. Pesquisar a infância com este olhar significa pesquisar a própria condição humana, a história do homem. Desvelando o real, subvertendo a aparente ordem natural das coisas, as crianças, para Benjamin, falam não só do seu mundo e da sua ótica; falam também do mundo adulto, da sociedade contemporânea. Imbuir-se desse olhar infantil crítico é aprender com as crianças e não se deixar infantilizar. Conhecer a infância passa a significar uma das possibilidades para que o ser humano continue sendo sujeito crítico da história que o produz (KRAMER, 2002, p. 46)

4.2 “ESSA NÃO É A MINHA CIDADE. É PORQUE EU SÓ ESTOU AQUI DE VIAGEM”: SENTIDOS E MEMÓRIAS DIANTE DA OBJETIVIDADE VIVIDA.

“O que esperar das crianças? Eu não sei, eu espero tudo.”

Zeila Demartini, 2005.

“Essa não é a minha cidade. É porque eu só estou aqui de viagem. Porque a minha mãe queria ganhar bastante dinheiro aqui. Minha mãe disse que a gente ia ficar de viagem aqui e depois a gente ia pra casa. Eu queria morar lá. (...). É, eu tô esperando pra voltar pra lá. Eu quero voltar, mas tem que tirar uma foto das ‘profs’ pra eu falar pela internet”.

Laura, 5 anos. Pesquisa de Campo, 2016.

“Para Marx, a forma das relações entre homem e mulher expressa o nível de desenvolvimento alcançado pela sociedade em que se inserem. Penso que o mesmo se pode dizer da relação entre os adultos e as crianças”.

Suely A. Mello, 2007.

Não é comum a criança migrante ser questionada sobre a sua migração. Assim como constatamos no levantamento bibliográfico, também não são comuns os estudos e pesquisas sobre migrações na infância. Mais difícil ainda são aquelas que têm em seu corpo metodológico a escuta das crianças.

A palavra migração não está no cotidiano dessas crianças representado pelo seu conceito, pelo seu significado social, assim como estão, por exemplo, as palavras casa, brincadeira ou escola. Por outro lado, o sentido de migrar está materializado na experiência dela e de sua família sem ter ainda um nome que a criança possa dar a essa realidade. Os sentidos elaborados pelas crianças pequenas são determinados pelas situações concretas em que elas vivem, pelo mundo real construído ao redor delas (LOPES, 2003).

Vigotski, ao realizar análises sobre a fala das crianças escreve que a palavra

[...] adquire o seu sentido no contexto em que surge; em contextos diferentes, altera o seu sentido. O significado permanece estável ao longo de todas as alterações do sentido. O significado dicionarizado de uma palavra nada mais é do que uma pedra no edifício do sentido, não passa de uma potencialidade que se realiza de formas diversas na fala (VIGOTSKI, 2008, p. 181).

Ao questionarmos diversas situações entre suas cidades de origem e suas vidas em Florianópolis, as crianças buscaram fatos de suas realidades que representaram as particularidades do fenômeno das migrações e revelaram proximidades com os conceitos de migração nas esferas social, demográfica e/ou, principalmente, na econômica. Isso condiz com a análise de Marx nos “*Manuscritos econômico-filosóficos*” ao demonstrar que “o ser humano se apropria das qualidades humanas ao se apropriar dos objetos da cultura histórica e socialmente criados” (MELLO, 2007, p. 86). Nas palavras de Marx,

Todas as suas relações com o mundo – ver, ouvir, cheirar, saborear, pensar, observar, sentir, desejar, agir, amar – em suma, todos os órgãos da sua individualidade, como órgãos que são de forma diretamente comunal, são, em sua ação objetiva (sua ação com relação ao objeto) a apropriação desse objeto, a apropriação da realidade humana. (MARX, 1962, *apud* MELLO, 2007, p. 87).

Por isso, a palavra migração, por ainda não ter um significado para elas, foi pouco utilizada em nossas perguntas às crianças, já que “entre 0 e 6 anos, o mundo da cultura se abre pouco a pouco para a criança em sua complexidade” (MELLO, 2007, p. 90), o que significa que, como a migração é um fenômeno totalmente novo experimentado por essas crianças, a sua definição está em construção, assim como outros significados sociais. Desta forma, o signo migração apareceu a partir de conceitos já conhecidos por elas, como o de mudar, viajar, estar em férias e/ou trocar.

As primeiras coletas de vozes, dos sentidos e das memórias aconteceram no parque. “*Karina, você quer ouvir a minha história agora?*” ou então “*lembra que você disse ontem que você queria que eu contasse a minha história? Quer que eu conte agora?*”. Diante de tais pedidos, decidimos não esperar o momento das dinâmicas para ouvi-las. Percebemos que elas gostam de falar quando tem alguém para escutá-las e isso nos remete a concordar com a emergência em promover pesquisas que as ouçam (DEMARTINI, 2015).

Diante das transformações no mundo do trabalho e da atual conjuntura social, é explícito que quase todas estas famílias fazem parte da maioria da população brasileira que está sujeita à precarização cada vez maior das relações de trabalho. Estas, são caracterizadas pela terceirização e alta exploração, pelo trabalho simples que exige pouca escolaridade, pelo trabalho autônomo, pelos baixíssimos salários e pela flexibilização

dos sujeitos. Também fica evidente que as atividades profissionais corroboram as características das ocupações da maioria dos migrantes que vêm para Florianópolis atrás de trabalho. E, sobre este último, fica claro que a migração destas famílias é, eminentemente, condicionada pela necessidade de encontrar trabalho e renda. As crianças, filhas destas famílias, denunciam esta conjuntura em suas falas, evidenciando como elas não deixam de estar sujeitas às complexidades do mundo do trabalho capitalista, apontando que, de acordo com suas singularidades e alteridades, percebem este movimento e são afetadas por ele sofrendo as mesmas intempéries do contexto social no qual estão inseridos seus familiares.

Concordamos com Lopes que existe

uma estreita ligação entre **a vivência da infância e o local onde ela será vivida**, pois cada grupo social não só elabora dimensões culturais que tornam possível a emergência de uma subjetividade infantil relativa ao lugar, mas também designa existência de locais no espaço físico que materializa essa condição. [...] Dessa forma, associando-se diferentes feixes culturais que estabelecem o que é ser criança e incorporando o espaço como um deles, os diferentes grupos elaboram lugares onde as crianças podem construir suas territorialidades e constituir suas identidades locais, criando uma estreita relação entre identidade infantil e os territórios de infância (LOPES, 2003, p. 42, **destaques do autor**).

Assim, as crianças migrantes que foram ouvidas nos contaram de suas territorialidades. O lugar⁷³ delas ainda não é demarcado pela cidade de Florianópolis, seus territórios de infância ainda são as suas cidades de origem. Por isso, muitas crianças, ao serem questionadas sobre porque haviam “trocado” de cidade, responderam negativamente e responderam que Florianópolis não era a cidade delas. Foi o caso da Laura ao nos dizer que: *“aquí não é a minha cidade, eu só tô de viagem”* e do Lucio ao relatar que sua família *“não vai morar aqui pra sempre, não. A gente vai pra Bahia. Eu tô de férias aqui. No outro dia eu vou voltar pra Bahia”*.

⁷³ Concordamos com o sentido de lugar proposto por Lopes, sendo este “uma totalidade histórica, socialmente construída” (FRANCO, 1998, apud LOPES, 2003, p. 86), como um fragmento sócio-temporal de uma realidade mais ampla e que nos convida a revelar sua essência”.

Das dezoito crianças migrantes treze foram ouvidas, isso porque, no decorrer da pesquisa era recorrente de as crianças faltarem à escola o que fez surgir o desencontro entre a pesquisadora e três crianças e tivemos outras duas que não contaram suas histórias e isso foi respeitado. Oito crianças são migrantes vindas da Bahia, uma do Pará, duas do Rio de Janeiro, uma de Santa Catarina e uma de Amapá.

Para que possamos facilitar o entendimento de quem são as crianças ouvidas na pesquisa elaboramos um quadro síntese na página seguinte com algumas identificações pessoais e com a resposta da família explicando o motivo da migração familiar. Além disso, o quadro também propicia a análise do lugar ocupado pelas famílias das crianças migrantes que foram ouvidas pela pesquisa e deixa claro, mais uma vez, a classe em que estão inseridas: a trabalhadora.

Nome fictício que identifica a criança/ Idade	Cidade de origem	Trabalho do pai e da mãe	Quanto tempo moram em Florianópolis	Segundo resposta dos pais, porque a família migrou.
1. Lia/4 anos	Vigia – PA	-----	-----	Não informado
2. Mara/6 anos	Serrinha – BA	Pai pedreiro e mãe auxiliar de cozinha	4 anos	Estava difícil encontrar emprego e lá a saúde é ruim
3. Carla/4 anos	Biritinga – BA	Pai camareiro e mãe balconista	1 ano	Era difícil encontrar emprego
4. Maria/5 anos	Feira de Santana – BA	Pai eletricista e mãe operadora de balança	1 ano	Passávamos necessidade por não ter trabalho
5. Laura/5 anos	Eunápolis – BA	Mãe auxiliar de cozinha	11 meses	Por ter se separado do companheiro
6. Ester/5 anos	Rio de Janeiro – RJ	Xx	xx	Não informado
7. Fábio/5 anos	Piratuba – SC	Pai engenheiro eletricista e mãe vendedora autônoma	1 ano	Pai foi transferido pela empresa
8. Teresa/6 anos	Serrinha – BA	Pai vidraceiro e mãe caixa de supermercado	9 meses	Estava difícil encontrar emprego e não tinha mais trabalho.
9. Lucio/6 anos	Serrinha – BA	Pai carpinteiro e mãe auxiliar de serviços gerais	4 anos	Estava difícil encontrar emprego e o salário era muito baixo.
10. Ricardo/6 anos	Serrinha – BA	Carpinteiro e mãe auxiliar de cozinha	2 anos	Estava difícil encontrar emprego e o salário era muito baixo.
11. Michele/5 anos	Serrinha – BA	Mãe serviços gerais	2 anos	Estava difícil encontrar emprego

12. Ana/5 anos	Macapá – AP	Mãe auxiliar de cozinha	7 meses	Estava difícil encontrar emprego e o salário era muito baixo.
13. Vanessa/6 anos	Rio de Janeiro – RJ	Pai comerciante e mãe desempregada	11 meses	Violência urbana
14. Sandra/6 anos	Florianópolis – SC	Pai administrador e mãe assistente social	É nativa	Pais são nativos

Os territórios de origem carregam suas identidades. Ao mudarem de lugar mudam a maneira a que já estavam acostumados. Remetendo-nos ao processo de humanização (MELLO, 2007), este sofre um rompimento e uma troca nas relações sociais. Ao relatar que em sua cidade “*é melhor porque tem a minha família, todos nós se amamos e tem a minha família inteira lá*”, Maria declara o quanto suas relações familiares e sua interação com o mundo, ou seja, seu processo de humanização, provém das relações construídas e mediadas em determinado grupo, mais especificamente em sua família. O desenho de Carla (figura 5) representa essa estreita ligação socioespacial entre a criança e a família como sendo o seu ambiente de identidade e de território.

Figura 5 – Desenho de Carla, quatro anos, migrante da Bahia.



Fonte: Acervo pessoal. Pesquisa de Campo, 2016.

Ao lado esquerdo ela representou a família com quem vivia (mãe, pai, tios, primos e avós) na Bahia. Ela não desenhou todos os parentes, mas nos contou deles. Ao questionarmos porque não os havia desenhado no espaço que representa a sua casa ela respondeu: “*é porque eles estavam trabalhando nessa hora*”. Conforme Vigotski (2010, p.135), nesta fase “a criança desenha de memória. [...] as crianças não desenharam o que vêem, mas sim o que conhecem”, neste sentido as crianças desenharam mais as suas impressões do que os objetos reais em si e é por isso que, para Carla,

não houve a necessidade de representá-los para que, de fato, eles estivessem no desenho.

Ao lado direito, estão as pessoas que moram com ela em Florianópolis (pai, mãe e tio). Além disso, ela quis utilizar o recorte do avião para mostrar como chegou até Santa Catarina. Carla foi a última a terminar o desenho. Estávamos sozinhas na sala, o gravador já havia sido desligado e, quando terminou, perguntei se todos da família haviam mudado para o Sul, pois ela tinha representado pessoas no desenho ao lado direito além do número real. Respondeu que não, mas que como ela gostava muito da avó e quer que ela mude, também a desenhou.

Como explicou Lopes,

as interações que se estabelecem entre sujeitos e lugares não são uma mera relação física, mas uma relação carregada de sentido e mediada pelos demais sujeitos que o ocupam. Nesse sentido, na apropriação e constituição do território, mescla-se uma dimensão simbólica, por onde perpassa a tensão entre a singularidade dos indivíduos que nele habitam e os arranjos sociais da coletividade, e não somente uma racionalidade cartesiana em sua apropriação (LOPES, 2003, p. 61).

Desta forma, as crianças fazem interpretações da sua realidade, que até este momento se concentram na realidade local de seu grupo familiar e, a partir delas, iniciam a construção de escolhas e de preferências que se interconectam com os sujeitos que as cercam. Assim, os sujeitos constroem os seus lugares, agem na história e no espaço, se organizam, formatam os seus lugares, assim como são formatados por eles, unem e fundem suas fragmentações sociais e, ao interligarem os sujeitos e os espaços, transformam-nos em lugar (LOPES, 2003).

Neste caminho, Ana nos contou que “*queria ficar aqui*”, mas gostava do seu pai que ficou em Belém-PA. Vanessa também demonstrou experiência semelhante à de Ana. Nascida na cidade do Rio de Janeiro, sua vinda para Florianópolis, segundo sua interpretação, foi porque “*lá era bom, mas tinha muito ladrão lá no Rio*” e por isso preferia “*ficar aqui*”.

Luria (2012a, p. 58) explicou que “[...] a autoconsciência crítica era (é) um produto final de um desenvolvimento psicológico socialmente determinado [...]”. Completando esta análise, em outro artigo, Luria pontua que

[...] o desenvolvimento mental da criança ocorre não apenas sob a influência da realidade objetiva (ela mesma resultante da história social), mas também sob a influência constante da comunicação entre a criança e os adultos. Esta comunicação, que exige uma participação íntima da linguagem, leva à formação da fala na criança, e isto provoca uma reorganização radical da estrutura total de seu processo psicológico. Tendo aprendido a fala dos adultos e, em seguida, tendo aprendido a formar a sua própria linguagem, com o auxílio desta a criança começa a recodificar informações que chegam; quando ela nomeia os objetos e os classifica com o sistema verbal, [...], ela começa novamente a analisar e classificar as impressões obtidas a partir do mundo exterior e a examinar as informações recebidas. Aparece a percepção por intermédio da fala [...]; forma-se uma nova estrutura de memória que se torna lógica e intencional [...]; surgem novas formas de atenção voluntária [...] e novas formas de experiência emocional da realidade [...] (LURIA, 2012b, p. 197).

Foi importante compreendermos essa definição histórico-cultural da linguagem, pois é por meio da apreensão da fala e do seu desenvolvimento que as crianças nos dão respostas e impressões sobre o mundo, de forma mais clara, e em nosso caso sobre os sentidos da migração. É por volta da fase dos quatro aos seis anos (a idade pré-escolar descrita pelos estudos da psicologia histórico-cultural) que as formas primitivas da consciência são superadas por formas mais complexas de análise de informações. Segundo este mesmo autor, “é neste importante período do desenvolvimento infantil que nós encontramos as formas iniciais de distinção entre o eu e o mundo circundante, o aparecimento da autoconsciência [...] e as formas primárias de controle voluntário consciente do movimento [...]” (LURIA, 2012b, p. 196).

Nos momentos das dinâmicas, onde levamos fotografias das cidades e contamos com o uso do aplicativo *Google Earth* para coletar suas falas a partir de suas reações ao olharem as imagens, evidenciamos o quanto as crianças migrantes ainda detêm um forte vínculo de pertencimento com “os seus territórios”.

(Mostro a cidade de Serrinha para Ricardo no Google Earth)

Pesquisadora: Conhece esse lugar? (antes de responder ele abre um sorriso e faz que sim com a cabeça)

Ricardo: Ali é onde os carros ficavam! Ali naquele carro branco parado é a oficina. (movimenta as mãos o tempo todo, mostrando ansiedade e contentamento)

Pesquisadora: Conhece aqui? Você já passou por aqui? (mostro outra rua da região central da cidade)

Ricardo: Ahã! (sorri bastante) aqui do outro lado é onde fica o parque com o trem!

Pesquisadora: Você tinha muitos amigos na Bahia? Você brincava do que?

Ricardo: Sim. De esconde-esconde, pega-pega.

Pesquisadora: E você brincava onde?

Ricardo: Na rua.

Pesquisadora: E aqui você pode brincar na rua?

Ricardo: Ahã. Quer dizer, não. A minha mãe não me deixa brincar na rua aqui, só lá ela deixa.

Pesquisadora: E por quê?

Ricardo: Por que minha mãe disse se não aqui em Florianópolis o carro atropela.

Pesquisadora: Lá na Bahia não passava carro?

Passava, mas a agente ia pro lado quando passava o carro, ele passava devagar. Aqui eles passam mais rápido.(mostro uma rua central com lojas de varejo)

Pesquisadora: Você conhece essas lojas?

Ricardo: Ahã. Minha mãe comprava vestido pra ela. (...) Eu queria voltar pra lá, porque lá tinha umas motinhos legal que a minha mãe me dava pra brincar de corrida. Eu passeava.

Pesquisadora: E esse outro lugar?

Ricardo: É o parque onde eu brincava. Tinham três parques que eu brincava.

Pesquisadora: Lá você andava de ônibus ou de carro?

Ricardo: De ônibus.

Pesquisadora: E aqui?

Ricardo: No carro que meu pai comprou.

Pesquisadora: E esse lugar? (mostro a praça central)

Ricardo: É o lugar rosa onde a gente tomava casquinha e nesse lugar a gente comia algodão doce.

Pesquisadora: Você faz tudo isso aqui em Florianópolis?

Ricardo: (faz que não com a cabeça)

Pesquisadora: E este lugar? (mostro um coreto no centro da praça)

Ricardo: Aí era onde eu ganhava os brinquedos! Foi no Natal. Tinha Papai Noel ele dava os brinquedos (sorri ao falar). Aqui só no shopping tem o papai Noel (para de sorrir). (Dinâmica com Ricardo. Pesquisa de Campo, 2016)

Em outra dinâmica, com Teresa, também migrante de Serrinha-BA, ela chegou a bater os pés no chão e a balançar as mãos quando viu a sua cidade representada pelas fotografias.

Pesquisadora: Eu vou mostrar fotografias para vocês. Vamos ver se vocês sabem onde ficam ou se conhecem esses lugares que eu mostrarei. (mostramos imagens da pracinha da cidade com a igreja) (ao ver pela primeira vez as imagens, Teresa se emocionou)

Teresa: Eu conheço esse! Esse lugar fica bem pertinho da escola da minha vó onde ela trabalha. Eu conheço esse lugar. Eu amava esse lugar!(pega a foto e a abraça, ficando com ela no peito). Um dia eu fui lá com a minha tia de São Paulo, minha tia Selma, a Francini que foi comigo, os outros meus amigos e primos que foram comigo lá. E tinha um monte de caixas ao redor.

Pesquisadora: Foi em um dia de festa?

Teresa: Acho que foi. A gente tirou foto dentro dele (mostra o coreto da praça). Tinha gente que cantava música. E aqui (aponta para a igreja) é a igreja que de noite ela brilhava (fala sorrindo). Ela tinha um monte de luzinhas (suspira e sorri) (Dinâmica com Teresa. Pesquisa de Campo, 2016)

O geógrafo Jader J. Lopes (2003), citando estudos de Bakhtin, reafirma que o Homem só se torna Humano quando está inserido num certo contexto social e que o seu nascer não significa apenas ocupar fisicamente o espaço e o tempo. Para além, nosso nascimento é histórico. Isso quer dizer que para nascermos de fato como humanos, precisamos do

nascimento social, pois é ele quem nos permite ter uma história, sermos históricos. É nesse sentido que o espaço lentamente se transforma em lugar, ou seja, quando dotamo-lo de valor, um valor que só pode vir da esfera social, daquilo que experimentamos e daquilo que sentimos.

As três famílias que foram entrevistadas nos ajudam a afirmar como o enraizamento no lugar social em que as crianças viviam antes é carregado da noção de pertencimento social que difere das sensações que elas possuem do lugar em que vivem atualmente, após terem migrado.

Ela sempre fala que vai voltar pra casa. Ela sempre me pergunta e fala que está com saudades do quarto rosa, da cama rosa, ela tinha todas as coisinhas dela. Volta e meia ela fala: mamãe, tô com uma saudade dos meus ursinhos. Ela tá cheia de bichinhos pelo quarto. Como eu falo sempre que vamos voltar, ela acha que aqui não é o ambiente dela, ela sente muito a falta dos meus pais também, o tempo todo (Entrevista com M1, mãe da Laura. Pesquisa de Campo, 2016).

Quando vamos pra lá, ele não quer voltar. Só agora ele está parando um pouco de pedir isso. Ele tem como a cidade dele Piratuba. [...]. Em nenhum momento ele admitia que aqui fosse a casa dele, nós falamos: - Agora vamos para aquela cidade grande que visitamos outro dia, vamos morar em um apartamento e aquela será a nossa casa. Mas ele não admitia, dizia que a casa dele era em Piratuba. Ele dizia: - Minha casa é em Piratuba, eu quero voltar pra Piratuba (Entrevista com P1, pai do Fábio. Pesquisa de Campo, 2016).

Ela não queria vir. Por causa dos colegas, dos primos. Ela tem uma prima que mora do lado da nossa casa, de parede, com uma diferença entre elas de quatro dias. Elas eram muito apegadas, ela chorou muito. [...]. Ela ficou triste, muito triste mesmo. Não só ela como todos nós. Mas assim, a dificuldade falou mais alto. Não adiantava mesmo. Minha mulher até hoje fala. Nós trabalhávamos cada dia em uma cidade e lá criamos uma família assim, entendeu? Sabe? (fica emocionado) Foi difícil (Entrevista com P2, pai de Teresa. Pesquisa de Campo, 2016).

Segundo Lopes,

A criação dos lugares possibilita a estruturação de uma identidade individual, uma vez que os objetos que compõem o espaço, sua organização, seus atributos passam a ter significados diferentes para cada ser humano a partir de sua história de vida. Isso torna-se possível pois os referenciais presentes no espaço físico fixam-se como materiais importantes de identificação entre os sujeitos, constituindo-se como elementos de formação, [...] (LOPES, 2003, p. 67).

Desta forma, é visível como o pertencimento e o enraizamento estão carregados de experiências sensoriais, afetivas e emocionais. Os referenciais infantis, como o quarto, os bichinhos de pelúcia, os amigos, a melhor amiga, as cores, a casa, são os elementos que compõem o espaço destas crianças, a pequena história de vida delas e ao serem separadas deles, são afetadas e levam suas histórias consigo. A fala de Laura revela como tais referenciais representam esse pertencimento.

Quando eu ficava lá na minha cidade eu ficava brincando de boneca. Eu tinha uma casa de boneca, mas agora eu não tenho mais. Eu quero uma casa de bonecas aqui. Eu também tenho uma bicicleta da gatinha Marie lá na minha cidade. Não deu pra levar porque a bicicleta não cabia na mala (Conversa no parque com Laura. Pesquisa de Campo, 2016)

Também, no desenho de Ricardo (Figura 6), aparecem muitos destes elementos que atuam como referência de sua história. Em vermelho ele desenhou seu melhor amigo, “*esse é o meu amigo, meu melhor amigo. Ele ficou lá na Bahia e eu sinto muito a falta dele*”. Em azul e amarelo está representado o seu falcão, uma espécie de ave de rapina, “*esse é o meu falcão que ficou lá, meu vô cuida dele agora. Eu ligo pra ele e falo assim: vô, cuida do meu falcão, viu?*”. E, em rosa e azul Ricardo desenhou sua casa em Florianópolis, “*essa é minha casa, com o meu quintal que eu brinco de carrinho. Ela é pequena, não é igual a da Bahia, mas eu brinco.*”

Figura 6 – Desenho de Ricardo, seis anos, migrante da Bahia.



Fonte: Karina Alcubierre. Acervo pessoal. Pesquisa de Campo, 2016.

Adiante, ao questionarmos sobre se gostariam de voltar às suas cidades, as seguintes crianças responderam:

Ricardo: Eu morava lá numa casa de tijolos. Minha casa lá era grande. Eu tinha um quarto só pra mim, mas aqui a minha casa é pequena. Só dorme eu e o meu pai, a minha mãe e a minha irmã dorme no delas. Lá era grande e tinha um monte de coisas pra brincar e fazer.

Michele: Lá era beeeem legal, lá. Eu tinha brinquedo. Eu tinha uma mesa, sofá, boneca, as minhas primas, as Barbies, a Frozen. Eu tinha tudo!

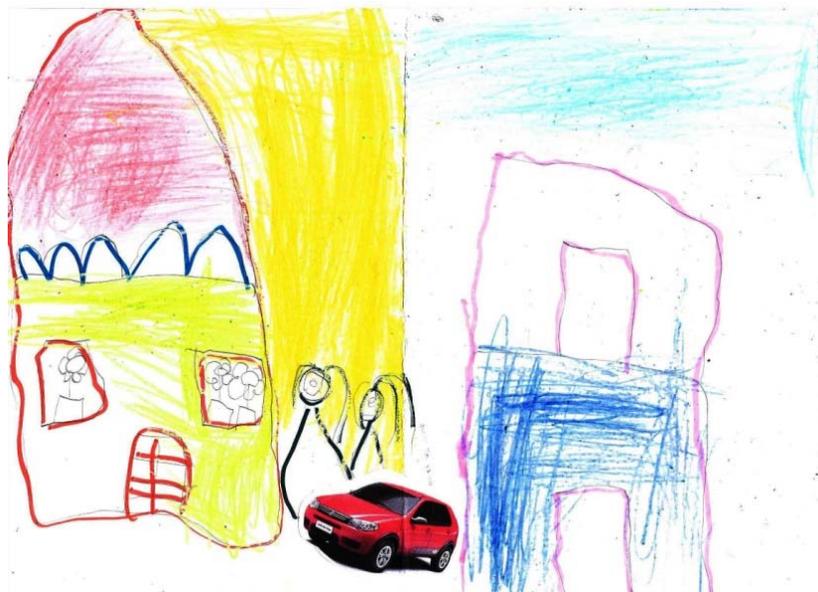
Ana: A gente vai voltar pra lá. Lá tinha um rio e daí é onde eu pedia pra ir. No rio eu vi um golfinho e um filhotinho. Um dia eu nadei lá e eu toquei num deles e ele jogou água na minha cara (sorri e suspira) (Pesquisa de campo, 2016).

Tais falas revelaram suas identidades individuais e seus processos de constituição enquanto sujeitos. Formadas a partir das relações travadas com os objetos sociais e com as pessoas ao seu redor, elas são responsáveis pelas suas pequenas histórias, mesmo assim, são “as suas

histórias”. Para, além disso, as três realidades transpostas pelas memórias destas crianças denunciam a realidade migratória de suas famílias que, cercadas de ilusões, não alcançam, ou demoram a alcançar, as mesmas condições materiais de vida que possuíam em suas cidades de origem. As crianças expressam ali a sua condição de classe diante das dificuldades existentes no decorrer do processo migratório e, mais ainda, neste panorama, fica evidente a contradição implacável determinada pelos condicionamentos imprimidos à classe trabalhadora e que escancaram a exploração existente na relação social entre capital e trabalho que impulsionam milhares de trabalhadores ao desenraizamento.

No desenho de Ester (Figura 7), é possível comparar as representações dela sobre a sua vida no Rio de Janeiro e em Florianópolis. Ela registrou ao lado direito da folha, a casa de sua melhor amiga que, segundo ela, era o seu lugar preferido no Rio de Janeiro e, ao lado esquerdo, desenhou a casa em Florianópolis.

Figura 7 – Desenho de Ester, cinco anos, migrante do Rio de Janeiro.



Fonte: Karina Alcubierre. Acervo pessoal. Pesquisa de Campo, 2016.

Como escrevem Silva (1998) e Natividade, Coutinho e Zanella (2008), a partir da perspectiva histórico-cultural,

[...], a criança desenha porque vive em uma cultura que tem na atividade gráfica uma de suas formas de

expressão. O desenvolvimento do grafismo é marcado pelas interações sociais, o que equivale a afirmar a sua constituição social (SILVA, 1998, *on-line*).

Como a criança desenha o que significa da realidade, pode-se dizer que, ao desenhar, ela objetiva a sua subjetividade, a realidade tal como a significa, significação essa por sua vez constituída a partir dos muitos outros com os quais convive/dialoga e dos sentidos que circulam nesses contextos. Sendo assim, compreende-se que o desenho expressa não apenas fantasia, mas também aquilo que a criança se apropria e o que ela significa da realidade (NATIVIDADE, COUTINHO, ZANELLA, 2008)

Nota-se que, no desenho de Ester, a casa de sua amiga está carregado de elementos (flores nas janelas, telhado colorido, porta detalhada, a praia em amarelo) que representam o afeto e a alegria dela sobre aquele ambiente. Além disso, Ester se desenhou nesta casa, ao lado de sua amiga. Já o desenho de sua casa em Florianópolis é simples, sem elementos que carregam especificidades ou complexidade, apenas está registrada a sua forma generalizada (a casa com paredes, janela e porta). Conforme Vigotski (2010, p. 136), o desenho nesta idade, é representado pelo simbolismo contido nele, ou seja, é o pensamento e as emoções da criança que se objetivam nele expressando a sua memória, ou seja, é quando ela “[...] libera seus repertórios de memória através do desenho”.

Ao liberar seus repertórios de memória, Ester configura a realidade da qual sua família precisou abrir mão, revela o que significa ser migrante na atual configuração de exploração que vive a classe trabalhadora. Ester, assim como as demais crianças e suas famílias, vive o processo expropriatório da vida demarcada pelo “lugar” (LOPES, 2003) construído socialmente. As crianças denunciam que as expropriações não advêm somente do ato clássico da expulsão de terras ou pelo traço central econômico, mas subjazem na supressão dos modos de vida que se configuram pelo crescente desenvolvimento da desigualdade social. Ao terem de abandonar lugares e laços afetivos construídos para acompanharem a jornada incerta de suas famílias a procura de trabalho, as crianças deixam claro a situação real que vivem milhares de migrantes trabalhadores expropriados e transformados em levadas crescentes de populações disponíveis para o mercado que, sem cessar, altera as

condições da vida social destes sujeitos, mas que, por outro lado, cumpre a sua função na sociedade do e para o capital.

Como escreveu Fontes,

A expropriação não pode ser considerada como um fenômeno apenas econômico, uma vez que é propriamente social, mesmo se parcial ou limitada. Trata-se da imposição – mais ou menos violenta – de uma lógica da vida social pautada pela supressão de meios de existência ao lado da mercantilização crescente dos elementos necessários à vida, dentre os quais figura centralmente a nova necessidade, sentida objetiva e subjetivamente, de venda da força de trabalho. [...] (FONTES, 2010, p. 88).

E ainda,

A expansão da expropriação dos recursos sociais de produção não diz respeito apenas à expropriação da terra, de forma absoluta, mas à supressão das condições dadas da existência dos trabalhadores, e sua consequente inserção, direta ou mediada pela tradição, nas relações mercantis (e no mercado de força de trabalho). As expropriações não se expandem sozinhas, de maneira mecânica, segundo leis abstratas do funcionamento geral do capital, ainda que sejam uma condição geral de sua expansão. Como já lembramos anteriormente, nem sempre a expropriação resulta imediatamente na relação capital trabalho, podendo também descambar para modalidades híbridas ou mesmo meramente de rapina. [...]. Se não é abstrata e conduzida por um mecanismo rígido e cego, é, entretanto, difusa e generalizada, ocorrendo, em cada país ou caso concreto, sob pressões diversas. Resulta, contudo, em seu conjunto, na produção de levadas crescentes de populações disponíveis para – e necessitadas de – vender força de trabalho, para assegurar sua existência, crescentemente dependente de mercados (*idem*, p. 89).

Desta forma, percebemos como as crianças migrantes e as interpretações de suas realidades configuram a particularidade de um fenômeno social que, em sua totalidade é produto das relações capitalistas e que apresentam a cada momento histórico formas difusas, mas generalizadas de expropriação, ao mesmo tempo em que, simbolizam o

formato da expropriação nas realidades infantis das crianças da classe trabalhadora.

Marx e Engels (2007) escreveram que os determinantes sócio-produtivos condicionam nossas vidas, ao mesmo tempo, dialeticamente, é a partir deles que formamos consciência e, desta forma, produzimos nossas representações. Com a criança não é diferente, ela também sofre as interferências concretas da vida que a faz iniciar a construção de suas representações, por isso, suas falas são carregadas da essencialidade. Tal essência, por vezes nos escapa, é velada pela aparência trazida nas definições de criança e de infância que a enxergam como um *devir*, sem necessidade de ser ouvida e de ser considerada no seu eu agora.

Sobre o sentido que elas dão a migração conversarmos sobre o porquê de elas e de suas famílias terem se mudado para Florianópolis. Das treze crianças migrantes ouvidas, dez associaram os motivos à falta de trabalho e/ou de dinheiro, uma delas disse que não sabia, segundo ela, “*eu não acho nada. A minha mãe veio e me buscou lá na casa da minha vó e me trouxe pra cá*”. Uma criança associou à violência urbana e outra relacionou à separação dos pais. A seguir, elaboramos um quadro com os sentidos elaborados pelas crianças sobre os seus processos de migração, em destaques estão os termos que se alinham a migração impulsionada pela busca de trabalho:

<p>“Meu pai achava lá muito chato. Acho que é porque ele não queria trabalhar lá”</p>	<p>“Minha mãe acha aqui legal e tinha que trabalhar, lá não tinha dinheiro”</p>	<p>“As coisas são caras e tinha que trabalhar mais aqui”</p>	<p>“Pra minha mãe trabalhar, agora aqui ela trabalha, lá não”</p>
<p>“O meu pai disse pra minha mãe vir pra cá porque lá não tinha muito trabalho não”</p> <p>“Eu viajei pra cá porque lá não tinha outro emprego, só tinha barracas. Minha mãe falou que não tinha trabalho lá, só barraca, não tinha nenhum trabalho, só tinha barraca”</p>	<p>“A minha mãe que decidiu que a gente ia vir pra cá. Porque ela achava que aqui ia ser muito legal e melhor que lá. Daí quando ela se mudou ela chorou, porque não tinha nada. A gente só tinha um fogão e uma geladeira e dois copos. Agora tem mais coisas. Minha mãe não tinha trabalho. Ela tinha trabalho, mas às vezes ela não ia trabalhar porque tinha pouco trabalho”</p>	<p>“A gente viajou pra minha mãe ganhar muito dinheiro aqui. Minha mãe disse que a gente ia ficar de viagem aqui e depois a gente ia pra casa. Ela trabalha em uma sorveteria. Eu já fui trabalhar com ela e eu pedi um sorvete pra ela. Ela vai ganhar bastante dinheiro e aí vai dar pra gente comprar roupas, calças e outras coisas mais”</p>	<p>“Porque meu pai já tava aqui e ele queria trabalhar pra comprar um carro e uma moto. Mas agora meu pai saiu fora do trabalho e ele tá em casa todos os dias”</p>
<p>“Pra ganhar dinheiro pra construir a nossa casa”</p>	<p>“Pra minha mãe trabalhar, agora aqui ela trabalha, lá não”</p>	<p>“Minha mãe que teve ideia de vir pra cá. Ela separou do pai”</p>	<p>“É porque no Rio de Janeiro tinha muito bandido”</p>

O quadro evidencia que as crianças migrantes, objetos dessa pesquisa e participantes dela, se inserem claramente em um recorte de classe. São crianças filhas da classe trabalhadora que, na dialética imposta pelas relações sociais padronizadas pelas contradições entre capital e trabalho, fazem e se refazem enquanto sujeitos de uma classe social subjugadas desde a mais tenra idade pela ideologia do trabalho sem pestanejar a exploração derivada dele se formando pelo discurso que naturaliza os deslocamentos e as sujeições derivadas deles em troca do trabalho que gere algum tipo de renda. Como escreveu Thompson (2002, p. 17) ao analisar a formação da classe operária durante o período das revoluções industriais na Inglaterra, “o fazer-se da classe operária é um fato tanto da história política e cultural quanto da econômica” e desta forma, se antes “as mutáveis relação de produção e as condições de trabalho mutável da Revolução Industrial não foram impostas sobre um material bruto, mas sobre ingleses livres [...]” (*idem*), hoje, as transformações no mundo do trabalho capitalista, mutáveis e impostas sobre trabalhadores “livres” assim como dantes, configuraram e formataram a consciência de uma classe inteira a ponto de idealizar o movimento migratório naturalizando-o como a ponte possível para alcançar o trabalho. Utilizando o raciocínio de Thompson (2002, p. 17), a classe que migra atrás do trabalho forma a si própria tanto quanto foi já foi formada um dia a depender das inúmeras forças impostas e imprimidas e que compõem o real.

Ao nos depararmos que termos como “*trabalho*”, “*queria trabalhar*”, “*trabalhar mais*”, “*ganhar dinheiro*”, ter “*emprego*”, “*saiu fora do trabalho*” (desempregado), “*não tinha dinheiro*” e “*comprar*” (em destaque no quadro acima) aparecem vinte e três vezes nas falas destas treze crianças migrantes, estamos diante da compreensão do que é a vida social da classe que migra para continuar sobrevivendo do trabalho. Como analisou Fontes,

a vida social é composta por bilhões de seres que, no agir, produzem sua existência. Somos seres concretos, de carne e osso. Precisamos continuar concretos, para produzirmos alimentos, casas, roupas, bens variados, festas, cultura, amizade, múltiplas linguagens. Somos seres anônimos, que encontramos um mundo organizado de uma dada maneira, que nos parece natural. Nele, nos tornamos o que somos, ora satisfeitos, ora enraivecidos com nossa sorte. Sabemos que a vida social é histórica e pode se modificar, mas nem

sempre sabemos como fazer para que isso ocorra (FONTES, 2010, p. 16).

Além disso, remetendo-nos ao que Natividade (2007, p. 64) ponderou em sua pesquisa, “é importante apontar que, mesmo pautando-se em suas experiências, é possível aproximar as falas das crianças [...]” e relacioná-las as análises teóricas que configuram as formas dadas ao trabalho em seu formato capitalista – trabalho assalariado – e que imprime valor de troca ao trabalhador como mercadoria a ser vendida (MARX, 2015) e que, através desta venda, e somente por ela, os pais destas crianças conseguem “*ganhar dinheiro*” obter renda para “*comprar um carro e uma moto*”, ou seja, para consumir, suprir as necessidades imediatas e para participar da sociedade das mercadorias. E, como dizem que “*lá não tinha dinheiro*”, “*não tinha muito trabalho*”, “*tinha pouco trabalho*”, “*não tinha outro emprego*” e porque “*não tinha nenhum trabalho*” as famílias precisaram “mudar”, precisaram migrar.

Por meio destas análises pudemos compreender como as crianças, mesmo com tão pouco tempo de vida, conseguiram nos transmitir elementos enraizados da cultura produzida pela ideologia capitalista. Mesmo que de maneira às vezes um pouco confusa, com “pouca fala” ou com o pensamento ainda com traços sincréticos, apontam as objetividades da vida já bastante enraizadas na sociedade atual.

Segundo a perspectiva histórico-cultural, na idade dos três aos seis anos, “a ampliação dos domínios da realidade permite que a criança assuma ações cada vez mais autônomas e sua percepção a respeito da realidade que a rodeia torna-se mais aprimorada” (LAZARETTI, 2016, p. 130). Isso ajuda a explicar por que as crianças migrantes que participaram da nossa pesquisa já possuem uma perspectiva sobre a sua realidade que se aproxima daquilo que Marx já analisava no século XIX e daquilo que os estudos críticos atuais sobre as transformações no mundo do trabalho pontuam sobre os deslocamentos migratórios de trabalhadores: a expropriação das possibilidades de manter a vida no local de nascimento, as desigualdades regionais, produto do sistema capitalista, que se sustenta dos desequilíbrios sociais e econômicos na necessidade em manter a sua reprodução sistêmica e a acumulação e a concentração de capitais sem se preocupar com as consequências humana, ambiental e espacial.

Além disso, tais interpretações infantis sobre a necessidade em migrar, denunciam às pesquisas do campo migratório como o discurso neoliberal que simplifica os deslocamentos humanos em uma opção do indivíduo para buscar melhores condições de vida e mascara a realidade material e concreta da vida capitalista que condiciona milhares de

trabalhadores, expropriados das possibilidades de trabalhar em suas cidades, a migrarem e ainda revelam o pertencimento delas à classe trabalhadora. A própria palavra buscar⁷⁴ significa que ela é um esforço, um ideal, uma tentativa em alcançar algo que recai a responsabilidade ao sujeito que busca. Como nos disse o pai P2,

“ela chorou muito. [...] Ela ficou triste, muito triste mesmo. Não só ela como todos nós. Mas assim, a dificuldade falou mais alto. Não adiantava mesmo [...] Lá é nota mil. Você nasceu lá, todos gostam de você, todos te conhecem, sempre tem um churrasquinho no final de semana, uma festa, um aniversário, você sempre é convidado, sabe? Lá é nota mil. Mas aqui, se lá é mil, aqui está em 100 ainda. Nós não conseguimos ainda se envolver com muita gente” (Entrevista com pai P2. Pesquisa de campo, 2016)

A família, os amigos, as relações, a tristeza, os modos de vida, o “churrasquinho do final de semana”, o clima, as identidades territoriais não são suficientes para fazer com que essas pessoas permanecessem em seus locais de vida e de história. São sujeitos condicionados pela economia, pelo mercado, pela crise do capital que transformou o desemprego não mais limitado ao “exército industrial de reserva”, mas, contraditoriamente, assumiu um caráter crônico, desumano, “[...] como ‘desemprego estrutural’, sob a forma de autojustificação, como se ele nada tivesse que ver com a natureza perversa do seu adorado sistema” (MÉSZÁROS, 2007, p.89) atuando assim como um impulsionador de milhares de famílias que se vêem conduzidas a viverem em outros espaços sem saber se um dia eles se tornarão os seus lugares, os seus territórios.

A dificuldade da classe trabalhadora em viver e se ver obrigada a migrar em decorrência do atual cenário econômico, não só local, mas mundial, também se revela nas falas destas crianças migrantes. Identificar que elas precisaram “mudar” para que os pais pudessem trabalhar comprova o quanto suas vidas são afetadas pelo desemprego crônico e estrutural. Segundo perspectivas da OIT, do início de 2017, o mundo fechará o com mais 3,4 milhões de novos desempregados e o Brasil responderá por um terço destes números (ONU, 2017).

⁷⁴Bus.car.v.t.d. 1. Tratar de descobrir. De encontrar, conhecer, procurar. 2. Tratar de trazer ou levar, adquirir. 3. Esforçar-se por. 4. Imaginar, idear. 5. Recorrer a. 6. Ir ter a (alguma parte). (FERREIRA, 2004)

A violência foi outro motivo relatado pelas crianças. Suas falas demonstram como elas, desde a mais tenra idade, convivem com dramas sociais que afligem o Brasil e que, por serem cada vez mais comuns e cotidianos, recaem sobre o imaginário infantil como uma normalidade. A barbarização da violência social, principalmente entre as famílias mais pobres, é reflexo das contradições e dos determinantes capitalistas expressos, entre outros, na exclusão social, na desigualdade, na ausência de políticas públicas de Estado, na concentração de renda e na divisão social do trabalho, ou seja, é produto sistêmico desse formato sociometabólico de organizar e de reproduzir a vida.

Além disso, os trechos de algumas conversas possuem evidências que nos ajudam na afirmação da necessidade de compreender a infância para além de sua categoria geracional, mas, sobretudo, em seu contexto social e material de vida, ou seja, na realidade da sua classe social. Ficou claro em todas as falas o pertencimento delas como filhas e filhas da classe trabalhadora que, desde cedo, internalizam o discurso da empregabilidade e do esforço que precisam fazer para encontrar um trabalho.

E, ainda, elas relataram-nos conflitos familiares⁷⁵, como no caso destas duas crianças: “*a minha mãe se separou do meu pai e daí a minha mãe veio pra cá e meu pai ficou lá na casa dela*”, “*meu tio [...] tinha ciúmes porque a mulher dele andava com os amigos dele e ele pensava que eram namorados dela e daí o meu tio foi e matou ele mesmo, porque ele não gostava mais da minha tia*”, “*o meu pai tomava porre, porre, porre que ele não conseguia nem andar*”; a violência experimentada em seus contextos, “*tinha muito ladrão lá na minha cidade, mas aqui no Morro também tem*”; passando pela desigualdade regional e a socioeconômica (atrelada a divisão social entre ricos e pobres) como relatou uma delas em três momentos diferentes de sua fala:

“A minha mãe que decidiu que a gente ia vir pra cá. Porque ela achava que aqui ia ser muito legal e melhor que lá. Daí quando ela se mudou ela chorou, porque não tinha nada. A gente só tinha um fogão e uma geladeira e dois copos. Agora tem mais coisas” [...]

“Acho que as pessoas da Bahia saem de lá é porque na Bahia ninguém trabalha, na Bahia são tudo pobre. É verdade. Eu já vi um vídeo que o homem tava bem sentadinho com a sacola aberta pedindo

75 Nestes trechos optamos em não fazer referências aos nomes das crianças para preservá-las por completo.

dinheiro para os ricos. Aqui em Florianópolis a gente não é rico, a gente ganha dinheiro com o trabalho e às vezes tem gente que é rico lá do Morro do Horácio. Não tem a (fala o nome de três amigas)? Então, elas acham que são ricas. Mas elas não são ricas.”

“[...] ser rico é quando a gente tem muito dinheiro assim (abre bem os braços) e é quem não divide com as outras pessoas, quem não fala com as pessoas e que falam mal das pessoas e ser pobre é uma coisa que ninguém tem dinheiro. A gente é rico. Quer dizer, não. Só quem ganha muito dinheiro é rico e quando têm rico e pobre eles não se gostam”(Dinâmica com as crianças. Pesquisa de Campo, 2016).

Concordamos com Natividade (2007, p. 63) e pensamos ser indevido considerar que as respostas, os sentidos e as histórias das crianças por elas estarem apenas baseadas em suas experiências concretas, são “incompletas”. Analisar suas falas como superficiais seria como tentar buscar “[...] um enquadramento teórico e uma desconsideração do olhar infantil”. Dar importância à fala destas crianças migrantes e aquilo que trazem consigo, significa pontuar que as considerações infantis, mesmo que carregadas algumas vezes de sincretismo e de fantasia, “[...] compõe-se sempre de elementos retirados da realidade extraídos da experiência anterior [...]” (VIGOTSKI, 1998 *apud* NATIVIDADE, 2007, p. 63), ou seja, nesta realidade, revelam as adversidades da classe social, as condições de vida e denunciam a desigualdade social.

A criança Sandra, seis anos, nativa de Florianópolis nos pegou de surpresa durante a pesquisa de campo ao dizer que sabia por que tantos amigos vinham do estado da Bahia para morar em Florianópolis. Sua fala, apesar de vir carregada de elementos fantasiosos, reflete concretamente, através de metáforas inconscientes, a realidade econômica por qual passa o estado baiano. Segundo ela,

“Acho que meus amigos vieram morar aqui porque na Bahia passou um terremoto com furacão e aí não tem mais cidade lá, não tem prédios bonitos igual tem aqui. E também, eu acho que é porque lá eles estão enjoados e querem conhecer outros lugares. O furacão deve ter destruído a cidade. Eu acho que é por causa que eles querem conhecer aqui. Acho que é porque aqui é bonito, tem várias

coisas legais, tem muito mais coisas, tem o centro da cidade. Lá não deve ter muitos prédios, eu acho que também os prédios são baixos e as casas são sem piscina. Tem mais comida diferente aqui, tem lanche fora de casa, acho que lá só tem dentro de casa. Eu vi na internet. Lá dizia que não tinha parque, só pracinhas. Não tinha balanço de pneu. Também acho que não tinha trabalho lá pros pais dos meus amigos e aqui tinha” (Conversa no parque com Sandra. Pesquisa de campo, 2016)

Sua análise mostra coerência e possui elementos próprios das crianças que buscam explicar os fenômenos sociais a partir daquilo o que conhecem e vivenciam. As crianças da UEI pesquisada moram rodeadas de prédios altíssimos, prédios luxuosos próximos a Avenida Beira Mar Norte, que carregam imponência e riqueza em suas construções. Sandra ao dizer que *“lá não tem prédios bonitos igual tem aqui”*, mesmo sem conhecer o estado da Bahia, traz essa interpretação na fala que foi nitidamente constituída por aquilo que ela vê, observa e sente. Ao justificar a vinda destas crianças migrantes a capital catarinense porque o *“furacão deve ter destruído a cidade”* retomamos a fala do pai baiano ao pontuar que na Bahia tem *“[...]a dificuldade pra trabalho. A crise lá pegou muito feio e, se aqui tá ruim, lá tá muito pior”* o *“furacão”* que passou por lá é o furacão do desemprego, como já pontuamos anteriormente. E ainda, ao enumerar vários elementos sociais que lá, segundo ela, não devem existir como *“a comida diferente”*, o *“lanche fora de casa”* e o *“parque”* com *“balanço de pneu”*, ela mostra que as diferenças e as desigualdades regionais existem, embora não saiba o porquê.

Por fim, ao terminar sua análise com a explicação da ausência de postos de trabalho para os pais dos seus amigos na Bahia, Sandra associa à migração a necessidade de buscar trabalho sem a garantia de encontrá-lo, refletindo aquilo que os estudos críticos pontuam.

Desta forma, com a análise dos dados coletados, consideramos que as crianças migrantes da classe trabalhadora, a partir das relações sociais travadas ao seu redor, se constituem, ressignificam as realidades vividas, se apropriam dela e refletem sobre. Desta forma é que elas dão um sentido pessoal ao que conhecem e vão se constituindo (MELLO, 2010).

Assim como Lopes (2003, p. 158) percebeu, verificamos que as crianças migrantes vivem uma condição de territorialidade “[...] e de infância de forma fragmentária, encostada, sobretudo, em lembranças de lugares, onde o ‘lá’ aparece mais do que o ‘aqui’”. E pontuamos isso não

apenas nas identidades destas crianças, mas também na de suas famílias quando analisamos o contexto delas no capítulo 3.

Essas crianças migrantes, sabendo que estão cada vez mais presentes nas UEI's, precisam ser ouvidas enquanto sujeitos em formação e requerem a constituição de uma identidade que as territorializam. As expropriações das territorialidades urgem e se propagam. Como dito por Huyssen:

“numa era de limpezas étnicas e crises de refugiados, migrações em massa e mobilidade global, para um número cada vez maior de pessoas, experiências de deslocamento, realocação, migração e diáspora parecem não mais ser a exceção [...]” (HUYSSSEN, 2000 In: LOPES, 2003, p. 144).

As falas mostram como essas crianças migrantes estão inseridas no contexto de sua classe sofrendo, vivendo e denunciando as mesmas condições reais dela. O recorte de classe é explícito nestas falas. De maneira diversa seria a migração das crianças da burguesia que, ao migrarem para Florianópolis, vivem outra condição, apesar de também serem afetadas em suas territorialidades, porém, com determinantes adversos e opostos as da classe que sobrevive do trabalho assalariado, explorado, precarizado, flexível e expropriado de direitos.

Diante disso, urge a necessidade de contribuir na construção do campo de pesquisa sobre infância e migrações que necessita de mais questionamentos e mais pesquisas empíricas acerca desta infância que foge, que transita, que muda, que “viaja”, que busca, que é expropriada de seus territórios de origem, de seus lugares e que caem na estrada com seus pais pela necessidade de trabalho, renda e vida. Que possamos criar a resistência através destes estudos e destes questionamentos na direção única da transformação radical e profunda da nossa sociedade para que seus sujeitos a experimentem por escolha e não com uma necessidade inerente à luta pela sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Os filósofos apenas interpretam o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é transformá-lo.”

Marx, 1845. (MARX; ENGELS, 2007).

Entre muros e mares, vistos barrados e segregação étnica as migrações se configuram atualmente como um dos maiores problemas sociais decorrentes das crises do sistema capitalista e as crianças migrantes não estão isentas disso. Na pesquisa teórica e empírica, conseguimos compreender que a migração da força de trabalho não é resultado exclusivo de uma escolha individual do trabalhador, mas, sobretudo, “de um processo socioeconômico de domínio e de coerção que o obriga a vender sua força de trabalho fora de suas fronteiras de origem” (SANTOS, 2016, p. 17).

A partir das análises descritas em nossos capítulos teóricos, verificamos que, se desenharmos um mapa com as trajetórias migratórias internas e internacionais, ele mais parecerá uma teia de aranha do que qualquer outra coisa, porém, não uma teia perfeita, mas uma teia complexa, indefinida, confusa, emaranhada e, sobretudo, contraditória. É difícil calcular o número exato da quantidade de migrantes que existem no mundo. Os números encontrados e utilizados em nossas análises são provenientes de uma série de estudos, de instituições governamentais e não governamentais e, em alguns momentos, não conversam entre si. Porém, eles nos dão uma referência e nos traçam um panorama para evidenciar como os seres humanos, cada vez mais, se deslocam e, em muitos casos, sem garantia e sem rumo definido.

Entre refugiados e deslocados por conflitos (65 milhões, onde 54% são crianças), requerentes de asilo político (3,2 milhões), migrantes internacionais (244 milhões) e internos (750 milhões) e, ainda, migrantes que se deslocam por conta de desastres naturais (cerca de 27 milhões anualmente), projetamos um número aproximado que supera a marca de 1 bilhão de migrantes no mundo em 2016 (ACNUR, OIM, ONU, OIT, Nações Unidas). Isso significa que um em cada sete seres humanos é migrante⁷⁶. Sem colocarmos nesta conta, pois ela não os contabiliza,

⁷⁶Segundo William Lacy Swing, diretor da OIM, “temos mais gente em movimento do que em qualquer outra época da história” (AGÊNCIA BRASIL, 2015)

existem os “mudantes” (LOPES, 2003), que mudam constantemente dentro de uma mesma cidade por variadas causas (aluguel mais barato, mudança ou transferência de emprego, etc.) e ainda os trabalhadores que migram e emigram diariamente para irem ao trabalho e voltarem para suas casas.

Se antes, na história descrita por Marx no século XIX, a expropriação de milhares de camponeses (adultos, crianças e jovens) de suas terras e das comunas os jogaram, impositivamente, durante séculos, em direção às cidades para se venderem “livremente” como mercadorias nas fábricas e nas indústrias gerando uma “tragédia imprimida com tinta de sangue”, as atuais formas econômicas, geopolíticas, espaciais e sociais do mundo do trabalho, em transformações a partir do fim do século XIX – produto daquela história –, não cessaram e pouco mudaram.

Lançando trabalhadores sem direitos no mercado, sob o manto aparente da busca “livre” por trabalho e condições de vida, sob o véu do fetichismo da individualidade (DUARTE, 2012) e da mundialização financeira da economia (FONTES, 2010), o capital condiciona milhares de pessoas a deixarem seus territórios e suas histórias atrás de outra vida, porém ainda atrás do mesmo tipo de trabalho, o trabalho sob o formato capitalista – histórico, assalariado, explorado, produtor direto e/ou indireto de mais-valia onde o trabalhador, proprietário de seu único meio, sua força de trabalho põe-se à venda aos proprietários da produção, seja em uma fábrica, em um supermercado, num shopping, em uma construtora, em uma terceirizadora, numa escola privada, em um Uber, ou em uma jogada empreendedora, incerta e descabida.

Porém, como ressaltou Marx, apenas interpretar esse fenômeno seria tarefa dos filósofos idealistas, para nós, pelo caráter histórico e dialético desse trabalho e dessas “buscas”, o que importa é a sua superação, ou seja, contribuir para livrar os migrantes do reino da necessidade conquistando o reino da liberdade.

O primeiro capítulo nos possibilitou compreender que as crianças migrantes sempre existiram, mas que também sempre foram esquecidas. Enfrentaram e enfrentam a trajetória do migrar e sofrem suas consequências a depender de seus contextos de vida e de classe. Desde as primeiras naus portuguesas, como grumetes e pajens (RAMOS, 2015), passando pelos navios negreiros (GÓES, FLORENTINO, 2015) e pelos transatlânticos carregados de imigrantes europeus (RIZZINI, 2015), até os milhares de deslocamentos internos entre as regiões brasileiras, mesmo caladas, sem serem ouvidas e pouco consideradas, elas estavam presentes. Se os movimentos migratórios impulsionados pelo sistema capitalista e

decorrentes de todas as contradições que produz não cessaram, as crianças também não pararam de circular pelo mundo, sozinhas ou acompanhadas.

Também foi neste capítulo que entendemos como as migrações se tornaram anacrônicas e incessantes a partir das novas configurações sociais, políticas e econômicas diante da ascensão do sistema capitalista de produção. A historicidade das migrações revela que foram e ainda são um dos determinantes do capitalismo que condicionam os sujeitos expropriados, a perambularem atrás de trabalho de acordo com o movimento e desenvolvimento das forças produtivas e do mercado. Assim ocorreu na acumulação primitiva, na Revolução Industrial, nos processos urbano-industriais consequentes e assim ocorre atualmente.

O segundo capítulo possibilitou irmos para além da aparência que propaga a ideia de que as migrações são para o Brasil uma riqueza de diversidade cultural. A análise crítica da história migratória brasileira, nos permitiu verificar que ela foi marcada pelo fio condutor do desenraizamento, mostrando que as migrações, não fugindo à regra do capital, foram usadas no processo de construção e de consolidação das relações capitalistas de produção que culminaram no processo de urbanização e de industrialização nacionais transposto pelo desenvolvimento desigual e combinado entre as regiões. Ou seja, a lógica do caminho pareado entre movimentos populacionais e industrialização (HOBBSAWM, 1982) seguiu também em terras tupiniquins.

Hoje, entre as poucas rupturas e as muitas continuidades, além de ainda ser uma necessidade ao capital, dialeticamente, as migrações internas brasileiras e no estado catarinense estão ligadas ao desenvolvimento do capitalismo que produziu de forma dispare as desigualdades econômicas e sociais entre as regiões brasileiras. Composto suas histórias verifica-se que os processos de desenvolvimento foram travados e circunscritos tendo a migração como um elemento de amparo na ocupação territorial e de absorção, reserva e na disposição da força de trabalho.

O terceiro capítulo, ao analisarmos os dados coletados em pesquisa de campo, nos possibilitou contextualizar as condições e as relações sociais nas quais vivem as crianças migrantes. Elas revelam e corroboram as características socioeconômicas atuais das relações capitalistas e das transformações no mundo do trabalho a que está sujeita a classe trabalhadora e evidencia o recorte de classe a que pertencem as crianças.

A forma do trabalho de que dependem as famílias configura-se em trabalho simples, autônomo ou terceirizado e/ou assalariado, explorado, flexível e precarizado no que se refere às condições e aos

direitos trabalhistas – tal formato é central na realidade da quase totalidade dessas famílias ao chegarem a Florianópolis. As dificuldades enfrentadas pelas famílias são permeadas pelo alto custo dos aluguéis, do transporte e da alimentação. Mesmo assim, muitas famílias avaliam suas vidas atuais como melhores do que antes e acreditam que o futuro na capital catarinense é promissor. Ao mesmo tempo, existem famílias que emigram em decorrência da impossibilidade de se manterem economicamente na cidade.

Também foi possível analisar que a instituição de educação infantil pesquisada, além de receber e de atender as crianças migrantes, demonstra ser, para as famílias migrantes, um ponto de acesso aos serviços sociais e de saúde pública, principalmente para as crianças. Também mostrou ser um local de acolhimento e onde as famílias podem tirar dúvidas a respeito da cidade e de seus caminhos. Isso ficou evidente nas falas das famílias e dos profissionais entrevistados. Porém, essa hipótese evidencia um campo de pesquisa social que tem questões a serem analisadas com maior amplitude. Nossa pesquisa não deu conta de analisar com profundidade tal questão, devido nosso campo de pesquisa ter se restringido a uma unidade. É necessário que outras pesquisas verifiquem como de fato as instituições de educação infantil integram as famílias. Seria uma integração real ou apenas aparente diante do alto número de crianças migrantes que disputam vagas nas unidades com crianças locais? Como a população local as percebem? Quais problemas, conflitos e disputas são identificados ou velados? Os indícios coletados a partir dos dados levantados, anunciam que este é um elemento social que outras UEI's, possivelmente, enfrentam diante da incidência destes sujeitos em Florianópolis.

Mas, e as crianças migrantes e suas vozes?

No quarto capítulo, analisamos como suas falas denunciam a totalidade das relações sociais vigentes bem como a inerente contradição entre capital e trabalho denunciando como os determinantes sociais e objetivos da vida condicionam os trabalhadores a migrarem atrás de trabalho e renda para a reprodução mínima de suas famílias. Também evidenciam como elas são sujeitos em formação disciplinar para o mercado instável desde a mais tenra idade, prontas para cair em no mundo desse trabalho, assim como seus pais. Isso se não forem antes, cooptadas e sujeitas ao trabalho infantil (CONDE, 2012).

A palavra migração ou o verbo migrar não estão presentes em suas falas representadas pelos seus conceitos e pelos seus significados sociais. Por outro lado, o sentido de migrar está materializado na experiência delas e de suas famílias sem terem ainda um nome que as crianças possam dar

a essa realidade. Isso porque, os sentidos elaborados pelas crianças pequenas são determinados pelas situações concretas em que elas vivem, pelo mundo real construído ao redor delas (LOPES, 2003).

Participaram diretamente da coleta de falas, treze crianças migrantes e uma nativa de Florianópolis. O espaço dado a esta criança nativa de Florianópolis surgiu de sua intensa curiosidade e reflexão acerca da realidade por qual passaram as crianças que migraram para Florianópolis, seus amigos/as.

Dez das famílias destas crianças migrantes se mudaram para a capital catarinense em decorrência da falta de trabalho em suas cidades de origem e em busca de renda maior equivalendo um total de 77%. Duas famílias não informaram o porquê e uma delas migrou pra fugir da violência urbana.

Ao compararmos as falas das famílias com a das crianças, verificamos que estas têm a mesma resposta. Onze crianças apontaram que a causa de terem se mudado para Florianópolis foi à necessidade de seus pais conseguirem um trabalho por conta da falta dele em suas cidades natais. Como disse uma delas “*foi pra minha mãe trabalhar. Agora ela trabalha, lá não*”. Isso revelou como as crianças, desde cedo, já interpretam a realidade social e já exprimem sentidos para a objetividade vivida que revelam as contradições de uma sociedade desigual e classista.

Nosso recorte, portanto, foi de classe e, explicitamente, da classe trabalhadora, dos filhos da classe trabalhadora. Os sentidos e as memórias trazidas pelas crianças que foram ouvidas denunciam e revelam a situação dessa classe. Outra situação seria ouvir as crianças migrantes da burguesia, provenientes de condições amplamente asseguradas de planejamento familiar, estrutura e apoio institucional durante a migração. Elas deixam de ser afetadas? Não. Assim como as crianças migrantes da classe trabalhadora, seus territórios e lugares também se modificam reestruturando suas identidades infantis. Porém, em condições quase plenas, migrar talvez tivesse outra contextualização e outros sentidos atribuídos.

Fizemos essa menção, pois, não há como falar de um grupo de sujeitos em si, há que se contextualizá-los dentro das relações sociais e daquilo que os movem a trabalhar, isso porque o trabalho é condição vital de existência dos Homens, de todos eles, porém, na sociedade atual, também é “o meio por excelência de inserção social no vigente modo de produção capitalista” (VENDRAMINI, 2016, p. 3). Por isso, consideramos que a criança não vive por ela mesma, apenas pela sua natureza infante, ela vive sob múltiplas e determinadas condições de existência material e social, assim como os demais sujeitos. E, mesmo

hoje, com todas as narrativas dos direitos à infância, existe uma criança esquecida, que não tem direito as mesmas condições e garantias em ir e vir, uma criança que não é ouvida e nem considerada, uma criança que migra, em condições adversas e inconstantes, com sua classe: a trabalhadora.

Essa criança migrante chega ao novo local e não perguntam sua história, não a escutam. Chega e já começa a sua formação linear, fabril. Entra no grupo, é percebida por suas nuances étnico-raciais e se aglutina as demais, tornando-se mais uma. A humanidade é descartável, ou melhor, se tornou descartável. Ainda mais descartável é a classe que trabalha e que gera riqueza para os capitalistas. Sua descartabilidade humana impossibilita que a sua trajetória migratória seja amplamente respaldada de seguridade social, de direitos e de acompanhamento.

A partir da pesquisa verificamos que as crianças migrantes, cada vez mais presentes nas UEI's, precisam ser ouvidas, não apenas porque possuem diferenças culturais, mas principalmente, porque precisam ser compreendidas enquanto sujeitos em formação que requerem a constituição de uma identidade que territorializa, não a ignorem e que não as coloquem em “linha de produção” dispostas a se tornarem iguais entre as demais. Isso não significa querer fazer da criança migrante um nativo. Longe disso, é fazer com que a sua condição não seja vista pela superficialidade das diferenças e da diversidade, mas pela sua condição e contextualização social e histórica.

Nossa pesquisa também produziu muitas dúvidas advindas dessa realidade empírica do fenômeno das migrações em Florianópolis. Diante delas, a chegada de tantas famílias migrantes com crianças demanda políticas públicas que aumentem o acesso à saúde e ao número de vagas na educação infantil? Porém, como atender essa demanda em tempos de crise econômica produzida e de políticas de austeridade? Quais tensões são provocadas por essa problemática? Quais análises deste fenômeno em sua historicidade, totalidade e economicidade podem ser evidenciadas?

Por fim, ficou claro que, em uma “era de limpezas étnicas e crises de refugiados, migrações em massa e mobilidade global, para um número cada vez maior de pessoas, experiências de deslocamento, realocação, migração e diáspora parecem não mais ser a exceção [...]” (HUYSEN, 2000 *apud* LOPES, 2003, p. 144), é necessário e mais do que urgente, que a condição enquanto criança migrante seja pontuada nos estudos que se preocupam com a infância e com o desenvolvimento de seus sujeitos. Assim como pontuou Demartini (2015, p. 393), “a percepção e estudo das crianças como quase ‘imobilizadas’, imunes aos processos mais amplos vivenciados pelas sociedades precisa ser questionado”.

Concordamos com essa socióloga e registramos aqui nossa tentativa de contribuir na construção deste campo que reivindica mais questionamentos e pesquisas empíricas acerca desta infância que foge, que transita, que muda, que “viaja”, que busca, que é expropriada de seus territórios de origem, de seus lugares e que caem na estrada com seus pais pela necessidade compulsória atrás de trabalho, renda e vida. Que possamos ajudar a resistência através destes estudos e destes questionamentos na direção única da transformação radical e profunda da nossa sociedade em uma que oportunize seus sujeitos a experimentarem a migração pela liberdade humana em ir e vir ajudando no desenvolvimento humano de forma *omnilateral* (MANACORDA, 2010).

Em nossa pesquisa teórica analisamos que os processos de industrialização e de urbanização em grande escala, o desenvolvimento da tecnologia, o desemprego crônico e as transformações das relações de trabalho não são as vilãs da mutilação social e humano que acompanham e que continuam a acompanhar atualmente as migrações da classe trabalhadora. Incurriríamos a um erro dialético se destacássemos que tais processos foram os fatores que causaram e que aumentaram os processos migratórios no mundo. De outra forma, as migrações e suas consequências sociais são inerentes, não a crescente modernização advinda a partir do desenvolvimento das forças produtivas, mas à forma especificamente capitalista de ordenação societária que as conduzem.

Segundo Vigotski,

de tudo isso pode se depreender que o crescimento da grande indústria contém, dentro de si mesmo, o potencial oculto para o desenvolvimento da personalidade humana e que somente a forma capitalista de organização do processo de produção industrial é responsável pelo fato de que essas forças exerçam uma influência unilateral e deformante, que retarda o desenvolvimento pessoal (VIGOTSKI, 2004, s/p).

Nessa contradição, em toda essa formação social, consiste o fato de que dentro dela, podem estar sendo criadas as rachaduras sistêmicas para sua futura substituição por uma nova ordem, baseada na ausência da exploração do homem pelo homem. Nessa sociedade, as crianças e suas famílias poderão se desenvolver *omnilateralmente* e espera-se que o migrar não mais esteja sujeito e relacionado à necessidade de luta pela sobrevivência, decorrente da expropriação do capital.

Temos clareza que essa pesquisa está longe de reter uma conclusão, nem foi a sua pretensão tê-la. Muito mais do que isso, ela é uma possibilidade, uma tentativa de compreensão do fenômeno da migração sob a perspectiva da criança e do contexto em que ela está inserida. A temática que dá voz e escuta à infância migrante está engatinhando, exige mais formação, mais pesquisas, mais frentes de análise. Exige mais questões e perguntas. Necessita de pesquisas com recortes mais amplos e que acolham um maior número de sujeitos envolvidos. Exige que o campo teórico crítico baseado no materialismo histórico continue se abrindo para estudos sobre a infância que reconhecem as crianças como sujeitos inseridos e afetados, em sua particularidade e alteridade, pelas relações e transformações do mundo do trabalho.

Vigotski (2004) pontuou na década de 1930, no texto “*A Transformação Socialista do Homem*” que se observarmos os efeitos devastadores do moderno processo civilizatório sobre os seres humanos, filósofos como Rousseau e Tolstói tentariam nos dar como solução um retorno à pretérita integralidade e pureza da natureza humana. Discordamos deles, assim como Vigotski discordou. Nossa historicidade e capacidade transformadora nos permitem compreender que uma solução possível está à nossa frente, e não atrás de nós. Nesse sentido, se é a forma histórica definida pela produção material que corresponde a nossa produção social e intelectual, modificar e alterar a forma sociometabólica de ordenar a vida parece ser mais coerente do que regressar a um passado bucólico e romântico e ainda ficar preso a ele.

As relações, materializadas pela atividade social dos sujeitos sociais, fazem a mediação entre o sujeito indivíduo e o gênero humano, sendo este último desenvolvido ao longo da história social e dos seus meios de produzir, reproduzir e transformar constantemente a cultura humana em riqueza social. Isso tudo seria a máxima do desenvolvimento da riqueza entre os homens, porém, em uma sociedade capitalista, a riqueza da objetividade humana é apropriada de forma particular, privada, concentrada e transformada em capital em vez de ser riqueza humana dos e para os seres humanos de forma livre e universal (DUARTE, 2012).

A análise de que, desde o surgimento das classes sociais, da propriedade privada e da divisão social do trabalho, a objetivação do gênero humano (de suas formas de produzir, reproduzir e de transformar a cultura humana) ocorreu e vem ocorrendo por meio da exploração e da apropriação privada do resultado geral do trabalho humano resulta no impedimento da maioria dos sujeitos sociais acessarem a riqueza material e intelectual produzida. Dialética e contraditoriamente, foi e é essa maioria de sujeitos sociais, que explorada e condicionada a perambular

atrás de trabalho, produziu e produz riqueza, porém, em vez de ter acesso a ela, é determinada a conviver com a desigualdade, a pobreza, o desemprego, a violência e com uma precária educação deixando-a limitada à luta pela sobrevivência (DUARTE, 2012).

Concordamos que,

posterior ao capitalismo seria a fase na qual os indivíduos poderiam desenvolver-se de forma livre e universal, na medida em que possuiriam o controle coletivo das forças produtivas da sociedade. Não estando mais suas vidas limitadas à luta pela sobrevivência, poderiam então os indivíduos se dedicarem a maior parte de suas **energias físicas e mentais a atividades plenas de sentido e conteúdo humanos**, atividades nas quais a personalidade se objetivaria para contribuir significativamente para o enriquecimento do gênero humano (DUARTE, 2012, p. 210, **negritos nossos**).

Desta forma, a necessidade da classe trabalhadora em migrar para buscar trabalho e renda também precisa ser superada para que o processo histórico de objetivação do gênero humano seja efetivado de maneira libertadora e universal, pela liberdade real entre o ir e o vir, fazendo da migração um alimento para expandir “atividades plenas de sentido e conteúdo humanos” e para ampliar a experiência humana e não ser apenas uma necessidade de sobrevivência. Nesta trajetória, que as crianças migrantes possam viver a migração atribuindo estes mesmos sentidos a ela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRINQ, Fundação. **Cenário da Infância e Adolescência no Brasil. Observatório da Criança e do Adolescente**. São Paulo: 3ª ed. 2017. Disponível em: <<https://observatoriocrianca.org.br/>>. Acesso em: 03/04/17.

AGÊNCIA BRASIL. 1 em cada 7 pessoas no mundo é migrante ou refugiada. **EBC On-Line**, 2015. 03/12/2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2015-12/uma-em-cada-sete-pessoas-no-mundo-e-migrante-ou-refugiada-diz>> Acesso atualizado em 10/08/2017.

ALCUBIERRE, Karina S. L. **Trabalho, natureza e educação infantil: a educação ambiental na educação infantil no contexto de vida das famílias residentes no distrito de Ratoles, Florianópolis**. 2014. 89 fl. Monografia (Especialização em Docência na Educação Infantil). Núcleo de Desenvolvimento Infantil do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

ALVES, Pedro A.; BAENINGER, Rosana A. **Região Metropolitana de Florianópolis: migração e dinâmica da expansão urbana**. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu: ABEP. v. 20, 2008. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1364.pdf> Acesso em 23/08/2016.

AMADO, Jorge. **Seara vermelha**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** – Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 15ª edição, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **O Caracol e sua Concha** – Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ARCE, Alessandra. Pedagogia da infância ou fetichismo da infância? In: DUARTE, Newton (Org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas: Autores Associados, 2012, p. 129-150.

ASSIS, Glaucia Oliveira. **De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros**. 2004. 348 f.. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

AUED, B.; FIOD, E. G. Origens Sociais dos movimentos rurais em Santa Catarina (ou ampliação do trabalho, mas não do assalariamento). In: VENDRAMINI, C. R. **Educação em Movimento na Luta pela Terra**. Florianópolis, NUP/CED, 2002. (p. 19 – 39).

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade Espacial da População: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, I. E de; GOMES, P. C. C. e CORRÊA, R. L (Orgs.). **Explorações Geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1997, p. 319-343.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. População e espaço nacional no Brasil do século XIX. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 7, n. 8, p. 67-83, nov. 2010. ISSN 2237-8871. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/1720/1863>>. Acesso em: 17/02/2017.

BRAGA, F. G. e SANTOS, C. F. **Novos padrões da migração no Brasil**: um estudo do perfil socioeconômico dos migrantes internos entre 1980 e 2000. Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre: 2010.

BRASIL. IBGE. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento. p. 226. Disponível em: <<http://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/imigracao-por-nacionalidade-1884-1933.html>> Acesso em :15/02/17.

BRASIL. IBGE. **Censo demográfico 2010**. Brasília: 2010. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em 10/11/2015.

BRASIL. IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Cadastro. **Central de Empresas**.2014. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/4205407/pesquisa/19/2014>> Acesso em: 4/12/2016.

BRASIL. IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Censos Demográficos**: População nos Anos de Levantamento

Censitário – Município e Região Metropolitana de São Paulo, Estado de São Paulo e Brasil. São Paulo: 1920. Disponível em <http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/tabelas.php>. Acesso em 10/10/2016.

BRASIL. IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio 2004**. Brasília: 2004. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/coeficiente_brasil.shtm> Acesso atualizado em 17/07/2017

BRASIL. IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio 2009**. Brasília: 2009. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/>> Acesso atualizado em 17/07/2017.

BRASIL. IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio 2013**. Brasília: 2013. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/default.shtm>>. Acesso em 29/03/2016.

BRASIL. IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Pnad Contínua: taxa de desocupação fica em 13,6% no trimestre encerrado em abril de 2017. **Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio Mensal 2017**. Disponível em <<http://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/9990-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-fica-em-13-6-no-trimestre-encerrado-em-abril-de-2017.html>>. Acesso em 31/05/2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Censo Demográfico 2000**. Brasília: 2000. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>>. Acesso em 29/03/2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **LEI nº 9394** – Estabelece Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Livro 1. Disponível em:

<<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/downloads.jsf>> Acesso em 12/06/2017.

BRECHT, Bertolt. **Poemas: 1913 – 1956**. 6ª ed. São Paulo: Editora 34, 2001.

BRITO, Fausto. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, p. 20, 2009. Disponível em:

<<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/6EncNacSobreMigracoes/ST3/FaustoBrito.pdf>> Acesso em 13/08/2016.

BRITO, Fausto. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório. **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. v. 12, 2000. Disponível em:

<<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/Brasil,%20Final%20de%20S%C3%A9culo%20-%20A%20Transi%C3%A7%C3%A3o%20Para%20Um....pdf>>. Acesso em 15/08/2016.

CAMPOS, Maria Malta. Por que é importante ouvir a criança? A participação das crianças pequenas na pesquisa científica. In: CRUZ, S. H.V. **A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 35-42.

CELESC. **Histórico**. Florianópolis: sem editor; 2017. *On-line*.

Disponível em: <<http://www.celesc.com.br/portal/index.php/celesc-holding/historico-holding>> Acesso em 17/03/2017.

CHAUÍ, Marilena. Introdução. In: LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 9-56.

CONDE, Soraya F. **A escola e a exploração do trabalho infantil na Fumicultura Catarinense**. 2012. 191 f.. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

CONDE, Soraya F. Quando o trabalho na infância se torna um problema social. In: ARROYO, M., VIELLA, M. A. L. e SILVA, M. R. da. (Orgs.). **Trabalho, infância**. Exercícios tensos de ser criança: haverá espaço na agenda pedagógica? Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 271-288.

CONDE, Soraya F. **Trabalho invisível**. 2007. 94 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES. **Transporte e Economia – Transporte Aéreo de Passageiros**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.cnt.org.br/Estudo/estudo-transporte-economia-transporte-aereo-passageiros-cnt>> Acesso em 12/05/17.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA (Santa Catarina). Construção Civil - metragem quadrada municipal de 1995 a 2016. **Estatísticos**: Florianópolis, 2016. Disponível em <<http://www.crea-sc.org.br/portal/index.php?cmd=estatisticos>> Acesso em: 05/03/2017.

CRUZ, Sílvia Helena Vieira (Org.). **A criança fala**: a escuta de crianças em pesquisas. São Paulo: Cortez, 2008.

CURY, Anay, CAOLI, Cristiane. Desemprego sobe em todas as grandes regiões no 1º trimestre. **Portal G1**: São Paulo, 09/05/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/05/desemprego-sobe-em-todas-grandes-regioes-no-1-trimestre.html>> Acesso em 15/05/17.

DANTAS, Jeferson S. **Espaços coletivos de esperança**: a experiência política e pedagógica da Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis/SC.2012. 376 f.. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

DAVIS, Mike. Planeta de favelas: a involução urbana e o proletariado informal. **New Left Review**, nº 26, p. 191-218, mar/abr 2004. *On-line*. Disponível em: <<http://newleftreview.org/search/hybrid?query=mike+davis>>. Acesso atualizado em 03/08/2017.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Imigração e educação: discutindo algumas pistas de pesquisa'. **Revista Pro-Posições**, [S.l.], v. 15, n. 3, p. 215-228, set/dez 2004. ISSN 1982-6248. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643802>>. Acesso em: 04/11/2016.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Imigrantes: entre políticas, conflitos e preconceitos. **Cadernos CERU**, v. 21, n. 2, p.49-75, 2010. ISSN: 1413-4519 Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/ceru/issue/view/867> Acesso em: 04/11/2016.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Infância e imigração: questões para a pesquisa. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude**. São Paulo: Cortez Editora, 2006, p. 113-153.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Infância, pesquisa e relatos orais. In: FARIA, A. L. G. de; DEMARTINI, Z. de B. F.; PRADO, P.D. (Orgs.). **Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças**. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 1-18.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Relatos Orais, Imigração e Infância. **Revista Oralidades**, v. 3, n. 6, p.77-104, fev. 2009. ISSN: 2317-0301 Disponível em:
<<http://www.revistas.usp.br/oralidades/article/view/107119>>. Acesso em 04/11/2016.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Trabalho e infância em famílias migrantes. In: ARROYO, M., VIELLA, M. A. L. e SILVA, M. R. da. (Orgs.). **Trabalho, infância: Exercícios tensos de ser criança: haverá espaço na agenda pedagógica?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 367-396.

DIÁRIO DO NORDESTE. **A cada 7 pessoas, uma é refugiada**.

Fortaleza, CE: Edição de 04/12/2015. Disponível em

<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/internacional/a-cada-7-pessoas-uma-e-refugiada-1.1447708>. Acesso em 10/10/16.

DIAS, Rafael D. **A efêmera chance de encantar o mundo:**

Florianópolis nas últimas décadas do século XX. 2013. 160 f. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013. Disponível em:

<<http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/29970>> Acesso em: 28/03/17.

DUARTE, Newton. A renição pós-moderna à individualidade alienada e a perspectiva marxista da individualidade livre e universal. In:

DUARTE, Newton (Org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas: Autores Associados, 2012, p. 197-218.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. *On-line*. Domínio Público, 1876. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action&co_obra=2272>

FARIA, Guélmer Júnior Almeida de; FERREIRA, Maria da Luz Alves; PAULA, Andrea Maria Narciso Rocha de. Desinvisibilizando as mulheres em contexto migratório interno: interfaces entre migração, trabalho e gênero. In: Anais do **XVII Seminário sobre a Economia Mineira**, Diamantina-MG, 29/08 a 02/09/2016. Cedeplar, 2016, Vol.2, p. 173-193 Disponível em: <http://diamantina.cedeplar.ufmg.br/2016/anais/demografia/201-330-1-RV_2016_10_09_00_33_59_204.pdf> Acesso em: 26/11/2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de. **Miniaurélio**: o minidicionário da língua portuguesa. 6ª edição. Curitiba: Positivo, 2004, 896 p.

FIGUEIRA, Fani G. **O trabalho como primeira necessidade histórica**. In: _____. *Diálogos de um novo tempo*. 1989. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Universidade de São Paulo, São Paulo. Cap. 1. p. 1-23.

FILHO, Alcides Goulart. Formação econômica de Santa Catarina: uma tentativa de síntese. In: LINS, Hoyêdo N. e MATTEI, Lauro (Orgs.). **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó, SC: Argos, 2010. p. 29-62.

FONTES, Virginia Maria. Determinação, história e materialidade. **Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v. 7(2), p. 209-229, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v7n2/02.pdf>> Acesso em: 28 fev. 2016.

FONTES, Virginia Maria. Formação dos trabalhadores e luta de classes. In: FILHO, D. L. **Caderno de Textos Preparatórios**. III InterCrítica – Intercâmbio Nacional dos Núcleos de Pesquisa em Trabalho e Educação; 28 a 30 set.; Universidade Tecnológica Federal do Paraná; Curitiba: [editor desconhecido]; 2016. p. 4-12.

FONTES, Virginia Maria. **O Brasil e o capital-imperialismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida. In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (Orgs.). **A**

experiência do trabalho e a educação básica. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GASPAR, Ricardo Carlos. A economia política da urbanização contemporânea. **Cadernos Metr pole.**, [S.l.], v. 13, n. 25, jul. 2011. ISSN 2236-9996. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5989>>. Acesso em: 04 jul. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/5989>.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumula o do capital.** Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GOES, José Roberto de. FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil.** 7^a. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 177-191.

GOMES, Fábio Guedes. Mobilidade do trabalho e controle social: trabalho e organiza es na era neoliberal. **Rev. Sociol. Pol t.**, Curitiba, v. 17, n. 32, p. 33-49, fev. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v17n32/v17n32a03.pdf>> Acesso atualizado em: 14/07/2017.

GOMES, Lisandra Ogg. As crianças e a migra o: notas a respeito dos processos de socializa o. In: MAZZA e SIMSON (Orgs.). **Mobilidade humana e diversidade sociocultural.** Jundiá: Paco Editorial, 2011. p. 37-55.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 13^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GRAMSCI, Antonio. **A questão meridional.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, Ant nio. **Concep o Dialética da História.** 10^a Ed. Rio de Janeiro: Civiliza o Brasileira, 1995. Capítulos I e II.

HARVEY, David. **17 contradi es e o fim do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, E. [et al.]. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifesta es que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 27-34.

HARVEY, David. **A produ o capitalista do espaço.** 2^a ed. São Paulo: Editora Annablume, 2005.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HOBSBAWM, E. J. **A era do capital: 1848-1875**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção pensamento crítico; v.12).

IANNI, Octávio. A construção da categoria (Transcrição da aula ministrada na disciplina de Sociologia do curso de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC de São Paulo, no primeiro semestre de 1985).

Revista HSTEDBR On-line, Campinas, número especial, Abril de 2011. Disponível em

<<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/histedbr/article/view/3294/2920>>

KLEIN, Lígia Regina. **Cadê a criança do Áries que estava aqui? A fábrica comeu**. IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5. Disponível em

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/4.26.pdf Acesso em 11/07/2016.

KOHCRAUSCH, Simone. **A Educação Infantil em Nova Hartz**: de sua origem a novas possibilidades. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2006. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio Dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

KRAMER, Sônia. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, nº116, p. 41-59, jul/2002.

KUHLMANN JR, Moysés. A circulação das ideias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: FREITAS e KUHLMANN JR (Orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 459- 503.

KUHLMANN JR, Moysés. **Histórias da educação infantil brasileira**. Revista Brasileira de Educação. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2000. Mai/Jun/Jul/Ago, Nº 14.

LAFARGUE, Paul. **O direito a preguiça**. São Paulo: Hucitec. 2000.

LAZARETTI, Lucinéia Maria. Idade pré-escolar (3-6 anos) e a educação infantil. In: FACCI, M. G. D., ABRANTES, A. A. e MARTINS, L. M. (Orgs.). **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico**: do nascimento à velhice. Campinas: Autores Associados, 2016, p. 129-147.

LENINE, Osvaldo Macedo Pimentel, POSADA, Carlos. Castanho. Intérprete: Lenine. In: LENINE. **Carbono**. Brasil e Holanda: Universal Music Group, 2015. 1 CD. Faixa 1.

LEONTIEV, Alexis N. Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil. In: VIGOTSKI, L.S., LURIA, A.R. e LEONTIEV, A.N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 12ª edição. São Paulo: Ícone, 2012, p. 59-73.

LOPES, J. J. M.; MELLO, M. B. e BEZERRA, A. C. A. Traçando mapas: a teoria histórico-cultural e as contribuições para a pesquisa com crianças e suas espacialidades. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 1, p. 28-32, jan.-abr. 2015. Disponível em:
<<http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1341>> Acesso em 6/04/2016

LOPES, J. J.M. e VASCONCELOS, T. Geografia da infância: territorialidades infantis. **Currículo sem Fronteiras**, v.6, n.1, pp.103-127, Jan/Jun 2006. *ISSN 1645-1384 (on-line)*. Disponível em:
<www.curriculosemfronteiras.org> Acesso em 6/04/2016.

LOPES, Jader. **Então somos “mudantes”**. 2003. 202 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2003a.

LOPES, Jader. Geografia da Infância: contribuições aos estudos das crianças e suas infâncias. Cuiabá: **Revista Educação Pública**, v. 22 n. 49/1 maio/ago. 2013, p. 283-294. Disponível em:
<<http://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/download/915/716>> Acesso em 6/04/2016.

LOPES, Jader. Infância Migrante: lugar, identidade e educação. In: 26ª Reunião Anual da Anped, 2003, Caxambu. **Anais da 26ª Reunião anual da ANPED**. Caxambu, 2003b. **Disponível em:** <<http://26reuniao.anped.org.br/trabalhos/jaderjanermoreiralopes.rtf>> Acesso em 6/04/2016.

LOPES, Jader. Geografia das Crianças, Geografias das Infâncias: as contribuições da Geografia para os estudos das crianças e suas infâncias. **Revista Contexto & Educação**: Editora Unijuí, Ano 23 nº 79 Jan./Jun. 2008. Disponível em: <<https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/download/1052/803>> Acesso em 6/04/2016.

LURIA, Alexander Romanovich. Diferenças culturais de pensamento. In: VIGOTSKI, L.S., LURIA, A.R. e LEONTIEV, A.N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 12ª edição. São Paulo: Ícone, 2012, p. 39-58.

LURIA, Alexander Romanovich. O cérebro humano e a atividade consciente. In: VIGOTSKI, L.S., LURIA, A.R. e LEONTIEV, A.N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 12ª edição. São Paulo: Ícone, 2012, p. 191-228.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires, BAENINGER, Rosana. Trabalhadores Imigrantes: haitianos e haitianas em Santa Catarina – SC. In: **Anais do VII Congreso de la Asociación Latino-Americana de Población e XX Encontro Nacional de Estudos Populaiconais**. Foz do Iguaçu-PR. 17 a 22 de outubro de 2016. Disponível em: <<http://187.45.187.130/~abeporgb/xxencontro/files/paper/739-302.pdf>> Acesso em: 15/11/2016.

MALTA, May H. C. da Paz. **O migrante na escola**: um estudo de caso. 1982. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1982.

MANZINI, Eduardo José. **Considerações sobre a transcrição de entrevistas**. s/d. Disponível em: http://www.oneesp.ufscar.br/texto_orientacao_transcricao_entrevista>>. Acesso em: 4/05/2017.

MARCASSA, Luciana Pedrosa. (Coord.). **Relatório de Pesquisa**. Juventude pobre e escolarização: relações com a escola o trabalho e a cultura em territórios de precariedade. Departamento de Metodologia de

Ensino, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, maio de 2017. (mimeo)

MARSIGLIA, Ana Carolina G. **A prática pedagógica histórico-crítica na educação infantil e no ensino fundamental**. Campinas: Autores Associados, 2011

MARTINS, Lígia Márcia. As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. **Reunião anual da ANPED**, v. 29, p. 1-17, 2006.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital** – crítica da economia política: o processo de produção do capital. Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX, Karl. **O Capital** - o processo de produção do capital. Livro I. Volume I. 33ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A. 2014.

MARX, Karl. **O Capital** - o processo de produção do capital. Livro I. Volume II. 29ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A. 2015.

MARX, Karl. Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana. (Manuscrtos econômicos filosóficos). In: FERNANDES, F. (Org.). **K. Marx, F. Engels**. 3ª ed. São Paulo: àtica, 1989, p.146-181.

MATTEI, Lauro e VENTURI, Aline. Estrutura e dinâmica do mercado de trabalho em Santa Catarina na virada do século XX. In: LINS, Hoyêdo N. e MATTEI, Lauro (orgs.). **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó, SC: Argos, 2010. p. 322-367.

MELLO, Suely Amaral de. Infância e humanização: algumas considerações na perspectiva histórico-cultural. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 83-104, jan. 2007. ISSN 2175-795X. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/1630/1371>>. Acesso em 11/07/2016.

MELLO, Suely Amaral de. O lugar da criança na pesquisa sobre a infância: alguns posicionamentos na perspectiva da teoria histórico-cultural. **Reflexão e Ação**, 2010, v. 18, nº 2, p. 183-197. Disponível em: <<http://www.klccursos.com.br/apoio/eac9965cdf8d1185b8adaf482804a425.pdf>>. Acesso em 11/07/2016.

MELLO, Suely Amaral de. O óbvio como obstáculo ao desenvolvimento da consciência crítica. **Perspectiva**. Florianópolis: NUP/ UFSC/CED, 1993, nº 19, p.117- 130. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/9172/8511>> Acesso em 21/06/2017.

MENEZES, Marilda A. Família, juventude e migrações. **Revista Antropológicas**, v. 23, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaantropologicas/index.php/revista/article/view/247>>. Acesso em 15/08/2016

MENEZES, Marilda A. Migrações e Mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos. In: TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antonio Mendes da Costa; BAENINGER, Rosana (Orgs.). **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. Marília : Oficina Universitária, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012b. p. 21-40.

MENEZES, Marilda A. **Migrantes temporários em usinas de cana de açúcar**: trabalho, família e relações com a localidade de origem. XIII Congresso Mundial de Sociologia Rural. Lisboa: 2012a.

MENEZES, Marilda A. Trabalhadores migrantes: processos de expropriação e reprodução da família. In: MARTINS, R. C. (Org.). **Ruralidades, trabalho e meio ambiente: diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas**. São Carlos: Ed. UFSCAR, 2014. p.155-174. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/4725368-Trabalhadores-migrantes-processos-de-expropriacao-e-reproducao-da-familia-1.html>> Acesso em 15/03/2016.

MENEZES, Marilda A. **Trabalhadores migrantes**: processos de expropriação e reprodução da família. VI Encontro da Rede de Estudos Rurais. Campinas/SP, setembro de 2014. Disponível em <<http://docplayer.com.br/4725368-Trabalhadores-migrantes-processos-de-expropriacao-e-reproducao-da-familia-1.html>>. Acesso atualizado em 12/09/16.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2ªed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MÉSZÁROS, István. O desafio e o fardo do tempo histórico. **Política & Sociedade**, v. 7, n. 13, p. 17-33, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/9312/8596>> Acesso atualizado em 03/08/2017.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2007.

MINAYO. Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11ª Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2008. p. 261-297.

MIOTO, Beatriz T. LINS, Hoyêdo N. e MATTEI, Lauro. A realidade demográfica de santa Catarina na virada para o século XXI. In: LINS, Hoyêdo N. e MATTEI, Lauro (orgs.). **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó, SC: Argos, 2010. p. 282-321.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil**. 7ªed.SãoPaulo:Contexto, 2015. p. 259-288.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. História da criança no Brasil. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto. 1991. Caminhos da história, p.112-128.

NAÇÕES UNIDAS. **Brasil responderá por 35% dos novos desempregados do mundo em 2017**. 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/brasil-respondera-por-35-dos-novos-desempregados-do-mundo-em-2017/>> Acesso em 22/06/2017.

NAÇÕES UNIDAS. **Número de migrantes internacionais chega a cerca de 244 milhões, revela ONU**. 2016b,13 jan. 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/numero-de-migrantes-internacionais-chega-a-cerca-de-244-milhoes-revela-onu/>> Acesso em 05/08/2016.

NAÇÕES UNIDAS. **OIT: Desemprego global projetado para aumentar em 2016 e 2017**. 2016a, 19 jan. 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/OIT-desemprego-global-projetado-para-aumentar-em-2016-2017/>> Acesso em 05/08/2016.

NATIVIDADE, Michele R. da. **O trabalho na sociedade contemporânea: os sentidos atribuídos pelas crianças**. 2007. 132 f.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

NATIVIDADE, Michelle Regina da; COUTINHO, Maria Chalfin. O trabalho na sociedade contemporânea: os sentidos atribuídos pelas crianças. **Revista Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 430-439, Ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000200021&lng=en&nrm=iso>. Acesso atualizado em 04/08/2017.

NATIVIDADE, Michelle Regina da; COUTINHO, Maria Chalfin; ZANELLA, Andréa Vieira. Desenho na pesquisa com crianças: análise na perspectiva histórico-cultural. **Contextos Clínic**, São Leopoldo, v.1, nº1, p.9-18, jun. 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822008000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 16/09/2016.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 13ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NOGUEIRA, Olinto José Oliveira. Migrações internas: tentativas de se buscar uma teoria. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 38-47, jan./abr. 1991. Disponível em: <<http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/handle/123456789/75>> Acesso atualizado em 13/07/2017.

NOSELLA, Paolo. A linha vermelha do planeta infância: o socialismo e a educação da criança. In: KUHLMANN Jr. e FREITAS (Orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez Editora, 2002. p. 129-166.

OLIVEIRA, A. T. R.; ERVATTI, L. R.; O'NEILL, M.M.V.C. O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos. In: Oliveira, L. A. P. de; Oliveira, A. T. R. de. **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/reflexoes_deslocamentos/default_reflexoes.shtm> Acesso atualizado em 17/07/2017.

OLIVEIRA, A. U de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: STEDILE, J. P. e ESTEVAM, D. **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Ed Expressão Popular, 2013, p.103-172.

OLIVEIRA, Francisco de. **A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital**. ESTUDOS CEBRAP, São Paulo - SP, v. 16, p. 5-25, 1976. Disponível em http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/a_producao_dos_homens.pdf

OLIVEIRA, Francisco de. A questão regional: a hegemonia inacabada. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 7, nº 18, p. 43-63, Ago. 1993. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141993000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 July 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141993000200003>.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista – o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

PASQUALINI, Juliana Campregher; MARTINS, Lígia Márcia. A Educação Infantil em busca de identidade: análise crítica do binômio "cuidar-educar" e da perspectiva anti-escolar em Educação Infantil. **Psicol. educ.**, São Paulo, n. 27, p. 71-100, dez. 2008. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752008000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 09 maio 2016.

PERES, Roberta G Peres, BAENINGER, Rosana. Migração Feminina: um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero. **XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Águas de Lindoia: ABEP, 19 a 23 de novembro de 2012. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/ST22\[774\]ABEP2012.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/ST22[774]ABEP2012.pdf)>

PERROT, M. **Os excluídos da história**. São Paulo. Paz e Terra. 2010.

PÓVOA-NETO, Hellion. **Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual: novos desafios para a análise**. São Paulo: Revista Experimental nº2, FFLCH-USP, 1997. p. 11-24.

PRADO JR., Caio. Imigração e Colonização. In: **História econômica do Brasil**. 26ª edição: São Paulo, Editora Brasiliense, 2008, p. 136-142. Disponível em: <http://marxismoemxistas.blogspot.com.br/> .

QVORTRUP, Jens. Nove teses sobre a "infância como um fenômeno social". **Pro-Posições**, Campinas, v.22, n.1, p.199-211, Apr. 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373072011000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03/11/2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072011000100015>.

RAMOS, Fábio Pestana. A História Trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil**. 7ªed. São Paulo: Contexto, 2015. p.19-54.

RAVENNA, Monyse. 8 de Março é dia de Luta. **Jornal Brasil de Fato Pernambuco**. Recife: Editorial, 10/03/2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/03/10/editorial-8-de-marco-e-dia-de-luta/>>. Acesso em: 20/05/2017.

RAVENSTEIN, Ernst. As leis da migração. In: MOURA, Hélio (org.). **Migração interna, textos selecionados: teorias e modelos de análise**. Fortaleza: BNB, [1885] 1980. Tomo1: 19-88.

RIZZINI, Irene. Infância e Globalização: Análise das transformações econômicas, políticas e sociais. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Oeiras, n. 44, p. 11-26, jan. 2004. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292004000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 18 abr. 2017.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil**. 7ªed. São Paulo: Contexto, 2015. p.376-406.

ROMANELLI, Otaíza O. A educação e o desenvolvimento brasileiro após 1930. In: ROMANELLI, Otaíza O. **História da educação no Brasil**. 30ª edição. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 47-125.

ROSA, Edson. **Migração amplia a ocupação do maciço do Morro da Cruz, em Florianópolis**. *Notícias do Dia*, Florianópolis, on-line, 02 de jan. 2014. Disponível em <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/131803-migracao-amplia-a-ocupacao-do-macico-do-morro-da-cruz-em-florianopolis.html>>

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SALOMÃO, Alexa. Brasil é o sexto em ranking de índice de desemprego ampliado. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 jan. 2017. Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,desemprego-ampliado-no-brasil-e-de-21-2-quase-o-dobro-da-taxa-oficial,70001637778>>. Acesso em 25/02/2017.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Planejamento. Diretoria de Estatística e Cartografia. Gerência de Estatística. **Portal Estatístico de Santa Catarina: Indicadores econômicos**. Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/>>. Acesso em 07/07/2017.

SANTAELLA, Thiago. **Estimativa com coleta de resíduos aponta que SC recebe mais turistas na atual temporada do que em 2015**.

Florianópolis: Diário Catarinense. *on-line*, 27 de jan. 2016. Disponível em <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2016/01/estimativa-com-coleta-de-residuos-aponta-que-sc-recebe-mais-turistas-na-atual-temporada-do-que-em-2015-4961202.html>> Acesso em 28/03/2017.

SANTOS, Cleusa. Mobilidade do capital e barreiras às migrações: desafios à política social. In: **Revista Argumentum**. Vitória, v. 8, nº 3, p. 8-20, set./dez. 2016. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.18315/argumentum.v8i3.14709>> Acesso em 08/07/2017.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**. 2ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SASSEN, Saskia. **Expulsiones: brutalidad y complejidad en la economía global**. Buenos Aires: Katz Editores, 2015.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e terra, 2016.

SCOTT, Ana Silva Volpi. **As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930)**. In: Congresso de História Econômica de Zaragoza, 2001. mimeo.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª edição. São Paulo: Cortez, 2007.

SILLER, Rosali Rauta. **Infância, educação infantil, migrações**. 2011. 261 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação da

Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

SILVA, Maria A. de Moraes e MELO, Beatriz Medeiros de. Partir e ficar: dois mundos unidos pelas trajetórias de migrantes. In: **Revista Internacional Mobilidade Humana**. Brasília: Ano XVII, Nº 33, p. 129-151, jul./dez. 2009

SILVA, Maria A. de Moraes. Contribuições metodológicas para a análise das migrações. In: DEMARTINI, Z. de B. e TRUZZI, O. (Orgs.). **Estudos Migratórios: perspectivas metodológicas**. São Carlos: EdUFSCar, 2005. p. 53-86.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes e MENEZES, Marilda Aparecida. Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões. **Revista Eletrônica do NEAD**. Brasília: 2006. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1416/migracoes_rurais_no_brasil_velhas_e_novas_questoes.pdf. Acesso em: 15/08/2016

SILVA, Silvia Maria Cintra da. Condições sociais da constituição do desenho infantil. **Psicologia**. USP [online]. 1998, vol.9, n.2, pp.205-220. ISSN 0103-6564. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65641998000200008>.

SILVER, Beverly. **Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (Santa Catarina). Perfil do Trabalhador da Construção Civil 2015. **Publicações**: Florianópolis, 2017. Disponível em: <<http://sindusconfpolis.org.br/index.asp?dep=66&nomeDep=sinduscon#>> Acesso em: 25/04/2017.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, Hélio. **Migração Interna**. Textos Seleccionados, Tomo I. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1980.

SOARES, Sergei, et al. 2016. Perfil da pobreza: Norte e Nordeste rurais. **IPC-IG Working Paper**. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth, 2016, nº 138. Disponível em http://www.ipcundp.org/pub/port/PRB50PT_Perfil_da_pobreza_Norte_e_Nordeste_rurais.pdf. Acesso em 05/06/2017.

STEMMER, Márcia R. G. Educação Infantil: gênese e perspectivas. In: ARCE, A, JACOMELLI, Mara R. M. (Orgs.). **Educação Infantil versus**

Educação Escolar? Entre a (des)escolarização e a precarização do trabalho pedagógico nas salas de aula. Campinas: Autores Associados, 2012. (Coleção Educação Contemporânea) p. 5-32.

SUGAI, Maria Inês. Há favelas e pobreza na “Ilha da Magia”? In: ABRAMO, Pedro (Org.). **Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras**. Porto Alegre: ANTAC, 2009. (Coleção Habitar, v. 10. p. 162-199).

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa II: a maldição de Adão**. São Paulo: Editora Paz e Terra. 2002.

TOMÁS, Elaine Dorighello; SCHEIBE, Luiz Fernando. O Maciço do Morro da Cruz (MMC) em Florianópolis (SC) de não território a território do PAC. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 49, n. 1, p. 165, jul. 2015. ISSN 2178-4582. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2015v49n1p165>>. Acesso atualizado em: 03 ago. 2017. doi: <http://dx.doi.org/10.5007/2178-4582.2015v49n1p165>.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. p. 137-173.

TULESKI, Silvana Calvo e EIDT, Nadia Mara. A periodização do desenvolvimento psíquico: atividade dominante e a formação das funções psíquicas superiores. In: FACCI, M. G. D., ABRANTES, A. A. e MARTINS, L. M. (Orgs.). **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice**. Campinas: Autores Associados, 2016, p. 35-62.

UNICEF. **Declaração do Director Executivo da UNICEF, Anthony Lake, sobre a crise de crianças migrantes e refugiadas na Europa. Portugal, 2015**. Disponível em <http://www.unicef.pt/criancas-migrantes-e-refugiadas/>. Acesso atualizado em 12/09/2016.

VAINER, C. B. Deslocamentos compulsórios, restrições à livre circulação: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório. In: Anais do **XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambu, MG. São Paulo: Abep, 1998, p. 819-835. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a153.pdf>> Acesso em: 10/11/2016.

VACOTTI, L et al. **Derechos humanos de la niñez migrante**. Mercosul /Organização Internacional para as Migrações, Instituto de Políticas

Públicas em Direitos Humanos. Buenos Aires, Argentina, 2016.

Disponível em <<http://www.ippdh.mercosur.int/wp-content/uploads/2017/02/Derechos-Humanos-de-la-Ninez-Migrante.pdf>>. Acesso atualizado em 08/08/2017.

VIGOTSKI, Lev Semenovitch. A transformação socialista do homem.

URSS: Varnitso, 2004. Disponível em:

//marxists.anu.edu.au/portugues/vygotsky/1930/mes/transformacao.htm
. Acesso em 04/07/2017.

VIGOTSKI, Lev Semenovitch. **Pensamento e linguagem**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VIGOTSKI, Lev Semenovitch. **A formação social da mente**. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

VENDRAMINI, Célia Regina. O trabalho e a escola para jovens migrantes. **XI Reunião Científica Regional da ANPED** – Educação, movimentos sociais e políticas governamentais. Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 24 a 27 de julho de 2016. Disponível em:

http://www.anpedsul2016.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/11/eixo21_C%C3%89LIA-REGINA-VENDRAMINI.pdf Acesso em 03/11/2016.

ZOZZOLLI, Cécile Diniz. **A criança migrante no contexto escolar:**

uma análise centrada na afetividade. 2009. 143 f. Dissertação

(Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em

Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.

ANEXOS

ANEXO A – BILHETE ENVIADO A TODAS AS FAMÍLIAS DOS GRUPOS PESQUISADOS.

Queridas Famílias,

Estamos recebendo em nossa unidade uma pesquisadora do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Ela se chama **Karina** e está acompanhando o Grupo 5, o Grupo Misto e o Grupo 6. Sua pesquisa possui bastante importância para a educação infantil e contribuirá bastante para a nossa Creche. O objetivo da pesquisa é analisar como ocorre a inserção de crianças que nasceram em outras cidades na educação infantil de Florianópolis e o que as crianças interpretam sobre esta experiência.

Para isso ela precisa da autorização dos responsáveis pela criança para coletar os dados necessários. **SEGUIE EM ANEXO UM TERMO DE CONSENTIMENTO QUE O RESPONSÁVEL DEVE ASSINAR NAS DUAS FOLHAS – UMA FICARÁ COM A FAMÍLIA E A OUTRA DEVE SER DEVOLVIDA PELA AGENDA.**

Posteriormente, ela enviará na agenda um questionário para conhecer um pouco sobre a família da criança. Ele deverá ser preenchido e devolvido para a professora da sala.

Agradecemos a ajuda de todos vocês.

Atenciosamente,

A direção, supervisão e professoras.

ANEXO B – BILHETE ENVIADO ÀS FAMÍLIAS COM PAI E/OU MÃE MIGRANTES.

QUERIDAS FAMÍLIAS,

Segue em anexo o segundo momento da pesquisa que está sendo realizada em nossa Unidade intitulada “**PEQUENOS MIGRANTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL**” da pesquisadora Karina Alcubierre, UFSC. **É o QUESTIONÁRIO!**

Cada família é convidada a responder as questões e devolver o questionário respondido via agenda ou entregar para as professoras do grupo do seu/a filho/a.

O preenchimento deste questionário é **MUITO IMPORTANTE** para a pesquisa. A pesquisadora agradece enormemente a ajuda de cada um de vocês. Se precisarem de alguma ajuda vocês podem ligar para ela a qualquer momento ou mandar uma mensagem via *whatsapp*: (48) 9.9908-7729.

CONTAMOS COM A AJUDA DE TODOS!

Atenciosamente,
Direção/Funcionários e pesquisadora Karina.

ANEXO C – BILHETE ENVIADO AS FAMÍLIAS QUE SE MOSTRARAM DISPONÍVEIS EM CONCEDER A ENTREVISTA.

Bom dia!

Gostaria de agradecer a sua participação em minha pesquisa.

Ao terminar de responder o questionário você se mostrou disponível em participar de uma entrevista comigo. Obrigada! Nesta entrevista conversaremos melhor sobre as questões que você já respondeu e sobre outras. Tenho certeza de que a sua participação contribuirá muito para o estudo.

Gostaria de marcar um horário contigo para que ela possa acontecer.

Pode ser no espaço da creche. A entrevista pode durar até 1 hora.

Qual o melhor dia e horário? Estarei disponível todos os dias até o último dia de aula da creche das 7h30 às 18h30. Escolha uma data e marque o horário que seja melhor para você.

Local escolhido: _____

Você poderia passar o seu telefone? Caso outra família escolha o mesmo horário que o seu, ligarei para ver quem pode em outro dia ou horário.

MUITO OBRIGADA! KARINA ALCUBIERRE – Qualquer dúvida me ligue: TEL xxxxxxxx

ANEXO D -IMAGENS UTILIZADAS NA DINÂMICA/ENTREVISTA
COM AS CRIANÇAS MIGRANTES.



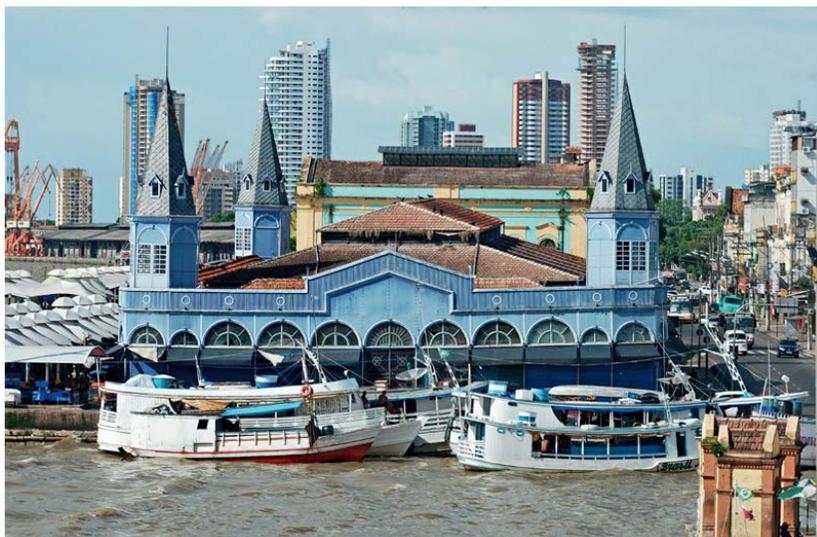
Cidade do Rio de Janeiro. Fonte: <http://www.bolsadeviagem.com.br/destinos/sudeste/rio-de-janeiro/>



Cidade do Rio de Janeiro. Fonte: <http://www.estadosecapitaisdobrasil.com/wp-content/uploads/2014/11/calçada-de-copacabana-rio-de-janeiro.jpg>



Cidade do Rio de Janeiro. Fonte: <http://www.geocritiq.com/2014/04/as-favelas-apos-a-pacificacao-do-territorio-desafios-a-democratizacao-da-cidade/>



Cidade de Belém-PA. Fonte: <http://www.estadosecapitaisdobrasil.com/capital/belem/>



Cidade de Belém-PA. Fonte: <http://www.mundodastribos.com/lugares-turisticos-em-belem-pa.html>



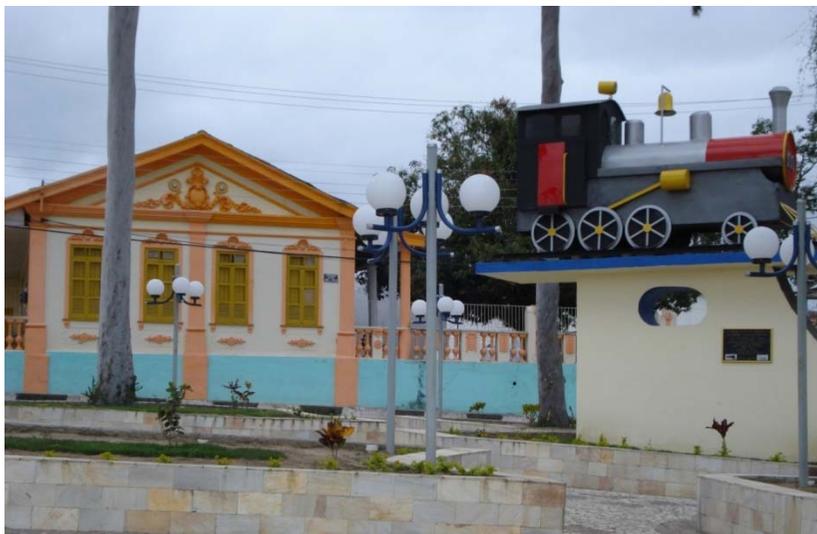
Cidade de Biritinga-BA. Fonte: <http://www.ferias.tur.br/fotos/419/biritinga-ba.html>



Cidade de Biritinga-BA. Fonte: <http://renilsonsilva01.blogspot.com.br/2014/10/biritinga-praca-do-champraosera.html>



Cidade de Serrinha-BA. Fonte: http://fcdlba.com.br/regiao-inter.php?cdci_codigo=97



Fonte: Cidade de Serrinha-BA. Disponível em: <http://static.panoramio.com/photos/original/4189676.jpg>



Cidade de Piratuba-SC. Disponível em: <https://i.ytimg.com/vi/4BgOze3p6Ow/maxresdefault.jpg>



Parque aquático na cidade de Piratuba-SC. Disponível em:
http://www.piratuba.com.br/imagens/imagem_parque_termal_18.jpg



Cidade de Feira de Santana-BA. Disponível em:
<http://cidades.aguiabranca.com.br/Files/Destino/477-feira%20de%20santana.jpg>



Cidade de Feira de Santana-BA. Fonte:

<http://www.guiaturismo.net/nacionais/nordeste/bahia-e-suas-cidades-turisticas-%E2%80%93-feira-de-santana>

ANEXO E – ORIENTAÇÃO FIXADA AO QUESTIONÁRIO.



PARTE COMPLEMENTAR DO QUESTIONÁRIO

SEGUEM ALGUMAS ORIENTAÇÕES QUE FALTARAM:

1. CASO SEU (A) FILHO (A) TENHA NASCIDO EM FLORIANÓPOLIS NÃO É NECESSÁRIO RESPONDER AS PERGUNTAS 19, 20, 21 E 22. RESPONDA APENAS AS OUTRAS QUESTÕES.
2. AO TERMINAR DE RESPONDER O QUESTIONÁRIO RESPONDA A QUESTÃO ABAIXO:

VOCÊ PODERIA PARTICIPAR DE UMA ENTREVISTA COM A PESQUISADORA ONDE CONVERSAREMOS SOBRE O SEU PROCESSO DE MUDANÇA E O SE SUA FAMÍLIA PARA FLORIANÓPOLIS?

() SIM, GOSTARIA DE PARTICIPAR () NÃO

OBRIGADA!
Karina S Lisa Alcubierre

ANEXO F – QUESTIONÁRIO ENVIADO AS FAMÍLIAS
MIGRANTES.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)

QUESTIONÁRIO

Este é o questionário que integra a pesquisa “PEQUENOS MIGRANTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL”.

A pesquisa pretende analisar como ocorre a inserção, na educação infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, das crianças que migraram junto com suas famílias para essa cidade.

É importante lembrar que o **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da UFSC, e necessário para efetivar a sua participação nesta pesquisa, já foi assinado pelo Sr./Sra. Nele está assegurado a sua participação e o uso sigiloso das informações que você preencherá neste questionário. Os dados respondidos serão utilizados de forma generalizante e, em nenhum momento, serão utilizados de forma individualizada.

O preenchimento verdadeiro das informações solicitadas é de extrema importância social para a pesquisa. Estamos felizes que você possa fazer parte dela.

LEMBRE-SE: NÃO é necessário se identificar e nem escrever nomes de pessoas.

Caso você tenha alguma dúvida ao preencher o questionário entre em contato comigo: xxxxxxxxx ou pelo E-mail: xxxxxxxxxxxxxxxx. Estarei sempre disponível para atendê-los.

Atenciosamente, Karina S L Alcubierre (pesquisadora)

DATA ____ / ____ / _____

• **QUAL O SEU PARENTESCO COM A CRIANÇA QUE FREQUENTA A CRECHE/NEI?**

() PAI

() MÃE,

() TIO/A,

() AVÔ/Ó,

() PRIMO/A,

() PADRASTO OU MADRASTA _____

- **QUAL A SUA IDADE?** _____
- **SEXO:** () MASCULINO () FEMININO
- 1. **HÁ QUANTO TEMPO VOCÊS MORAM EM FLORIANÓPOLIS?** _____
- 2. **EM QUANTAS CIDADES VOCÊ E SUA FAMÍLIA JÁ MORARAM?** _____ **QUAIS?** _____
- 3. **COMO A FAMÍLIA MIGROU PARA FLORIANÓPOLIS?**
 MIGRARAM TODOS JUNTOS
 ALGUÉM VEIO PRIMEIRO QUEM? _____
- 4. **QUAL PARENTE DA CRIANÇA DECIDIU MIGRAR PARA FLORIANÓPOLIS?**
 PAI () MÃE () FILHO () AVÓS () TIO/TIA () IRMÃO/IRMÃ
 OUTRO PARENTE. QUAL? _____
- 5. **COMO VOCÊ E SUA FAMÍLIA CHEGARAM A FLORIANÓPOLIS?**
 CARRO () AVIÃO () ÔNIBUS () CARONA
- 6. **QUANDO CHEGARAM A FLORIANÓPOLIS VOCÊS JÁ TINHAM CASA PARA MORAR?**
 SIM () NÃO
- 7. **QUAL O BAIRRO ONDE A SUA FAMÍLIA MORA EM FLORIANÓPOLIS?** _____
- 8. **A CASA/APARTAMENTO ONDE A FAMÍLIA MORA É:**
 ALUGADA () PRÓPRIA () EMPRESTADA () MORA DE FAVOR
- 9. **CONTE-NOS PORQUE VOCÊ E SUA FAMÍLIA DECIDIRAM SAIR DA CIDADE ONDE MORAVAM ANTERIORMENTE? VOCÊ PODE MARCAR MAIS DE UMA OPÇÃO.**
 LÁ É DIFÍCIL ENCONTRAR EMPREGO/TRABALHO
 O SALÁRIO É MUITO BAIXO
 FOMOS EXPULSOS DA NOSSA PROPRIEDADE
 A SAÚDE É RUIM
 NÃO TEM ESCOLA PARA OS FILHOS
 _____) PASSÁVAMOS MUITAS NECESSIDADES.
QUAIS? _____
 NÃO TEM UM MOTIVO.
 OUTRO MOTIVO. QUAL? _____
- 10. **PORQUE A FAMÍLIA DECIDIU ESCOLHER FLORIANÓPOLIS PARA MIGRAR? VOCÊ PODE ESCOLHER MAIS DE UMA OPÇÃO.**

- () TEM MAIS OPORTUNIDADE DE EMPREGO/TRABALHO
 () O SALÁRIO É MELHOR
 () MELHOR ACESSO A ESCOLAS
 () MAIOR ACESSO A POSTOS DE SAÚDE
 () A CIDADE É BONITA
 () TÍNHAMOS PARENTES QUE JÁ HAVIAM MIGRADO PARA FLORIANÓPOLIS E NOS CONTARAM SOBRE A CIDADE. O QUE ELES CONTARAM?
 () NÃO TEM UM MOTIVO.
 () OUTRO MOTIVO. QUAL? _____

11. A RENDA DA SUA FAMÍLIA EM FLORIANÓPOLIS É:

- () MUITO BOA () BOA () RUIM
 () A MESMA COISA QUE NA MINHA ANTIGA CIDADE
 () MELHOR DO QUE NA MINHA ANTIGA CIDADE
 () PIOR QUE NA MINHA ANTIGA CIDADE

12. SOMANDO TODOS OS GANHOS SALARIAIS DAS PESSOAS QUE TRABALHAM NA SUA CASA, QUAL SERIA O VALOR TOTAL DA RENDA FAMILIAR?

- () ATÉ R\$ 880,00
 () ENTRE R\$ 881,00 E R\$1.760,00
 () ENTRE R\$ 1.761,00 E R\$2.640,00
 () ENTRE R\$ 2.641,00 E R\$3.520,00
 () ENTRE R\$ 3.521,00 E R\$4.401,00
 () ENTRE R\$4.402,00 E R\$5.281,00
 () MAIS DE R\$5282,00

13. VOCÊ E SUA FAMÍLIA ESTÃO GOSTANDO DE VIVER EM FLORIANÓPOLIS?

- () SIM. POR QUÊ? _____
 () NÃO POR QUÊ? _____

14. VOCÊ E SUA FAMÍLIA GOSTARIAM DE VOLTAR PARA A CIDADE ONDE VOCÊS MORAVAM ANTES?

- () SIM. POR QUÊ? _____
 () NÃO POR QUÊ? _____

15. QUAL A EXPECTATIVA DE FUTURO QUE VOCÊ E SUA FAMÍLIA TÊM SOBRE VIVER EM FLORIANÓPOLIS?

- () MUITO BOA () BOA () RUIM () MUITO RUIM
 POR QUÊ? _____

16. COMO VOCÊS FICARAM SABENDO DA ESCOLA/CRECHE/NEI QUE A CRIANÇA FREQUENTA?

- () ATRAVÉS DA TELEVISÃO/JORNAL

- () ATRAVÉS DOS VIZINHOS/AMIGOS/PARENTES QUE MORAM NA MESMA COMUNIDADE QUE A FAMÍLIA
- () ATRAVÉS DO POSTO DE SAÚDE/AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE
- () PASSEI NA FRENTE, VI A ESCOLA/CRECHE/NEI, ENTREI E PERGUNTEI.
- () EU JÁ SABIA QUE TERIA ESCOLA/CRECHE/NEI PARA AS CRIANÇAS, POIS SABIA QUE ELAS TÊM O DIREITO A TER VAGA.

17. SE A SUA FAMÍLIA NÃO CONSEGUISSSE VAGA NA EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE/NEI PARA A SUA CRIANÇA, ELA FICARIA COM QUEM?

- () COM A MÃE
- () COM OS IRMÃOS MAIS VELHOS. QUAL IDADE? _____
- () COM PARENTES. QUEM? _____
- () COM A/O VIZINHO/A
- () COM UMA BABÁ. QUAL O VALOR QUE SERIA PAGO A ELA? _____

18. PORQUE VOCÊ ACHA NECESSÁRIO QUE A SUA CRIANÇA FREQUENTE A EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE/NEI? VOCÊ PODE ASSINALAR MAIS DE UMA OPÇÃO. COLOQUE UMA ESCALA DE 1 A 5 PARA A IMPORTÂNCIA DADA, ONDE 1 É O MAIS IMPORTANTE.

- () EU PRECISO TRABALHAR.
- () NA EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE/NEI ELA TEM TUDO O QUE PRECISA PARA FICAR BEM.
- () SEI QUE ELA TEM DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL.
- () NA EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE/NEI ELA VAI APRENDER E SE DESENVOLVER.
- () NA EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE/NEI ELA FICA LONGE DA RUA.
- () OUTRA RESPOSTA. QUAL? _____

19. VOCÊ ACHA QUE A EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE/NEI ESTÁ SENDO IMPORTANTE PARA QUE A SUA CRIANÇA SE ACOSTUME COM A NOVA CIDADE? () SIM () NÃO POR QUÊ?

20. ELA CONTA OU JÁ CONTOU NOVIDADES QUE APRENDEU SOBRE OS COSTUMES E MODOS DE VIDA DE FLORIANÓPOLIS? ALGUMA COMIDA NOVA, MÚSICA, DANÇA, BRINCADEIRA OU CONHECIMENTO?
()SIM ()NÃO
21. SE SIM, O QUE ELA CONTOU?
22. SEU/A FILHO/A JÁ RECLAMOU EM ALGUM MOMENTO SOBRE ALGUM FATO QUE TENHA OCORRIDO COM ELE/A QUE VOCÊ TENHA ANALISADO COMO UM TIPO DE PRECONCEITO POR VOCÊS NÃO TEREM NASCIDO NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS? ()SIM ()NÃO
SE SIM, O QUE ACONTECEU?
23. VOCÊ ACHA QUE A CRECHE/NEI AJUDA VOCÊ E A SUA FAMÍLIA A TEREM ACESSO AOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA PREFEITURA POR MEIO DE INFORMAÇÕES DADAS NA SECRETARIA E DE COMUNICADOS FEITOS NA AGENDA? EX: CAMPANHAS DE VACINAÇÃO, TIRAR DÚVIDAS SOBRE ORGÃOS DA PREFEITURA, LOCALIZAÇÕES DA CIDADE, EVENTOS DA CIDADE E DA COMUNIDADE, ETC.
()SIM, A EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE/NEI NOS AJUDA
()SIM, A EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE/NEI NOS AJUDA BASTANTE, SEM ELA EU NÃO SABERIA DE MUITAS COISAS SOBRE A CIDADE
()A EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE/NEI NÃO AJUDA
24. VOCÊ PODERIA NOS FALAR SOBRE TODAS AS PESSOAS QUE MORAM COM A CRIANÇA? RESPONDA NA TABELA.

24.1 QUEM MORA COM A CRIAN ÇA? INCLU A VOCÊ TAMB ÉM. (PAI, MÃE, IRMÃO , TIO, AVÓ, ETC.)	24.2. IDA DE	24.3. SEXO (M = MASCU LINO F= FEMINI NO)	24.4. ESCOLARI DADE (ESTUDOU OU ESTUDA ATÉ QUAL SÉRIE/ANO)	24.5. ESSA PESSOA TRABA LHA? O QUE ELA FAZ?	24.6 QUAL O SALÁ RIO DEST A PESS OA? (SALÁ RIO MÍNIO MO EM 2016: R\$ 880,00)	24.7 ONDE ESSA PESSO A NASC EU? (COLO QUE A CIDAD E E O ESTAD O)
1		()M ()F				
2		()M ()F				
3		()M ()F				
4		()M ()F				
5		()M ()F				
6		()M ()F				

MUITO OBRIGADA POR NOS AJUDAR NESTA PESQUISA! POR FAVOR, ENTREGUE ESTE QUETIONÁRIO À PROFESSORA DO/A SEU/A FILHO/A.

COM CARINHO, KARINA ALCUBIERRE
(PESQUISADORA/MESTRANDA EM EDUCAÇÃO – PPGE/UFSC)

ANEXO G – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS PROFESSORAS

- Há quanto tempo você é Professora de Educação Infantil?
- Qual o seu vínculo com a Prefeitura Municipal de Florianópolis?
- Você sente alguma dificuldade na inserção, para além do comum, das crianças migrantes? Caso tenha algum caso, como foi? Qual era a região de nascimento desta criança?
- A maneira de brincar das crianças migrantes lhe chama a atenção de alguma forma? Por quê? Qual criança?
- Existe uma região do Brasil da qual estas famílias provêm que você analisa ser mais necessário a explicação e os procedimentos sobre o processo de inserção da criança?
- Você realizou alguma proposta pedagógica diferenciada pensando nas crianças migrantes, nas suas origens, nos modos de vida? Como foi?
- Conversou com as famílias das crianças migrantes para poder conhecer melhor a origem e a história das crianças? Como foi este encontro?
- Sentes a necessidade de obter conhecimento sobre o processo migratório destas famílias a fim de conhecer melhor este processo? Por quê?
- Você acha que a educação infantil em Florianópolis contribui para que as famílias migrantes tenham maior e melhor acesso e conhecimento dos serviços e das políticas sociais da PMF e sobre os acontecimentos comunitários. Por quê?
- As crianças migrantes sofrem ou já sofreram algum tipo de discriminação ou constrangimento por parte das outras crianças? Como foi? O que foi feito de imediato? E depois? Houve uma preocupação quanto a isso que a levou realizar alguma proposta pedagógica específica com as crianças? Como foi?
- Qual a sua opinião perante o processo migratório dessas famílias?
- No caso das famílias migrantes, você acha que a educação infantil acaba por “abraçar” mais uma atribuição social para além daquelas que lhe são históricas? Qual seria essa atribuição?

ANEXO H – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A DIRETORA.

- Há quanto tempo você é Diretora desta Unidade de Educação Infantil?
- Qual o seu vínculo com a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF)?
- Como foi e como é o primeiro contato com as famílias migrantes?
- Existe uma região do Brasil da qual estas famílias provém que você analisa ser mais necessário a explicação e os procedimentos sobre o processo de inserção da criança e sobre as normas da unidade e da secretaria de educação?
- O grupo de profissionais da unidade sentiu necessidade em algum momento em conversar sobre as crianças que migram para Florianópolis com suas famílias dado o aumento da procura e da inserção delas na unidade?
- Sentes a necessidade de compreender mais sobre a migração destas famílias a fim de conhecer melhor este processo? Por quê?
- Você acha que a educação infantil em Florianópolis contribui para que as famílias migrantes tenham maior e melhor acesso e conhecimento das políticas sociais da PMF e dos acontecimentos da cidade. Por quê?
- As crianças migrantes sofrem ou já sofreram algum tipo de discriminação ou de constrangimento por parte das outras crianças? Como foi? O que foi feito de imediato? E depois? Houve uma preocupação quanto a isso que a levou realizar alguma proposta pedagógica específica com o grupo de profissionais? Como foi?
- No caso das famílias migrantes, você acha que a educação infantil acaba por “abraçar” mais uma atribuição social para além daquelas que lhe são históricas? Qual seria essa atribuição?

ANEXO I – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O SUPERVISOR.

1. Há quanto tempo você é Supervisor desta Unidade de Educação Infantil? E a quanto tempo você trabalha com a educação infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (RMEF)?
2. Qual o seu vínculo com a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF)?
3. Como você analisa, nos últimos anos, a chegada de famílias migrantes que buscam vaga para as suas crianças na RMEF? Para você é comum ou nota algo diferente? O que você percebe?
4. Você possui contato direto com elas? Em qual (is) momento(s)?
5. Alguma criança migrante já contou a história dela para você? Como foi? Sentiu necessidade em intervir pedagogicamente na unidade a fim de contemplar mais a história destas crianças?
6. Existe uma região do Brasil que você percebe ser mais incidente nesta unidade? Qual região? Como você as compreende?
7. Por que você acha que estas famílias estão migrando para Florianópolis nos últimos anos?
8. O grupo de profissionais da unidade sentiu ou sente necessidade em algum momento em conversar/discutir sobre chegada de crianças migrantes e sobre a inserção delas na unidade? Por quê? Quais são os questionamentos do grupo?
9. Algum professor (a) já propôs ou propõe propostas pedagógicas em seus planejamentos que buscam escutar as crianças migrantes para que possam contar suas histórias de vida para o grupo no qual pertence?
10. Você sente ser uma necessidade pedagógica/educacional o grupo de professores compreenderem mais sobre a migração e sobre as histórias das famílias migrantes? Por quê?
11. Você acha que a educação infantil em Florianópolis contribui para que as famílias migrantes tenham maior acesso e conhecimento sobre as ações sociais e serviços oferecidos da PMF? Por quê?
12. Para a inserção das famílias migrantes na cidade de Florianópolis existe um papel social para a educação infantil?

ANEXO J - ROTEIRO PARA A REALIZAÇÃO DA DINÂMICA/ENTREVISTA COM AS CRIANÇAS MIGRANTES

Proposta realizada após a pesquisadora ter tido contato suficiente com as crianças, após a observação-participante. Esta participação consiste em: observar o grupo num primeiro momento e após este primeiro contato a pesquisadora faz intervenções de contato com brincadeiras no parque, brincadeiras de roda e demonstrações de afeto (abraço, dar as mãos, sentar perto, conversar).

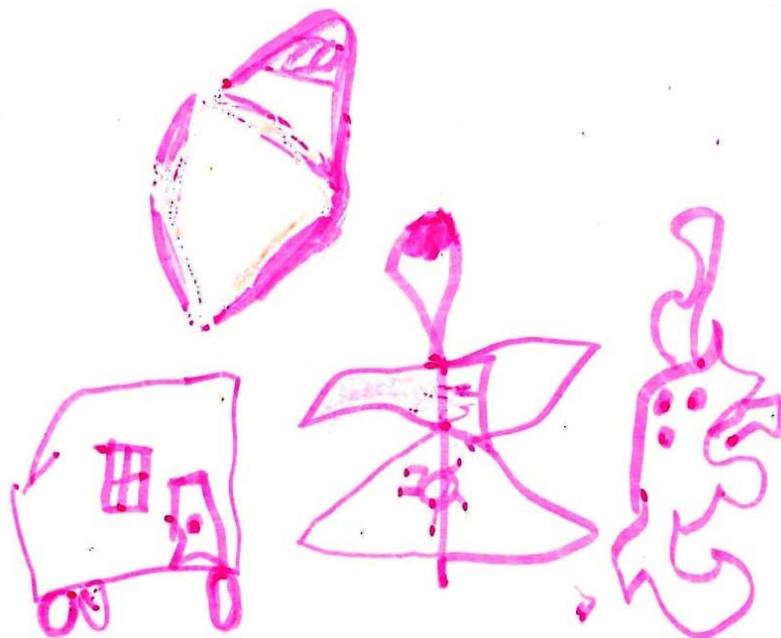
METODOLOGIA

- As crianças sentarão em roda;
- Contar a história de vida da pesquisadora enquanto migrante;
- Colocar imagens/fotografias das cidades onde as crianças nasceram no meio da roda (esta pesquisa de imagens será feita com base na coleta de dados dos questionários respondidos pelas famílias);
- As crianças poderão falar se conhecem aqueles lugares e a pesquisadora fará questionamentos acerca deles, tais como: como era viver nestes lugares? O que era melhor? O que mais gostavam de lá? Do que brincavam? Como brincavam? Onde brincavam? O que comiam? Com quem ficavam? Frequentavam uma escola/creche? Como era essa escola/creche;
- A pesquisadora colocará no meio da roda imagens de meios de transporte;
- Cada criança contará como chegou até Florianópolis apontando uma imagem ou falando sobre;
- Fazer questionamentos acerca deste processo, tais como: Quem decidiu vir morar aqui? Vocês já tinham visto Florianópolis em algum lugar? Onde? A viagem foi boa? Como foi a viagem? Foi bom vir pra Florianópolis? Quem queria voltar a morar no Nordeste/Norte?
- Colocar no meio da roda imagens de lugares de Florianópolis e do bairro onde moram atualmente (esta pesquisa de imagens será feita com base na coleta de dados dos questionários respondidos pelas famílias);

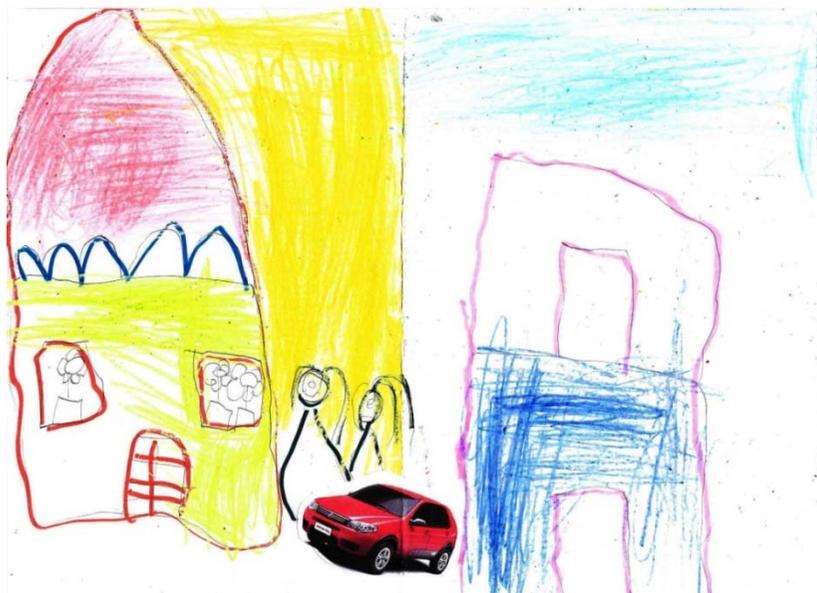
- Fazer questionamentos acerca destas imagens realizando perguntas do tipo: vocês gostam desta cidade? O que tem de bom por aqui? É melhor do que onde vocês moravam? O que lá era melhor? Vocês conhecem as praias daqui? Onde vocês já passearam em Florianópolis? O que vocês querem aprender nessa cidade? O que sentem vontade de fazer nela? Onde gostariam de ir passear?

Por fim, convidar as crianças a realizarem um registro em formato de desenho das lembranças que possuem da cidade de onde vieram de um lado da folha e do outro das experiências vividas por elas em Florianópolis. No meio da folha convidar a colarem uma imagem do meio de transporte que a trouxeram junto de sua família até a cidade de Florianópolis.

ANEXO K – DESENHOS ELABORADOS PELAS CRIANÇAS
MIGRANTES QUE PARTICIPARAM DA DINÂMICA/ENTREVISTA.



Desenho elaborado por Ana. Ele representa os meios de transporte que ela e sua família utilizaram para chegar à Florianópolis. No alto vê-se o barco e da esquerda para a direita estão o ônibus, o avião e o mapa do Brasil.



Desenho elaborado por Ester. Ao lado esquerdo ela desenhou o seu lugar preferido na cidade do Rio de Janeiro, a casa de sua melhor amiga e, ao lado direito, está representada a sua casa em Florianópolis.



Desenho elaborado por Fábio. Ao lado esquerdo ele desenhou o parque aquático no qual adorava ir aos domingos com sua família em Piratuba-SC e, ao lado direito, Fábio desenhou uma praia em Florianópolis.



Desenho elaborado por Carla. Ao lado esquerdo ela desenhó aquilo que mais sente saudades: sua família de Biritinga-BA e, ao lado direito está a sua família em Florianópolis.



Desenho elaborado por Lúcio. O lado esquerdo representa sua casa em Serrinha-BA, onde mora o seu pai e ao lado direito está a casa que ele mora em Florianópolis.



Desenho elaborado por Maria. Ela desenhou a Igreja localizada na praça central de sua cidade, Serrinha-BA. Segundo ela, era onde eles passeavam aos domingos e onde sua avó rezava, enquanto ela brincava nos brinquedos da praça. Os transportes foram os utilizados pela família para migrar.



Desenho elaborado por Michele. Ela desenhou quem mais ela sente falta em Florianópolis, seus amigos e os animais de estimação. Ao centro, em amarelo, ela desenhou o avião e também quis recortar e colar sua imagem, pois segundo ela, “foi muito legal voar”.



Desenho elaborado por Teresa. Ela representou, ao lado esquerdo, a praça central de sua cidade, Serrinha-BA. Segundo ela, era onde sua mãe e avó rezavam e onde tinham shows de música no coreto e pula-pula para brincar. Ao lado direito, Teresa desenhou a Avenida Beira-Mar Norte, em Florianópolis, onde segundo ela, passeia aos domingos com só com o pai, pois sua mãe trabalha.



Desenho elaborado por Ricardo. Em vermelho ele desenhou seu melhor amigo. Em azul e amarelo está representado o seu falcão, uma espécie de ave de rapina. E, em rosa e azul Ricardo desenhou sua casa em Florianópolis.



Desenho elaborado por Vanessa. Ela desenhou o lugar onde ela mais gostava de passear no Rio de Janeiro, a praia onde sua avó mora.